Anais da Biblioteca Nacional

Vol. 127 • 2007

Rio de Janeiro, 2010

Anais da Biblioteca Nacional

Vol. 127 • 2007

Rio de Janeiro
2010

República Federativa do Brasil

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura
Juca Ferreira

Fundação Biblioteca Nacional

Presidente
Muniz Sodré de Araújo Cabral

Diretora Executiva
Célia Portella

Gerência do Gabinete
Cilon Silvestre de Barros

Diretoria do Centro de Processamento Técnico
Liana Gomes Amadeo

Diretoria do Centro de Referência e Difusão
Mônica Rizzo

Coordenação Geral de Planejamento e Administração
Tânia Mara Barreto Pacheco

Coordenação Geral de Pesquisa e Editoração
Oscar Manoel da Costa Gonçalves

Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
Ilce Gonçalves Cavalcanti

Anais da Biblioteca Nacional, v. 127, 2010

Editor
Marcus Venicio Toledo Ribeiro

Conselho Editorial
Carla Rossana C. Ramos, Eliane Perez, Irineu E. Jones Corrêa e Marcus Venicio T. Ribeiro

Revisão
Lara Spíndola e Rosanne Pousada

Capa e Projeto Gráfico
Glenda Rubinstein

Diagramação
Conceito Comunicação Integrada

Fotografia
Cláudio de Carvalho Xavier e Leonardo da Costa

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Sumário

Apresentação 5

Guia de Preservação & Segurança 7
Jayme Spinelli Junior

Mercado em Greve: Protestos e Organização
dos Trabalhadores do Pequeno Comércio
no Rio de Janeiro – Outubro, 1885.....99
Juliana Barreto Farias

Irmãos por Ofício e Cidadania. As Irmandades de
São Jorge e São José no Rio de Janeiro do Século XVIII.....159
Beatriz Catão Cruz Santos

Preciosidades do Acervo
O Pecado Mora... na Biblioteca Nacional 185
Ana Virginia Pinheiro

Biblioteca Nacional (Brasil)
Anais da Biblioteca Nacional. – Vol. 1 (1876). – Rio de Janeiro : A Biblioteca, 1876-
v. : il. ; 17,5 x 26 cm.

Continuação de: Anais da Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro.
Vols. 1-50 publicados com o título: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.
ISSN 0100-1922

1. Biblioteca Nacional (Brasil) – Periódicos. 2. Brasil – História – Fontes. I. Título.

CDD- 027.581
22 ed.

Apresentação

Embora a preservação do patrimônio histórico e cultural tenha se tornado política pública, no Brasil, apenas em 1937, com a criação, pelo Ministério da Educação e Saúde, então sob a direção de Gustavo Capanema, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), as manifestações de consciência preservacionista no país antecedem essa data, como não poderia deixar de ser.

Dois exemplos pioneiros merecem ser lembrados. A decisão de D. Pedro II (apenas ensaiada por d. João VI) de replantar a Floresta da Tijuca, então devastada pelas nossas primeiras lavouras de café e por isso ameaçada de perder seus mananciais de água; e a quase campanha de Gilberto Freyre, no *Diário de Pernambuco*, nos anos 20 do século passado, pela criação de uma "Inspetoria de Monumentos Históricos", pela preservação de prédios coloniais e imperiais e dos traçados e nomes das ruas de Recife e, também, pela instituição de um "Dia do Passado". Irônico, ele chegou a sugerir que o Brasil concorresse, na primeira exposição internacional de que viesse a participar, ao prêmio de "devastador das próprias tradições"!

Propor, realizar e até mesmo criar órgãos normalizadores e fiscalizadores como o SPHAN não resolve, de uma hora para outra, questões em geral amplas e complexas. Mas são passos indispensáveis que inspiram e originam ações preservacionistas nos diversos níveis da vida social e profissional. Além de seus efeitos práticos, pois identificam os segmentos do patrimônio nacional mais sensíveis e ameaçados de destruição e criam, em consequência, as necessárias ações de proteção e conservação, tais iniciativas são pedagógicas e ajudam a formar a necessária consciência nacional.

A preparação, pelo coordenador de Preservação, Jayme Spinelli Júnior, do *Guia de preservação & segurança da Biblioteca Nacional*, o primeiro realizado pela instituição em 200 anos de existência, é um exemplo do amadurecimento entre nós da consciência profissional e institucional acerca da preservação dos bens históricos. Fruto de anos de trabalho e pesquisas, agora sistematizados e aprofundados em sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, o *Guia* identifica os riscos a que estão sujeitos o acervo, o prédio e o seu corpo de funcionários e sistematiza o amplo conjunto de orientações, atitudes e procedimentos, preventivos e defensivos, que devem ser adotados pela instituição, funcionários e até mesmo usuários. Em seu sentido mais profundo, trata-se, nas palavras do autor, de investir no ser

humano "como agente transformador da realidade e de si próprio". Ação civilizatória que no Brasil, como registra Spinelli, tem outros precursores, além dos citados acima, como Alberto Childe, autor, também na década de 20, do primeiro projeto de lei visando à defesa do patrimônio artístico e arqueológico.

Este volume dos *Anais* publica ainda dois estudos históricos favorecidos por bolsas concedidas pelo Plano Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP), da Biblioteca Nacional, ambos tendo o Rio de Janeiro como cenário: "Mercado em greve: protestos e organização dos trabalhadores do pequeno comércio no Rio de Janeiro. Outubro, 1885", de Juliana Barreto Farias, doutoranda em História pela USP, e "Irmãos por ofício e cidadania: as irmandades de São Jorge e São José no Rio de Janeiro no século XVIII", de Beatriz Catão Cruz Santos, professora do Departamento de História e Economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O estudo de Juliana Farias valeu-se, em parte, de pesquisa feita na Divisão de Periódicos, onde foram consultadas as coleções da *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta da Tarde* e *O Mequetrefe*. Beatriz Catão, por sua vez, consultou documentos originais da Divisão de Manuscritos e cópias ali existentes de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal.

Em "Preciosidades do Acervo", Ana Vírgínia Pinheiro, chefe da Divisão de Obras Raras, com o instigante "O pecado mora... na Biblioteca Nacional", resume o conteúdo das pequenas exposições sobre os sete pecados capitais organizadas por ela e sua equipe, em 2007 e 2008. Consultando o acervo de obras raras, constatou que cada um desses pecados está representado em inúmeros títulos ali guardados. A avareza, não é novidade, está em *O avarento*, de Molière, dentre outras obras. A inveja grassa em *Conspiração universal*, obra de um certo Pedro Correia, publicada no longínquo ano de 1615. A ira pode ser encontrada numa *Histoire de barbárie*, de Pierre Dan, também do século XVII, com imagens de 22 técnicas de tortura que, segundo Ana Virgínia, ainda chocam 350 anos depois e, queira Deus, chocarão sempre... E assim por diante.

Por fim, registramos que, a partir deste número, os *Anais da Biblioteca Nacional*, a mais tradicional publicação da Casa, passa a circular com resumos, em português e inglês, dos estudos aqui publicados. E lembramos que todos os seus volumes, desde o primeiro, publicado em 1876, podem ser consultados na página da Fundação Biblioteca Nacional (www.bn.br), buscando-se "Biblioteca Digital" e "Pesquisa".

Marcus Venicio Toledo Ribeiro
Editor

Guia de Preservação & Segurança da Biblioteca Nacional

Jayme Spinelli

Conservador e restaurador. Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais
pelo CPDOC/FGV e pós-graduado em Arqueologia pelo Museu Nacional/UFRJ.
Coordenador de Preservação na Fundação Biblioteca Nacional.

Resumo

Este *Guia de preservação & segurança da Biblioteca Nacional* para salvaguarda do seu acervo e do seu edifício tem por objetivo apresentar orientações, caminhos e rotas para procedimentos e atitudes relativas às questões desta natureza, importantes e vitais nesta era de tantas incertezas.
Como base toma-se o saber adquirido no campo da preservação de bens culturais e no campo da política de segurança adotada para acervos bibliográficos e documentais, para usuários e para os edifícios que os abriga.
O caráter interdisciplinar que concerne a estes campos do conhecimento sinaliza para o aprimoramento educacional da população como um todo e para nossa memória cultural. E visa à mudança do papel do homem como crítico da natureza, como agente transformador da realidade e de si próprio.

Palavras-chave: *Biblioteca Nacional. Acervo. Restauração. Preservação. Conservação. Segurança. Prevenção de riscos e acidentes.*

Abstract

This *Guide of Preservation & Security of the National Library of Brazil* to safeguard the holdings and the building aims to present guidelines, pathways and routes to procedures and attitudes towards questions of such nature, which are important and vital in an era full of uncertainties.
As a base, we consider the knowledge acquired in the field of cultural property preservation and in the field of security policy adopted for bibliographical and documental holdings, researchers and the buildings that stores them.
The interdisciplinary character concerning these fields of knowledge signals to the educational improvement of the population as a whole and to our cultural memory. It aims at a changing in the role of man as a critic of nature, as a transforming agent of reality and of himself.

Key words: *National Library. Collections. Restoration. Preservation. Conservation. Security. Risk and accident Prevention.*

Este trabalho foi preparado como conclusão de curso do Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/FGV, para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais, em março de 2009.

INTRODUÇÃO*

"Todo homem, por natureza, deseja saber"

Aristóteles

É no edifício da Biblioteca Nacional, situado na Avenida Rio Branco, em frente à Praça Floriano Peixoto, conhecida como Cinelândia, em pleno centro do Rio de Janeiro, que podemos descobrir o que de mais significativo foi produzido na literatura mundial.

Projetado inicialmente para abrigar 400 mil volumes, hoje acumulam-se no prédio cerca de 9 milhões de peças, entre livros, manuscritos, periódicos, gravuras, cartas cartográficas, partituras, muitas raras, outras inéditas, mas todas necessárias para se recompor a trajetória histórica e cultural do Brasil nesses mais de 500 anos de história.

Para chegar a este ponto de importância no cenário cultural brasileiro, a Biblioteca Nacional percorreu um longo caminho. O ponto de partida foi a chegada ao Brasil de D. João VI e sua corte, no ano de 1808, como conseqüência da invasão de Portugal pelas tropas francesas sob o comando de

---

**Dedico este Guia a Jayme Antonio Pasin Spinelli e Margarida Maria Rodrigues Spinelli, meus pais (*in memoriam*), e aos meus irmãos e sobrinhos, parceiros de vida e conhecimentos.*

Agradecimentos

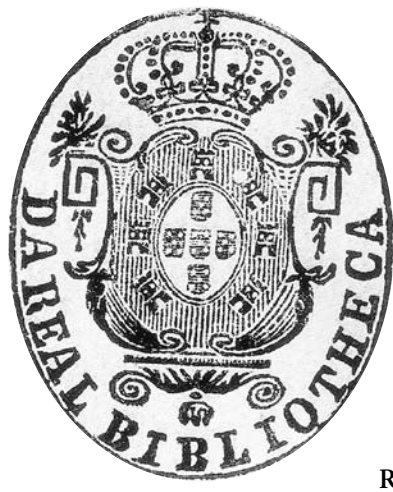
Ao presidente da Fundação Biblioteca Nacional, professor Muniz Sodré de Araújo Cabral, por seu empenho para a realização de meus estudos de mestrado; a dra. Célia Portela, diretora executiva da Fundação Biblioteca Nacional, que sempre prestigiou e incentivou todos os nossos trabalhos de preservação desenvolvidos e executados junto ao acervo da Biblioteca Nacional; à diretora do Centro de Processos Técnicos, sra. Liana Gomes Amadeo, pela amizade e incentivos incessantes indispensáveis para a realização do trabalho; a professora dra. Letícia Borges Nedel, minha orientadora, por sua generosidade, paciência, confiança, valiosas críticas e sugestões a este trabalho; à professora dra. Maria Luisa Soares, minha co-orientadora, pelo seu profissionalismo e dedicação a todas as minhas questões relativas ao campo da preservação de bens culturais; a todos os meus professores do curso de mestrado, que com seus conhecimentos e dedicação delinearam o caminho para a construção desse trabalho; a todos os meus colegas do Centro de Conservação e Encadernação / CCE, do Laboratório de Restauração /LR - Coordenadoria de Preservação que se envolveram e enriqueceram este trabalho, com suas dicas e sugestões técnicas de grande relevância; ao Antônio Carlos Oliveira, museólogo, climatologista, MsC em Arquitetura/ UFRJ, pelo grande trabalho ora em desenvolvimento a respeito da captação, controle e monitoramento da ambientação no prédio da Biblioteca Nacional; ao estagiário do Centro de Conservação e Encadernação CCE, estudante de museologia da Unirio, Guilherme Pimenta Pinheiro, pela dedicação na execução da editoração deste Guia*; por fim, agradeço a todos os meus colegas de todos os segmentos da Biblioteca Nacional, que, de formas distintas, contribuíram para a confecção deste trabalho.*

Napoleão Bonaparte. Junto com a comitiva desembarcaram cerca de 60 mil peças, compostas por livros, manuscritos, estampas, mapas, moedas e medalhas, que formavam a Real Biblioteca.

Por decreto de 27 de julho de 1810, a Biblioteca Real foi acomodada inicialmente nas salas do Hospital da Ordem Terceira do Convento do Carmo, na Rua Direita, hoje Rua Primeiro de Março, nas proximidades do Paço Imperial. Um novo decreto de 29 de outubro de 1810[1] determinava que nas catacumbas do Convento do Carmo, "se erija e acomode minha Real Bibliotheca e os instrumentos do gabinete de phísica e mathemática, fazendo-se à custa da Real Fazenda toda despesa conducente ao arranjamento e manutenção do referido estabelecimento".

Inicialmente, a consulta era facilitada apenas a estudiosos, mediante consentimento régio. Somente em 1814 o acervo foi franqueado ao público em geral e, desde então, paulatinamente vem incorporando grandes e importantes coleções de livros, por doações ou aquisições. Contudo, em 1821, a família real retornou a Portugal, deixando aqui a biblioteca, agora propriedade do Império do Brasil. Após entendimentos diplomáticos que culminaram na Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade, de 29 de agosto de 1825, e "no ajuste entre o reino de Portugal e o Império brasileiro, estava incluída entre as propriedades reais deixadas no Brasil a Real Biblioteca, cujo ressarcimento de prejuízos foi compensado pelo pagamento de dois milhões de libras esterlinas, feito pelo Brasil".[2]

Em 1822, o governo imperial determinou que fosse entregue à biblioteca um exemplar de todas as obras, folhas periódicas e volantes impressos na Tipografia Nacional. Com o tempo, a legislação aperfeiçoou-se e, em 1907 o presidente Afonso Augusto Moreira Pena promulgou o decreto da Contribuição Legal, até hoje em vigor, sob a forma da Lei nº 10.994 de 14 de dezembro de 2004, obrigando o envio à instituição de um exemplar de toda obra editada no Brasil.



Carimbo da Real Biblioteca

Escada de acesso ao 3º. andar do prédio da Biblioteca Nacional. Ao fundo, o busto de d. João VI, responsável pela vinda da Real Biblioteca para o Brasil

Esse decreto foi decisivo para o enriquecimento do acervo e para a ratificação do *status* de *nacional* ostentado pela Biblioteca, que passou a operar, desde então, como centro nacional de permuta bibliográfica, nos âmbitos interno e externo.

Em 1855, a Biblioteca foi transferida para a Rua do Passeio e instalada no prédio que, hoje, com algumas modificações, abriga a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O acervo continuou a crescer em progressão geométrica e as negociações para a construção de uma nova sede ficaram na ordem do dia. Neste momento a cidade do Rio de Janeiro assistia à gigantesca reforma imposta pelo prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906). Com esta reforma, o novo prédio para abrigar a Biblioteca Nacional teve sua pedra fundamental lançada em 1905, já na imponente Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco.

A preocupação com a conservação do acervo e com a segurança já se fazia presente na edificação do novo edifício. Na construção foram adotadas estruturas de aço para suportar o peso de milhares de livros, bem como estantes de metal nos chamados armazéns de livros, com a intenção de proteger o acervo contra uma possível infestação de insetos e de algum sinistro.

O elegante prédio foi construído em estilo eclético, no qual se notam elementos entremeados entre o neoclássico e o *art nouveau*. O projeto, que foi assinado pelo engenheiro militar Francisco Marcelino de Souza Aguiar, apresenta suas instalações configuradas dentro de todas as exigências técnicas da época, como pisos de vidro nos andares dos armazéns, armações e estantes de metal, amplos salões e tubos pneumáticos para transporte dos livros dos armazéns para os salões de leitura e pesquisa.

O prédio apresenta-se ainda como uma coleção de requintes arquitetônicos que denunciam a influência francesa no projeto. No centro da fachada principal salienta-se o pórtico, com seis colunas coríntias que sustentam o frontão ornamentado por um grupo em bronze, do qual emergem alegorias da imprensa, bibliografia, paleografia, cartografia, iconografia e numismática. Do lado direito da portada, uma estátua de bronze representa a inteligência, e outra, à esquerda, simboliza o estudo.

O refinamento da construção fica ainda mais evidente no seu interior. O saguão principal revela um conjunto de preciosidades. A luxuosa escadaria de honra, com piso de mármore forrado por tapete vermelho, domina as atenções.

No acesso ao terceiro andar, um busto em mármore, datado de 1814, homenageia D. João VI. Os gradis de proteção, dessa e das demais escadas internas, são trabalhados em bronze, com tratamento de pátina preta. Os corrimãos, em latão dourado polido.

Do saguão ainda tem-se uma visão generosa de todo o exuberante interior do edifício. Destacam-se os delicados ornatos em estuque, os balcões, as cariátides em gesso, postadas na cúpula central, as janelas com vidros gravados, a clarabóia com vitral colorido. Outras três clarabóias semelhantes localizam-se sobre os imensos armazéns de obras gerais e de periódicos, exatamente dos lados esquerdo e direito do prédio, e também sobre a seção de obras raras.

A arte está presente em outros ambientes da edificação, como no terceiro andar, decorado com painéis de Rodolfo Amoedo (1857-1941) e Modesto Brocos (1852-1936), e no quarto andar, onde se destacam dois painéis de Henrique Bernardelli (1857-1936) e ainda outros painéis assinados por Eliseu Visconti (1866-1944).

Apesar da beleza arquitetônica e de sua grande história, é em seu monumental, rico e único acervo que a Biblioteca Nacional estabelece seu prestígio. Este patrimônio, generoso não apenas em quantidade, como nos revelam suas lotadas estantes de metal dos armazéns de obras gerais e de periódicos, mas, sobretudo, em qualidade, como por exemplo, nas coleções de livros que compõem a seção de Obras Raras. Ali encontramos a valiosa primeira edição de *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões, como também a rara Bíblia de Mogúncia, primeira obra impressa a conter informações como data (1462), lugar de impressão e os nomes dos impressores, os alemães Johann Fust e Peter Schoffer, ex sócios de Gutemberg.

A seção de Manuscritos é possuidora de uma preciosa coleção de documentos, em sua grande maioria reportando aos episódios da história brasileira, porém também destacando relíquias estrangeiras, como um volume em pergaminho do século XI, com textos em grego sobre os quatro evangelhos.

A seção de Cartografia possui peças de expressivo valor artístico e histórico, como, por exemplo, o mapa de Cláudio Ptolomeu (1486), que abrange o mundo conhecido no século XV (Europa, África e Ásia) e descreve o oceano Índico como um mar fechado, seguindo a teoria ptolomaica de que ao sul do continente africano os oceanos não estabeleciam qualquer ligação. E também o planisfério de Sebastian Münster, de 1552, a que pertence a obra *Cosmographia universalis*.

A seção de Iconografia guarda hoje coleções de gravuras da mais alta importância, como a de Albrecht Dürer (1471-1528), os desenhos italianos, com peças em sanguínea que vão do século XV ao XVIII, as gravuras de

Jacques Callot (1592-1635), a grande coleção de Giovani Baptista Piranesi (1720-1778), *Los Desastres de la Guerra*, de Don Francisco Goya (1746-1828), os estudos de Eliseu Visconti (1866-1944) e as aquarelas de Modesto Brocos (1852-1936), apenas para citar alguns autores. É também considerada uma espécie de sala-museu, onde está concentrada a grande maioria dos mobiliários originais existentes na biblioteca, desde a época de sua inauguração.

Apesar das proporções de seu edifício, a Biblioteca Nacional viu-se na contingência de transferir parte de seu acervo para além de seus próprios limites. O prédio do Palácio da Cultura, na Rua da Imprensa, no Centro da cidade, abriga no terceiro andar a seção de Música e Arquivo Sonoro, uma das mais conhecidas coleções de discos, partituras e obras sobre música no país. No quarto andar encontra-se a Biblioteca Euclides da Cunha (BEC), concebida com todas as características de uma biblioteca pública. E no décimo primeiro andar está o Escritório de Direitos Autorais (EDA).

Ciosa do grande valor de seu acervo, a biblioteca vem empenhando cada vez mais recursos para a preservação, conservação, restauração, reprodução e para o maior acesso possível às suas obras. Duas grandes coordenadorias, a de Preservação e a de Microrreprodução, têm a responsabilidade de elaborar e supervisionar a programação e a execução de procedimentos técnicos de microfilmagem, digitalização, preservação, conservação, restauração e encadernação de seu acervo bibliográfico e documental. Ainda dentro do campo de suas responsabilidades, a Biblioteca Nacional atua no panorama editorial brasileiro, na condição de Agência Brasileira do ISBN (International Standard Book Number), coordena e incentiva a aplicação do sistema internacional de numeração de livros e atribui códigos às editoras e às publicações nacionais, para efeito de divulgação e comercialização. Divulga seu acervo por meio de exposições periódicas, edita publicações avulsas, periódicas e integradas em coleções, como os *Anais da Biblioteca Nacional* e o *Boletim Bibliográfico.*

A partir do progresso científico e tecnológico desencadeado no século XIX, a rápida expansão dos limites de diversas áreas do conhecimento e de suas inúmeras relações vem contribuindo, incessantemente, para o aumento e diversidade dos suportes originais dos documentos.

De acordo com Mário Chagas o termo 'documento' merece atenção especial. Ainda que o seu uso corriqueiro esteja associado à ideia de fonte textual, ele tem sentido forte de informação e, como nos diz Paul Otlet, aplica-se a livros, revistas, jornais, desenhos, filmes, discos, selos, medalhas, pinturas, fotografias, esculturas, monumentos, edifícios, espécieis de animais, vegetais e minerais. A origem latina do termo (*doccere*) indica que o documento é aquilo que ensina alguma coisa a alguém.

Os conhecimentos adquiridos através dos tempos pelo homem a respeito da história e dos conceitos proporcionaram diretrizes de posicionamento em relação aos bens culturais, gerando importância capital: coletar, colecionar, expor, estudar, possuir e ver revertem-se em procedimentos que nos levam à manutenção ou não das condições materiais de um determinado objeto, na mesma medida em que produzem significados de valor para esses bens. Segundo Le Goff "à memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos."[3]

O crescimento acelerado de informações, impressas nos mais diversos suportes, impulsionam o progresso de estudos e pesquisas que propiciam o aperfeiçoamento e a execução dos ditames da preservação – entendida como um conjunto de diretrizes e estratégias, baseadas em estudos de ordem administrativa, política e operacional, que contribuem direta e indiretamente para a permanência da integridade de livros e documentos e do edifício que os abriga e que irão formular a grande política de salvaguarda de uma instituição.

Com a questão da preservação, colocamos a da segurança – entendida como o conjunto de elementos que formam um plano definido para impedir danos e combater os agentes prejudiciais à instituição. Compreende a proteção dos bens, dos acervos e dos usuários, tendo em vista prolongar e proteger a vida útil do monumental acervo da biblioteca.

Serão apresentados, através do *Guia de Preservação & Segurança*, caminhos e rotas de esclarecimentos sobre estas questões em pauta, nesta era repleta de inquietações.

São determinantes para o êxito desta empreitada os anos de experiência acumulada durante esta minha trajetória na Biblioteca Nacional como conservador-restaurador de bens culturais, executando e desenvolvendo atividades técnicas e gerenciais, como a chefia da Coordenadoria de Preservação que exerço desde o ano de 1998.

O Guia será apresentado em três partes com um corpo de procedimentos e estudos que irão possibilitar melhores escolhas e soluções para os problemas dessa natureza.

O esforço maior é feito na esperança de que futuras gerações possam abraçar estas ideias e fazerem destes caminhos seus pontos de partida para novas e ousadas investidas em prol da permanência do maior bem comum, que nos foi dado e que desejamos legar aos que virão: nosso patrimônio cultural.

PARTE 1

A Biblioteca Nacional

A Biblioteca Nacional do Brasil originou-se da própria história da Real Biblioteca portuguesa. Nos primórdios do século XVIII, no reinado de D. João V, já existia em Portugal uma das mais bem formadas bibliotecas de toda a Europa. Uma grande monta de seu precioso acervo origina-se da antiga Livraria de D. José I, organizada sob os auspícios do abade de Santo Adrião de Sever, Diogo Barbosa Machado, em substituição à Real Biblioteca que, por sua vez, teve sua origem nas coleções de D. João I e seu filho D. Duarte (1391-1438), que tiveram como destino sua total destruição no dia 1º. de novembro de 1755. Este dia é, historicamente, considerado fatal para a história de Portugal. É descrito como um dia que amanheceu claro, com ar sereno e o mar calmo na cidade de Lisboa, mas que, abruptamente, torna a cidade vítima de um terremoto que, literalmente, a destrói. O incêndio que se seguiu a essa tragédia destruiu inclusive a Real Biblioteca. Segundo Schwarcz[4] cerca de metade das casas foi arruinada, além de prédios públicos, igrejas, conventos, residências de estrangeiros, palácios de muitos reis e o próprio Palácio Real.

No decorrer dos anos, ainda em Portugal, D. José I, com o auxílio do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, deu início à reconstrução e reorganização do que havia restado do incêndio, para uma nova coleção que nesse momento fica sediada no Palácio Real da Ajuda.

Todos os esforços foram feitos para o enriquecimento da nova coleção, como as aquisições de coleções preciosas, como a do cardeal da Cunha, composta de 1.234 obras; a coleção de livros do Colégio de Todos os Santos, situado na Ilha de São Miguel, nos Açores, confiscada após a extinção da Companhia de Jesus, e grande parte da coleção da Biblioteca do Infantado, destinada à educação dos príncipes, que incluía também os manuscritos da Coroa.

O grande destaque nestas aquisições foi a da coleção do abade e bibliófilo Diogo Barbosa Machado, que contava com 4.301 obras subdivididas em 5.764 volumes, que compreendiam diversos campos do conhecimento, coleções especiais de retratos, álbuns de gravuras de temas religiosos, mapas e folhetos de origens diversas. Todos os volumes de sua propriedade traziam o *ex libris* do seu proprietário, peça de requintado acabamento artístico, gravada a buril pelo conhecido artista F. Harrewyn, e um número correspondente à relação bibliográfica preparada naquela oportunidade.

Em 1807, vítima dos acontecimentos decorrentes da política expansionista imposta a toda a Europa pelo exército francês de Napoleão Bonaparte, Portugal é invadido por tropas francesas sob o comando do general Jean-An-

doche Junot. Este fato acarretou a tomada de decisão para a partida da corte portuguesa para sua maior colônia, o Brasil.

A rainha D. Maria I, a Louca, o príncipe regente D. João, os demais membros da família real e a maior parte da Corte se viram na contingência de fugir do cerco dos franceses para a colônia. Em 1808 a capital do Império Português foi transferida de Lisboa para o Rio de Janeiro, trazendo, nesta primeira travessia, tudo que lhe foi possível encaixotar para a longa viagem oceânica em direção aos trópicos.

Com todo o material tipográfico trazido nas embarcações, não tardou a começar a funcionar no Brasil a Impressão Régia, sendo oficialmente criada em 13 de maio daquele ano. Com o passar dos anos e em um momento que se pode dizer decisivo para a história da formação da Biblioteca Nacional, foi trazida para o Brasil uma grande coleção de cerca de 60 mil peças. Entre elas, encontravam-se livros, manuscritos, mapas, gravuras, moedas e medalhas. Tudo veio acondicionado em vários caixotes que, por fim, resistiram

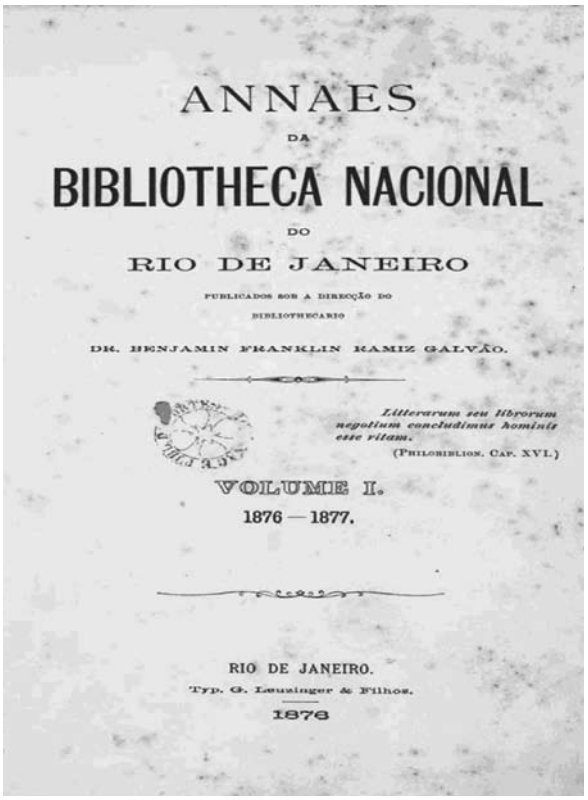
***Ex-libris* da Coleção Barbosa Machado: 4301 obras, incluindo livros, retratos, álbuns de gravuras, mapas e manuscritos sobre os mais diversos assuntos**

às diversas viagens de navio que se sucederam àquele inusitado feito, dito heróico, que acabou por transformar definitivamente uma longíngua colônia em capital de uma corte européia, selando para sempre o destino de nossa cidade.

Desta referida coleção, que chegou incólume ao seu destino, faziam parte objetos de grande valor, como os chamados livros de horas renascentistas, os incunábulos[5], exemplos deslumbrantes das primeiras produções tiradas nos prelos da Europa, preciosidades vindas de Veneza, as bíblias de Mogúncia, berço da imprensa, a preciosa e rara coleção do bibliófilo Diogo Barbosa Machado. Como também outros tantos exemplares considerados únicos e diversos textos que traduziam grandes conhecimentos, oriundos de "todas as províncias do saber", como registrou Ramiz Galvão (1846-1938) no primeiro número dos *Anais da Biblioteca Nacional*, periódico criado em 1876.

Ramiz Galvão ressaltou ainda que veio um Portugal impresso até aquele momento. Vieram as artes gráficas de Dürer e Piranesi com seus conhecimentos em fixar símbolos por meio da calcografia, a *História Natural* de Buffon e a grande *Enciclopédia* de Diderot e D'Alembert.

É no cerne deste cenário fantástico e literário, com uma determinação e capricho incontestes, que Benjamin Franklin Ramiz Galvão, enquanto


ANNAES
DA
BIBLIOTHECA NACIONAL
DO
RIO DE JANEIRO
PUBLICADOS SOB A DIRECÇÃO DO
BIBLIOTHECARIO
DR. BENJAMIN FRANKLIN RAMIZ GALVÃO.
Litterarum seu librorum negotium concludimus hominis esse vitam.
(PHILOBIBLION. CAP. XVI.)
VOLUME I.
1876 — 1877.
RIO DE JANEIRO.
Typ. G. Leuzinger & Filhos.
1876

Folha de rosto dos *Annaes da Biblioteca Nacional*, volume 1, 1876: a mais antiga publicação da instituição

dirigente da Biblioteca Nacional (1870-1882), torna-se o primeiro a se empenhar por transformar a biblioteca em um centro de pesquisa e produção de pensamento.

Em sua gestão, é publicado o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, uma obra pioneira e insuperável, a mais vasta, completa e exaustiva bibliografia da história e geografia do Brasil até aquele ano, além de produzida em tempo recorde para a comemoração do aniversário de D. Pedro II[6], Ramiz Galvão foi também responsável, entre outras benfeitorias, pela instalação da luz elétrica no prédio da biblioteca, até então situado na Rua da Lapa, atual Rua do Passeio.

No decorrer do tempo aquisições são feitas, como a coleção do arquiteto José da Costa e Silva, uma rica coleção de desenhos, estampas e numerosos originais de grandes artistas italianos, a valiosa coleção do conde da Barca, em 1819, envolta em grande mistério junto com os herdeiros e o governo português. Em 1824 foram comprados mais de 1.590 volumes do espólio de Francisco de Melo Franco, compostos por obras de teologia, direito, ciências, artes e história. Em 1838, a biblioteca recebeu cerca de cinco mil volumes dos herdeiros de José Bonifácio de Andrade e Silva. Em 1853 são adquiridos em

Vista do centro do Rio de Janeiro desenhada (lápis e aguada) por William John Burchel: a seta indica a área das catacumbas do Convento do Carmo, onde a Real Biblioteca foi inicialmente instalada. Reproduzida do livro *O mais belo panorama do Rio de Janeiro* (1825), de Gilberto Ferrez, publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1966

leilão 2.785 livros e 1.291 documentos manuscritos do bibliófilo italiano Pedro De Angelis, uma rica coleção composta por obras sobre viagens, história em geral, fatos e estudos sobre o rio da Prata e o Uruguai, livros de filosofia, mapas, planos e plantas de diversos territórios e rios da América Meridional e grande quantidade de periódicos.

A história registra também que uma das mais importantes aquisições para a Real Biblioteca feita no Brasil foi a obra de frei José Mariano da Conceição Veloso, conhecido como Frei Veloso, grande botânico, professor e desenhista.

Dada como perdida por longos anos e depois reencontrada na própria biblioteca, foi então mandada imprimir, incluindo os onze volumes da *Flora Fluminense*. Seu texto foi impresso na Tipografia Nacional do Rio de Janeiro, e as estampas, em Paris, na Oficina Litográfica de Senefelder[7]. Completando este acervo, foram remetidas de Portugal pranchas de cobre gravadas e obras impressas na extinta Oficina do Arco do Cego, em Lisboa, dirigida entre 1799 e 1801 por Frei Veloso, material este que "Sua Alteza Real houve por bem aceitar para sua Real Bibliotheca"[8].

Então, nos anos 1820/21, D. João VI nomeia frei Gregório e o padre Joaquim Dâmaso, com o título de prefeitos, como primeiros encarregados do arranjamento e manutenção da Real Biblioteca. Trabalhando também como ajudante da biblioteca e acumulando outras funções estava Luís Joaquim dos Santos Marrocos, que já desempenhava cargo semelhante em Portugal.

Porém, com a demora da oficialização daquela nomeação, o honroso título de prefeito, frei Gregório declina do cargo e volta para Portugal, enquanto o padre Dâmaso, já em 1822, recusando-se a aderir à Independência do Brasil, retorna à Europa, onde alguns anos depois vem a falecer vitimado por uma peste que assolava Lisboa[9].

Este retorno trouxe um grande prejuízo para a biblioteca, na medida em que vários manuscritos, cerca de seis mil códices que lhe estavam confiados na época, se foram com Frei Gregório e outros tantos cinco mil com o padre Dâmaso. Contudo e apesar de tudo a Real Biblioteca continuou no Rio de Janeiro.

De início, essa rica coleção, pelo seu valor intrínseco e merecedora de cuidados especiais, foi instalada no andar superior do Hospital da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na então Rua Direita, nos arredores do Paço Imperial, mediante autorização régia. Juntamente com os livros, ficaram as coleções especiais. Também foi instalado o Gabinete dos instrumentos de physica e mathematica, e, em decorrência da necessidade de melhores instalações e organização do material, foi o espaço físico ampliado, passando a ocupar também o andar térreo.

"Havendo ordenado, por decreto de 27 de Junho do presente ano, que nas casas do hospital da Ordem Terceira do Carmo, situado à minha Real Cappela,

Laterais do prédio na Rua do Carmo, onde a Real Biblioteca foi inicialmente instalada. Rio de Janeiro, 1914. Fotógrafo desconhecido.

se colocassem a minha Real Biblioteca e Gabinete dos instrumentos de physica e matemathica vindos ultimamente de Lisboa e constando-me pelas últimas averiguações a que mandei proceder, que o dito edifício não tem toda a luz necessaria, nem offerece os commodos indispensáveis em hum estabelecimento desta natureza, e que no lugar que havia servido de catacumba aos Religiosos do Carmo se podia fazer huma mais própria e decente accomodação para a dita livraria: Hei por bem, revogando o mencionado Real Decreto de 27 de Junho, determinar que nas ditas catacumbas se erijam e accomode a minha Real Bibliotheca e instrumentos de physica e mathematica, fazendo-se à custa da Real Fazenda toda a despeza conducente ao arranjamento e manutenção do referido estabelecimento. O conde de Aguiar, do Conselho de Estado, Presidente do Real Erário, o tenha assim entendido e faça executar por este Decreto somente, sem embargo de quaisquer leis, regimentos ou disposições em contrário. Palácio do Rio de Janeiro, em 29 de Outubro de 1810 – Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor"[10].

A bibliotecária e museóloga Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, ex-diretora do então Departamento de Referência Especializada da Biblioteca Nacional, com uma atuação continuada de mais de 40 anos, assinalou:

> O retorno a Lisboa, no ano de 1821, do Rei de Portugal, Brasil e Algarves, o Senhor D. João VI, e da Família Real e o fato de que logo no ano seguinte o Brasil

Fachada do antigo edifício da Biblioteca Nacional na rua do Passeio, 1902. Fotografia de Antônio Luís Ferreira

Interior do prédio da rua do Passeio, 1858. Fotógrafo desconhecido

se separa de Portugal, foram razões para os entendimentos diplomáticos que se completaram pelo tratado e Convenção Adicional de 25 de Agosto de 1825. No ajuste entre o Reino de Portugal e o Império Brasileiro, estava incluída, entre as propriedades reais deixadas no Brasil, a Real Biblioteca, cujo ressarcimento de prejuízos foi compensado pelo pagamento de dois milhões de libras esterlinas, feito pelo Brasil[11].

Assim, a permanência da Real Biblioteca no Brasil não teve o caráter de um presente, como poderíamos supor. Ela passou a denominar-se Biblioteca Imperial e Pública da Corte. Já em 1811 o acervo havia se tornado acessível ao público, embora para isso ainda fosse necessária uma permissão especial concedida pelo Príncipe e, somente em 1814, a consulta à Biblioteca foi literalmente liberada ao público em geral. E é neste panorama de acontecimentos que se tornariam fatos históricos, e que selariam para sempre nossa trajetória enquanto sociedade, que o Brasil torna-se independente de Portugal. Alcança sua soberania tornando-se o príncipe regente Imperador da nova nação.

O governo imperial então determinou a obrigatoriedade do envio à Biblioteca de todo o material produzido pela Tipografia Nacional[12], fato precursor do que hoje conhecemos como Lei do Depósito Legal, legislação que culminou no Decreto nº 1.825 de 20 de dezembro de 1907. Esta foi revogada pela Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que determinava às editoras

o envio para a Biblioteca Nacional de um exemplar de cada livro publicado no Brasil. Isso levou, por conseguinte, a biblioteca a desempenhar o papel de guardiã da memória gráfica brasileira.

O crescimento do acervo da biblioteca, engrandecido também por compras e doações, foi incessante e serviu de esteio para a decisão do Governo Imperial de adquirir um prédio novo na Rua da Lapa, hoje Rua do Passeio, em frente ao bucólico e agradável Passeio Público. Hoje em dia este prédio, com algumas modificações, abriga a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Nesses tempos, não se pode negar, a biblioteca já era uma realidade, pelos menos em termos de acervo. Contudo, ainda no Convento do Carmo, em abril de 1853, frei Camillo de Monserrat assume a direção da Biblioteca e imprime uma verdadeira, porém inglória, cruzada, para executar com dignidade uma gestão entrelaçada de inúmeros problemas internos de administração e, principalmente, a falta de verbas para aquisição de livros, que durou cerca de 17 anos.

Em 1855, frei Camillo recebe as chaves do novo prédio da biblioteca, aquele da rua da Lapa, um casarão, de construção sólida, com vastas acomodações, uma bela arquitetura e ainda facilmente adaptável às novas finalidades. Com o falecimento de frei Camillo em 1870, Benjamin Franklin Ramiz Galvão é então nomeado diretor da Biblioteca, função que exerceria por 12 anos, até 1882.

Em 1876, depois de ser denominada de Real, Imperial e Pública, a instituição passou a se chamar, definitivamente, Biblioteca Nacional. Novos ventos administrativos sopraram, o orçamento foi multiplicado, o que possibilitou a realização de uma reforma geral, tão sonhada por frei Camillo. Ramiz Galvão promoveu o primeiro concurso público para o cargo de "bibliotecário", destacando-se o grande historiador Capistrano de Abreu. Em sua gestão ocorreram feitos memoráveis, como o início da publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional*, do famoso *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, do *Catálogo da Exposição Camoniana* por ocasião do tricentenário do grande poeta lusitano, entre outros. Com o passar do tempo, a Biblioteca manteve sua força de guardiã da história, somando ao seu grande acervo a maior e talvez a mais completa coleção de documentos originais existentes sobre a república e a escravidão.

Ao findar o mês de julho de 1900, Manuel Cícero Peregrino da Silva foi nomeado para o cargo de diretor da Biblioteca Nacional. Exerceu, com breves intervalos, sua gestão por longos 24 anos.

O acervo da biblioteca crescia em progressão geométrica e o novo diretor já sentia o quanto o prédio da Rua do Passeio não mais suportava o montante do acervo. Teve início uma série de modernizações no andamento administrativo dos negócios da biblioteca, quando foi instituída a distribuição de

Oficina tipográfica no primeiro andar da Biblioteca Nacional: foi inaugurada em 1903 ainda na rua do Passeio e depois transferida para o novo prédio da avenida Central

Oficina de encadernação também inaugurada em 1903 no prédio da Biblioteca Nacional na rua do Passeio e transferida para o prédio da avenida Central

senhas para os usuários que aguardavam sentados por seus livros para consultas. Foram introduzidas as primeiras máquinas de escrever para serem usadas nas correspondências oficiais, tornando-se a biblioteca uma das precursoras entre os locais públicos a adotarem esta inovação. Foram executados trabalhos voltados para a melhoria da iluminação elétrica da biblioteca, notadamente nas salas de leitura. Foram inauguradas uma oficina de tipografia e uma de encadernação, propiciando um avanço extraordinário quanto à impressão dos anais da biblioteca e de seus relatórios administrativos.

Manuel Cícero comportava-se como um homem à frente do seu tempo, pautando seu desempenho por uma concepção moderna de gestão, visando transformar a Biblioteca em um local de excelência para leitura e pesquisa. Com a sua capacidade inovadora e administrativa, implementou ações que, dentro de uma visão atual, poderiam ser encaradas como sendo de conservação preventiva.

> Aproveitando a ocasião em que a Inspeção das Obras Públicas estendia até as proximidades da Bibliotheca um ramal do encanamento, pelo qual a água corre sem interrupção, solicitei fosse permitido tirar uma derivação para o interior do edifício, o que foi concedido. Constam de um tubo de ferro galvanizado que se liga a três registros de bronze de alta pressão, um em cada um dos andares, exceptuado o 3º, installados no interior de armários de madeira, um esguincho de bronze e mangueiras que podem alcançar qualquer ponto do edifício. Servem ao 3º andar e a coberta o registro e as mangueiras do 2º. A Bibliotheca está, assim, dotada de um modesto serviço de extinção de incêndio, preparada para acudir no primeiro momento com uma providência salvadora ou pelo menos para reduzir as proporções do desastre[13].

Outro grande feito seu foi a instalação de uma central de telefones com dez linhas para facilitar a comunicação entre os diferentes pontos do estabelecimento e entre este e a casa do depósito. Contudo, todas as benfeitorias implementadas por Cícero não arrefecem o desejo de mudança, crescente a cada momento pelo gigantismo do acervo abrigado neste já acanhado prédio.

Neste momento, a cidade do Rio de Janeiro assistia à gigantesca reforma imposta pelo prefeito Pereira Passos, enquanto, por outro lado, Oswaldo Cruz debelava a febre amarela em toda a cidade. O desejo do diretor é claro: projetar a Biblioteca nesta modernidade urbana e social que se estabelecia na cidade. "Nestas condições lancei as vistas para a Avenida Central, onde havia disponível um grande terreno bem situado e que poderia ser cedido pelo Ministério da Indústria, independente de indemnização"[14] .

Então, em 1907 Manuel Cícero ausenta-se do país por oito meses, iniciando uma longa viagem pela Europa e pelos Estados Unidos. Visita várias

bibliotecas, descobrindo o que havia de mais moderno e funcional quanto aos materiais, equipamentos e conhecimentos já desenvolvidos no mundo moderno ainda inexistentes no Brasil.

A idéia que era acalentada na época, não era somente a possibilidade da construção de um prédio novo, pois mudar simplesmente não era bem a solução desejada. O que estava em jogo era a construção de um grande símbolo para abrigar o que era considerado o monumento do saber da capital da República, a Biblioteca Nacional. E assim foi feito. O prédio da Biblioteca Nacional teve sua pedra fundamental lançada em 1905, já na majestosa Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco.

> Quando de sua inauguração, o edifício, além de monumental e de projetar-se como uma verdadeira obra de arte arquitetônica, era provido de instalações e acomodações totalmente de acordo com as mais modernas exigências técnicas da época, desde as suas grandes estruturas, até as minúcias, como podemos ler na Justificação do Projeto (com cópia na seção de Manuscritos da BN), assinalada pelo projetista, construtor e engenheiro general Francisco Marcelino de Souza Aguiar[15].

Podemos constatar que a preocupação com a conservação do acervo e com a segurança do edifício já se fazia sentir neste ano de 1910, ano da inauguração oficial da Biblioteca Nacional. Foram adotadas estruturas de aço na construção para suportar o peso de toneladas de livros e estantes de metal, com a intenção de proteger o acervo contra uma possível infestação de insetos e contra sinistros. O elegante prédio foi construído em estilo eclético, no qual se mesclam elementos neoclássicos e de *art nouveau*.

Suas instalações foram configuradas dentro de todas as exigências técnicas da época: pisos de vidro nos seis andares que compõem os dois armazéns de livros situados do lado esquerdo (para os periódicos e publicações seriadas) e do lado direito (para as coleções de obras gerais), e com armações e estantes de aço com capacidade para 400 mil volumes. Amplos salões de leitura e pesquisa e tubos pneumáticos (conhecidos como monta-carga), para transporte de livros dos armazéns para a sala de leitura.

Em setembro de 1909 é iniciada a transferência de todo o grande acervo da biblioteca da Rua do Passeio para o novo edifício da Avenida Central, trabalho que só foi concluído em fevereiro do ano seguinte.

Dentre outros detalhes é descrito que foram necessários cerca de 1.132 viagens em um tipo de carro (que foi adaptado para se transformar, potencialmente, em um tipo de caminhão), para o translado de um acervo de cerca de 400 mil livros entre os dois prédios. É sabido que a mudança foi tão bem planejada e executada, que cada caixote de peças era colocado diretamente nos

ACTA
do Lançamento da
Pedra Fundamental
do novo Edificio da
Bibliotheca Nacional
do Rio de Janeiro

Aos quinze dias do mez de Agosto do anno de mil novecentos e cinco, presentes S. Ex.ª o Sr. PRESIDENTE DA REPUBLICA Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, o Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores Dr. José Joaquim Seabra, outras autoridades, membros do Congresso Nacional e outros convidados procedeu-se á ceremonia do lançamento da pedra fundamental do edificio que para installação definitiva da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro o Governo da Republica fará construir na Avenida Central, segundo o projecto organisado pelo Sr. Engenheiro Francisco Marcellino de Sousa Aguiar, incumbido da construcção.

Para registrar o acontecimento mandou o Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores lavrar o presente acta em duas vias, uma que ha de ficar conservada na Secção de Manuscriptos da Bibliotheca Nacional e outra que juntamente com os jornaes do dia, moedas correntes e um exemplar em cobre da medalha commemorativa do facto será encerrada na cavidade da pedra fundamental.

Ata de lançamento da pedra fundamental do atual prédio da Biblioteca Nacional, 15 ago. 1905

INAUGURAÇÃO
do Novo Edificio da
BIBLIOTHECA NACIONAL

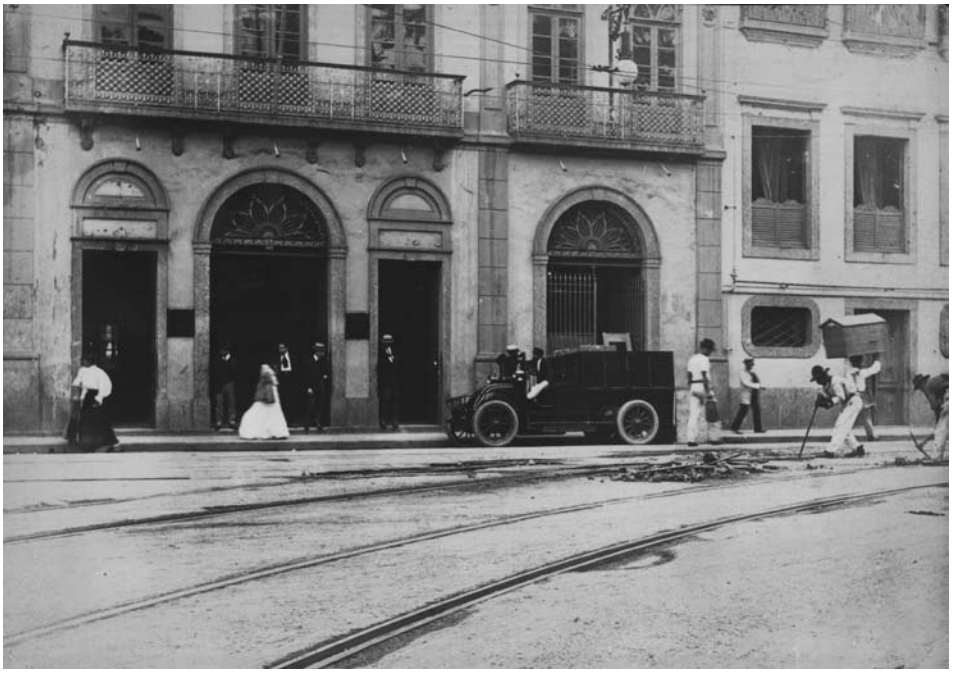
Aos vinte e nove de Outubro de mil novecentos e dez, achando-se presentes no edificio que o Governo Federal mandou construir para a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro e em que esta já se acha installada, S. Ex. o Sr. Presidente da Republica Dr. Nilo Peçanha, o Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores Dr. Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira, membros do Congresso Nacional, altas autoridades, outros convidados, o Director do estabelecimento Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva e respectivos funccionarios, foi pelo Sr. Presidente da Republica inaugurado o edificio, do que se lavrou a presente acta.

Ata de inauguração do atual prédio da Biblioteca Nacional. Ornamento foi gravado a água-forte por Modesto Brocos e representa a Administração, que descerra uma cortina e faz aparecer o novo edifício. Assinada pelos convidados, foi recolhida à Seção de Manuscritos

Armazém de obras gerais, 2004

Armazém de periódicos, 2004

Mudança de prédio em 1909: 1.132 viagens transportaram cerca de 400 mil livros. Fotógrafo desconhecido



Os prédios da Biblioteca Nacional e do Museu de Belas Artes, em 1925, três anos depois da derrubada do Morro do Castelo, que começava atrás dos dois prédios. Foto: Augusto Malta.

locais definidos previamente no novo prédio, sem causar grandes transtornos para as pessoas, e tudo com os recursos tecnológicos existentes e disponíveis nos primórdios do século XX[16].

Depois dessa bem sucedida transferência, e contando com a presença do presidente da República, Nilo Peçanha (1919-1922), e demais ministros, aconteceu a inauguração do novo edifício da Biblioteca Nacional do Brasil, no dia 29 de outubro de 1910, às 3 horas da tarde, na recém-inaugurada Avenida Central. Como registra a história, exatamente 100 anos depois, dia e mês, da instalação da "Bibliotheca Nacional" no velho prédio do Beco do Carmo, aquele próximo ao Paço Imperial.

Devemos ressaltar os esforços quase sobre-humanos e a criatividade que foram dispensados, sem dúvida, nesta empreitada de tamanha envergadura pelo diretor da Biblioteca e sua equipe. Em fevereiro de 1924, porém, Manuel Cícero Peregrino da Silva deixa a direção e assume a Reitoria da então Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Para substitui-lo é designado o historiador e jornalista Mário Behring.

Deste modo, a Biblioteca Nacional, com todas as suas mudanças, trilhou seu caminho, empenhando-se com sucesso para manter o lugar de prestígio que sempre lhe coube na história enquanto instituição cultural determinada em preservar a história bibliográfica brasileira. Constatamos através dos fatos narrados até aqui, a imponderabilidade do tempo que nos impõe mudanças

Biblioteca Nacional, em 1925. Foto: Augusto Malta

de atitudes e posturas. E é o que deve acontecer com algumas das leis ou normas que regem condutas em nossa sociedade sempre em franco desenvolvimento. Por exemplo, a lei do depósito legal, um dos mais poderosos instrumentos de captação para a manutenção da bibliografia brasileira, decreto de 1907 revisto em 2004, que deve aprimorar-se neste mundo contemporâneo que não identifica mais a informação apenas como sinônimo de livro, mas que a encontra dispersa nos mais diversos tipos de suporte, na Internet e em tantos outros meios eletrônicos.

Como disse Paulo Herkenhoff, ex-diretor do Museu Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro, "o controle da informação e sua acessibilidade estão na raiz do destino de qualquer acervo". Por isso entendemos que não é suficiente formarmos acervos sem termos reais condições de conservá-los, catalogá-los e disponibilizá-los.

É neste contexto que o Centro de Processos Técnicos (CPT) trata efetivamente de todo o processamento técnico do acervo da biblioteca, da biblioteca digital, da agência brasileira do ISBN, do EDA (Escritório de Direitos Autorais), da Coordenadoria de Microrreprodução, como também compartilha e dá apoio aos trabalhos técnico-científicos desenvolvidos junto à Coordenadoria de Preservação. Esta é formada pelos modernos e bem equipados Centro de Conservação e Encadernação e o Laboratório de Restauração, que, ao final de 2005, passaram por completa reforma estrutural e por benefícios tecnológicos, propostos e executados durante a bem sucedida gestão da Dra. Célia Ribeiro Zaher, enquanto diretora do CPT. Assim, sob a responsabilidade e o eficaz desempenho das equipes de especialistas das áreas de conservação e restauração, e através do desenvolvimento de projetos específicos, é possível assegurar os procedimentos técnicos necessários à preservação do acervo memória da biblioteca.

Quanto aos periódicos e às publicações seriadas que são parte de grande importância do acervo da Biblioteca Nacional, não podemos deixar de

Página Web, http://www.bn.br/bndigital

Marca do PLANO, criado em 1979 para preservar os periódicos nacionais.

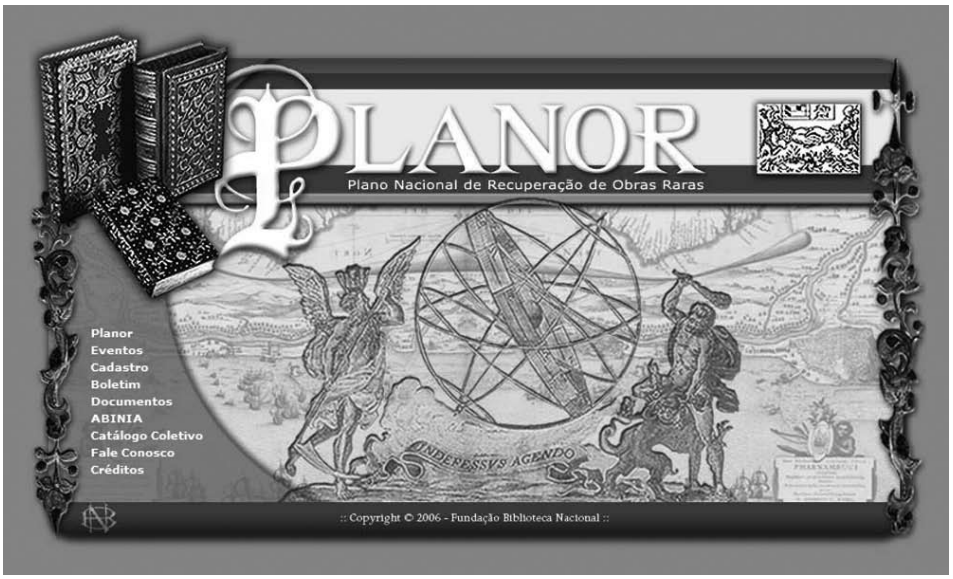
registrar os trabalhos de reprodução executados por meio das técnicas de microfilmagem, que garantem a permanência desta parcela de imensurável importância de nossos registros históricos.

Há que se fazer referência a alguns dos grandes programas estabelecidos pela Biblioteca Nacional em parcerias com outras instituições que, com o passar dos anos, engrandecem a biblioteca nos cenários nacional e internacional, que são:

1 - O Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiro (Plano) tem seu desempenho assegurado por sua equipe de técnicos especializados e pelas diretorias da Biblioteca, visando preservar a memória hemerográfica brasileira. Criado em 11 de dezembro de 1978, em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), foi, desde então, coordenado pela Dra. Esther Caldas Bertoletti, que permaneceu na função até 1992, quando o Plano passou a ser subordinado à Coordenadoria de Microrreprodução.

Durante a longa gestão da Dra. Esther Bertoletti, o Plano se sedimentou na Biblioteca Nacional e se expandiu para outras instituições do país. Podemos afirmar que este foi, sem dúvidas, o grande programa, desenvolvido em uma instituição pública, direcionado exclusivamente à preservação dos periódicos brasileiros.

2 - O Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor) foi criado através da Portaria nº 19, de outubro de 1983, da Secretaria da Cultura do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), durante a gestão da Dra. Celia Ribeiro Zaher como diretora da Biblioteca Nacional, ficando sua coordenação a cargo da Dra. Esther Caldas Bertoletti. Mais tarde, em março de 1985, início do Governo do presidente José Sarney (1985-1990), a Secretaria de Cultura foi desmembrada do MEC e criado o Ministério da Cultura. A partir de 2004, com a nova estrutura organizacional da Fundação Biblioteca Nacional,



Página Web, http://www.bn.br/planor

o Planor passa a ter gerência própria, ficando subordinado à Coordenadoria de Acervos Especiais, unidade do Centro de Referência e Difusão.

Este programa tem seus objetivos centrados na identificação de obras raras existentes nas bibliotecas de outras instituições culturais públicas ou privadas, na difusão de orientação quanto à organização destes acervos, na divulgação destes através de catálogos específicos e na prestação de assistência técnica, manutenção de intercâmbio com catálogos internacionais da Abinia (Asociacion de Bibliotecas Nacionales de Iberoamérica), de obras editadas dos séculos XV ao XVIII e, por fim, reunião na biblioteca das informações sobre os acervos raros existentes no país.

3 - O Profoto (Projeto de Preservação e Conservação do Acervo Fotográfico da Biblioteca Nacional) trata da preservação de um dos mais preciosos e maiores acervos de fotografias do Brasil existente em uma instituição pública. É formado por cerca de 25 mil imagens fotográficas do século XIX e mais de 350 álbuns, que documentam fatos históricos, científicos, políticos, econômicos e sociais, durante o reinado de D. Pedro II e suas viagens pelo Oriente Médio, Europa e América do Norte.

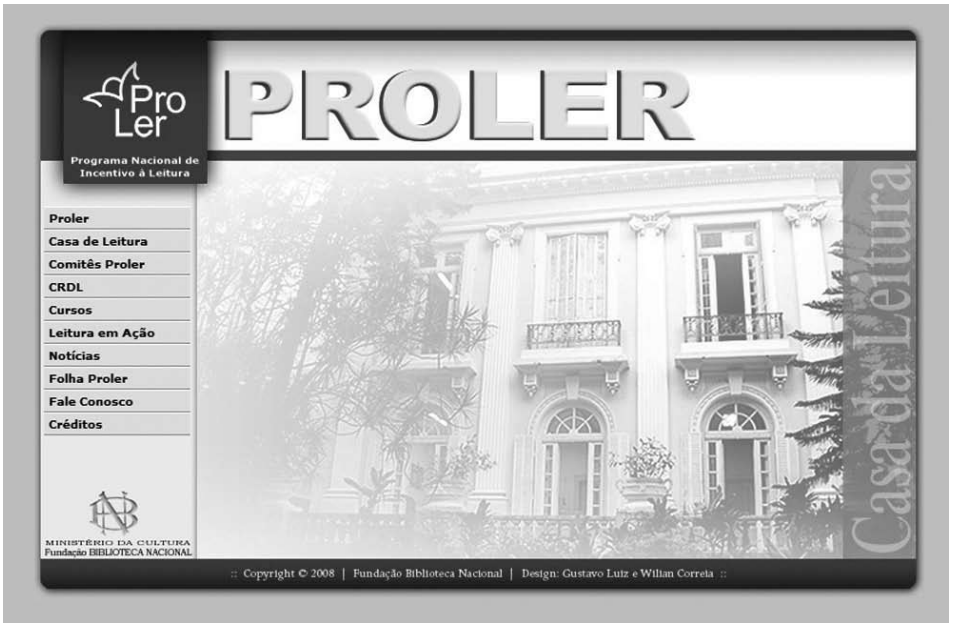
> O Profoto, nome pelo qual ficou conhecido o projeto, iniciou a concretização de suas atividades em 1989, após a obtenção do patrocínio da Fundação Banco do Brasil, graças à qual toda a pesquisa e desenvolvimento de métodos, técnicas, procedimentos e normas pôde ser concretizada. As atividades se iniciaram pelo

tratamento das fotografias da Coleção D. Thereza Christina Maria, construída pelo Imperador D. Pedro II e doada em sua grande parte a biblioteca após a proclamação da República. Não podemos deixar de ressaltar o trabalho iniciado pelo Núcleo de Fotografia da FUNARTE, através do seu Programa Nacional de Preservação e Pesquisa da Fotografia Histórica e de seu Centro de Preservação e Conservação Fotográfica. Trabalhando junto com aqueles colegas e a partir de suas propostas de atuação, construímos este trabalho que hoje se encontra amadurecido e até mesmo, poderíamos dizer, institucionalizado na Biblioteca Nacional.[17]

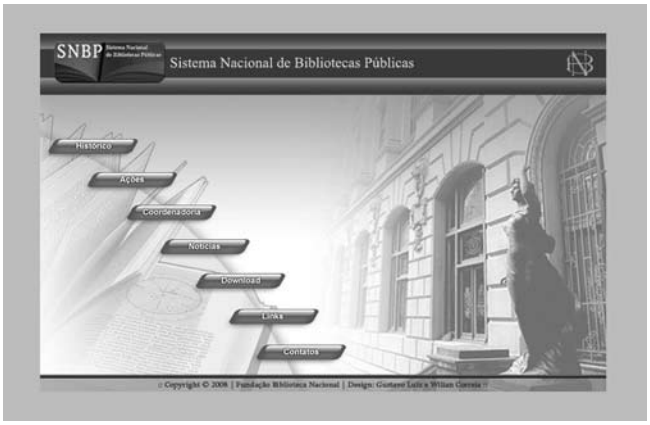
4 - O Proler (Programa Nacional de Incentivo à Leitura), instalado na Casa da Leitura, em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, tem a tarefa de coordenar, em todo o país, projetos e ações direcionados à promoção da leitura.

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, por meio de sua ativa Coordenadoria, se une a todas as bibliotecas públicas dos estados brasileiros, e estas, por sua vez, coordenam as bibliotecas municipais de suas cidades, proporcionando-lhes orientações e assistências técnicas, intercâmbio de publicações e cursos técnicos, *in loco*, pertinentes às áreas de biblioteconomia, preservação e microfilmagem de acervos.

Desde os anos 1990, com a grande transformação da instituição em fundação de direito público, vinculada ao Ministério da Cultura, a hoje Fundação Biblioteca Nacional acrescenta ao seu corpo de atribuições aquelas direcionadas às áreas primordiais do livro e da leitura. Através da Coordenadoria Geral



Página Web, http://www.pnll.gov.br



Página Web, http://www.consorcio.bn.br/snbp

do Livro e da Leitura, desenvolve a política nacional do livro, como também promove, no Brasil e no exterior, a literatura brasileira.

Devemos entender e encarar todos estes programas e planos como um grande e formidável planejamento construído ao longo dos anos sob os cânones da preservação de bens culturais. Essas realizações denotam claramente suas intenções direcionadas para uma política de salvaguarda, que já se fazia presente desde os anos 1980, como mola mestra de uma atuação institucional em implantação na Biblioteca Nacional.

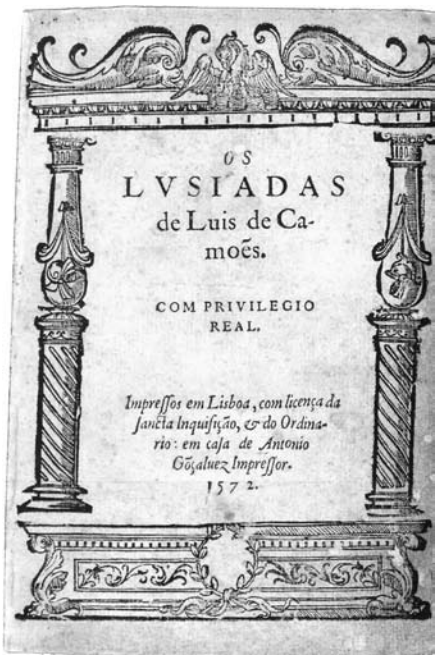
Por fim, a Biblioteca Nacional, uma das dez maiores do mundo, está no século XXI consciente de sua missão educativa em relação à sociedade brasileira e traz a lume seu maior potencial simbólico, seu histórico e raro acervo, disponibilizado ao público e aos pesquisadores de todo o Brasil e do mundo através dos mais avançados veículos de informação.

A formação das coleções

Entre as coleções incorporadas ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional devem ser mencionadas pelo seu valor histórico e raridade as seguintes:

- Coleção Barbosa Machado – Doada pelo ilustre bibliófilo, é formada de 4.300 obras em 5.764 volumes. Além de livros, possui estampas e mapas. Barbosa Machado reuniu preciosa coleção de folhetos raros relacionados com a historia de Portugal e do Brasil. Parte de sua biblioteca encontra-se, também, na Biblioteca da Ajuda, em Portugal.
- Coleção Conde da Barca ou Coleção Araujense – Foi adquirida em leilão, em 1819, dois anos após a morte de seu proprietário, Antonio de Araújo de Azevedo, o conde da Barca. É constituída de 2.365 obras em 6.329 volumes, em sua maior parte dos séculos XVII e XVIII. Pertence a essa coleção o conjunto de estampas Le Grand Théâtre de l´Univers, reunido em 125 grandes volumes.

- Coleção De Angelis – Foi adquirida em 1853 por Pedro de Angelis, político e bibliófilo napolitano, naturalizado argentino. Possui 1.717 obras em 2.747 volumes e 1.295 manuscritos. É de grande importância para a história da província jesuítica do Paraguai e das questões de limites na região do Prata.
- Coleção Salvador de Mendonça – Foi doada por Salvador de Mendonça, cônsul do Brasil em Nova York, em 1884. Com 122 obras em 215 volumes, sete manuscritos e numerosas estampas. Destaca-se, no conjunto, o material referente ao domínio holandês no Brasil, com peças da maior raridade, impressas no século XVII.


OS
LVSIADAS
de Luis de Camoẽs.

COM PRIVILEGIO REAL.

Impressos em Lisboa, com licença da Sancta Inquisição, & do Ordinario: em casa de Antonio Gõçaluez Impressor.
1572.

Capa da edição de 1572 de *Os Lusíada*

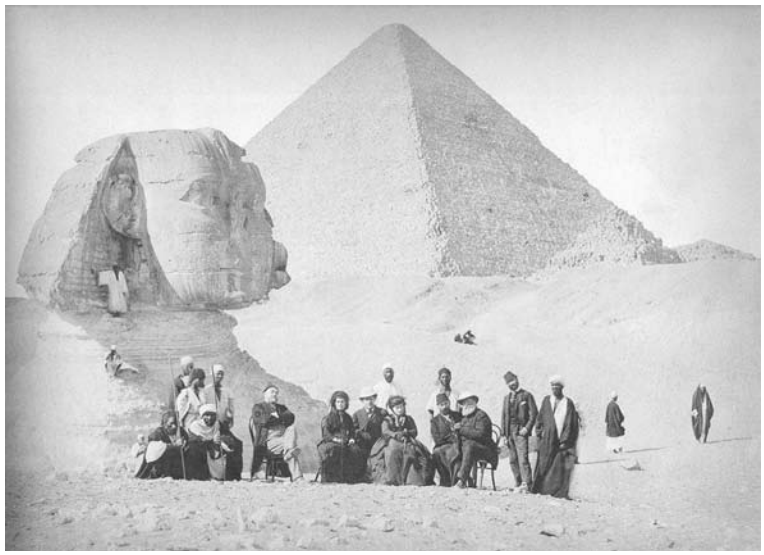
- Coleção José Antonio Marques – Doada entre 1889 e 1890 pelo colecionador, é formada por 3.920 obras em 6.309 volumes e alguns manuscritos relativos ao Brasil Colônia. Incluem-se na coleção 323 volumes de edições camonianos, entre as quais a edição de *Os Lusíadas*, de 1572, chamada "dos piscos" e considerada raríssima.
- Coleção Dona Thereza Cristina Maria – Foi doada em 1891 pelo imperador D. Pedro II com o desejo expresso de que fosse identificada pelo nome da imperatriz.

  É composta de 48.236 volumes encadernados, inúmeras brochuras e folhetos avulsos, fascículos de várias revistas literárias e científicas, estampas, fotografias, partituras musicais e mais de mil mapas geográficos impressos e manuscritos.

  Trata-se da maior coleção recebida pela biblioteca em todos os tempos. Neste universo, a parte relativa às fotografias e aos álbuns fotográficos foi classificada pela Unesco na categoria de "memória do mundo", por ser o maior conjunto de documentos fotográficos do século XIX existentes em uma instituição pública. São retratos, paisagens e fotografias de toda espécie, que documentam fatos históricos, científicos, políticos, econômicos e sociais. Estão representados todos os nomes de projeção nacional e internacional na fotografia brasileira daquele século.
- Coleção Benedito Otoni – Pertenceu ao colecionador e bibliófilo José Carlos Rodrigues, sendo adquirida, em venda pública, pelo Dr. Júlio Benedito Otoni, que a doou integralmente à Biblioteca Nacional em 1911.

D. Pedro II, 1883. Foto de Joaquim Insley Pacheco. Coleção Thereza Christina Maria

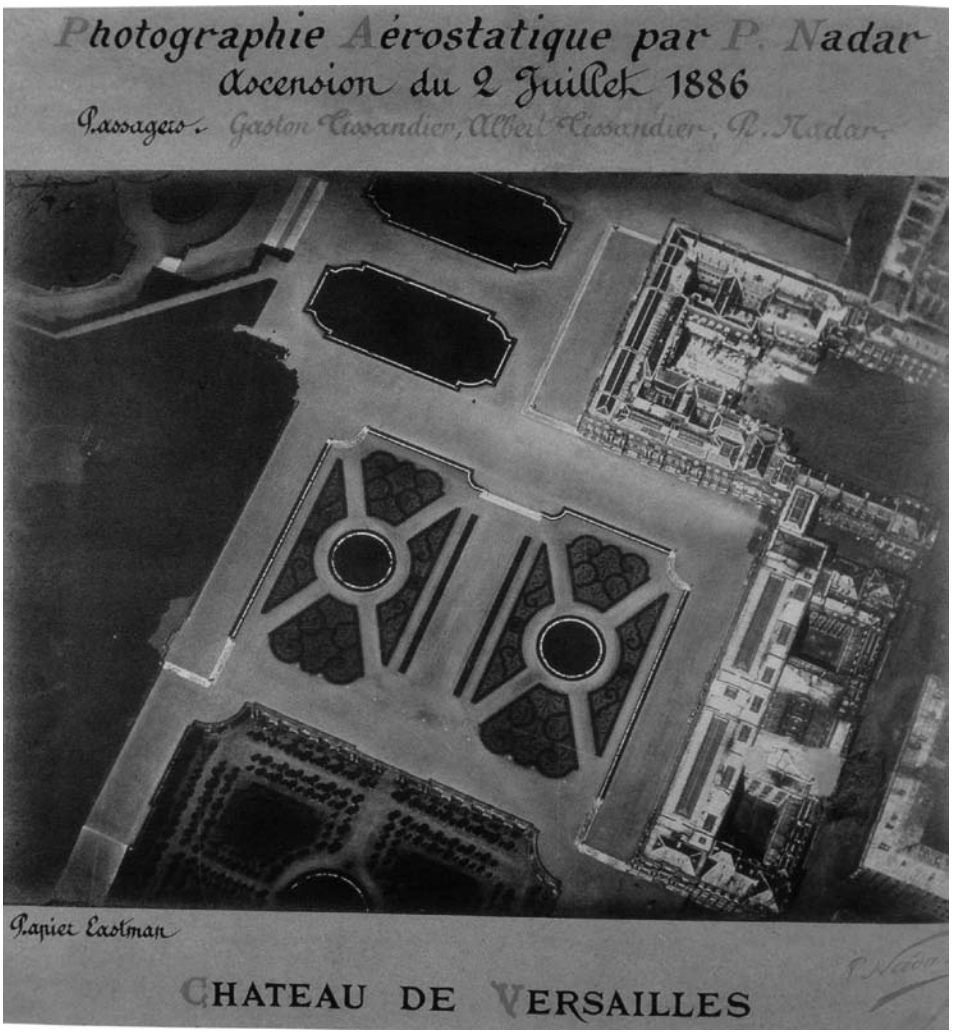
A imperatriz Thereza Christina Maria, 1883. Foto de Joaquim Insley Pacheco Coleção Thereza Christina Maria.



O imperador Pedro II, a imperatriz e comitiva durante viagem ao Egito em 1871. Foto de J. Pascal Sébah. Coleção Thereza Christina Maria

- Arquivo da Casa de Contos – Com cerca de 50 mil documentos e muitos códices, a coleção é oriunda da antiga Casa dos Contos de Ouro Preto e se completa com duas outras da mesma procedência. Uma se encontra no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e outra no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. Trata-se de precioso material para o estudo da história da mineração, contrabando de ouro e diamantes, bandeiras e Conjuração Mineira dos séculos XVIII e XIX.
- Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira – Documentação fartamente ilustrada com desenhos aquarelados de Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, produzida pelo naturalista Alexandre de Rodrigues Ferreira relativa à viagem que empreendeu, por ordem de D. Maria I, pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783 e 1792.

Desenhos aquarelados, Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, 1756 – 1815


Photographie Aérostatique par P. Nadar
Ascension du 2 Juillet 1886
Passagers. Gaston Tissandier, Albert Tissandier, P. Nadar
Papier Eastman
CHATEAU DE VERSAILLES

Aérostatique par Nadar, ascension du 2 Juilliet 1886, Chateau de Versailles Altitude 800 m. Foto de Paul Nadar

N.º 1.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

SABADO 10 DE SETEMBRO DE 1808.

Dolrosa sed vim promovet insitam,
Rectique cultus pectora roborant.
HORAT. Ode III. Lib. IV.

Londres 12 de Janeiro de 1808.

Noticias vindas por via de França.

Amsterdão 30 de Abril.

OS dois Navios Americanos, que ultimamente arribárão ao Texel, não podem descarregar as suas mercadorias, e devem immediatamente fazer-se á vela sob pena de confiscação. Isto tem influido muito nos preços de varios generos, sobre tudo por se terem hontem recebido cartas de França, que dizem, que em virtude de hum Decreto Imperial todos os Navios Americanos serão detidos logo que chegarem a qualquer porto da França.

Noticias vindas por Gottenburgo.

Chegárão-nos esta manhã folhas de Hamburgo, e de Altona até 17 do corrente. Estas ultimas annuncião que os Janizaros em Constantinopla se declarárão contra a França, e a favor da Inglaterra; porém que o tumulto se tinha apaziguado. —— Hamburgo está tão exhaurido pela passagem de tropas que em muitas casas não se acha já huma côdea de pão, nem huma cama. Quasi todo o Hannover se acha nesta deploravel situação. —— 50000 homens de tropas Francezas, que estão em Italia, tiverão ordem de marchar para Hespanha.

Londres a 16 de Janho.

Extracto de huma Carta escrita a bordo do Statira.

„ Segundo o que nos disse o Official Hespanhol, que levámos a Lord Gambier, o Povo Hespanhol faz todo o possivel para sacodir o jugo Francez. As Provincias de Asturias, Leão, e outras adjacentes armárão 80000 homens, em cujo numero se comprehendem varios mil de Tropa regular tanto de pé, como de cavallo. A Corunha declarou-se contra os Francezes, e o Ferrol se teria igualmente sublevado a não ter hum Governador do partido Francez. Os Andaluzes, nas visinhanças de Cadiz, tem pegado em armas, e destes ha já 60000, que são pela maior parte Tropas de Linha, e commandados por hum habil General. Toda esta tempestade se originou de Bonaparte ter declarado a Muzat Regente de Hespanha. O espirito de resistencia chegou a Carthagena, e não duvido que em pouco seja geral por toda a parte. Espero que nos mandem ao Porto de Gijon, que fica poucas leguas distante de Oviedo, com huma sufficiente quantidade de polvora, &c. pois do successo de Hespanha depende a sorte de Portugal. A revolta he tão geral, que os habitantes das Cidades guarnecidas por Tropas Francezas tem pela maior parte ido reunir-se nas montanhas com os seus Concidadãos revoltados. „

Número inicial da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal impresso no Brasil, 10 dez. 1808

"ULTIMA HORA" HAVIA ADIANTADO, ONTEM, O TRÁGICO PROPÓSITO

MATOU-SE VARGAS!

EXTRA

Ultima Hora

O PRESIDENTE CUMPRIU A PALAVRA:

"SÓ MORTO SAIREI DO CATETE!"

A Mensagem Que Vargas Deixou Pouco Antes de Desfechar Contra o Peito o Tiro Fatal: "A SANHA DOS MEUS INIMIGOS DEIXO O LEGADO DE MINHA MORTE. LEVO O PEZAR DE NÃO TER PODIDO FAZER PELOS HUMILDES TUDO AQUILO QUE EU DESEJAVA."

AS 8,30 HS. DA MANHA DE HOJE O MAIOR LIDER POPULAR QUE O POVO BRASILEIRO JA CONHECEU ENCERROU DE MODO DRAMATICO SUA GRANDE VIDA

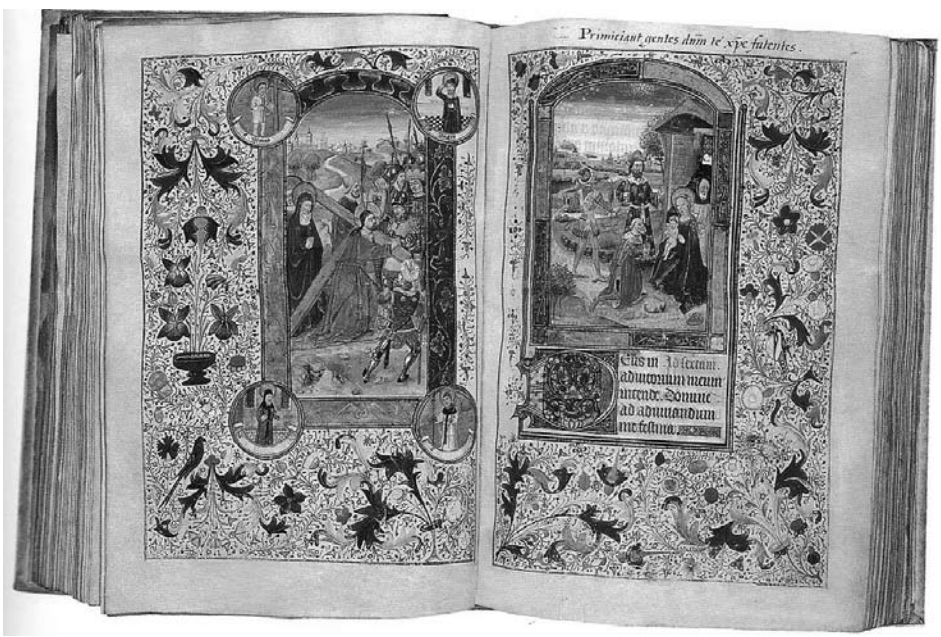
UM TIRO NO CORAÇÃO — O GENERAL CAIADO AINDA ENCONTROU COM VIDA O PRESIDENTE — DESOLAÇÃO NO CATETE

Número extra da *Última Hora* (1951-91) no dia da morte do presidente Getúlio Vargas: o jornal defendia o governo contra os violentos ataques da grande imprensa

- Biblioteca Abraão de Carvalho – Em 1953, a Seção de Música e Arquivo Sonoro da BN recebeu a biblioteca musical de Abraão de Carvalho, composta de 17 mil peças, algumas raras dos séculos XVII e XVIII.
- Coleção Lima Barreto – O arquivo do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* e *Recordações do escrivão Isaias Caminha*, entre outras, reúne cerca de 1.050 documentos, correspondências, originais de romances, contos, crônicas, peças de teatro, anotações e recortes de jornais.

Ressaltemos também a importância das grandes coleções de periódicos e publicações seriadas, que vêm registrando, desde a invenção da imprensa no Brasil, todas as ocorrências históricas do desenvolvimento social, cultural, econômico e político da sociedade brasileira.

Capa e página da "Bíblia de Mogúncia", nome como ficou conhecida a Bíblia impressa em 1462 por dois sócios de Gutenberg. Em dois volumes, seu valor é inestimável



***Livro de Horas*, do século XIV, feito especialmente pelo artista italiano Spinello Spinelli, para o rei de Portugal d. Fernando I**

Também merecem lembrança as históricas coleções de incunábulos, que compõem a grande coleção de livros raros que vêm formar o importante acervo memória da Biblioteca Nacional. E, por fim, citamos a preciosa coleção dos chamados Livros de horas renascentistas (livros para orações), que compõem o acervo de manuscritos raros. Vieram também com a Família Real e faziam parte da Biblioteca do Infantado, assim chamada porque seus livros serviam para a leitura dos príncipes, filhos dos reis.

PARTE 2

A preservação

Referencial Histórico

A preservação, a conservação e a restauração de bens culturais é o tema do conhecimento que mais atrai a atenção dos teóricos da cultura em questões sobre o patrimônio histórico, cultural e artístico em nossa sociedade.

O campo da preservação é constantemente alvo de um engrandecimento, no sentido de que seus objetivos são os mais ampliados e discutidos em relação ao patrimônio cultural, ao interesse dos indivíduos e à esfera pública. E aqui vamos, uma vez mais, direcionar nossas atenções para este campo da preservação dos bens culturais, neste caso, para o acervo bibliográfico e documental da Biblioteca Nacional e o edifício que o abriga.

A situação da preservação é vista e descrita correntemente como uma forma abrangente de atuação que trás sob si as áreas técnicas da conservação e a da restauração. Nas últimas décadas, os profissionais que desempenham atividades nesta área adotam um consenso sobre um conjunto de conceitos fundamentais de preservação, para melhor dispor dos recursos disponibilizados em programas de preservação bem desenvolvidos.

Contudo, para abordarmos esta nem tão antiga área de preservação de bens culturais, vamos retroceder no tempo até o começo do pensamento sobre o conceito de patrimônio. Tal conceito, estando ligado aos registros dos testemunhos materiais do passado, surge no final do século XVIII, toma forma e se desenvolve a partir do século XIX, atingindo seu ponto alto no último quartel do século XX.

Integra-se a este conceito a preocupação com a preservação do patrimônio que nos remete à Europa do século XVIII, na busca da recuperação do

patrimônio arquitetônico, principalmente na França, no decorrer do período pós-revolução francesa. Neste momento, o Estado assume, em nome do interesse público, contra toda sorte de atos de vandalismo que vinham ocorrendo, a proteção legal de determinados bens, aos quais foi atribuída a capacidade de representarem a nação. Assim, o entendimento de patrimônio como um conjunto de bens fundamentais e com características peculiares recebe atenções diferenciadas pela primeira vez na França, relacionadas aos bens arquitetônicos nacionais, em função das tradições vinculadas a esses bens, visando à criação do ideal de uma riqueza moral, uma história dita comum, mas que expressa as riquezas da nação.

Estas recentes e novas formas de atitudes contagiaram quase todos os países europeus que partem para a busca de seus próprios reconhecimentos, transformando e usando a restauração arquitetônica como veículo desse reencontro de suas identidades e valores. Portanto, podemos dizer que a noção de patrimônio transforma-se em um instrumento, que vem servir às classes de poder com o intuito de construir um ideal amplo e concreto de identidade nacional, com muitas relações simbólicas.

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2005), isto vem reforçar a noção de cidadania, na medida em que são identificados, no espaço público, bens que não são de exclusiva posse privada, mas propriedades de todos os cidadãos, a serem utilizados em nome do interesse público. Nesse caso, o Estado atua como guardião e gestor desses bens. Todos os bens patrimoniais, caracterizados desde o início por sua heterogeneidade, funcionam como documentos, como provas materiais das versões oficiais de uma história nacional, que constrói o mito de origem de uma nação e uma versão da ocupação do território, visando o reconhecimento do poder atual.

Neste contexto, na França, surge a figura do arquiteto Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) à frente de uma inspetoria de monumentos que selecionava os edifícios que, a partir de seu estado de degradação, deveriam ser submetidos aos procedimentos de restauração. A filosofia nacionalista de Le-Duc levou-o ao encontro da arquitetura gótica, por considerá-la a mais próxima do verdadeiro estilo francês, deixando clara sua opção pelo estilo arquitetônico medieval. Então, suas restaurações em edifícios completamente degradados seguiam uma tendência de recuperação das formas primitivas, mesmo que, ao final da intervenção, o monumento apresentasse uma cara que ele nunca tivesse tido. Este tipo de restauração foi qualificado de estilístico ou interpretativo, como o próprio a nominava. Com o passar do tempo, este procedimento de restauração foi tachado de falso histórico. "Quase um século depois, a contribuição de Viollet-le-Duc em geral se reduz a uma definição célebre de seu *Dictionnaire:* Restaurar um edifício é

restituí-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num dado momento"[18].

Ao final do século XIX, o arquiteto italiano Camilo Boito (1836-1914) vem contestar a teoria de Le-Duc neste campo específico da restauração, afirmando que todos os materiais acrescentados a um edifício, durante os trabalhos de restauração, devem ser claramente percebidos e nunca confundidos com o original. Esta questão se tornaria precursora na discussão a respeito das diferenças sobre os conceitos de restaurar e conservar.

Desta forma, as ideias efervecentes na época a respeito destes conceitos se difundem e colocam em campos diferentes a Inglaterra, com John Ruskin, que defendia a noção de autenticidade, enquanto respeito pelas marcas do tempo no monumento, aconselhando manutenções periódicas, mas admitindo a possibilidade da morte do mesmo; e a França, com as ideias de Le-Duc, que afirmava que na restauração deve prevalecer o respeito absoluto sobre o passado da obra, permitindo, assim, inferirmos sobre o modo através do qual vemos a conservação.

Contudo, no final do século XIX, surge uma nova versão sobre os fatos, segundo a qual cada elemento arquitetônico de um monumento poderia ser reconstruído, na medida em que fossem apresentados documentos que comprovassem a autenticidade do mesmo. Esta nova postura passou a ser reconhecida como restauração histórica, ficando estabelecido que todas as ações de reconstrução deveriam estar baseadas em documentação existente, visando dar ao monumento o aspecto que de fato ele deveria ter tido.

Estamos no início do século XX e as críticas àqueles conceitos e normas a respeito dos fundamentos da restauração histórica e também daquela dita estilística, já se fazem ouvir por toda a Europa. É o prenúncio do que virá a ser apresentado como restauração científica. Esta, por sua vez, se desenvolve na direção da permanência de todos os fatores que dizem respeito aos traços históricos que venham a fazer parte da vida de um determinado monumento, trazendo a idéia de que se deviam deixar bem claras as poucas e novas intervenções que viessem a ser necessárias à restauração do monumento, sem preocupação com atitudes estilísticas.

Contudo, como é de praxe entre os homens e a história, surgem, lá pelos meados do século, pensamentos contraditórios quanto aos conceitos sobre os registros visíveis dos traços que contam a história dos monumentos. E é da Itália que parte uma nova visão sobre a tomada de atitude quanto ao que se deve, ao que não se deve mais e de que modo devemos fazer e pensar, *a priori*, os trabalhos de restauração de obras e monumentos.

Assim, o historiador de arte italiano Cesari Brandi (1906-1988) surge para apresentar suas idéias e conceitos que, podemos inferir, talvez venham a ser a "última"[19] grande vertente do pensamento sobre restauração de obras nos

meios europeus. Brandi deixa claro, logo de início, que o que interessa para ele é a obra em si mesma, quer dizer, não somente seu aspecto material, mas também o seu conteúdo. E define: "a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas a sua transmissão para o futuro"[20]

Em outras palavras, Brandi está afirmando que a restauração, quando for realizada, deve ter o compromisso do restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, na medida em que isso seja viável, sem a execução de um falso artístico ou de um falso histórico, e sem a eliminação de nenhum traço da trajetória da obra de arte no tempo. Com o passar dos anos, Brandi funda em Roma, em 1939, o Instituto Central de Restauração e o dirige por mais de 20 anos. Desde então suas teorias vêm se propagando para além das fronteiras da Itália.

Estas são, portanto, de forma sucinta, as mais importantes correntes de pensamento sobre restauração de obras desenvolvidas na Europa nos séculos passados.

Voltamos agora ao Brasil para falarmos um pouco sobre como estas questões a respeito da formação conceitual do que passou a ser denominado patrimônio histórico e artístico nacional foram iniciadas, desenvolvidas e efetivadas de forma legal.

Pelos idos dos anos 1920 surgem as primeiras manifestações que reclamavam por proteção para os bens culturais. E é exatamente em 1920 que Albert Childe, do Museu Nacional, elabora o primeiro projeto de lei de defesa do patrimônio artístico, em especial o dos bens arqueológicos (*Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 22, 1987, p.34). Contudo, foi somente nos anos 1930, marcadamente em 1936, durante o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), que seu ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, solicitou ao escritor Mário de Andrade (1893-1945), líder do movimento modernista que provocou a renovação literária e artística no Brasil, um anteprojeto para a criação de um órgão de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, que resultaria na criação do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN.

No projeto para criar o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, Mário de Andrade defendeu o exame da diversidade artística existente no país [...]. Sua proposta seguiu a mesma linha de trabalho defendida e posta em prática por ele no Departamento de Cultura de São Paulo. Um bom exemplo do que Mário entendia por obra de arte patrimonial, ou seja, a que pertencia ao patrimônio artístico nacional, são as oito categorias por ele listadas: a arte arqueológica, a ameríndia, a popular, a histórica, a arte erudita nacional e

estrangeira, as artes aplicadas nacionais e estrangeiras. No anteprojeto original [...] mencionou também as categorias de bem cultural tangível e não-tangível, que serviriam de fonte para as mudanças na política de patrimônio introduzidas mais tarde por Aloísio Magalhães.[21]

A solicitação feita pelo ministro Gustavo Capanema a Mário de Andrade decorre das constantes denúncias feitas por intelectuais a respeito dos inúmeros roubos, dilapidações e vandalismos que se sucediam como consequência do total abandono em que se encontravam as mais importantes cidades históricas, principalmente Ouro Preto (MG), repercutindo com grande alarde na imprensa e na sociedade da época.

Podemos inferir que um dos grandes *leitmotiv* para estas movimentações no sentido da criação de leis e de proteção do Estado, sobre o que se convencionou denominar de bens culturais, foi notadamente a ausência de preservação e de segurança, assunto central deste Guia.

Aceita entre os intelectuais, mesmo entre aqueles que não se incluíam no movimento modernista, a criação do SPHAN, com todo o apoio dispensado pelo governo, mascarava sob seu contexto uma grande questão, que era a total ausência de percepção, demonstrada pela sociedade brasileira da época, para a real necessidade da criação de um órgão que administrasse o patrimônio histórico e artístico do país. Como também não configurava uma demanda, absolutamente necessária, que merecesse apoio de outros segmentos da sociedade, como, por exemplo, acontecia com a saúde pública e com a educação.

A grande tarefa, então, estava na elaboração de mecanismos legais que deveriam ser reconhecidos como eficazes e legítimos e que se transformariam em garantias de proteção aos denominados bens culturais, já ameaçados por degradações de todos os níveis e ações perpetradas por interesses escusos e duvidosos contra todas as medidas de proteção.

Mas é somente em 13 de janeiro de 1937 que o governo promulga a Lei nº 378, que estabelece uma nova organização para o Ministério da Educação e Saúde Pública e também oficializa o SPHAN. A partir de então, o entendimento sobre o que representa o patrimônio histórico e artístico nacional se oficializa e passa a ser definido como o conjunto de bens culturais móveis e imóveis existentes, sendo sua preservação de interesse público, por estarem relacionados a acontecimentos de relevância para a história ou por serem considerados de grande valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico, documental ou artístico.

Partindo do pressuposto da identificação dos limites do Estado a partir dos bens culturais que representavam a nação no tempo e no espaço, a concepção do patrimônio contribui para objetivar, dar visibilidade e tornar real o que deve ser entendido como nação – simbolizada também por obras criadas expressamente com esta finalidade, como as bandeiras, os hinos, os calendários,

as alegorias, que, visando proteger esse patrimônio comum, findam por reforçar a coesão nacional.

Deste modo, a preservação dos bens culturais, por vezes onerosa, complexa e, num certo sentido, até contrária a alguns interesses públicos ou privados, torna-se justificável pelo alcance pedagógico que traz em si, como também alicerça o serviço direcionado à instrução dos cidadãos.

Havia naquele momento, como há hoje, no meio da sociedade, uma enorme gama de interesses em jogo, vindos de pessoas de todos os tipos e classes que se manifestavam contra as denominadas normas de tombamento, através das quais o SPHAN exercia uma de suas atribuições no sentido da proteção do que restava da arte colonial arquitetônica, já em franca ameaça pelo surgimento de uma nova concepção de urbanização, em detrimento de negócios escusos sob o manto de justificativas e entraves ao pleno estabelecimento desta referida modernidade urbana. Ao longo do tempo, os acontecimentos e as ações que se desenvolvem deveriam ser na direção do estabelecimento de instituições que apresentassem razoável solidez, no sentido da geração de suportes e apoios às atividades de continuidade e de sustentação ao recém criado SPHAN.

O momento era de concentrar todas as atenções na construção de uma tradição brasileira em compatibilidade com os modernistas e os funcionários do novo órgão, que, naquele momento, detinham a autoridade para atuarem enquanto porta vozes e protetores da valoração cultural do país. No transcurso dos fatos, o SPHAN se fortalece como instituição brasileira, sobretudo quanto à resistência do interesse nacional às manobras interesseiras do governo.

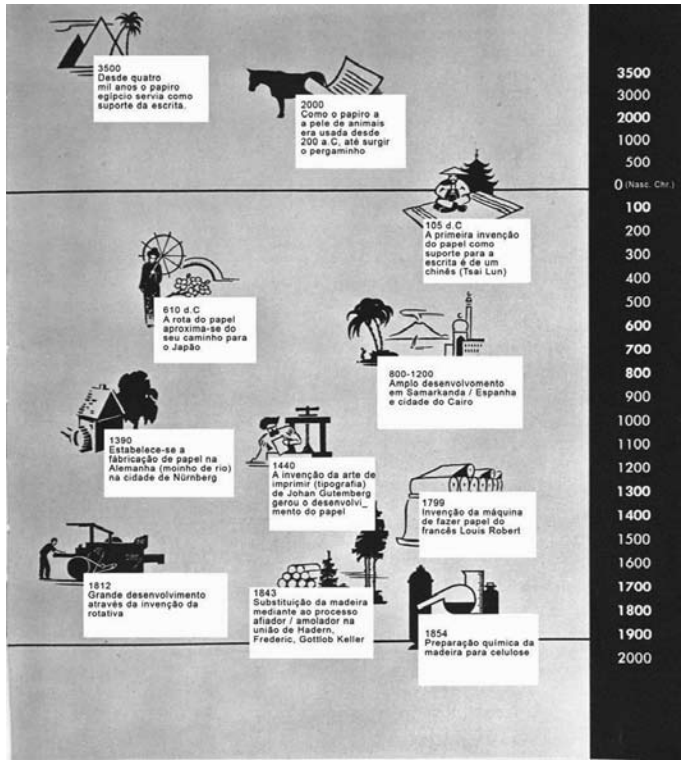
Segundo Fonseca (2005), o imenso panorama da trajetória histórica sobre as ações de preservação do patrimônio desenvolvidas no país pode ser melhor entendido através de um quadro cronológico com ênfase em três momentos, considerados marcantes no desenvolvimento e na evolução dessa política: o primeiro dito heróico - que se inicia nos anos 1930 com o anteprojeto da criação do SPHAN e vai até 1967, com o término da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade; o segundo - chamado intermediário, que se estende de 1967 a 1979, período em que o SPHAN luta por adaptar-se às novas demandas políticas nacionais e internacionais, interagindo com instituições federais que já atuavam no campo da preservação; e, o terceiro momento - dito moderno, que se refere ao período da gestão de Aloísio Magalhães (1979-1982).

Uma breve história do papel

A invenção da escrita talvez tenha sido a conquista de maior significado da humanidade. E o livro seu melhor veículo a serviço da memória enquanto elemento vital para a construção do conhecimento. Mesmo nos dias atuais, ainda é difícil imaginar em que momento esse constante acúmulo de saberes,

nesta forma de livro, venha a ser interrompido, porém não podemos deixar de observar que há sinais claros de que nossa memória coletiva está sendo gradualmente destruída. Os papéis, nos quais os nossos escritos são impressos, estão se deteriorando em ritmo acelerado e as instituições, como as bibliotecas e os arquivos, encarregados da preservação do conhecimento humano, travam uma incessante batalha para evitar que isso aconteça.

O livro, como testemunho portátil e definitivo de informação e conhecimento, surgiu sob a forma de placas de argila na Mesopotâmia há cerca de 3000 anos a.C. Próximo desta mesma época, rolos de papiro começaram a ser usados no Egito. O papiro, planta que cresce nas margens do rio Nilo, fornecia um material leve e flexível, e cada folha era obtida a partir de tiras finas do miolo da haste dessa planta, dispostas em camadas cruzadas e comprimidas. Contudo, as limitações do papiro, quanto à sua resistência, foi se tornando gradualmente mais evidente, abrindo espaço para busca e especulação de um suporte que tivesse características mais fortes e duradouras. Surge, então, o pergaminho. Este era feito de peles de bezerros, carneiros e cabras e conferiam características de resistência e durabilidade incomparáveis às do papiro. Era



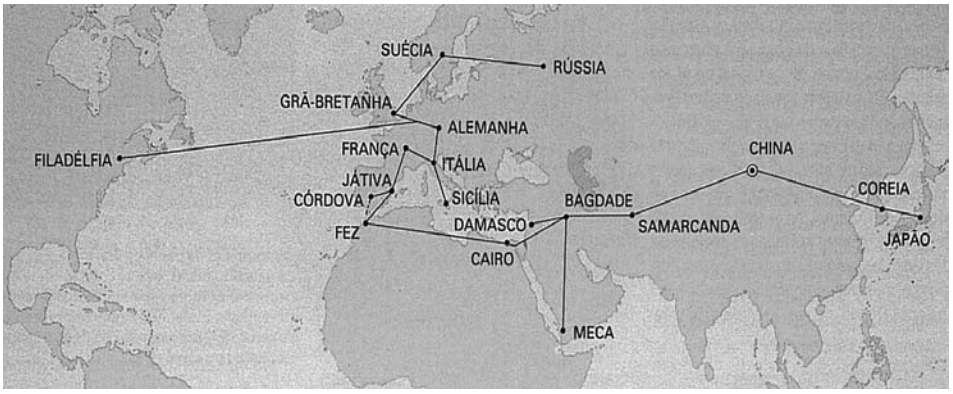
A história do papel: inventado na China no início do século II, só chegou à Europa no século IX

possível escrever em ambos os lados do pergaminho, fazer ranhuras e correções e ainda costurar vários deles juntos formando um códice [22].

O pergaminho provou seu valor e, no decorrer de séculos, nos mosteiros, todos os manuscritos foram cuidadosamente copiados para este nobre suporte. Conta a história que, no início do século XII, quando o papel foi introduzido na Europa, foi considerado por muitos como um material de qualidade bastante inferior. E a reflexão na época sobre esta novidade baseava-se em dois aspectos da maior relevância: a durabilidade e a permanência deste novo suporte para a escrita.

O papel, desde os mais nobres aos mais simples, tem uma importância muito grande na vida humana. Produto de grande versatilidade, iniciou o seu processo histórico há cerca de dois mil anos. Como a maioria das grandes invenções, teve um princípio muito simples. Era fabricado a partir de uma suspensão líquida de fibras, que se espalhava sobre uma tela para escoar a água e, em seguida, a folha daí obtida era removida da tela e levada a secar. A matéria-prima utilizada para a fabricação do papel é a celulose e sua interação com a água cria resistência e flexibilidade, que são características pontuais deste suporte da escrita.

Os chineses foram os primeiros a fabricar o papel no ano 105 d.C. Sua produção dava-se a partir da maceração de fibras vegetais, até que elas ficassem reduzidas a uma massa de fibras, misturada a água e, em seguida, despejada sobre uma moldura feita de bambu com uma malha feita de tecido poroso. Ao drenar a água, ficava sobre a superfície dessa malha uma camada de fibras entrelaçadas, que resultava na folha de papel. Desde o início os chineses perceberam a necessidade do uso de um elemento como "carga" com a finalidade de reduzir a tendência ao espalhamento das fibras. Assim, introduziram o amido de arroz e/ou a cola de líquen na massa de fibras. Depois de feitas, as folhas de papel eram alisadas e polidas com pedras lisas para obtenção de um acabamento regular.



A rota do papel: os árabes o introduziram no Ocidente

A arte da fabricação do papel passou da China para a Coréia e o Japão e, depois, para o mundo árabe, onde pela primeira vez foram utilizados trapos de algodão como matéria-prima para as fibras. Contudo, o tempo aciona a roda da história e, através dos deslocamentos dos povos, das rotas das caravanas e das conquistas territoriais, o papel e os segredos de sua manufatura são introduzidos no ocidente. Os mouros não tardam em levar para a Espanha todo o seu aprendizado.

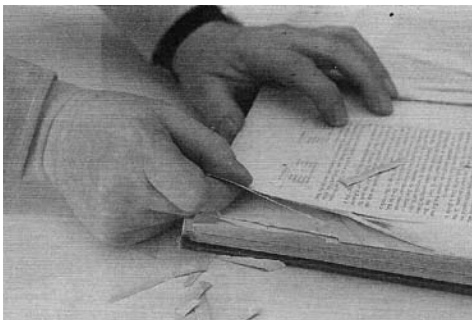
Com o desenrolar dos fatos, este conhecimento se espalha e se propaga principalmente por toda a Itália, onde a primeira marca d'água[23] européia foi usada em Fabriano em 1282. Os europeus, ao invés de usarem os tradicionais moldes de bambu dos orientais, fabricavam seus próprios moldes a partir da utilização de fios metálicos trançados, formando uma malha fina que era presa a uma moldura de madeira. Por volta do ano de 1495, o papel já estava sendo fabricado com grande envergadura na França, Alemanha, Flandres (região norte da Bélgica), Polônia e Inglaterra.

A história registra que a adoção do papel como alternativa ao pergaminho não parece ter causado nenhum efeito significativo sobre o número de livros produzidos a mão. Entretanto, uma nova era estava despontando na história com a invenção dos tipos móveis e a impressão moderna, por Johannes Gutemberg (1390-1468). E assim, no século XV, por volta de 1450, esta magnífica invenção foi tanto causa quanto efeito para a grande disponibilidade ao uso do papel. Mesmo sendo encarado por muitos com desagrado, o crescimento da produção de livros, desencadeado pelo prelo, exigiu que se utilizasse muito papel para impressão.

Inicialmente, o papel tinha excelente qualidade como um produto da combinação de trapos de linho, da ausência de substâncias químicas, do mínimo de processamento mecânico e da abundância de água limpa, produzindo assim milhares de livros que ainda hoje se encontram em excelente estado de preservação. Eles são conhecidos nas bibliotecas como os livros raros, impressos em papel de trapo.

Assim sendo, na medida em que aumentou a demanda na impressão de livros, a qualidade do papel começou a decair, em decorrência principalmente da falta de matérias-primas consideradas puras, dos avanços da tecnologia e do crescente uso de substâncias químicas para acelerar o seu processo de fabricação.

A deterioração da qualidade do papel deu-se de forma lenta, porém, em meados do século XIX, mais precisamente a partir de 1850, acelerou-se. Com o inicio do uso de fibras vegetais consideradas impuras, surge a fibra de celulose da madeira. Este fato trouxe novo alento aos produtores, porém, a curto prazo, descobriu-se que as fibras de polpa de madeira são curtas e retêm grande quantidade de uma substância resinosa chamada lignina. Estas fibras, quando



Papel quimicamente degradado: o livro deteriora-se ao mais simples manuseio

não são quimicamente purificadas, ou seja, quando não se executa a completa remoção desta substância, com o passar do tempo, tornam-se um agente agressor, conferindo ao papel características de acidez que o enfraquecem.

Como parte do método de fabricação do papel, era usado um procedimento denominado encolagem, ou seja, a etapa na qual a folha de papel era submetida a uma solução de gelatina, com a finalidade de conferir-lhe um padrão de printabilidade, um acabamento macio e regular que não lhe permitisse absorver as tintas de escrever e de impressão. Assim, desde o século XIV, a carga utilizada nesta etapa era a gelatina ou um tipo de cola de cartilagem.

Contudo, no desenrolar da fabricação do papel, este procedimento de encolagem sofre uma mudança de produto, surgindo o breu em substituição àquela substância gelatinosa feita com cartilagem de animais. Simultaneamente é adicionado ao breu o elemento alúmen (um tipo de sal ácido) como recurso para sua solubilização na água. Para muitos fabricantes de papel, este composto alúmen resina (breu) tornou-se o remédio para todos os males, como, por exemplo, a inibição da formação e do crescimento de fungos e bactérias e a maior resistência ao papel, quanto à penetração de tintas. Entretanto, deixa o papel pouco resistente e aumenta sua acidez, além do fato de que, este composto, em combinação com graus elevados de calor e umidade, formará o ácido clorídrico, um dos ácidos mais prejudiciais à celulose.

Mas o progresso diversificou a produção na indústria papeleira e, na atualidade, enquanto alguns fabricantes se dedicam à produção de papeis para fins gerais, como a produção de jornais etc., outros adotam os métodos ditos tradicionais e mais pontuais, produzindo papeis de alta qualidade direcionados a finalidades artísticas. O mercado hoje apresenta grande variedade de papeis com comprovada qualidade e durabilidade. Atualmente, devido à evolução tecnológica no processo industrial, é possível obter-se papeis tão bons como os utilizados no passado.

Por fim, estamos na era do papel dito permanente, aquele que reserva qualidades arquivísticas de preservação. São papeis alcalinos, fabricados a partir do uso de fibras de ótima qualidade e muito bem tratadas quimicamente. No

mundo, de modo geral, e nos Estados Unidos, em particular, já há uma grande quantidade de livros impressos neste tipo de papel[24].

No Brasil já encontramos papeis e cartões alcalinos para diversos usos, porém ainda terá que acontecer grande conscientização dos livreiros e das editoras ao uso pleno deste novo tipo de papel, com vistas a sua permanência e preservação para o futuro.

Novo padrão de identificação dos papéis com maior qualidade de preservação

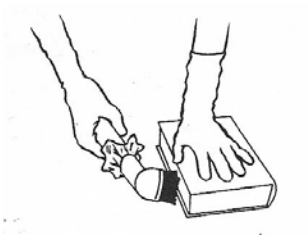
A conservação preventiva e a reparadora

A arte da preservação é tão antiga quanto a própria civilização humana. De certo modo, podemos dizer que provém do instinto de autopreservação presente em todos os seres vivos.[25]

Atualmente, os profissionais desta área técnica em questão compartilham um consenso a respeito do significado dos termos preservação e salvaguarda, conservação preventiva e reparadora e restauração.

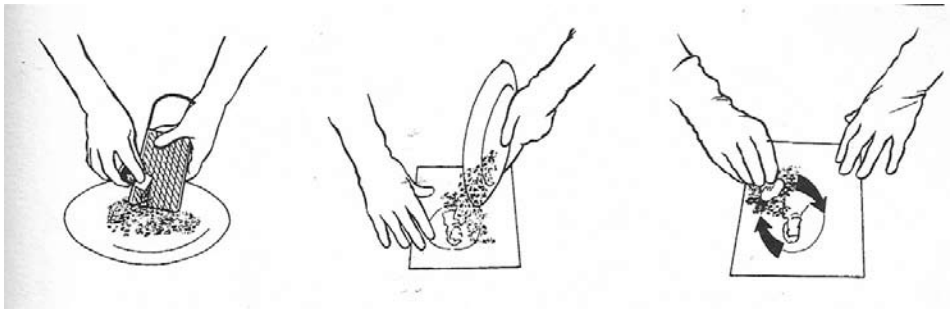
Assim sendo, a preservação e a salvaguarda de acervos são apresentadas como uma grande "capa protetora" sob a qual se alocam todas as ações técnico-científicas destinadas a esta finalidade, trazendo em si um sentido amplo e abrangedor. Estende-se desde as ações executadas para a manutenção das condições físicas, à permanência e durabilidade dos acervos e dos edifícios que os abrigam, até as decisões de escolha do melhor meio para uma possível reformatação de documentos (microfilmagem ou digitalização), quando houver necessidade da transferência de informações. Deste modo, devemos ter toda atenção para o conhecimento sobre o uso dos novos instrumentos que proporcionam os avanços do saber humano em relação à preservação e salvaguarda do patrimônio cultural.

A conservação preventiva engloba as seguintes situações: controle e manutenção das condições ambientais de umidade relativa, de temperatura, da emissão de luz e da limpeza da área destinada à guarda de acervos contra possíveis ataques de agentes biológicos; formas de armazenagem; cuidados quanto aos materiais adotados para os acondicionamentos; atenção quanto ao manuseio, higienização do acervo, análise e gerenciamento dos riscos capazes de afetar o acervo, e as normas para cessão de obras para exposições nacionais



Aspirador de pó manual para *higienizar* os livros

Mesa de higienização no Centro de Conservação da Biblioteca Nacional, 2009



Limpeza de documento com pó de borracha

e internacionais. Tudo isso com o objetivo de retardar ao máximo a degradação dos documentos.

A conservação reparadora e a restauração já apresentam características intervencionistas na estrutura dos suportes dos livros e documentos. Cada uma com um nível de aprofundamento específico.

Na *parte 3* sobre segurança, o assunto sobre as condições ambientais consideradas ideais para a preservação de acervos bibliográficos e documentais volta a ser abordado mais especificadamente.

Neste contexto vale ressaltar uma etapa de absoluta importância que é a higienização dos acervos. O termo higienização, incorporado ao jargão técnico da matéria conservação preventiva, descreve a ação de eliminação de sujidades generalizadas que se encontram sobre as obras, como poeira, partículas sólidas, elementos espúrios à estrutura física do papel, a eliminação de grampos

e clipes oxidados, objetivando, entre outros fatores, a permanência estética e estrutural da mesma. Esta etapa configura um raio-x do acervo, na medida em que cada livro, cada documento, as estantes e mapotecas onde os mesmos estão localizados, são submetidos a ações de limpeza a seco.

Assim, esta etapa técnica de higienização pode ser executada com o auxílio de um aspirador de pó para a limpeza da obra como um todo, principalmente o corte superior ou cabeça do livro, local onde sempre se deposita toda a poeira em suspensão que existe dentro de uma área de acervo.

Utiliza-se também a mesa de higienização e um pincel de pelos macios para a execução do processo de varredura de todas as folhas e capas de um livro.

E ainda o pó de borracha (resultante da ação de ralar uma borracha plástica branca em um ralador de aço inox). Esta ação será efetivamente mais usada em documentos planos, tais como: gravuras impressas, partituras musicais, impressos etc. Colocando-se um punhado deste pó de borracha sobre o documento e, com movimentos leves e circulares, partindo do centro para as bordas, executa-se a limpeza com o auxílio de uma boneca (espécie de chumaço feito com algodão e gaze). Esta operação poderá ser repetida tantas vezes quantas forem necessárias para a limpeza plena do documento. É importante ressaltar que todo o pó de borracha deve ser muito bem retirado do documento, com o uso de um pincel de pelos macios. Todas estas ações devem ser executadas com a maior atenção e cuidado para não causarem danos às obras.

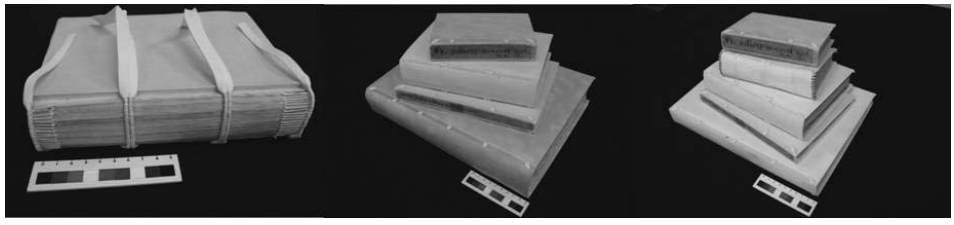
A conservação reparadora apresenta-se como um elenco de procedimentos técnicos direcionados à recuperação de algumas deteriorações que podem ocorrer nos livros e documentos, no decorrer de sua vida útil, na maioria das vezes fruto de manuseios, acondicionamentos e armazenamentos considerados inadequados. Dentre estas deteriorações, as mais comuns são os rasgos de partes dos documentos, as perdas de suporte, e de partes das encadernações como a lombada e as capas dos livros.

Assim, reparos emergenciais são executados, tais como: remendos de folhas, enxertos, obturações, consolidações de capas, reestruturação de lombadas dos livros, visando a recuperação da encadernação. O objetivo é o retorno desse livro, o mais breve possível, ao convívio com o usuário. E deste modo estamos sempre nos empenhando para mantermos o acervo vivo, mesmo quando não nos damos conta que atividades, por vezes simples, porém repletas de subjetivas intenções, explicitam nossas posturas na direção da preservação.

A restauração

Considerada como um conjunto de ações técnicas de caráter intervencionista nos suportes das obras, a restauração se propõe a executar o trabalho de

Máquina reenfibradora de papéis, Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional, 2006



Encadernações flexíveis confeccionadas em pergaminho para obras raras, confeccionadas no Laboratório de Restauração

Caixa para guardar documento em pergaminho, com selo pendente, de d. João I, rei de Portugal. Confeccionado por Fernando Menezes Amaro, do Laboratório de Restauração

reversão de danos físicos ou químicos que tenham ocorrido nos livros ou documentos ao longo do tempo. Na Biblioteca Nacional a restauração é adotada para os acervos raros que apresentem um elevado grau de deterioração, e nos casos em que somente o uso de técnicas relacionadas com a conservação reparadora não é suficiente para restituir a condição estrutural do documento.

As técnicas de restauração são aplicadas em cada livro ou documento de forma individual, o que implica custo elevado e tempo longo de trabalho, como também a formação de equipe de técnicos especializados e treinados para o exercício de atividades precisas.

Assim, são adotados critérios éticos, estéticos e históricos previamente estabelecidos que serão os guias de todas os procedimentos técnicos especializados em restauração de obras raras. Como parte integrante do extenso panorama de procedimentos técnicos de restauração de livros e documentos, ressaltamos alguns itens de grande relevância que devem ser considerados:

- Os registros da obra a ser restaurada, por meio de diagnósticos e fotografias de antes, durante e depois da execução dos tratamentos realizados.
- A garantia do princípio de reversibilidade sobre todos os materiais que forem utilizados nos tratamentos técnicos.
- A atenção com a compatibilidade dos novos materiais a serem utilizados na obra durante os tratamentos.
- A execução de testes prévios de solubilidade das tintas de impressão e de escrita das obras antes da execução de tratamentos técnicos em meios aquosos.
- O uso de técnicas de reenfibragem para partes faltantes dos suportes originais em livros e documentos, através do equipamento máquina reenfibradora de papeis.
- O uso de encadernação flexível em pergaminho para as obras raras restauradas com o uso da máquina reenfibradora de papéis. Esta é uma política de encadernação adotada e desenvolvida, para estes casos, pelos especialistas do Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional.
- A utilização de modelos de acondicionamentos específicos para os livros e documentos restaurados, confeccionados com materiais especiais e que propiciem proteção duradoura.

PARTE 3

A segurança

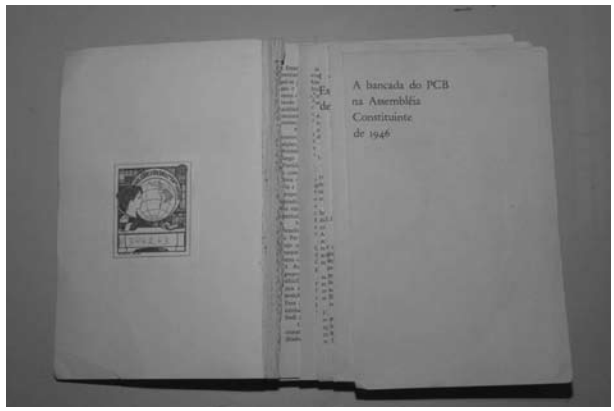
A palavra "segurança" tem origem no latim *securitas, securitatis* e significa "sem preocupações". A etimologia sugere o sentido "ocupar-se de si mesmo". Em sua definição mais comum, essa palavra refere-se "a um mal a ser evitado", e, por isso, segurança é a ausência de riscos, a previsibilidade, a certeza quanto ao futuro. Desse modo, o termo denota uma relação entre o segurado e o risco, que pode ser natural ou humano. Uma catástrofe física, por exemplo, um sinistro e uma ação humana inadequada que se tornou uma ameaça ao próprio homem. O risco humano é, para o desastre, considerado pior do que o natural, pois um é tido por inevitável, ao passo que o outro, o humano, é considerado discricionário, ou seja, livre de restrições legais.

Desta maneira, a segurança, vista como um bem comum, deve ser amplamente divulgada e garantida por meio de um conjunto de convenções sociais. Adotamos o entendimento sobre segurança como o conjunto de elementos que formam um plano definido para impedir danos e combater os agentes prejudiciais à nossa instituição, abrangendo a proteção do edifício, dos bens, dos acervos e dos usuários. Assim, delimitamos como objetivo precípuo a integridade física de todo o acervo e dos usuários da Fundação Biblioteca Nacional.

Nestes tempos atuais, pontilhados por catástrofes ambientais, guerras, vandalismos e ódios étnicos, que resultam em destruições de grandes e irreconstruíveis acervos mundo afora, nos voltamos para reflexões do estado da arte em relação às grandes coleções de livros e documentos que estão armazenadas em bibliotecas sob a custódia do Estado.

> Nesta história da destruição de livro se observa que a destruição voluntária causou o desaparecimento de 60% dos volumes. Os restantes 40% devem ser atribuídos a fatores heterogêneos, entre os quais se destacam os desastres naturais (incêndios, furacões, inundações, terremotos, maremotos, ciclones, tempestades tropicais etc.), acidentes (incêndios etc.), os agentes biológicos (como a traça, a broca e outros insetos), mudanças culturais (extinção de uma língua, modificação de uma moda literária) e os próprios materiais com os quais se fabricou o livro (a presença de ácidos no papel de século XIX está destruindo milhões de obras). É difícil conviver com estas questões, mas o certo é que, neste momento, quando você lê estas linhas, pelo menos um livro está desaparecendo para sempre.[26]

Assim sendo, a segurança toma proporções totais em uma biblioteca, abrangendo completamente o prédio que a abriga, a área física ao seu redor, o acervo, as diversas formas de acesso, os funcionários, os usuários e os administradores. Ela também determina ações precisas e pontuais que irão possibilitar



Livro cortado com estilete por usuário no salão de leitura da Seção de Obras Gerais

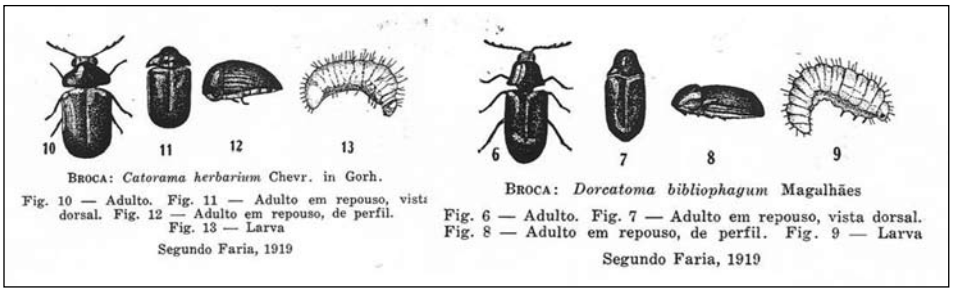
desempenhos técnicos e adequados à permanência de uma trajetória tranquila e sadia para todos na biblioteca.

A avaliação de riscos

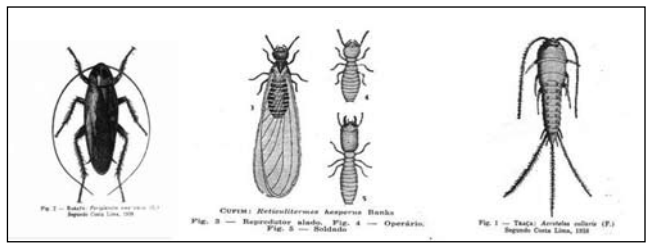
Há um consenso entre os profissionais que trabalham em bibliotecas de que, na maioria dos casos, os chamados riscos de acidentes e desastres podem ser minimizados, reduzidos ou totalmente eliminados, se a instituição tiver um programa de emergências amplo, devendo, ao mesmo tempo, ser específico e sistemático, conhecido e entendido por todas as pessoas que trabalham, pesquisam ou visitam a biblioteca. O objetivo principal deve ser o fornecimento e o esclarecimento dos meios para reconhecermos, prevenirmos e respondermos com precisão efetiva a todas as emergências, ou seja, as situações críticas, os acontecimentos perigosos ou fortuitos e os acidentes que porventura ocorram.

Deste modo, a identificação dos riscos que podem acontecer em uma biblioteca deve ser tratada com grande atenção, gerando possibilidades de reconhecimento dos problemas, das consequências e da extensão dos danos que podem vir a atingir um determinado acervo.

Contudo, para entendermos melhor os riscos é fundamental conhecermos a classificação dos acidentes e/ou desastres. Desastres naturais são aqueles causados por fenômenos naturais, como tempestades tropicais, raios,


10
11
12
13
Broca: Catorama herbarium Chevr. in Gorh.
Fig. 10 — Adulto. Fig. 11 — Adulto em repouso, vista dorsal. Fig. 12 — Adulto em repouso, de perfil. Fig. 13 — Larva
Segundo Faria, 1919
6
7
8
9
Broca: Dorcatoma bibliophagum Magalhães
Fig. 6 — Adulto. Fig. 7 — Adulto em repouso, vista dorsal. Fig. 8 — Adulto em repouso, de perfil. Fig. 9 — Larva
Segundo Faria, 1919

Os insetos estão entre os principais destruidores de documentos



Cupim: ataque à madeira e ao papel

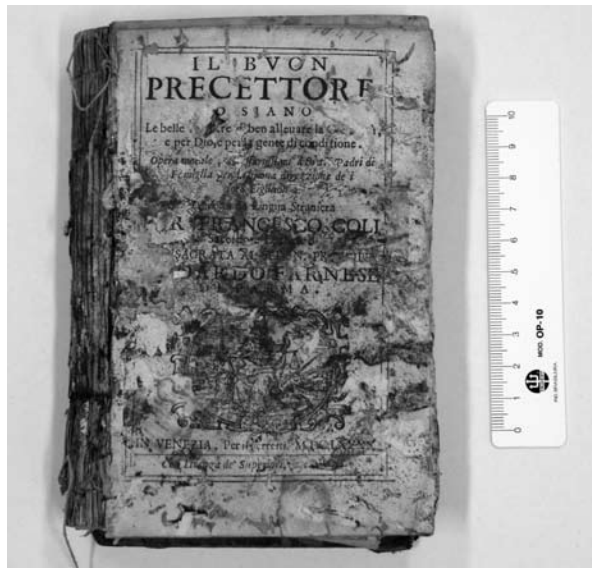
inundações, secas, terremotos, maremotos, ataques de agentes biológicos e poluição atmosférica.

Desastres produzidos e/ou acidentais são aqueles que resultam de falhas humanas, tais como: atos de terrorismo, incêndios, inundações acidentais, explosões, acidentes com produtos químicos, falta de manutenção do prédio, roubos, vandalismos e violência urbana.

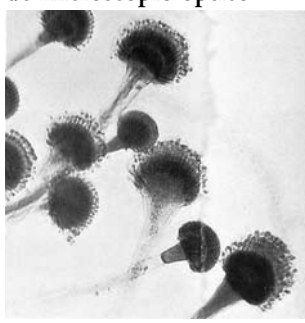
Segundo Pedersoli (2008), com a finalidade de gerenciar e controlar os acidentes e/ou desastres, é importante que executemos com todo rigor a tarefa de avaliação de riscos, e isto implica conhecimento dos agentes de deterioração, como também identificação, quando possível, dos três tipos de riscos cabíveis para cada agente que, inadvertidamente, venha a atingir o acervo: os riscos raros, os esporádicos e os contínuos.

Apresentamos, neste contexto, um panorama com a descrição de alguns dos mais consagrados agentes de deterioração, suas formas, seus efeitos e como afetam sobremaneira os acervos bibliográficos e documentais. São os seguintes:

Livro com infestação de agente biológico (fungo)



Fungos vistos através de microscópio óptico



- as forças físicas desencadeadas a partir do armazenamento errado dos livros nas estantes, dos documentos nos arcazes e mapotecas, que causam efeitos de deformação, rompimentos, arranhões e/ou perfurações;
- os atos criminosos, como roubo[27], que causam o desaparecimento dos documentos, e as ações de vândalos, que desencadeiam mutilações e desfigurações dos mesmos;
- o fogo, que deixa como consequência a queima total ou parcial do acervo, gerando grande depósito de fuligem e a deformação estrutural nos documentos que o compõem;
- a água, que produz danos como deformações, manchas, corrosões, dissoluções, desintegrações e enfraquecimentos nos suportes originais dos documentos;
- as pragas (insetos, roedores, pássaros), cuja ação resulta em perfurações, perdas de partes dos objetos, defecação, depósitos espúrios, manchas generalizadas e o enfraquecimento das partes que compõem os livros;
- os poluentes (pó, líquidos e gases), que desencadeiam deposições irreversíveis de poeiras, desintegrações, corrosões, manchas e descolorações;
- a luz, devido à emissão dos raios ultravioletas, que causa o esmaecimento, a descoloração, os enfraquecimentos, os amarelecimentos e também os escurecimentos dos documentos;
- a temperatura incorreta, que propicia ações de deterioração mais acelerada por reações químicas, o enfraquecimento e possivelmente fraturas dos materiais;
- a umidade relativa incorreta, que possibilita o surgimento de fungos, de deformações, de manchas e o enfraquecimento geral dos livros;
- a dissociação, ou seja, a guarda de um livro ou documento em local errado, que não corresponda à sua classificação, gerando consequentemente sua "perda"[28] e a das informações sobre ele dentro de um acervo.

A partir da identificação e da visualização dos agentes de deterioração potencialmente capazes de afetar um acervo, estaremos aptos a iniciar um trabalho investigativo sobre os tipos de riscos que os envolvem.

Tomemos como exemplo de agente de deterioração a água, um dos mais conhecidos e temidos para o acervo, e vamos relacionar os tipos de riscos por ele provocados. Uma grande inundação, desencadeada por uma intensa tempestade tropical terá seus efeitos classificados como um risco raro, na medida em que grandes tempestades não acontecem o tempo todo. Para esses casos, precisaremos da contribuição de uma equipe de especialistas treinados, que saibam como atuar prontamente para que os acervos, como um todo, não sejam danificados.

Por outro lado, os danos causados por goteiras, decorrente de problemas na rede hidráulica, nos telhados, ou em consequência da entrada de chuva de

vento através de vidros quebrados nas janelas, podem ser classificados como risco esporádico, pois podem ser resolvidos por uma equipe de agentes dos chamados serviços gerais da instituição, na medida em que isto não venha a configurar uma grande ameaça ao acervo.

Por fim, as infiltrações ou umidades ascendentes por capilaridade, que podem ocorrer nas paredes dos prédios das bibliotecas, poderão ser classificadas como risco contínuo, na medida em que sua extinção total, na maioria das vezes, está condicionada a intervenções arquitetônicas e ações orçamentárias que, grosso modo, exigem algum tempo para serem executadas, podendo configurar como potenciais ameaças ao acervo.

A identificação dos agentes de deterioração e a classificação dos riscos devem ser ações desenvolvidas com atenção e precisão, como também descritas em relatórios e registradas por meio de fotografias. Esses agentes podem e devem ser examinados quanto a duas grandes categorias que os relacionam: os riscos externos, ou seja, aqueles que estão relacionados aos fenômenos naturais, como as condições meteorológicas, a poluição atmosférica, a situação geográfica e social da área urbana e do entorno onde está localizado o edifício da biblioteca; e os riscos internos, ou seja, os que são originários de falhas nas condições estruturais e arquitetônicas do edifício: instalações elétricas e de gás, materiais inflamáveis, canalizações de água, instalações sanitárias, laboratórios, cozinhas, vigilância sobre os visitantes, usuários e funcionários, como também sobre todos os objetos que entram e saem do edifício.

Todos esses itens, isolados e/ou em conjunto, traduzem, em maior ou em menor grau, a vulnerabilidade a que estão sujeitos os acervos das bibliotecas, o edifício que os abriga, como também a sua população.

Não podemos deixar de registrar outro aspecto de suma importância dentro do campo da segurança, que é a biossegurança. O conceito de biossegurança, estabelecido em 2003 pela Comissão Técnica de Biossegurança da Fiocruz (CTBio-Fiocruz), diz que:

> Biossegurança é um conjunto de saberes direcionado para a ação, prevenção, minimização ou eliminação dos riscos inerentes às atividades de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços, os quais podem comprometer a saúde do homem, o ambiente e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos[29].

A preocupação e o desenvolvimento deste campo específico de pesquisa relacionado à biossegurança para profissionais que atuam junto a acervos de bibliotecas e para os conservadores-restauradores de bens culturais vêm sendo, aos poucos, difundidos e assimilado. A área de pesquisa está intrinsecamente ligada ao ambiente, à higiene e à segurança do trabalho. Diz respeito ainda,

dentro de uma avaliação de agentes de deterioração, àqueles relacionados aos riscos químicos, biológicos e físicos.

Como riscos químicos, podem ser citados o contato com substâncias químicas e tóxicas, como solventes em geral, tinturas, anilinas e tantos outros produtos utilizados em trabalhos de conservação e restauração, como também em atividades de limpeza de ambientes laboratoriais.

Os riscos biológicos estão relacionados aos microorganismos, como as bactérias, os fungos, os parasitas e os insetos em geral, que podem ser encontrados em meio aos acervos documentais.

Os riscos físicos, neste caso, dizem respeito ao campo ergonômico, que trata da otimização das condições de trabalho humano por meio de métodos da tecnologia e do desenho industrial.

Recomendações para prevenção de riscos em áreas de trabalhos técnicos

Neste ponto, apresentamos algumas recomendações direcionadas à prevenção de riscos de acidentes nas áreas técnicas de conservação e restauração:

- ter conhecimento do grau de toxidade dos produtos químicos antes de usá-los;
- manter todos os produtos químicos devidamente rotulados e ter atenção quanto aos prazos de validade;
- nunca despejar pelo ralo da pia ou da área de trabalho os produtos químicos com validades vencidas ou considerados ultrapassados;[30]
- nunca armazenar produtos químicos com alimentos ou bebidas;
- a maneira ideal de armazenamento destes produtos é em armários com sistema de exaustão direcionado ao exterior da área de trabalho;
- a forma correta para o uso de produtos químicos é sempre por meio de uma capela de exaustão.
- nunca manter solventes químicos em frascos de boca larga ou béqueres sem tampa durante algum trabalho específico. Já existem no mercado frascos com tampas especiais para esta finalidade;
- proteger sempre a pele com luvas, os olhos com óculos especiais e usar máscaras adequadas durante o manuseio de solventes químicos;
- não fazer refeições no local de trabalho e não armazenar guloseimas dentro de gavetas ou armários;
- manter toda a atenção durante o uso de equipamentos cortantes, como guilhotinas, tesourões etc.;
- estar sempre atento e preparado para casos de emergência;
- ter conhecimento de como utilizar o equipamento extintor portátil contra fogo;
- de preferência não trabalhar sozinho nas áreas técnicas de conservação, restauração ou encadernação;

- manter um *kit* de materiais, sempre atualizados, para os primeiros socorros na área de trabalho.

O gerenciamento de riscos

A captação dos recursos financeiros que devem ser destinados à gestão dos trabalhos a serem executados no âmbito da conservação preventiva em edifícios que abrigam uma biblioteca e seu acervo é, na maioria das vezes, um grande problema enfrentado por aqueles que têm esta imensa responsabilidade, embora seja reconhecidamente encarado como um assunto de grande importância e esteja sempre nos discursos dos presidentes e diretores das instituições por todo o país.

A gestão de um plano de conservação preventiva para uma biblioteca de pequeno ou médio porte não é uma tarefa simples e, neste caso, para a Biblioteca Nacional, com seu monumental edifício e seu acervo de cerca de nove milhões de peças, traduz-se como uma tarefa hercúlea.

Bem sabemos que, um planejamento de prevenção e combate a sinistros, ou seja, um plano de emergências bem estruturado, conhecido e aceito por todos que trabalham e pesquisam na instituição, pode ser um poderoso fator de pressão e sensibilização para os dirigentes no sentido da captação de recursos para o seu financiamento.

Contudo, é de vital importância todo o apoio estratégico e financeiro dispensado pelo primeiro escalão da instituição ao chamado plano de emergências que, entre seus objetivos, distingue a proteção da vida humana como fator de importância máxima.

A segurança do prédio, do acervo e dos usuários

Já adotamos como premissa básica, nesta nossa trajetória discursiva, que a conservação preventiva tem como objetivo prioritário assegurar que uma biblioteca, formada por seu edifício e seu acervo, permaneça disponível às futuras gerações. Assim, sempre será melhor prevenir ou reduzir *a priori* os danos que possam ocorrer. Neste sentido, há aqueles que afirmam que a prevenção é melhor que a cura. Guardadas as devidas proporções neste caso específico, não podemos deixar de reconhecer que o edifício que abriga uma biblioteca se constitui na primeira linha de defesa contra os inimigos.

Contudo, a compreensão sobre a grande importância e o cuidado que devemos ter com o edifício que abriga uma biblioteca não é novidade. O arquiteto romano Vitruvius, no século I a.C., já declarava que o local adequado para uma biblioteca em uma casa deve ter uma ventilação saudável e não deve ter excesso de umidade.

O edifício que abriga a Biblioteca Nacional foi concebido e construído com a finalidade de abrigar livros e documentos, e isto fez a diferença. Erguido de

frente para a grande avenida da cidade, voltado para o sol poente, o edifício, com seus grandes espaços internos e seu altíssimo pé direito, decorrente de seu singular desenho arquitetônico, atravessa o grande terreno e quase que encosta no que foi um dia o morro do Castelo.

Naquele momento, a cidade e o local da Biblioteca apresentavam uma condição meteorológica peculiar. A proximidade do mar, a presença do morro e a ausência de sistema de refrigeração no Brasil da época foram fatores cruciais que, supostamente, devem ter impulsionado os construtores do edifício a idealizarem um

O sistema de ventilação para seu interior similar ao princípio de ventilação existente em uma chaminé. E assim foram executadas no alto das paredes dos armazéns de livros, próximo ao teto, várias passagens redondas, semelhantes a "escotilhas", que serviam como veículos para a saída do ar quente. Este, por ser mais leve, era expulso do ambiente pelo ar frio que entrava pelas janelas abertas dos grandes salões de leitura e pesquisa da época, situados abaixo dos

Armazém de livros com indicação das "escotilhas" de ventilação: no andar de baixo o salão de leitura, 1909

Armazém de livros nos 4º e 5º andares: no andar de baixo, o Centro de Processos Técnicos, 2009

armazéns existentes dos lados esquerdo e direito do edifício, desencadeando uma grande movimentação de ar em seu interior, com o objetivo de propiciar conforto aos usuários.

A ventilação ou renovação de ar no interior de um edifício ajuda na sua conservação, pois evita o aumento de umidade e, em consequência, torna o ar mais sadio para a população que o frequenta. Porém, com as janelas abertas, a Biblioteca corria riscos, dada a entrada de grande quantidade de poeira urbana, carregada de monóxido de carbono, maresia, devido à proximidade do mar e à diversidade de insetos que certamente existiam no entorno do edifício. Tudo isso sem mencionar o excesso de poluição sonora oriunda da movimentação de veículos e de outros ruídos comuns na vida da cidade.

O tempo passou e com ele a cidade se transformou. A partir de 1920, o morro do Castelo começa a ser demolido, pelo método chamado hidráulico, considerado mais rápido, com a utilização de fortes e possantes jatos d'água. Como contam os historiadores; esse método foi utilizado a despeito da grande busca aos lendários tesouros deixados pelos jesuítas escondidos nas galerias e porões da igreja e do grande colégio existente no morro, que já vinham sofrendo fortes pilhagens desde a extinção da Companhia de Jesus e expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, por ordem expressa do marquês de Pombal.

Os destroços do morro serviram como aterro à margem da Baía da Guanabara, na área em frente ao prédio que atualmente abriga o Museu Histórico Nacional, onde viria acontecer a grande Exposição Internacional de 1922 em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. Em conjunto com todas as argumentações políticas da época contra o morro, havia aqueles que defendiam também uma mentalidade sanitarista, afirmando que o morro fora, havia muito tempo, classificado como um grande obstáculo a ser vencido na busca do saneamento e do embelezamento da cidade do Rio de Janeiro.

A partir das grandes transformações que se sucederam, surge, nos fundos da biblioteca, a Rua México, e com ela um novo bairro chamado Castelo, com modernas ruas e inúmeros edifícios de grande importância para a vida política, social e administrativa da cidade.

Durante longos anos, a Biblioteca viveu com suas janelas abertas para proporcionar a ventilação de seus espaços internos. Conta a história que, por muitos anos, o homem tentou livrar-se do calor utilizando gelo, ventiladores e tantos outros métodos, porém sem sucesso. O ano de 1902 é marcado como o da invenção do ar condicionado, que é definido tecnicamente como o processo de tratamento de ar destinado a controlar simultaneamente a temperatura,

a umidade, a pureza e a distribuição de ar em um meio ambiente. Criado por Willys Carrier, o aparelho retirava a umidade através do resfriamento do ar. Foi primeiramente usado com sucesso em uma indústria de papéis que contabilizava problemas durante o verão, com os papéis absorvendo a umidade do ar, dilatando-se e causando borrões e desalinhos nas imagens impressas. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi usado principalmente em aplicações industriais; a partir dos anos 1950, iniciou-se o desenvolvimento do sistema visando ao conforto humano.

Somente nos anos 60 e 80 do século passado esses aparelhos chegaram, efetivamente, à biblioteca, sendo instalados em várias áreas do prédio, visando, naquele momento, ao conforto dos seus funcionários e usuários. Desde então, as janelas e "escotilhas" nunca mais se abriram. Esta nova realidade trouxe, sem dúvidas, benefícios e também problemas, e o acervo, como um todo, passou a "sofrer" em suas áreas de guarda com o liga-desliga desses aparelhos de ar condicionado até os dias de hoje.

Contudo, um estudo iniciado pela Coordenadoria de Preservação (CoP) em conjunto com um especialista em climatologia[31], que está acontecendo na Seção de Iconografia, coletam os níveis atuais de temperatura e umidade relativa por meio do equipamento *datalogger* e também identificam o nível de incidência de luz artificial existentes na seção. Nossa meta é chegarmos ao controle dos níveis mais estáveis para as áreas de acervo, dentro de suas realidades atuais, assegurando assim a estabilidade necessária, sem oscilações, que efetivamente propiciarão a longevidade dos livros e documentos.

O objetivo primordial desta pesquisa é adquirirmos os padrões aceitáveis de ambientação[32] para que não ocorram flutuações nem períodos prolongados

Equipamento Datalogger.
Fonte: http://www.unityinst.com.br/2511.JPG

de condições úmidas, pois são estes que favorecem as atividades de insetos, fungos e bactérias, findando por expor o acervo ao dano biológico. Além disso, deve evitar que ocorram danos causados por poluentes gasosos e partículas nocivas encontradas no meio urbano da cidade. Vale registrar que hoje, na Biblioteca Nacional, as áreas de guarda de acervos são compartilhadas com os bibliotecários e os usuários, e isto implica uma preocupação maior, que é a configuração das condições ambientais para o acervo e a geração de um conforto ambiental para os que lá trabalham e pesquisam.

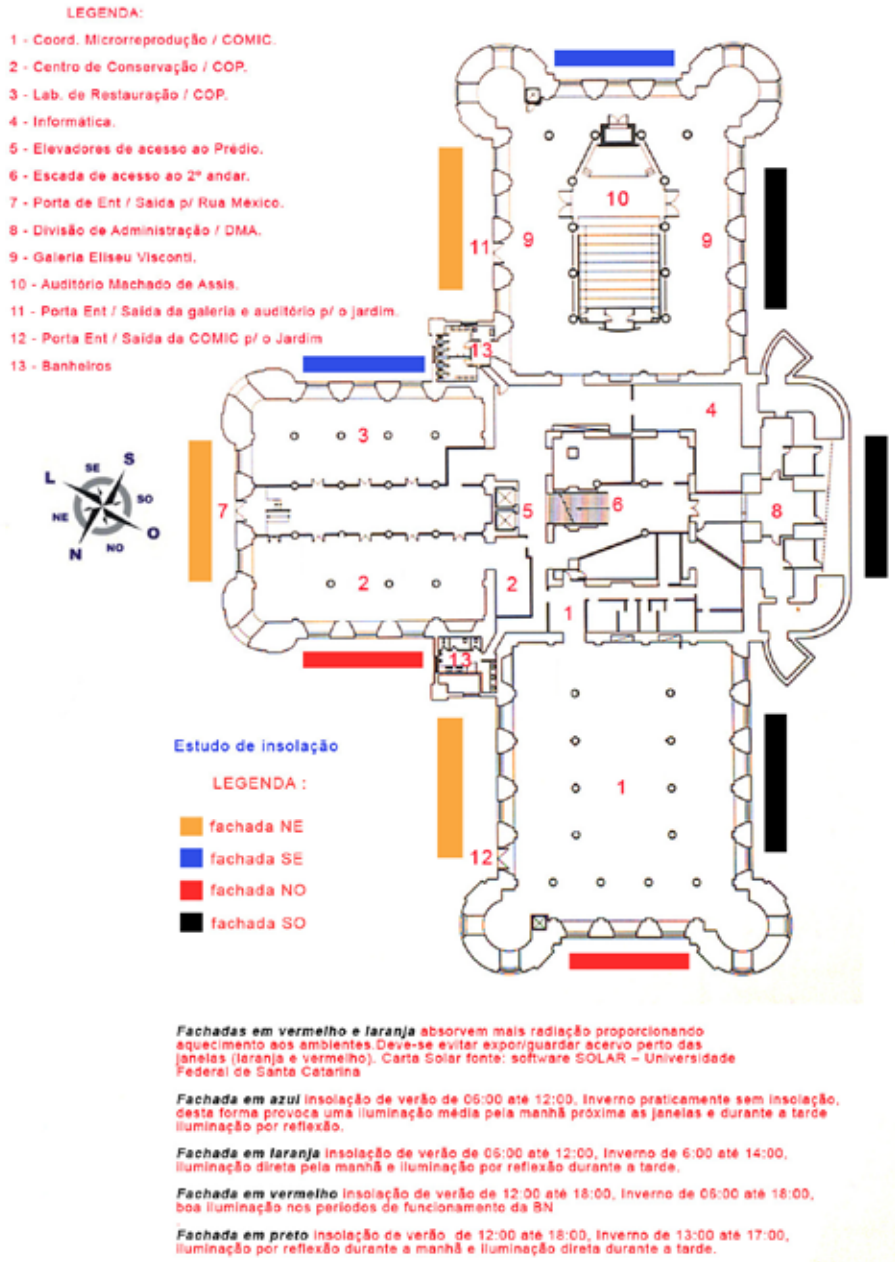
Outro aspecto desta pesquisa é o estudo da insolação que atinge o prédio da Biblioteca em todas as suas faces. Assim sendo, passaremos a ter elementos com os quais poderemos nos orientar no futuro para um possível rearranjo de estanterias e mobiliários de armazenamento de coleções raras e preciosas, na direção de locais mais adequados, como também devemos adotar a instalação de filtros contra raios ultravioletas nas grandes janelas de vidro das áreas de acervo com maior insolação no prédio da biblioteca.

Vale a pena observar a sequência de três gráficos denominados carta solar, oriundos do *software* Solar da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nos quais são apresentadas as faixas de insolação durante o verão e o inverno. Elas revelam um teor de iluminação média no prédio da Biblioteca durante a manhã, próxima às janelas, e durante a tarde uma iluminação por reflexão, nunca perdendo de vista nosso objetivo de assegurar melhorias e maior conforto nos locais onde também trabalhem técnicos e bibliotecários. Segue-se um conjunto de plantas arquitetônicas dos cinco andares do edifício, com o estudo sobre as áreas de insolação e as localizações de todos os segmentos que compõem a biblioteca.

Hoje podemos, a partir da coleta de dados no Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), apresentar um panorama gráfico de normas climatológicas referente aos períodos de 1931-60 e de 1961-90 sobre temperatura média e umidade relativa na cidade do Rio de Janeiro como amostragem para a necessidade de refrigeração, demonstrando que no período de 1931 até 1961 a temperatura e a umidade da cidade eram menores que no período de 1961 até 1990 (vide gráficos). Podemos inferir que, tendo sido a ambientação da cidade em níveis menores naquela época, a perspectiva da existência de um grau de conforto ambiental à época não deve ser de todo descartada.

Planta dos andares do prédio sede da Biblioteca Nacional

1º ANDAR - NÍVEL RUA MÉXICO


LEGENDA:
1 - Coord. Microrreprodução / COMIC.
2 - Centro de Conservação / COP.
3 - Lab. de Restauração / COP.
4 - Informática.
5 - Elevadores de acesso ao Prédio.
6 - Escada de acesso ao 2º andar.
7 - Porta de Ent / Saída p/ Rua México.
8 - Divisão de Administração / DMA.
9 - Galeria Eliseu Visconti.
10 - Auditório Machado de Assis.
11 - Porta Ent / Saída da galeria e auditório p/ o jardim.
12 - Porta Ent / Saída da COMIC p/ o Jardim
13 - Banheiros
L
SE
S
NE
SO
N
NO
O
Estudo de insolação
LEGENDA :
fachada NE
fachada SE
fachada NO
fachada SO

Fachadas em vermelho e laranja absorvem mais radiação proporcionando aquecimento aos ambientes.Deve-se evitar expor/guardar acervo perto das janelas (laranja e vermelho). Carta Solar fonte: software SOLAR – Universidade Federal de Santa Catarina.

Fachada em azul insolação de verão de 06:00 até 12:00, Inverno praticamente sem insolação, desta forma provoca uma iluminação média pela manhã próxima as janelas e durante a tarde iluminação por reflexão.

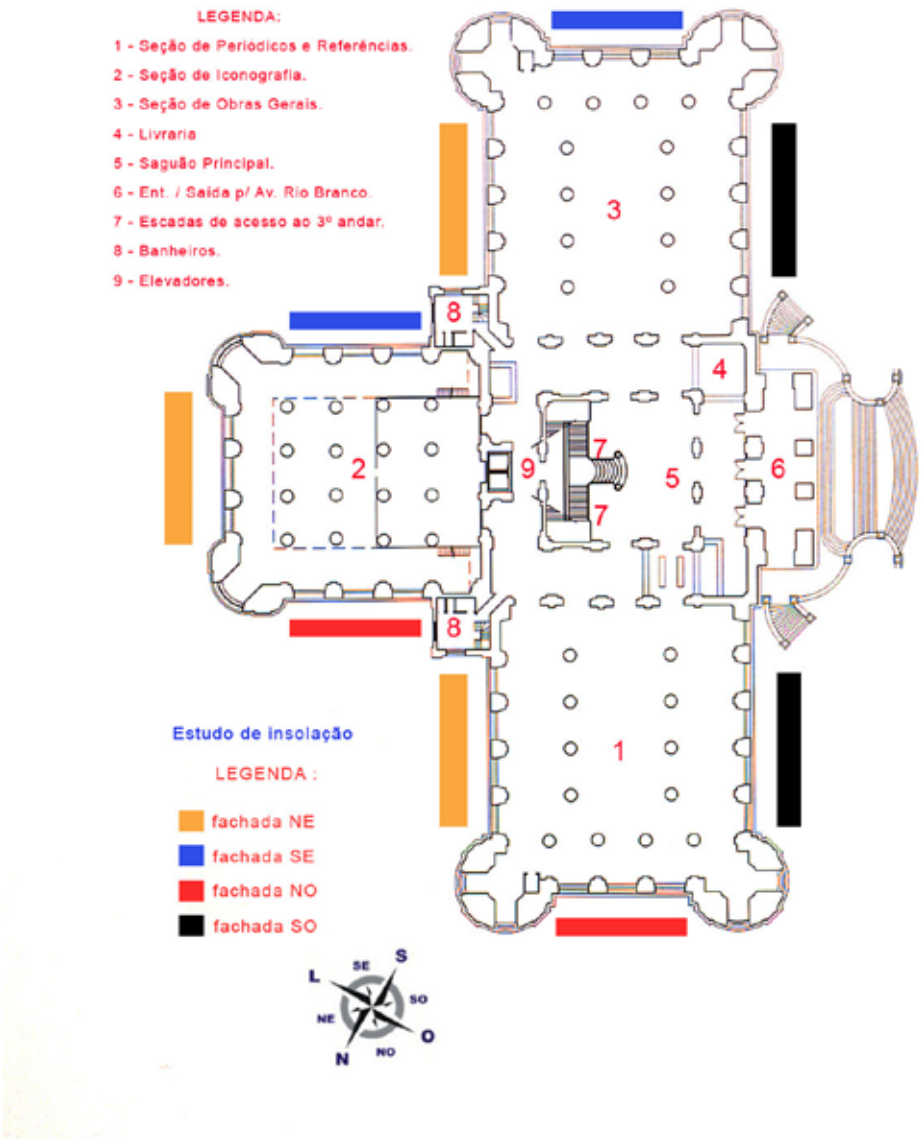
Fachada em laranja insolação de verão de 06:00 até 12:00, Inverno de 6:00 até 14:00, iluminação direta pela manhã e iluminação por reflexão durante a tarde.

Fachada em vermelho insolação de verão de 12:00 até 18:00, Inverno de 06:00 até 18:00, boa iluminação nos períodos de funcionamento da BN

Fachada em preto insolação de verão de 12:00 até 18:00, Inverno de 13:00 até 17:00, iluminação por reflexão durante a manhã e iluminação direta durante a tarde.

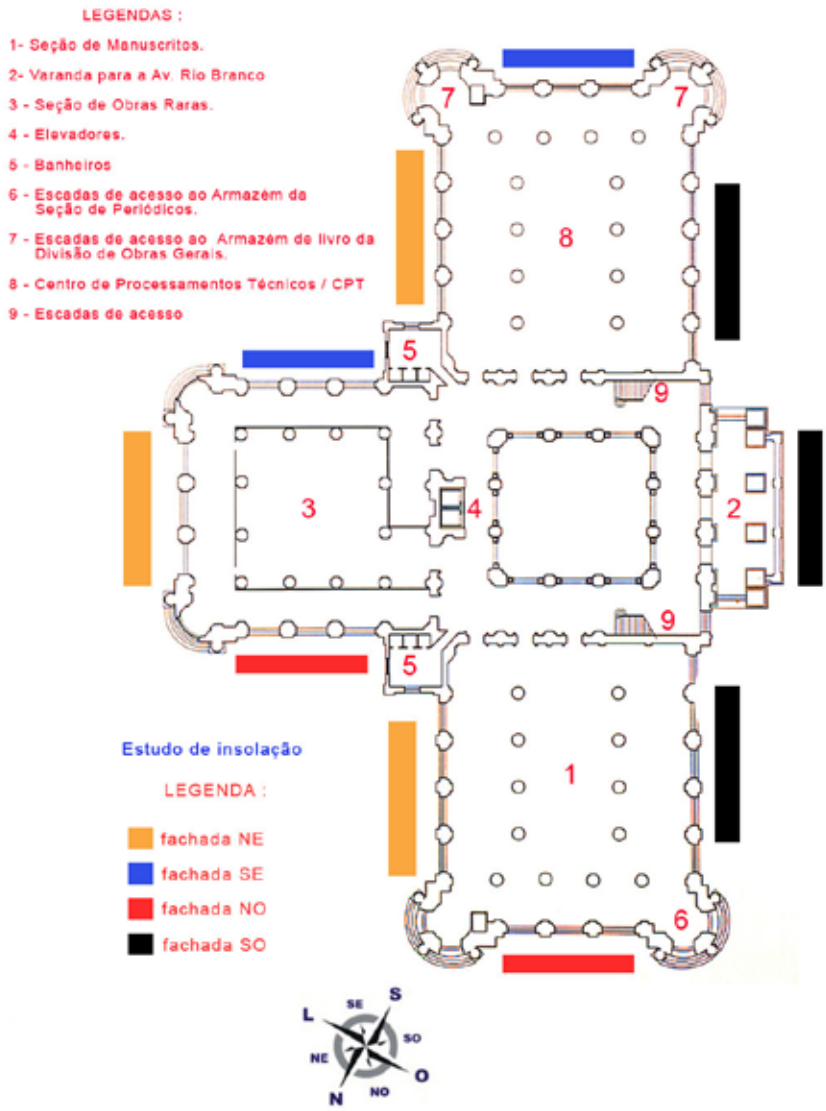
Planta dos andares do prédio sede da Biblioteca Nacional

2º ANDAR - NÍVEL AVENIDA RIO BRANCO



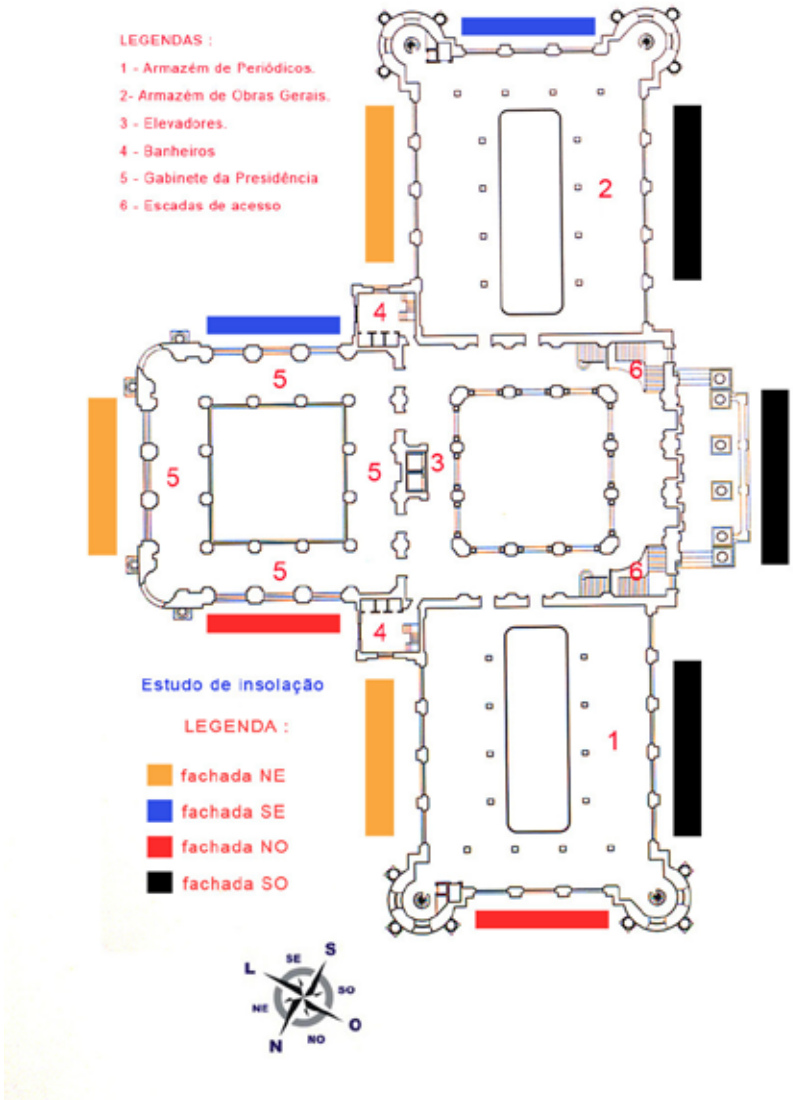
Planta dos andares do prédio sede da Biblioteca Nacional

3º ANDAR



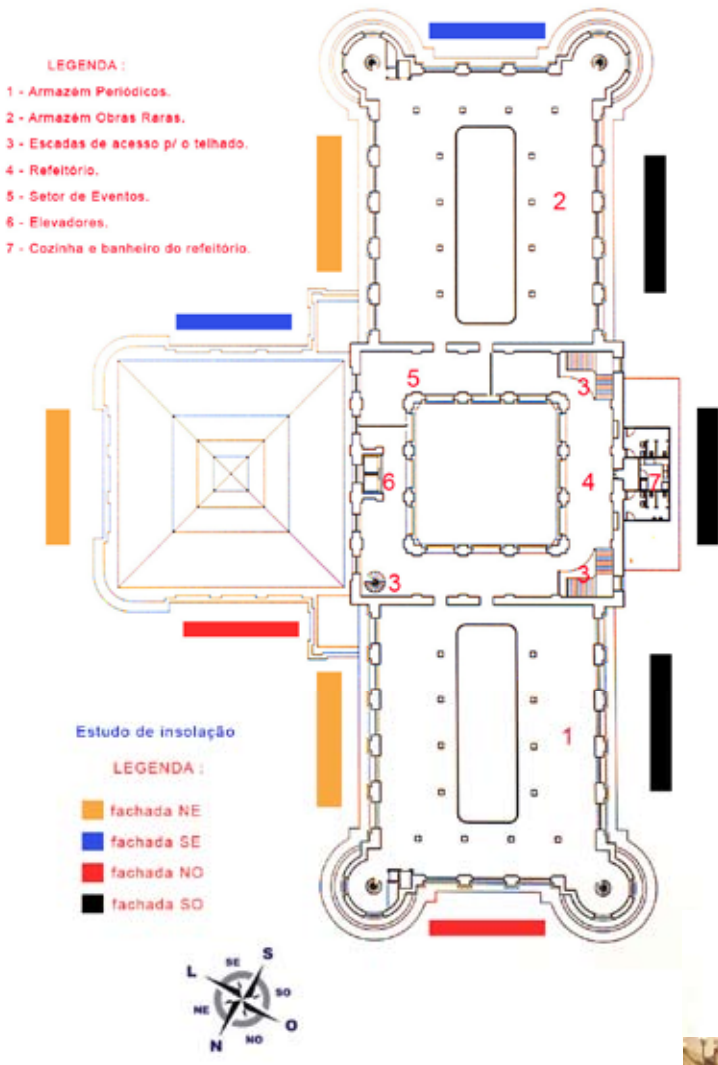
Planta dos andares do prédio sede da Biblioteca Nacional

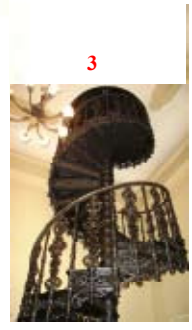
4º ANDAR



Planta dos andares do prédio sede da Biblioteca Nacional

5º ANDAR





Clarabóia do saguão principal

Saguão principal (2º andar): acesso ao terceiro andar

Escada de acesso entre andares

Visão interior dos 3º, 4º e 5º andares da Biblioteca Nacional

A Brigada de Incêndio

Segundo a norma regulamentadora NR 23, do Corpo de Bombeiros, de proteção contra incêndios, fica estabelecido que todas as empresas, públicas ou privadas, devem possuir proteção contra incêndio, saídas suficientes para evacuação de pessoal em serviço em caso de incêndio, equipamentos suficientes para combater o fogo no seu início e pessoas treinadas para usar estes equipamentos.

A Fundação Biblioteca Nacional, mediante a sua Coordenadoria da Brigada de Incêndio e em parceria com a Divisão de Manutenção Administrativa, além do apoio da Associação de Servidores da Biblioteca Nacional (ASBN), vem desempenhando ações sistemáticas destinadas à prevenção de incêndios em seu edifício.

O grande temor do homem urbano em sua vida de trabalho diário em edifícios da cidade é se ver atingido pela ação de um incêndio, o que pode ocorrer de forma acidental ou intencional. O fogo, desde os primórdios do mundo, foi o elemento essencial no surgimento das civilizações e o primeiro na vida do homem a dar-lhe boa alimentação e a promover o sentido de segurança coletiva. Serviu para salvar e para consagrar as divindades, como também para destruir. O fogo reduz o espírito de uma obra e, no caso de queima de livros, a racionalidade intemporal deixa de ser racionalidade para se converter em cinzas.

No rastro da história escrita através dos tempos, há registros da destruição de muitas bibliotecas, arquivos, museus, igrejas, castelos e monumentos pela ação de incêndios. Por toda a gama de motivos e, apenas para citarmos um, a destruição pelo fogo da biblioteca e do arquivo nacionais do Iraque durante esta guerra midiática em curso nos dias atuais, causando a destruição de manuscritos raros da Pérsia antiga e muito mais.

Em nosso caso, ante esta terrível ameaça, adotamos atitudes mais pragmáticas de prevenção e partimos para a convocação de voluntários nas seções de guarda de acervos e em outros segmentos da casa, com o intuito de formar o que convencionamos chamar "brigada de incêndio voluntária da biblioteca".

Todos os setores apresentaram seus candidatos e, a partir daí, formalizamos uma grande programação de treinamentos para manuseio de extintores portáteis contra fogo e técnicas de primeiros socorros. A Biblioteca Nacional contratou os serviços do especialista e perito de incêndio e explosão Gil Kempers, capitão do Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro, para assumir a responsabilidade pelos treinamentos, como também para proferir palestras sobre o assunto e dar toda assistência necessária à implantação das rotinas da brigada no edifício da biblioteca.

No momento estamos nos preparando para executarmos um grande exercício de prevenção de incêndios, que é o da evacuação total de todo o

contingente de funcionários que trabalha no prédio da Biblioteca, o que vai acontecer com a participação do grupo de brigadistas voluntários, treinados e preparados para esta tarefa como elemento antipânico, fator de grande responsabilidade em caso real.

Assim, instituímos o que chamamos de brigada de incêndio diurna, que atende às necessidades de emergência durante o horário comercial de funcionamento da instituição, inclusive com instruções de procedimentos para salvaguarda de obras que, porventura, venham a ser molhadas no decorrer de alguma ação de extinção real de fogo.

A brigada profissional de emergência noturna é formada pelo corpo de guardas que têm treinamentos específicos de combate a sinistros e compõem o quadro de guardas vigilantes que atuam fora do horário de expediente funcional, em fins de semana, feriados e em todos os dias em que não há movimentação de funcionários ativos no prédio da biblioteca.

A seguir apresentamos algumas atribuições consideradas importantes e adotadas pela equipe da brigada de incêndio:

- exercer prevenção, combater princípios de incêndio e efetuar salvamentos;
- conhecer e avaliar os riscos de incêndio existentes;
- promover e participar das inspeções periódicas no edifício;
- conhecer todas as vias de escape do prédio;
- conhecer os locais onde estão situados os equipamentos de proteção contra incêndio (extintores, hidrantes, detectores, alarmes etc.);
- conhecer todas as áreas internas do edifício;
- conhecer os princípios de funcionamento de todos os equipamentos de proteção contra incêndio;

Gil Kempers, capitão do Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro: treinamento das brigadas de incêndio, 2007

***Bottom* dos brigadistas voluntários da Biblioteca Nacional**

- estar sempre atento e atender imediatamente a qualquer chamado de emergência;
- agir de maneira rápida e enérgica em situações de emergência;
- inspecionar os setores ao término do expediente, verificando se todos os equipamentos foram desligados;
- participar de treinamentos periódicos da brigada;
- fiscalizar a inspeção de manutenção dos equipamentos de proteção contra incêndio.

O planejamento para prevenção de desastres

Nunca podemos esquecer que um desastre pode acontecer a qualquer hora e em qualquer lugar em uma instituição. Um plano de prevenção de desastres tem que ser encarado como um contra-ataque ao desastre. É estatisticamente anunciado que a maior frequência de desastres que ocorrem em bibliotecas é relacionada a fogo e água. Então, o planejamento de combate aos sinistros deverá ser explicado de forma clara, direta e explícita e deverá ser do conhecimento de todos os funcionários. Por conseguinte, três são as etapas consideradas mais importantes para salvaguarda da biblioteca: a prevenção, a capacidade de resposta e a recuperação.

É de suma importância registrar que neste planejamento estão incluídos todos os procedimentos estabelecidos para a formação e treinamento da equipe da brigada voluntária de incêndio da Biblioteca.

Deverá ser elaborada e divulgada por toda a instituição uma listagem com os nomes, telefones ou ramais de todos os chefes das seções de guarda de acervos, dos diretores e também os nomes dos membros da equipe da brigada de incêndio, a localização de suas seções de trabalho no edifício, seus telefones ou ramais e seus celulares.

Deste modo, caberá ao chefe da Divisão de Manutenção e Administração e ao Coordenador de Preservação a responsabilidade da coordenação e aplicabilidade deste planejamento de prevenção. É fundamental registrar que, em caso de desastre, será este contingente supracitado e mais o corpo de funcionários e técnicos ativos, os agentes da manutenção e administração e a equipe de guardas que faz a vigilância, os convocados, imediatamente, a prestarem socorro. Jamais devemos esquecer o número 193, que é o de emergência do Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro.

A prevenção são todas as medidas que serão tomadas para evitar ou minimizar os riscos de um desastre fora e dentro do edifício e no acervo da biblioteca.

No edifício é de crucial importância um exame sistemático no que diz respeito a:

- vistoria constante nos telhados;
- verificação do pleno funcionamento dos pára-raios;
- observar se existem telhas quebradas;
- manter sempre limpas e desobstruídas todas as calhas e drenos;
- conferir se há vidros quebrados nas clarabóias;
- verificar se a pintura das paredes se apresentam descascadas indicando a presença de infiltrações e umidades;
- checar se todas as janelas estão fechando perfeitamente e com segurança e se existe alguma com vidros quebrados;
- registrar se há presença de fungos nas paredes;
- identificar a presença de baratas ou roedores no edifício;
- executar uma investigação detalhada na rede elétrica quanto ao seu bom uso, se há sobrecargas, se as condições físicas da fiação estão satisfatórias e se há o uso de benjamim nas tomadas elétricas;
- verificar se as tubulações de água estão em bom estado ou enferrujadas;
- conferir se as portas de escape do edifício estão em bom funcionamento;
- observar se existem objetos, mobiliários etc. armazenados em locais que possam causar obstruções de locomoção no edifício;
- verificar se no entorno do prédio as árvores estão bem tratadas e podadas e se o jardim está limpo e bem cuidado;
- averiguar se o sistema de iluminação ao redor do edifício é eficiente.

Quanto à prevenção de riscos de incêndio existentes dentro do prédio, é importante manter constantes vistorias e responder às seguintes perguntas:

- Os extintores portáteis de incêndio são em número suficiente para todas as áreas do prédio?
- Estão situados em locais de fácil acesso e com visibilidade para todos?
- Estão situados em locais determinados pelo Corpo de Bombeiros?
- Há placas com sinaléticas explicativas sobre os diferentes tipos de extintores?
- Os extintores são frequentemente vistoriados e recarregados?
- Há detectores de fumaça dentro das áreas de guarda de acervos, dos salões de leitura e nas outras áreas do prédio?
- O prédio dispõe de alarmes de incêndio em pleno funcionamento?
- Onde eles estão situados?
- As mangueiras de água dos equipamentos contra fogo estão em bom estado de conservação?
- Existem sinaléticas fluorescentes colocadas em locais estratégicos que orientem a saída de funcionários em caso de corte total de energia no prédio?

- Há luminárias especiais em locais específicos que se acenderão em caso de corte de energia elétrica no interior do edifício? Onde estão situadas?
- Existem caixas especiais com tampas de vidro para guarda de cópias de chaves de portas, localizadas na parte externa de áreas consideradas estratégicas e de segurança no edifício?
- Existem aparelhos elétricos em uso dentro das áreas de guarda de acervos, como, por exemplo, cafeteiras?
- Existe local determinado para almoço e lanches dos funcionários, como, por exemplo, refeitório?
- É permitido fumar dentro do edifício da Biblioteca?

É absolutamente importante que os resultados das investigações e das vistorias executadas fora e dentro do edifício da instituição sejam sempre divulgados para todos os chefes das áreas de guarda de acervos, para os agentes da manutenção e administração, para a equipe da brigada de incêndio, para o chefe da equipe de guardas que faz a vigilância, para a equipe de conservadores e restauradores e para todos os bibliotecários e técnicos que, por trabalharem com acervos, estão, por força da profissão, envolvidos com a preservação e a segurança da Biblioteca, configurando assim uma forma de informação preventiva e participativa.

Como foi dito antes, os grandes "vilões" que nos roubam o sossego e provocam grandes estragos dentro de uma biblioteca são o fogo e a água. Na medida em que todas as precauções forem adotadas e registradas, inclusive com fotografias, configurando um modo informativo e tornando-as públicas para a população da Biblioteca, passaremos a contar com um elemento de grande estratégia preventiva.

Outra etapa de grande importância é nossa capacidade de resposta a um desastre. Se a população da Biblioteca, já mencionada anteriormente, estiver devidamente informada e consciente dos resultados das referidas investigações e vistorias realizadas no edifício, poderemos considerar que já contamos com um tipo de preparação psicológica e também estratégica deste grupo para uma convocação imediata à atuação de salvamentos de livros e documentos em caráter de emergência. E assim poderemos eliminar ou minimizar um sério elemento que se faz presente em todos nós nestas horas: o pânico.

A partir daí surgem as questões básicas: O que vamos fazer em primeiro lugar? Com que equipamentos? Como vamos nos proteger? Que tipos de materiais vamos usar para isto?

Em primeiro lugar, o chefe ou responsável pela área onde acontecer o desastre deverá fazer uma chamada de pedido de socorro imediato ao chefe da equipe dos agentes de manutenção e administração, ao chefe da equipe da brigada de incêndio, ao chefe da equipe de conservadores e restauradores e ao chefe da equipe de guardas, cujos nomes e telefones constam da lista que foi

preparada e divulgada anteriormente na instituição e deverá estar afixada em local de fácil acesso em todas as áreas da instituição.

Caso o desastre seja um princípio de incêndio, vale lembrar que, no caso da Biblioteca, há um ou dois funcionários em todas as áreas de acervos e demais, que fazem parte da equipe da brigada voluntária de incêndio e que são pessoas treinadas e preparadas para utilizarem o extintor portátil contra fogo em casos de emergências, até a chegada do corpo de bombeiros. Este tipo de atitude preventiva, com o apoio dos funcionários, deve ser um exemplo a ser seguido.

Caso o desastre seja uma inundação ou qualquer outro motivo que leve o acervo a ser atingido por água, os primeiros procedimentos devem ser os mesmos acima citados, ou seja, efetuar a chamada de pedido de socorro imediato para as chefias das equipes já mencionadas.

Iniciar os trabalhos de secagem do acervo, sob a orientação de especialistas em preservação e seguir atentamente as orientações apresentadas a seguir:

- selecionar um local seguro e distante da área do desastre para levar os livros e os documentos atingidos;
- nunca tentar abrir um livro molhado ou úmido abruptamente, pois há o risco de uma ruptura total ou parcial do mesmo, aumentando o dano;
- utilizar papéis mata-borrão ou absorventes para iniciar o processo de secagem das capas do livro;
- introduzir pedaços de papel mata-borrão entre as capas, pressioná-los levemente, retirar estes já molhados e repetir a operação com papéis secos. O objetivo é eliminar a água o máximo possível;
- tentar, com todo o cuidado, a introdução de papel mata-borrão no meio do livro, prosseguir nesta colocação de mata-borrão entre pequenos lotes de folhas até atingir as capas anterior e posterior;
- nunca expor os livros ao sol para secar, pois, além dos danos causados pela ação dos raios ultravioletas, a rápida secagem gera deformações no papel;
- os mapas e documentos planos devem ser estendidos sobre uma mesa e sobre grandes folhas de papel mata-borrão e estes devem ser trocados com regularidade.
- utilizar aparelhos desumidificadores tanto na área atingida pelo desastre, quanto na área escolhida para a execução das operações de secagem, com o objetivo de reduzir a umidade relativa a níveis seguros, fazendo leituras regulares com os aparelhos termohigrômetros e registros destes níveis.

Para melhores resultados a temperatura deve ser inferior a 21°C e a umidade inferior a 50%, de modo que não ocorra o desenvolvimento de fungos. É muito prudente que exista nas seções de guarda de acervos um *kit* de materiais disponíveis ao uso em casos de emergências, em que deve constar:

- um rolo de plástico transparente;

- caixas de plástico para transporte de volumes;
- máscaras especiais contra poeiras;
- rolo de fita crepe;
- tesoura e estiletes;
- luvas de borracha;
- óculos de proteção;
- pacote de papel mata-borrão;
- lanternas e pilhas;
- cestas grandes de plástico para lixo;
- circuladores de ar;
- extensões elétricas de 5, 10 e 15 metros;
- aventais e guarda-pós disponíveis;
- aparelhos desumidificadores;
- panos de algodão para usos diversos.

Enfim, para que um planejamento de prevenção de desastres tenha seu êxito garantido em uma biblioteca, deve em primeiro lugar, contar com o aval estratégico e operacional do corpo diretor e administrativo da instituição, com a cumplicidade e parceria dos funcionários e, finalmente, com a cooperação de todas as pessoas que exerçam funções de apoio no prédio da Biblioteca.

A Coordenadoria de Preservação da Biblioteca Nacional e sua equipe técnica devem funcionar como mediadores entre estes três segmentos da instituição, no comprometimento com o planejamento em si, com a formação de equipes de trabalho e com o estabelecimento de supervisões, rumo ao sucesso de um programa desta envergadura.

Aparelho desumidificador (frente e fundo)

Termohigrômetro

CONCLUSÃO

Chego a este ponto em perfeita concordância com o pensamento expressado pela professora Lucia Lippi Oliveira: "guias não tem mesmo conclusão, são obras abertas".[33] E, sob o meu ponto de vista, esta é a grande diferença de concepção para este tipo de trabalho em comparação com um manual técnico.

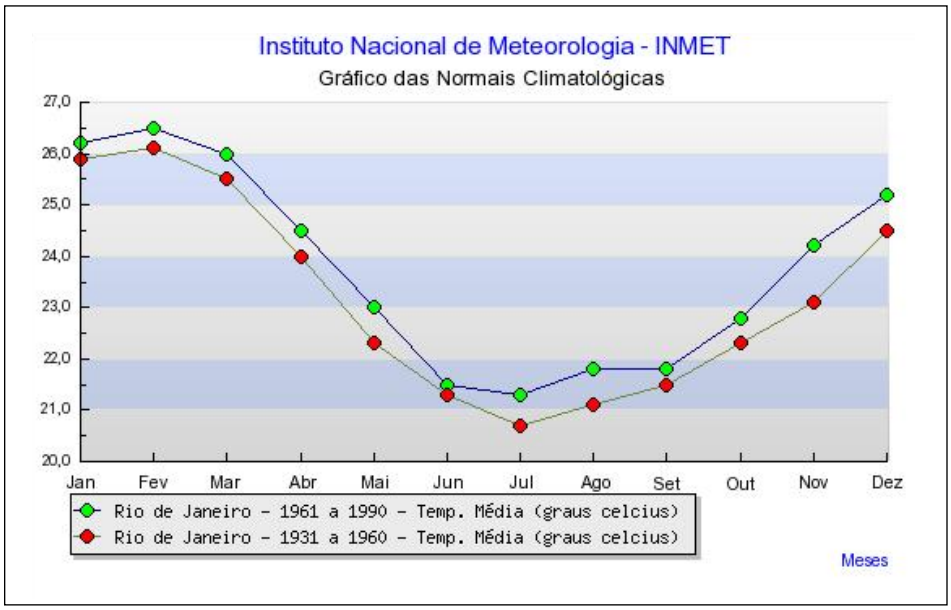
Assim, neste sumário de idéias, busquei sintetizar nossa participação enquanto atores com objetivos fundamentais e específicos em exercício profissional no campo da preservação de bens culturais – neste caso nos acervos bibliográficos e documentais da Biblioteca Nacional. Contudo, precisamos nos aprofundar com mais intensidade na elaboração de programas voltados para este campo da preservação, como também para o papel a ser exercido pela ciência neste processo.

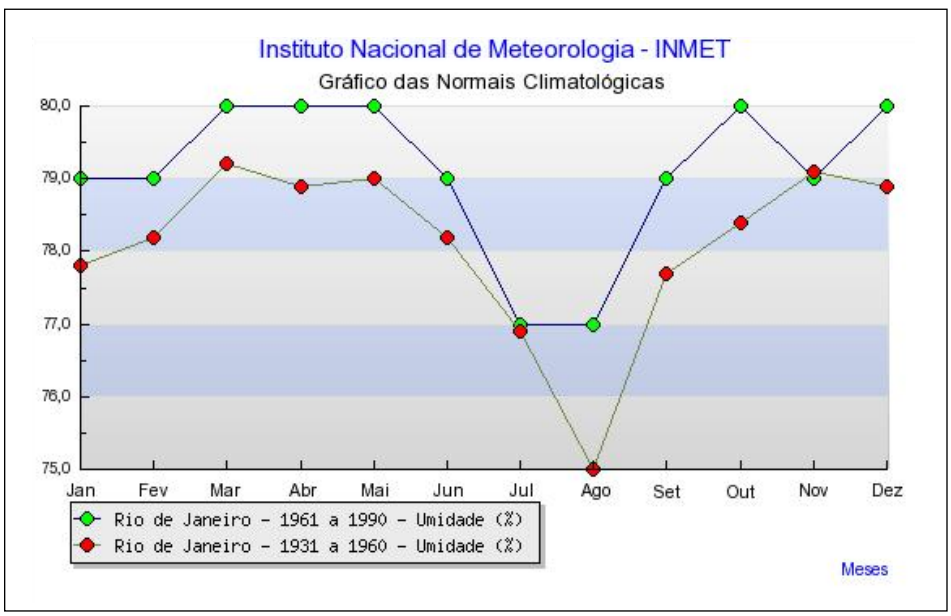
Por outro lado, a preocupação com a segurança e com a gestão de riscos nas instituições vem, há algum tempo, a reboque, compondo a grande questão da preservação. Além disso, são os princípios de solidariedade e de cidadania que também devem ser discutidos, assim como a concepção geral de uma co-responsabilidade dos indivíduos como cidadãos, à frente dos perigos que os ameaçam.

Diante de um quadro de proporções limitadas de recursos disponíveis para questões culturais hoje em nossa sociedade, torna-se inexorável nossa compreensão em prevenir antes de intervir, limitando, tanto quanto possível, qualquer ação física invasiva. O objetivo principal deve ser sempre alterar o mínimo possível as obras que chegaram às nossas mãos, e com toda responsabilidade deixá-las preservadas e protegidas para os brasileiros que virão.

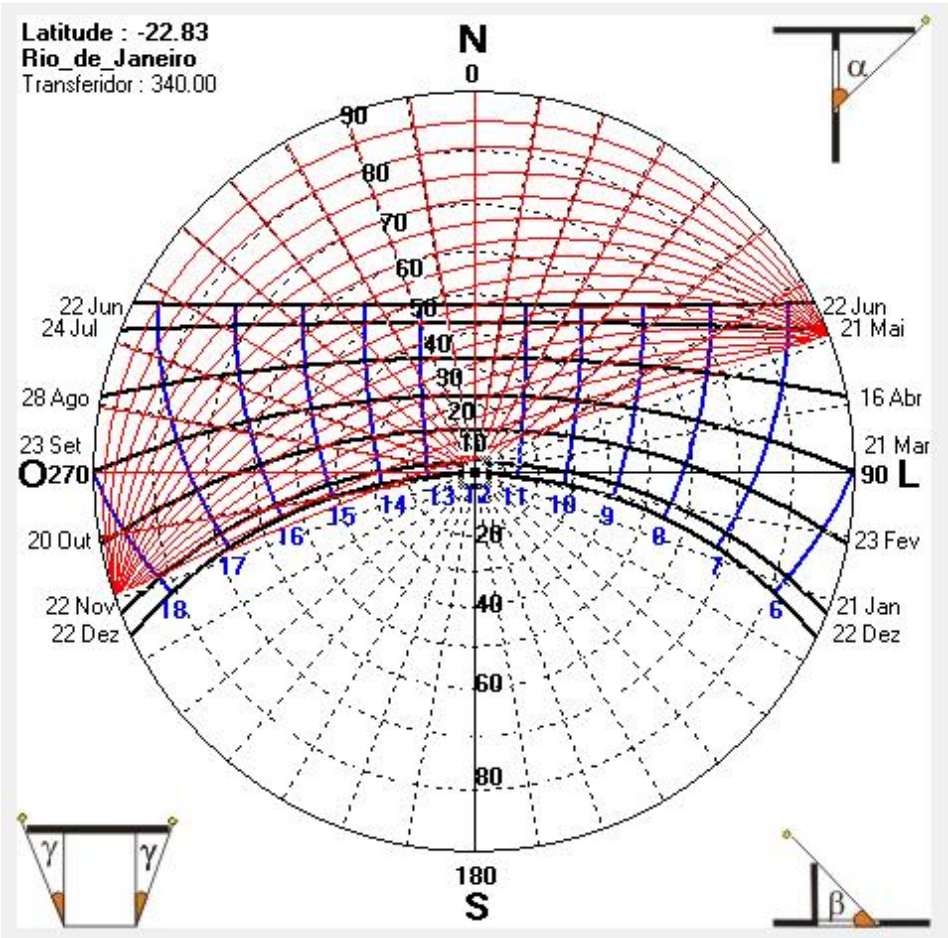
Anexos

ANEXO 1

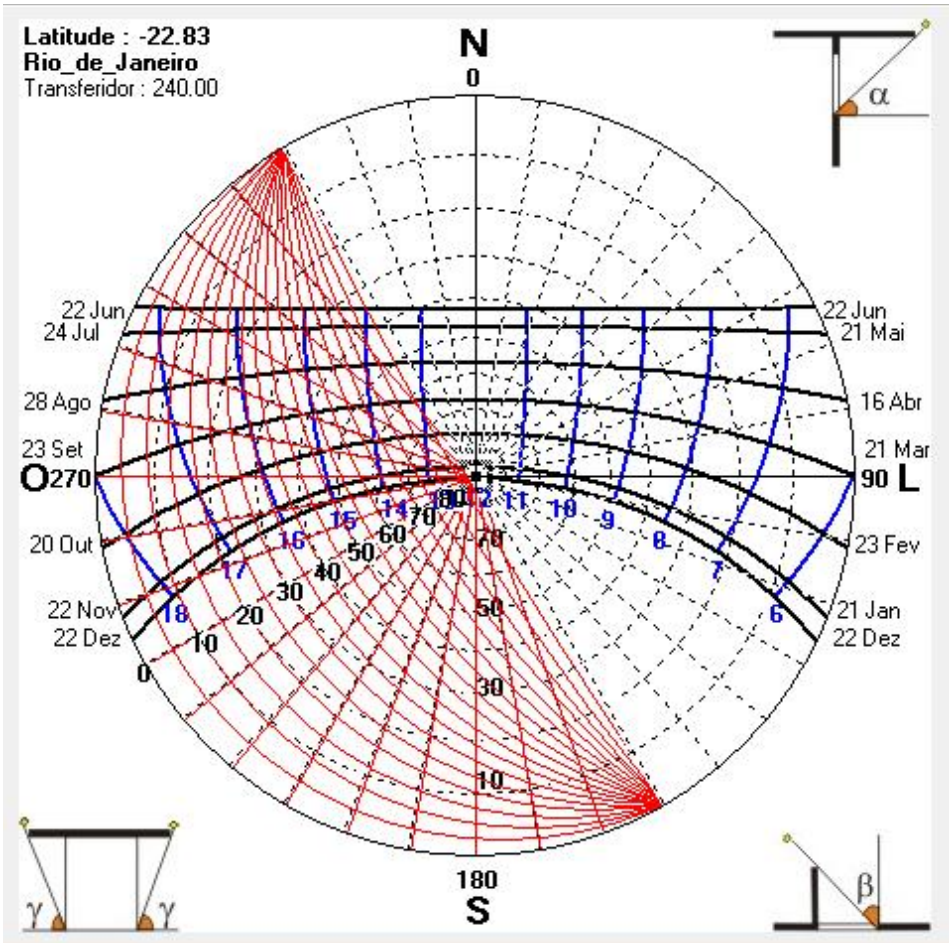



Instituto Nacional de Meteorologia - INMET
Gráfico das Normais Climatológicas
80,0
79,0
78,0
77,0
76,0
75,0
Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez
Rio de Janeiro - 1961 a 1990 - Umidade (%)
Rio de Janeiro - 1931 a 1960 - Umidade (%)
Meses

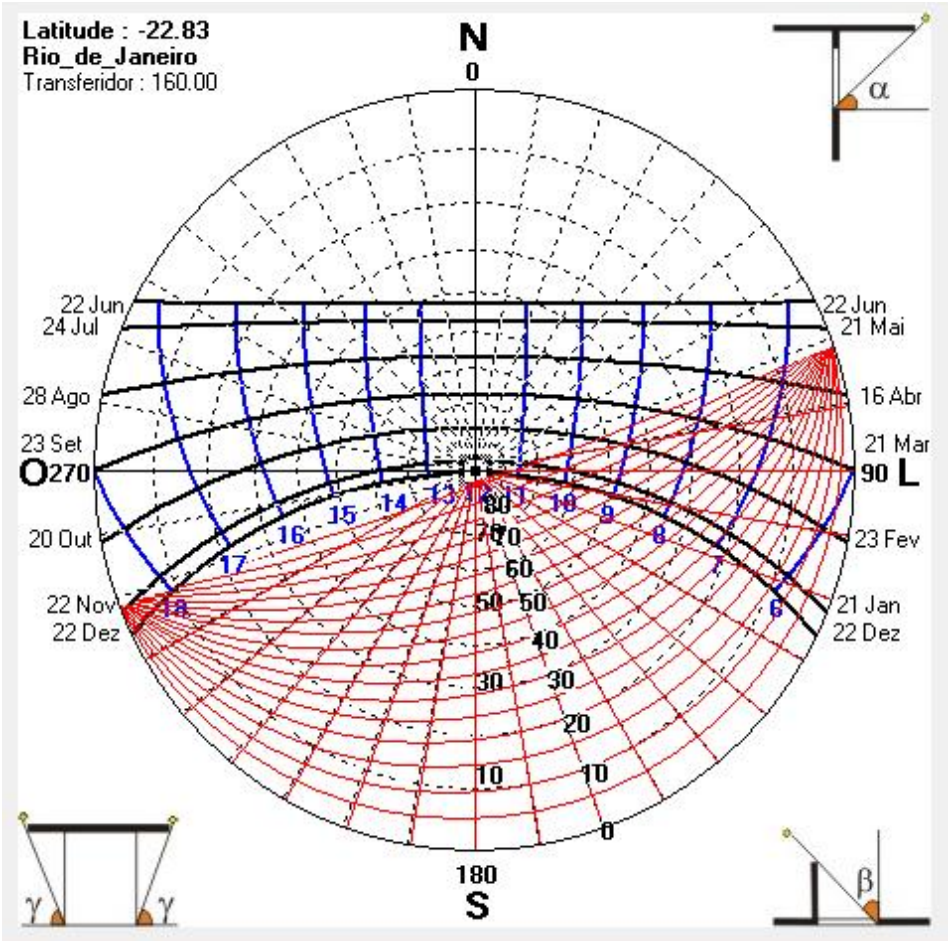
Neste gráfico de temperatura média do período de 1931 até 1960 a temperatura média do Rio de Janeiro é menor que o período de 1961 até 1990. A umidade relativa também apresenta-se menor ao longo do ano, confirmando que a necessidade de refigeração era menor no primeiro período de 1931 até 1961.



Carta Solar fonte: software SOLAR – Universidade Federal de Santa Catarina
Fachada em azul insolação de verão de 06:00 até 12:00.
Inverno praticamente sem insolação



Fachada em laranja insolação de verão de 06:00 até 12:00, Inverno de 6:00 até 14:00



Fachada em vermelho insolação de verão de 12:00 até 18:00, Inverno de 06:00 até 18:00

ANEXO 2

CÓDIGO DE ÉTICA DO CONSERVADOR-RESTAURADOR

Introdução

Conservar e restaurar obras do patrimônio histórico, artístico e cultural é uma profissão que requer de quem a ela se dedica extensa cultura, treinamento e aptidões especiais.

Aos cuidados destes profissionais são entregues bens culturais que constituem herança material e cultural da sociedade. Por bens culturais entendemos aqueles objetos a que a sociedade atribui particular valor artístico, histórico, documental, estético, científico, espiritual ou religioso. A sociedade atribui ao conservador-restaurador o cuidado destes bens, o que exige grande senso de responsabilidade moral, além da responsabilidade em relação ao proprietário ou responsável legal, a seus colegas e a seus supervisores, à sua profissão, ao público e à posteridade.

Entendemos preservação de modo abrangente, compreendendo todas as ações que visam retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso dos bens culturais. Conservação-restauração seria o conjunto de práticas específicas, destinadas a estabilizar o bem cultural sob a forma física em que se encontra, ou, no máximo, recuperando os elementos que o tornem compreensível e utilizável, caso tenha deixado de sê-lo. Por conservação preventiva designamos o conjunto de ações não-interventivas que visam prevenir e/ou retardar os danos sofridos, minimizando o processo de degradação dos bens culturais.

O papel fundamental do conservador-restaurador é a preservação dos bens culturais para benefício da atual geração e das gerações futuras. Para tal, este profissional realiza diagnóstico, tratamentos de conservação e restauração dos bens culturais, a respectiva documentação de todos os procedimentos, além do estabelecimento de atividades referentes à conservação preventiva.

É ainda da competência do conservador-restaurador:

- Desenvolver programas de inspeção e ações de conservação e restauro.
- Emitir pareceres técnicos e dar assistência técnica para a conservação e restauro dos bens culturais.

O texto acima foi elaborado a partir dos Códigos do *International Council of Museums* - ICOM, do *American Institute of Conservation* - AIC, do *European Federation of Conservator-Restorers' Organizations* – ECCO e de DUVIVIER, Edna May de A, "Código de Ética: um enfoque preliminar", in: *Boletim da Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais* – ABRACOR, Ano VIII, N. 1 – Julho/1988, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível na ABRACOR, por solicitação, através do Ce. abracor@abracor.com.br

- Realizar pesquisas sobre a conservação e restauro. (materiais e métodos).
- Desenvolver programas educacionais, de treinamento, e lecionar conservação e restauro.
- Disseminar informação obtida através do diagnóstico, tratamento ou pesquisa.
- Promover conhecimento e maior entendimento sobre conservação e restauro.

O conservador-restaurador não é artista, nem artesão. É um profissional de nível superior, que pode ser oriundo das áreas de ciências humanas, exatas ou biológicas. O artista e o artesão criam, dominam as técnicas e podem conhecer bem os materiais, mas não possuem a formação, nem dispõem de conceitos fundamentais para a intervenção em bens culturais.

O presente código visa estabelecer normas e princípios que orientem o conservador-restaurador na boa prática de sua profissão.

Código de Ética do conservador- restaurador

1. Relação com os bens culturais

- Toda a atuação do conservador-restaurador deve ser orientada pelo absoluto respeito ao valor e significado estético e histórico, bem como à integridade física dos bens culturais que lhe estejam afetos.
- O conservador-restaurador deve contratar e empreender apenas os trabalhos que possa realizar com segurança, dentro dos limites de seus conhecimentos e dos equipamentos de que dispõe, a fim de não causar danos aos bens culturais, ao meio ambiente ou aos seres humanos.
- Sempre que for necessário ou adequado, o conservador-restaurador deve consultar especialistas de qualquer uma das atividades que lhe complementem a atuação, envolvendo-os em ampla troca de informações.
- Em qualquer situação de emergência onde um bem cultural esteja em perigo iminente, o conservador-restaurador deve dar toda a assistência possível, independentemente de sua área de especialização.
- O conservador-restaurador deve levar em consideração todos os aspectos relativos à conservação-preventiva, antes de intervir em quaisquer bens culturais e sua iniciativa deverá restringir-se apenas ao tratamento necessário.
- O conservador-restaurador, em colaboração com outros profissionais relacionados com a salvaguarda dos bens culturais, deve levar em consideração a utilização econômica e social dos bens culturais, enquanto salvaguarda desses mesmos bens.

- Em qualquer trabalho executado em um bem cultural o conservador-restaurador deve envidar esforços para atingir o máximo de qualidade de serviço, recomendando e executando aquilo que julgar ser o melhor no interesse do bem cultural, independente de sua opinião sobre o valor ou qualidade do mesmo e sempre de acordo com o princípio do respeito e da mínima intervenção possível.
- É obrigação do conservador-restaurador realizar intervenções que permitam, no futuro, outras opções e/ou futuros tratamentos, não devendo a forma de utilização e os materiais aplicados interferir, sempre que possível, com futuros diagnósticos, tratamentos ou análises. Os materiais aplicados devem ser compatíveis com aqueles que constituem os bens culturais e devem ser evitados produtos e materiais que ponham em risco a integridade da obra.
- O conservador-restaurador nunca deve remover materiais originais ou acrescidos dos bens culturais, a não ser que seja estritamente indispensável para a sua preservação, ou que eles interfiram em seu valor histórico ou estético. Neste caso será retirada uma amostra, que embora mínima, possibilite a identificação do problema. Para tal, será solicitado o consentimento do proprietário ou responsável legal. O material removido deve ser, se possível, conservado, como parte da documentação do bem cultural.
- Na compensação de acidentes ou perdas, o restaurador não deve, eticamente, encobrir ou modificar o que existe do original, de modo a não alterar suas características e condições físicas após o evento.
- É responsabilidade do conservador-restaurador manter-se atualizado frente ao progresso, as pesquisas e inovações desenvolvidas em seu campo de trabalho, bem como buscar constantemente o aprimoramento de seu discernimento, bom senso, habilidades e perícia.
- Sendo responsável pela proteção, guarda e preservação do objeto que lhe foi confiado, o conservador-restaurador não deve contratar, ou admitir em sua equipe, pessoas insuficientemente treinadas, a não ser que possa estar permanentemente presente na constante supervisão dos trabalhos.
- Nos casos em que a utilização ou exposição de um bem cultural seja prejudicial à sua preservação, o conservador-restaurador deve alertar o proprietário ou seu responsável legal dos riscos a que este está submetido. Havendo necessidade de reproduzir uma obra removida de seu local de origem, esta reprodução deverá ser feita por um especialista, evitando o uso de materiais e procedimentos nocivos à obra original.

2. Pesquisa e Documentação

- Antes de iniciar qualquer ação ou intervenção em uma obra o conservador-restaurador deve colher todas as informações capazes de gerar e salvaguardar o conhecimento a seu respeito, além de levar a cabo um acurado exame de sua composição e estado de conservação, recorrendo para isto, se necessário, a instituições e técnicos de outras áreas, nacionais ou internacionais. Os resultados desse exame devem ser extensamente anotados e documentados, fotograficamente, por meio de gráficos, mapas, tabelas e análises estatísticas. Baseado nestes dados, o restaurador elaborará um relatório sobre a peça e estabelecerá o procedimento a ser seguido, o qual deverá ser apresentado ao proprietário ou guardião legal do bem.
- Durante o tratamento devem ser anotadas todas as intervenções de conservação-restauração, como produtos químicos (com a proporção ou percentagem de cada componente, da mistura) e técnicas empregadas, seus efeitos e resultados, bem como quaisquer informações consideradas relevantes. A documentação fotográfica deverá acompanhar os passos mais expressivos do tratamento e registrar o efeito final da obra após o término do trabalho.
- Esta documentação poderá ser apresentada em congressos ou publicada em periódicos técnicos. Deverá, ainda, ser fornecida sob a forma de relatório, ao proprietário ou responsável legal pelo bem cultural, aos curadores de museus e instituições. Entretanto, no caso de pessoas sem o devido conhecimento técnico, não é aconselhável o fornecimento da listagem de materiais químicos e detalhamento de sua utilização, a fim de evitar possíveis danos causados pelo uso inadequado.
- Toda esta documentação comporá um dossiê, propriedade intelectual do conservador, que passará a ser parte integrante do bem cultural em questão.

3. Relação com o proprietário ou responsável legal

- O restaurador tem a liberdade de contratar seus serviços com particulares, instituições, órgãos governamentais etc, contanto que este contrato ou acordo não contrarie os princípios aqui definidos e tendo a liberdade de escolha do critério técnico e filosófico de restauro, que julgar mais adequado à obra
- O estabelecimento da remuneração por um trabalho a ser realizado deve ser justo, tendo em vista o respeito ao proprietário ou responsável legal e à profissão. Para estabelecer um preço é correto considerar:
  - tempo e mão de obra necessários
  - custo do material a ser empregado

- despesas fixas
- custos de análises científicas e pesquisas históricas
- custo de seguro (se houver)
- grau de dificuldade do tratamento a ser executado
- riscos pessoais e insalubridade
- problemas advindos do tratamento de objeto de excepcional valor
- despesas com embalagem e/ou transporte
- preço de mercado para trabalhos semelhantes
- periodicidade do serviço: permanente ou esporádico.

• A situação financeira do proprietário não justifica a elevação do preço em relação ao trabalho executado.
• O conservador-restaurador não deve supervalorizar nem desvalorizar seus serviços. A peculiaridade de cada caso impede o estabelecimento de tabelas de padronização de tarifas a serem cobradas.
• Alterações no custo de um serviço contratado, bem como modificações no tratamento previsto, só podem ser feitas com o conhecimento e aquiescência do proprietário ou responsável legal.
• O conservador-restaurador deve ter em mente que o proprietário ou responsável legal é livre para selecionar, sem influências ou pressões, o serviço do restaurador ou restauradores de sua confiança e com a mesma liberdade trocar de um para outro. Entretanto, uma vez o serviço contratado verbalmente ou por escrito, nenhuma das partes pode eticamente romper este contrato, a não ser de comum acordo.
• Tendo em vista que raramente o proprietário tem suficiente conhecimento para julgar o que se faz necessário para a conservação da obra que possui, o conservador-restaurador deve com sinceridade e honestidade expor o tratamento que considera adequado ao caso. Pela mesma razão deve se negar a realizar ações que sejam requisitadas, mas que possam por em risco, desfigurar, ou comprometer a integridade e autenticidade da obra.
• O conservador-restaurador deve informar o proprietário ou responsável legal sobre os meios adequados para a sua manutenção futura, incluindo questões referentes ao transporte, manuseio, armazenagem e exposição.
• Uma vez solicitado a executar um trabalho, o conservador-restaurador deve estabelecer um prazo aproximado para término e devolução da obra, e fazer o possível para respeitá-lo.
• Mesmo considerando que o conservador-restaurador empregue o máximo de seus conhecimentos e de sua habilidade para conseguir os melhores resultados no tratamento de uma obra, não seria excessivo o fornecimento de garantia pelo serviço realizado. Isto, entretanto, não impede que o mesmo se prontifique a corrigir alterações não previstas ou prematuras que possam ocorrer, desde que estejam observadas as recomendações de conservação

mencionadas no "item nº25" deste documento, sem que para isto cobre remuneração extra.
- O conservador-restaurador é obrigado a manter confidencialidade profissional. Sempre que queira fazer referência a um bem cultural deve obter o consentimento do proprietário ou legal responsável, salvo para fins didáticos ou científicos.

4. Relação com o público

- O conservador-restaurador deve usar as oportunidades que se apresentarem para esclarecer o público sobre as práticas de preservação e as razões e meios da restauração.
- O conservador-restaurador, quando solicitado, deve prestar esclarecimentos e dar conselhos àqueles que forem vítimas de práticas negligentes ilegais ou antiéticas, salvaguardando a honorabilidade da profissão.
- Fazer "expertise" ou autenticação remunerada não é considerada atividade apropriada ou ética para um conservador-restaurador, embora seu trabalho de exame e restauração de uma obra o tornem habilitado a contribuir para o conhecimento de sua história e autenticidade.
- Propaganda feita através de jornais, revistas etc, não é condenável desde que não envolva comparação de habilidades ou preços com outros profissionais.

5. Relação com colegas e com a profissão

- O conservador-restaurador deve manter um espírito de respeito aos colegas e à profissão.
- O conservador-restaurador deve, dentro dos limites do seu conhecimento, competência, tempo e meios técnicos, participar da formação de estagiários e assistentes. Os direitos e objetivos do instrutor e do aprendiz devem ser claramente estabelecidos por ambos, que firmarão um acordo formal, do qual constarão itens como remuneração, duração do treinamento e áreas de abrangência do mesmo. Do certificado a ser emitido devem constar nome da instituição e do responsável pelo curso ou estágio, conteúdo do aprendizado e carga horária. O conservador-restaurador é responsável pela supervisão do trabalho realizado pelos assistentes e estagiários, devendo responsabilizar-se igualmente pelo resultado deste trabalho.

- O conservador-restaurador contribuirá, compartilhando suas experiências e conhecimentos, com os colegas de profissão. O criador de novos métodos de tratamento ou novos materiais prestará esclarecimentos sobre a composição e as propriedades de todos os materiais e técnicas empregadas, salvaguardados os direitos de patentes de propriedade do criador. Os registros relativos à conservação e restauração pelos quais o conservador-restaurador é responsável são a sua propriedade intelectual.
- O conservador-restaurador não deve dar referências ou recomendação de uma pessoa candidata a um posto de profissional a não ser que esteja absolutamente seguro do treinamento, experiência e habilidade que a qualifiquem para tal.
- Se no decorrer de um tratamento o restaurador se defrontar com problemas que lhe suscitem dúvidas ou incertezas, este deve, sem hesitação e apoiado pelos preceitos da ética profissional, recorrer a outro colega que o auxilie na solução do problema.
- É considerado anti-ético dar comissão a outro conservador ou qualquer outra pessoa pelo encaminhamento ou recomendação de um cliente. A divisão de remuneração só é aceitável quando existe a divisão de tarefas.
- Nenhum membro de qualquer uma das associações profissionais da área pode emitir parecer ou falar em nome destas, a não ser quando para isto designado por votação efetuada em reunião da diretoria e/ou instâncias apropriadas de cada associação.
- Caso surjam situações não mencionadas neste documento, o conservador-restaurador deverá consultar-se com as associações representativas da categoria.

BIBLIOGRAFIA

BAEZ, F. *História universal da destruição de livros*: das tábuas numéricas a Guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 438p.

BOITO, C. *Os restauradores*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 63p.

BOMENY, H. "Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo". In Pandolfi, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.p.137-166.

BRANDI, C. *Teoria da restauração*. São Paulo: Ateliê: Ateliê, 2004. 261p.

BURGI, S. *Organização e preservação de acervos fotográficos*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2001. Disponível em: <http://www.ims.com.br>. Acesso em: 06 out. 2007.

CADERNO Técnico: Administração de emergência. In. *Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. Disponível em www.cpba.net. Acesso em 06 out. 2007.

CALLOL, M. V., CARBÓ, M. T. V. *Uma mirada hacia la conservación preventiva del patrimônio cultural***.** Universidade Politécnica de Valencia, Editorial. UPV, 248p.

CARVALHO, C. S. R. *O espaço como elemento de preservação dos acervos como suporte em papel*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998. 43p.

CARVALHO, Gilberto Villar de. *Biografia da Biblioteca Nacional* (1807 – 1990). Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.

CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio; 3º ed. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006. 288 p.

CLAPP, A. F. *Curatorial care of works of art on paper*. Nova York: Lyons & Burford, 1987. 191p.

CUNHA, G.D.M.*, Conservation of library materials*. Nova York: Screwcrow Press, 1971.

FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – IPHAN, 2005. 294p.

GOMES, A. de C. "A guardiã da Memória**".** *Acervo***.** Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 9, nº 12, p.17 – 30, jan. / dez. 1996.

GONÇALVES, J. R. S. *A retórica da perda*: os discursos do **p**atrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; IPHAN, 2002.147p.

_____. "O Patrimônio como categoria de pensamento", In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.) *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.21 – 30.

HERKENHOFF, P. *Biblioteca Nacional*: a história de uma coleção. 2.ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997. 263p.

HORCADES, Carlos M. *A evolução da escrita*: história ilustrada. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2007.152p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL (BRASIL), *Cartas patrimoniais***.** 3º ed.. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, 408p.

KATZENSTEIN, U. E. *A origem do livro*: da idade da pedra ao advento da impressão tipografia no Ocidente. São Paulo: Hucitec, 1986.455p.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. [Lisboa]: Impr. Nacional-Casa da Moeda, 1982.v.1, p.95-106.

LEMOS, C. A . C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.115p.

MARTINS, W. *A palavra escrita*: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3.ed. São Paulo: Ática, 2002. 519 p.

MORAES, R. B. de. *O bibliófilo aprendiz.* 4º ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros: Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 207 p.

OLIVEIRA, L. L. *Cultura e patrimônio:* um guia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008. 192 p.

PEDERSOLI JR, José Luis *Oficina sobre gerenciamento de riscos ao patrimônio cultural*, realizada no Museu José Hipólito da Costa, Porto Alegre – RS, Setembro de 2009. Patrocinada pelo ICCROM – The International Center for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property / Roma – Itália. Disponível em http://www.abracor.com.br/novosite.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p.3-15.

SCHÄEFER, S. *Desinfestação com métodos alternativos atóxicos e manejo integrado de pragas (MIP) em museus, arquivos, e acervos e armazenamento de objetos e atmosfera modificada*. Disponível em: <http://www.aber.org.br>. Acesso em: 06 out. 2006.

SCHWARCZ, L. M. *A longa viagem da biblioteca dos reis*: do terremoto de Lisboa a independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 554 p.

SILVA, S. C. A. *Algumas reflexões sobre preservação de acervos e bibliotecas.* Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998. 36 p.

VIOLLET-LE-DUC, E. E. *Restauração*. São Paulo: Ateliê, 2000. 70 p.

Manuais Técnicos

ABREU, Ana Lúcia de. *Acondicionamento e guarda de acervos fotográficos.* Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. 187 p.

BECK, I. et. al**.** *Manual de preservação de documentos*. 2.ed. ampl. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991. 75 p.

BURKE, R. B.; ADELOVE, S. *Manual de segurança básica de museus*. Rio de Janeiro: Fundação Escola Nacional de Seguros; Fundação Pró-Memória, 1988.180 p.

CASTRO, A. L. C. *Manual de desastres humanos* – III parte, de Natureza biológica, 1º volume, 2004. http://www.defesacivil.gov.br. Acesso em: 06 Out. 2007.

França. Ministério da Cultura e Meio Ambiente. Direção dos Museus. *Prevenção e segurança nos museus*. Rio de Janeiro: Associação de Membros do ICOM, Comitê Técnico Consultivo de Segurança, 1978. 216 p.

MCILWAINE, John. *IFLA Disaster preparedness and planning*: a brief manual. Paris: IFLA, 2006. 84 p.

PROTEÇÃO e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**:** uma trajetória. Brasília: Fundação Pró-Memória, 1980. 196 p.

SPINELLI JÚNIOR, J. *Conservação de acervos bibliográficos e documentais*. Rio de Janeiro: FBN, 1997. 90 p. Disponível em www.bn.br/preservacao. Acesso em 06 out. 2007. 90 p.

Páginas na Web

http://www.bn.br/preservacao

http://www.abracor.com.br/novosite

http://www.cecor.eba.ufmg.br

http://www.ifla.org

http://www.clir.org

http://www.iccrom.org

http://www.cac-accr.ca

http://www.getty.edu/conservation

http://www.casaruibarbosa.com.br

http://www.escudoazul.arquivonacional.gov.br

http://www.bn.br

http://www.dimic.bn.br

NOTAS

1. O 29 de outubro de 1810 é considerado a data oficial para a fundação da Biblioteca Nacional.

2. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 101, p. 123-44, 1981.

3. 1982, p.95.

4. 2002, p. 29

5. Trata-se de um livro impresso nos primeiros tempos da imprensa com tipos móveis, não escrito à mão. A sua origem vem da expresão latina i*n cuna*, "no berço", referindo-se assim ao berço da tipografia: obras impressas entre 1455, data aproximada da publicação da *Biblia* de Gutenberg, até 1500. Fonte: http://pt.wikipedia.org/.

6. Trigo, 2004 p. 12 – idem

7. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. XI, 1883-84.

8. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. Officina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego. Lisboa. *Estampas. Notícia Histórica,* por Lygia Cunha da Fonseca Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro, 1976.

9. A Biblioteca Real teve seu prefeito, honroso título reservado a quem merecesse conduzir o destino de seus livros. Com o regimento da Biblioteca após a Independência, seu zelador passou a ter o título de bibliotecário. Era necessário institucionalizar aquela profissão de cuidar de livros e de seus leitores. Ao longo do século XIX, desenvolvem-se zelos, critérios, conhecimento bibliológico, métodos de organização de acervo e problemas. Tudo culminaria em 1915, com a inauguração de um curso específico de biblioteconomia, o primeiro no Brasil, que ela, a grande biblioteca, oferta ao país. Alguns anos depois, entre as alunas, houve uma chamada Cecília Meireles. (HERKENHOFF, 1997, p.7).

10. *Anais da Biblioteca Nacional*, 1889, p. 223.

11. *In: Anais da Biblioteca Nacional*, 1981, pp.123-44, v. 11.

12. Sucessora da Imprensa Régia de D. João VI e antecessora da atual Imprensa Nacional, foi subordinada durante todo o período imperial e parte da República ao Ministério da Fazenda. No começo do Segundo Reinado, por volta de 1840, estava instalada na Rua da Misericórdia, nas lojas da antiga Câmara dos Deputados. Fonte: http://www.receita.fazenda.gov.br

13. *Anais da Biblioteca Nacional* vol. XXVII, 1905 p. 416.

14. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXVII, 1905, p. 419.

15. CARVALHO, 1994, p. 91-2

16. O relato detalhado de todo este trabalho de transferência do acervo está minuciosamente descrito no Relatório do Diretor. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 32, 1910, p. 765.

17. ANDRADE, Joaquim Marçal de. *Acondicionamento e guarda de acervos fotográficos. Rio de Janeiro*: Fundação Biblioteca Nacional, 2000, p. 9.

18. CHOAY, 2006, p. 156.

19. Devemos fazer referência aos teóricos contemporâneos da restauração, como Paul Philippot e Salvador Viñas Muñoz.

20. BRANDI, 2004, p. 30.

21. OLIVEIRA, 2008, p. 118-9.

22. Segundo Antônio Houaiss, códice vem do latim *codex*, grupo de folhas de pergaminho manuscritas, unidas, numa espécie de livro, por cadarços e/ou cosedura e encadernação.

23. Segundo o livro *Papel, emoção e história,* lançado pela Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP, São Paulo, 2001), marca d'água ou filigrana eram marcas de fabricação e datas em que o papel era produzido e eram vistas através de transparência. Seus desenhos eram relacionados a armas, brasões familiares e símbolos com o intuito de impedir imitações. Eram bordados com fios de cobre sobre a malha de fios metálicos trançados.

24. Este é o novo padrão desenvolvido e baseado na American National Standard for Information Sciences – Permanence of Paper for Printed Library Materials (ANSI Z 39.48:1984) which was resived in 1992. The technical requirements match those of the American National Standard for Permanence of Paper for Publications and Documents in Library and Archives (ANSI/NISO Z39.48:1992).

25. KATHPALIA, 1973.

26. BÁEZ, 2006, p.27.

27. Nestas situações comunicar-se com a Polícia Civil - RJ (21) 3399-3041 / 3399-5000. Contatar também órgãos internacionais, como a Interpol – http://www.interpol.int/public/workofart/defaultfr.asp

28. Modernamente, as bibliotecas já estão adotando a etiqueta com código de barras aderida aos livros, o que lhes confere maior segurança.

29. Francelina Helena Alvarenga Lima e Silva - Bióloga pela Universidade Santa Úrsula, especialista em Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e mestre em Ciência da Informação pelo IBICT-MCT – Escola de Comunicação/ECO-UFRJ. *In*: *Segurança e Saúde dos Profissionais em Conservação*. Mast Coloquia, vol. 9, p.204.

30. O Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro mantém um serviço de coleta para esses produtos.

31. Antonio Carlo Oliveira – Museólogo, climatologista, Msc em Arquitetura /UFRJ.

32. Condições ambientais aceitáveis: umidade relativa até 65% e temperatura até 25°C.

33. *Cultura é patrimônio*: um Guia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.192 p.

Mercado em greve

Protestos e organização dos trabalhadores do pequeno comércio no Rio de Janeiro – Outubro, 1885

Juliana Barreto Farias

Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
e doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo

Resumo

Em outubro de 1885, um grupo formado por mais de cem pequenos lavradores e quitandeiras paralisou suas atividades na Praça das Marinhas, à margem da doca do movimentado Mercado da Candelária, principal centro de compra e venda de gêneros alimentícios do Rio de Janeiro Oitocentista. Protestando contra a colocação de novas barracas para venda de frutas e hortaliças, esses trabalhadores se recusaram a continuar com seu comércio e ainda impediram que barcos e carroças que vinham das freguesias suburbanas e de locais mais distantes descarregassem no cais. O artigo examina esses conflitos, que se prolongaram por mais de uma semana, dimensionando e esmiuçando a participação de grevistas (entre os quais negras quitandeiras e mercadores portugueses), políticos, freguesses, Governo Imperial e imprensa.

Palavras-chave: *História social. Rio de Janeiro. Comércio. Movimento grevista. Séc. XIX..*

Abstract

In October 1885, a group of more than a hundred small farmers and market women halted their activities at Praça das Marinhas, along the dock of the crowded Candelaria Market, the main site for buying and selling food genders' in the 19th-century Rio de Janeiro. Protesting against new greengrocery stands being installed, these workers refused to keep on performing their business and prevented boats and carts from distant places and the environs to unload at the docks. This paper examines those conflicts, which lasted for more than a week, by considering and detailing the engagement of strikers (market black women and Portuguese merchants among them), politicians, customers, the Imperial Government and the press.

Key words: *Social History. Rio de Janeiro. Commerce. Strike movement. Nineteenth century.*

Trabalho realizado com recursos do Plano Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional.

Em outubro de 1885, um dos principais centros de compra e venda de gêneros alimentícios da corte teve suas atividades paralisadas por quase uma semana. Desde o dia 5 daquele mês, quando foram inauguradas novas barracas para venda de legumes e hortaliças na Praça das Marinhas, à margem da doca do grande e movimentado Mercado da Candelária, uma greve havia sido organizada pelos trabalhadores que ali estacionavam seus cestos e tabuleiros. Pequenos lavradores e negras quitandeiras não aceitavam pagar a diária de 400 réis cobrada pelos empresários do consórcio Oliveira & C., que arrendara o terreno à Câmara e construíra as barraquinhas. Em protesto, recusaram-se a vender seus produtos e ainda impediram que barcos e carroças que vinham das freguesias suburbanas e de locais mais distantes descarregassem no cais. Rapidamente os conflitos tomaram as ruas e ganharam as folhas impressas da capital do império.

Até fins da década de 1880, movimentos grevistas como este não eram as formas mais usuais de luta dos trabalhadores cariocas. Decerto que paralisações do trabalho já ocorriam na corte desde pelo menos meados do século XIX, envolvendo até mesmo escravos. Em 1857, os cativos que trabalhavam na Fábrica da Ponta D'Areia, um dos maiores estabelecimentos da cidade, de propriedade do visconde de Mauá, se recusaram a prosseguir com suas atividades. No ano seguinte, foi a vez dos tipógrafos pararem nas três folhas diárias da corte, naquela que já foi considerada "a primeira greve do Rio de Janeiro, talvez do Brasil". Podemos citar ainda a luta dos caixeiros contra a abertura do comércio aos domingos em 1866 e a greve dos cocheiros da Botanical Garden Rail Road, em 1873, que exigiam a readmissão de companheiros demitidos[1]. Contudo, como destaca o historiador Marcelo Badaró, foi só a partir do final do século XIX que as greves se generalizaram no Rio, assumindo contornos de principal instrumento de classe. [2]

Na greve da Praça das Marinhas, um grupo de mais de cem quitandeiros e pequenos agricultores das zonas suburbanas do município do Rio, das freguesias rurais de Niterói e de áreas mais afastadas da capital carioca tanto mediu forças com empresários e vereadores, quanto conseguiu redefinir as formas de pressão aceitáveis na defesa de seus interesses.[3] Mas quem eram exatamente esses trabalhadores? Que interesses os uniam ou mesmo dividiam alguns deles? Como os protestos foram organizados naqueles dias? E por que o movimento mobilizou tanta gente, desde pequenos mercadores e vereadores, até consumidores, jornalistas e o próprio imperador D. Pedro II?

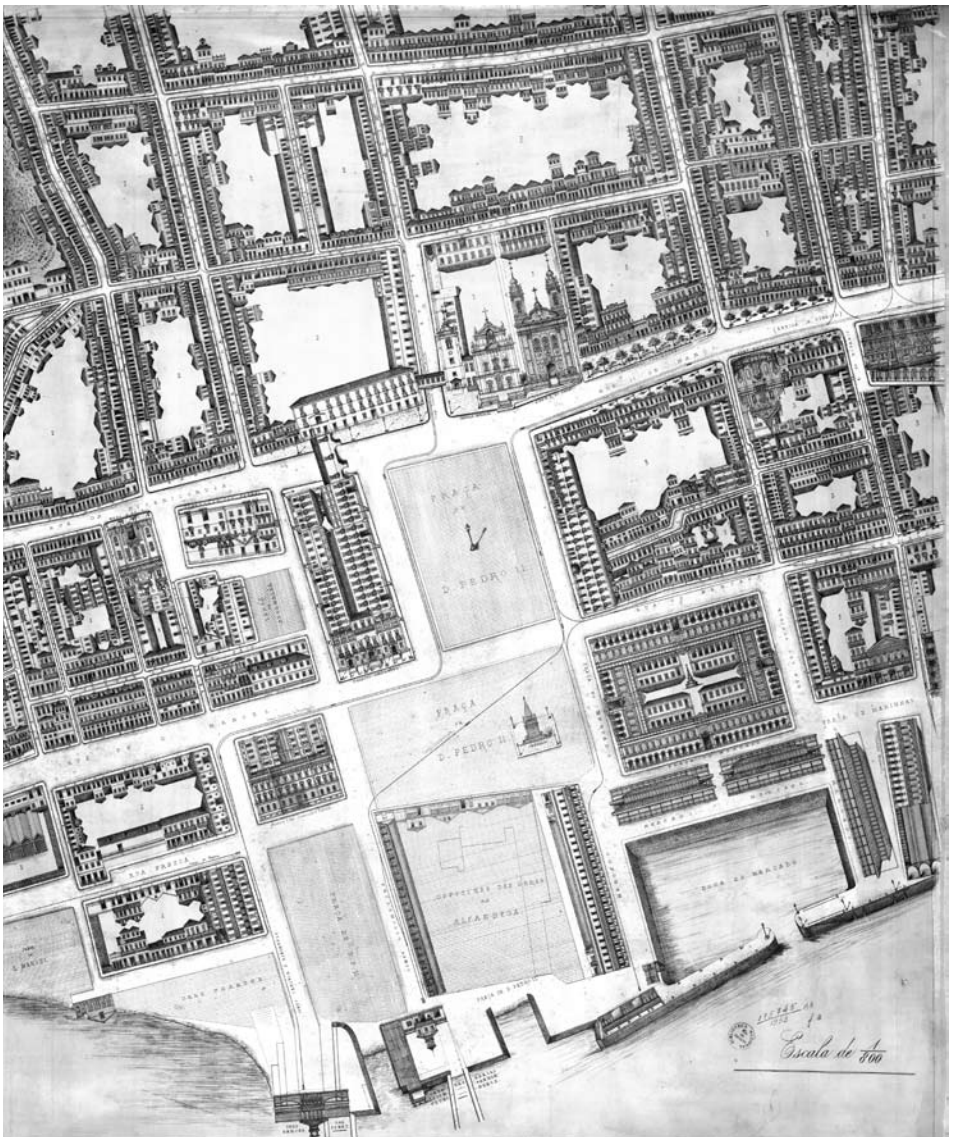
Examinando notícias, crônicas e ilustrações publicadas em revistas e jornais da corte (únicas fontes a registrar em detalhes o movimento grevista e hoje preservadas nos acervos de periódicos e de obras raras da Biblioteca Nacional) e também os debates travados pelos vereadores, os abaixo-assinados e as licenças enviados à Câmara Municipal (estes últimos organizados em códices no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro), é possível tanto acompanhar a "greve *a la minute"*, para usar os termos de um cronista da *Gazeta de Notícias*, como revelar personagens, atitudes e identidades muitas vezes sepultados pelo cotidiano do trabalho e da cidade, mas que muito dizem sobre a dinâmica da formação e dos conflitos de classes. Como lembra Michele Perrot, uma greve é uma relação dinâmica, que não só apresenta os homens e mulheres nela envolvidos, como também a classe dos empregadores, o Estado e a opinião pública, tal qual aparecem no espelho posto à sua frente pelos trabalhadores[4].

No tabuleiro do mercado

Desde pelo menos meados do século XVII, negras de tabuleiro e vendedores de peixe reuniam-se num pequeno e ruidoso mercado nas proximidades da Alfândega, entre a Rua do Mercado e a Praça das Marinhas. Mais conhecido como Mercado da Praia do Peixe, era uma espécie de "feira permanente", que crescia ao acaso, sem um alinhamento definido[5]. Com o contínuo ajuntamento de novas bancas, o vice-rei Luiz de Vasconcellos ordenou, em 1789, que as barracas de peixe fossem reconstruídas com regularidade e simetria. Mas a algazarra dos vendedores, a lama e toda sorte de detritos que se amontoavam por ali não deixavam de desagradar boa parte da população. Alguns diziam que o "vozerio" era tal que perturbava as sessões no Senado da Câmara, que ficava logo ao lado[6]. Mesmo com os protestos e as determinações para que os vendedores fossem removidos para outro local, um novo mercado só começou a ser construído na década de 1830[7].

Com projeto do arquiteto francês Grandjean de Montigny, as obras do edifício da Praça do Mercado, também chamada de Mercado da Candelária, iniciaram-se em 1834, mas só foram concluídas em 1841. O acesso à praça era feito por quatro portões monumentais, um em cada face, conduzindo a ruas transversais que se cruzavam no centro, junto a um chafariz de pedra lavrada. Outras ruas calçadas acompanhavam as quatro faces, abrindo-se para elas tanto as lojas externas, como as do pavilhão central.

O mercado ocupava todo um quarteirão e dividia-se em três áreas: o *centro*, destinado para venda de hortaliças, legumes, aves e ovos; o *lado do mar*, para peixe fresco, seco e salgado; e o *lado da rua* (voltado para a Rua do Mercado e o Largo do Paço), para cereais, legumes, farinha e cebolas. De acordo com



No detalhe do "Mappa archictetural da cidade do Rio de Janeiro, 1874", por João Rocha Fragoso, vêem-se, à direita da Praça D. Pedro II (atual Praça Quinze de Novembro), a Praça do Mercado (também chamada de Mercado da Candelária) e a Praça das Marinhas – cenário da greve de pequenos lavradores e quitandeiros contra a tentativa das autoridades e de um grupo de empresários de ordenar e lucrar com o comércio que ali ocorria há décadas.

o regulamento aprovado pela Câmara Municipal em 1844, as cento e doze bancas e casas do prédio da praça podiam ser alugadas a cada semestre, por "pessoas livres e capazes" [8]. Na Praça das Marinhas, em frente à doca contígua ao mercado, desembarcavam os gêneros da roça e o pescado que escravos e outros trabalhadores traziam em *canoas de ganho*, saveiros, faluas e barcos vindos das zonas suburbanas do Rio de Janeiro e das áreas rurais de Niterói. Os gritos dos negros que transportavam cestos de peixes à beira mar faziam o norte-americano Thomas Ewbank lembrar de disputas muito semelhantes travadas no rio Níger (Lagos), na região da atual Nigéria.[9]

Bem próximo, lavradores, seus consignatários, negociantes e quitandeiras vendiam, revendiam e compravam "gêneros de primeira necessidade", como frutas, ovos, legumes e cereais, "sem o menor abrigo, apenas algumas pequenas barracas volantes ou algum chapéu de sol". [10] Segundo o fiscal nomeado para a Comissão de Licenças, alvarás, mercados públicos e Praça do Mercado da Câmara Municipal, J. Pereira Rego, cada toldo ou chapéu de sol montado na Praça das Marinhas deveria pagar uma licença anual de 100$000. Entretanto, ao fazer uma vistoria no local em 23 de fevereiro de 1865, constatou que muitos vendiam sem qualquer autorização. Pela relação da Secretária municipal, somente 35 toldos estariam licenciados. Contudo, naquela visita, ele anotou "49 armados, os quais, e talvez ainda mais, já ali existem desde o ano passado". [11]

Talvez por isso, numa tentativa de reordenar aquele espaço, quando a praça foi arrendada ao comendador Antonio José da Silva em 1869, três *chalets* abertos foram construídos nas marinhas, divididos em barracas com "comércio destinado à alimentação desta capital". [12] Para ocupá-las, era necessário solicitar uma licença e pagar uma taxa anual à Câmara. Ainda assim, lavradores ou roceiros que quisessem continuar, "como antigamente, a venda de seus produtos" podiam se instalar no "espaço livre" reservado para eles, nos arredores do *chalet* erguido perto do Trapiche Maxwell, sem "ônus algum de locação ou qualquer outro". [13] Mas essa nova reorganização pareceu desagradar alguns trabalhadores ali instalados. Em 23 de abril de 1876, dois pavilhões haviam sido parcialmente destruídos por um incêndio. Contrários à sua reconstrução, diversos negociantes e proprietários estabelecidos na Praça das Marinhas enviaram uma representação ao governo imperial, alegando que a falta de higiene e a transformação de algumas barracas em cortiços estavam condenando os *chalets* e concorrendo para a proliferação da febre amarela. Nove dias depois, mais de 70 negociantes – entre os quais 18 quitandeiras – enviaram um outro abaixo-assinado à Câmara Municipal. Só que este grupo exigia a reconstrução dos pavilhões, que facilitavam bastante o "depósito, [a] guarda e [a] venda dos gêneros de primeira necessidade". Alegavam que, desde o incêndio, "forçados a vender sem abrigo", vinham sofrendo prejuízos, que acabavam revertidos

para o público, "em parte pela alteração inevitável dos preços e falta de facilidades na compra de gêneros".[14] Em poucos meses, as súplicas foram atendidas e os pavilhões, reerguidos.

Petições e ofícios como esses eram bem comuns naquela época. Os comerciantes da praça, assim como outros trabalhadores da corte, não hesitavam em expressar seus protestos contra as ações da polícia ou as decisões da municipalidade que consideravam prejudicais a seus interesses. Mesmo que o exercício da cidadania fosse precário durante o Segundo Reinado, a população não deixava de criar expectativas sobre seus direitos e sempre encontrava caminhos para reivindicá-los. Quando se considerava, ou se fazia crer, cumpridora de seus deveres, a disposição para luta se tornava ainda maior. Como destaca Juliana Teixeira Souza, na medida em que davam conta de suas obrigações, esses trabalhadores urbanos desejavam que seus direitos fossem reconhecidos e resguardados pelos governantes. Em muitos casos, recorriam diretamente ao imperador, a quem caberia zelar pela paz, pela defesa e pelo proveito de todos os seus súditos[15]. Em outros, podiam mesmo lançar mão de protestos mais organizados e combativos, como aconteceu nos primeiros dias de outubro de 1885.

A greve

Tudo havia de fato começado no dia 5 de outubro daquele ano, com a inauguração das novas barracas para venda de hortaliças e legumes, construídas na Praça das Marinhas, à margem da doca do grande e movimentado Mercado da Candelária, em substituição aos *chapéus de sol* montados ali, ao lado dos *chalets* erguidos no local em 1869[16]. De acordo com os empresários Bernardo de Oliveira Melo, Vital Vaz do Espírito Santo e Arthur Deodécio Nunes de Souza, do consórcio Oliveira & C., responsável pelo arrendamento do terreno, as 53 bancas, com armação de ferro e cobertura de lona impermeável, não só abrigariam os pequenos lavradores e consumidores do sol e da chuva, como promoveriam "um grande melhoramento para a salubridade local e até para os comerciantes". Segundo os empresários, como o lugar vivia em "contínuo lamaçal, quer no tempo seco, quer no tempo chuvoso", as barracas trariam benefícios tanto para a "pequena agricultura" e para a "população desta Capital, a primeira da América do Sul", como também para a sua "salubridade, a par do embelezamento de um dos pontos mais freqüentados, não só pelos seus habitantes, como por todos que aportam às plagas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro"[17]. Mas para desfrutar de tal *privilégio* era necessário desembolsar uma diária de $400 réis.[18] Só foi difícil encontrar alguém disposto a pagar essas quantias.

No dia da inauguração, enquanto os convidados dos empresários almoçavam e brindavam no Hotel Novo Mundo, uma greve já havia sido organizada na praça. Nenhum barraqueiro apareceu para oferecer legumes, aves, frutas e outros gêneros de consumo diário. No cais da doca das Marinhas, escravos, libertos e homens livres foram impedidos de descarregar produtos de *canoas de ganho,* saveiros e faluas vindos de Guaratiba, Pedra, Sepetiba e outros locais do Recôncavo. Dois negociantes de verduras, "depois de *maduras* reflexões", resolveram ocupar duas das tão "faladas barraquinhas". Mas não contavam com a determinação de seus "colegas de roça", firmes no propósito de impedir que elas fossem usadas. Houve um certo rebuliço, e o comendador Rosário, ao saber do ocorrido, ali se apresentou com uma escolta policial, montada a cavalo e a pé. Mais tarde chegou o Dr. Carijó, 3º delegado, acompanhado de seu escrivão e do capitão Vieira; todos permaneceram na praça até adiantadas horas do dia. Mas "nada se deu". Só o mesmo o Sr. Inocêncio Correia da Silva, subdelegado da freguesia de Itamby, em São João de Itaboraí, que, indignado, falou às massas "cobras e lagartos das barraquinhas". Tanto discursou que o comendador Rosário fez lhe ver a inconveniência. Nem isso amainou sua língua, que só estancou mesmo quando ele foi afinal levado para a 5ª estação. Reconhecida sua inocência, logo foi posto em liberdade.

Mas a confusão já estava armada nas ruas e nas folhas impressas da corte. Na edição do *Jornal do Commercio* daquele 6 de outubro, era possível ler a petição que mais de cinquenta mercadores enviaram ao Ministério do Império, apelando ao imperador d. Pedro II. No documento, que trazia a assinatura "O Povo", alegavam que "desde tempos imemoriais a Praça das Marinhas era destinada ao gozo do público, constituindo um logradouro, onde se tinha lugar e se realizava a feira do mercado". Lembravam que já não lhes parecera regular o contrato de 1869, que também privara o "povo" de um espaço público. Contudo, naquela época, acabaram relevando o ato da Câmara, já que os *chalets* traziam à população e ao pequeno comércio de caráter mais fixo o "benefício do abrigo" e, além disso, deixava-lhes reservado o cais, "formado pelo espaço de 30 palmos a estreita rua entre a rampa da Doca e os chalets da Praça das Marinhas". Só que agora não podiam aceitar que este pequeno e acanhado lugar fosse transformado em "possessão de empresários felizes, que pouco ou quase nada arriscam, mas em compensação contam auferir grandes, enormes proventos, com a exploração das barracas".[19]

No mesmo dia, nas seções de "publicações a pedidos" de diversos jornais, como o *Jornal do Commercio*, *Diário de Notícias*, *O Paiz* e a *Gazeta de Noticias,* os concessionários apresentavam suas reclamações, destacando que era "evidente o interesse coletivo resultante [do contrato das barraquinhas]". Por um lado, o público poderia consumir os produtos sem que durante longas horas ficassem expostos ao sol ou à chuva; e os comerciantes, por sua vez,

mediante uma "módica contribuição", teriam abrigo do tempo, lugar certo e "uma comodidade que não oferecia a promiscuidade de então". [20] Acontece que poucos achavam aquela contribuição tão modesta assim. Ora, como as barraquinhas mediam um metro de largura por três de comprimento, e cada vendedor a dividiria com outros cinco, no final acabariam desembolsando 400 réis diários, ou doze mil réis mensais, "por um espaço insuficiente para conter o mais insignificante produto da pequena lavoura". [21] Se levarmos em conta que muitos pagavam cerca de 15 mil réis anuais pelo arrendamento de pequenas roças, é possível ter uma ideia de quão elevada era a taxa cobrada.

Por isso mesmo a movimentação dos grevistas não cessava. Durante a madrugada do dia 7, as estacas de algumas barraquinhas foram arrancadas, e a polícia chegou a receber avisos de que homens armados de cacetes prometiam espancar os condutores de carroças que se animassem a trazer hortaliças para o mercado. Apesar das advertências, nada aconteceu naquela noite. Logo pela manhã alguns vereadores se dirigiram à praça para tentar falar com os pequenos lavradores. Mas não conseguiram firmar nenhum acordo. No dia seguinte, com a praça ainda deserta, mais de cem quitandeiros e mercadores das freguesias suburbanas decidiram "marchar" até a Rua do Ouvidor e recorrer às "folhas impressas". Em frente à redação da *Gazeta de Notícias*, o comendador João Gomes Carneiro, discursando em nome dos grevistas, disse que os pequenos lavradores não tinham como suportar "o pesado ônus agora imposto pelo privilégio concedido, pois os gêneros alimentícios de primeira necessidade não dão margem a ganho suficiente para o pagamento exigido pelo aluguel das desnecessárias barracas". Em breves palavras, um dos redatores da *Gazeta* arvorou-se representante dos jornais e revistas, afirmando que:

> A imprensa faz seu indeclinável dever em estar ao lado dos que sofrem em seus direitos, e que nenhum móvel pode ter fora do interesse geral sempre superior e sagrado contra o monopólio ou privilégio capcioso, só favorável a alguns com manifesto e injusto prejuízo de muitos. [22]

Seguindo pela Rua do Ouvidor, pararam à porta da *Gazeta da Tarde* e ali foram recebidos por seu diretor, o abolicionista José do Patrocínio[23]. Como tantos de seus colegas de imprensa, este fervoroso jornalista também apoiava a mobilização dos pequenos lavradores. Não hesitou, portanto, em levantar a voz contra o "esbulho" que tornava aqueles homens "vítimas da Câmara Municipal":

> Assim como os pequenos lavradores tinham a enxada e o ancinho como arado de trabalho, nós, os homens da imprensa, também filhos do povo, tínhamos a

> pena que para nós representa o papel daqueles instrumentos com qual afastamos a ciscalhada que tende a abafar os direitos do povo.[24]

E não faltavam jornal e jornalista para apoiarem os grevistas. Ainda que apresentassem perfis por vezes distintos, uns tendendo para uma postura mais conservadora, caso do *Jornal do Commercio*, outros mais liberais, como a *Gazeta de Notícias*, quase todos os periódicos da corte deixavam claro seu apoio ao movimento. Decerto que cada um tinha lá a sua maneira de noticiar e comentar. No *Diário de Notícias*, não faltavam críticas e gracejos, como os versinhos de Violino publicados logo nas primeiras páginas:

Entre as contristadoras,
Esta notícia é atroz...
Fizeram *greve* as cenouras,
Estão em *greve* os quingombós.

Está hoje com seu azeite
A bela alface adorada...
E quem vinagre lhe deite
Terá pronta uma salada

Voam pedras e cacetes
Junto a Praça do Mercado
Os purpúreos rabanetes
Fogem d'um para outro lado

A grave e sizuda abóbora
Que é dos legumes o orgulho
Recursos mil pondo em obra
Quer aplacar o barulho.

Maxixes feitos n´um bolo
Dançam todos à bolina,
Grita a batata: Haja rolo!
Repreende a abóbora: Menina!

O abacaxi perde um olho,
Perde uma lima o umbigo,
Machuca um pé o repolho,
- S' tou passado! grita um figo.

O mamão machuca os dedos,
Vê-se uma manga perdida...
Os limões ficam azedos,
Geme um jiló: Minha vida!

Afinal toda a hortaliça
Manchou para o xilindró,
Entre um aipo e uma nabiça
Às ordens do Carijó.

A couve toda escamada
Não se meteu nas encolhas,
E prometeu que a cambada
Mandaria "pôr nas folhas".

Finalmente houve o diabo
Em toda a cidade se ouve
Quem ontem sustentava o nabo:
- Foi a maior *greve qu'houve*![25]

Os gracejos se espalharam por outras folhas da corte e os protestos rapidamente passaram a ser chamados de "greve das hortaliças", "conflagração de pepinos e abóboras", "crise dos legumes". Na seção "Entrelinhas" da *Gazeta de Notícias*, em que se comentavam os textos de outros jornais, o redator ressaltou, em 10 de outubro, como *O Paiz* vinha falando "com muita graça da revolta dos rabanetes e das cenouras". E de fato, no dia anterior, o periódico fundado em 1884 também havia enveredado pelo humor, mas preferindo a prosa.

> [...] os tomates, de rubros que eram, tornaram-se roxos, e promovem greves assustadoras [ileg.]. Querendo acompanhar as agressões próprias de toda situação nascente, a Ilustríssima atirou-se ao verde com unhas e dentes, e declarou a seus munícipes que, por algum tempo, ficava interrompido o regime vegetal. É ascético demais, e neste momento o que convém é alimentação sólida e substancial... Entretanto, não vê a Câmara que de envolta com o agrião foram-se também os farináceos! [...] [26]

Entretanto, conforme sentenciava o redator da *Gazeta,* o "mau é que já o *Diário de Notícias* falou na *greve* das hortaliças, com a mesma graça e de mais a mais – em verso. O que é muito mais engraçado".[27] Ainda assim, os jornalistas

da *Gazeta de Notícias* pareciam conjugar das intenções humorísticas de seus companheiros de imprensa, já que, naquela mesma edição, também usaram destes recursos para elaborar seus textos. Em artigo intitulado "A crise dos legumes", os leitores eram informados que:

> Ainda ontem era um deserto a linha das barracas na Praça das Marinhas, nem uma folha de alface para um canário, nem um legumesinho para a bela da carne cozida em família.

Mais adiante, prevendo a carestia dos gêneros alimentícios, em decorrência da paralisação das vendas na praça, lembravam que:

> Em verdade, não sabemos se alguém sonhou com sete vacas magras e sete vacas gordas; mas o que é incontestável é que a população do Rio não fez provisão das hortaliças para o tempo da penúria, e nós entramos francamente na época da magreza[28].

Para citar um último e ilustrativo exemplo, vejamos a crônica dominical da *Gazeta,* publicada em 11 de outubro. Ao relembrar os fatos que haviam marcado os últimos dias na cidade do Rio, o "cronista semanal", que não assinava o texto, também se utilizava de uma linguagem galhofeira para criticar a própria zombaria da imprensa. Assim, dizia que

> [...] a revolta do rabanete e a rebelião do nabo, a insistência do tomate em não aparecer e do repolho em ocultar-se, foram decantadas em prosa e verso.
> Estirados e sérios artigos de fundo, só agora provocados, depois de armadas as barraquinhas, fizeram *pendant* com as jovialidades do que procuram expor fatos e emitir alegremente e jocosamente.
> Abaixo o monopólio! – foi o grito da literatura humorística em artigos humorísticos e ligeiros.[29]

Decerto que essa veia humorística não era nenhuma novidade. Remetia a uma tradição que vinha do jornalismo satírico da Regência e dos folhetins cômicos do Segundo Reinado, mas que ganhou maior força com o desenvolvimento da imprensa e a proliferação das revistas ilustradas, especialmente no início da República. [30] Ademais, o processo de modernização dos periódicos, transformados em grandes empresas comerciais – interessadas cada vez mais em atingir a aceitação do público leitor e se tornar porta-vozes de uma "modernidade" na produção da notícia – levou à valorização de textos informativos sobre o cotidiano da população, os acontecimentos ditos "banais", como o carnaval das ruas, as ocorrências policiais, os resultados do jogo do bicho. [31]

Essas "notícias mundanas" eram quase sempre apresentadas em breves comentários, recheados de pequenos gracejos e ironias, recursos muito populares naquele momento. Fosse na crônica, numa peça de teatro ou em outro gênero qualquer, o certo mesmo é que esses artifícios pareciam agradar ao grande público, diversificado e ávido por uma compreensão rápida e mais simples das transformações vividas à sua volta[32].

Mas esse apelo ao humor não significava, é claro, um olhar menos crítico e distante dos debates políticos. Como é possível observar nas entrelinhas dos versinhos de Violino ou nas imagens estampadas nos periódicos ilustrados durante a greve da Praça das Marinhas, não faltavam críticas a policiais e vereadores, que teriam interesses no contrato das barraquinhas, e mesmo à Câmara Municipal e ao governo imperial, acusados de não defender os direitos do "povo" [33]. Assim, poderíamos dizer, parafraseando Elias Thomé Saliba, que formas típicas de representação do cômico – como jogos de contrastes, deslocamentos de significados, ligação entre o formal e o informal, trânsito entre o prescrito e o vivido, inversão da dimensão espaço-temporal – mostraram-se como recursos bem apropriados para retratar o movimento grevista de outubro de 1885. [34]

Entretanto, essa foi apenas uma das formas de representação acionadas por jornalistas e leitores. Como verdadeiras arenas[35], os jornais publicavam críticas inflamadas aos empresários do consórcio Oliveira & C., à Câmara Municipal e a seus vereadores, ao mesmo tempo em que abriam espaço para os próprios empresários e políticos esboçarem suas queixas e justificativas. Sem contar ainda a população da cidade do Rio e os pequenos lavradores, que diariamente apareciam nas páginas de "publicações a pedidos". Presente em quase todos os diários, essa seção era constantemente utilizada pelos leitores para publicar qualquer tipo de assunto ou comentário de seu interesse, desde agradecimentos, pedidos de desculpas e textos poéticos, até desforras e cobranças de providências às autoridades municipais e imperiais. Atuando como um espaço mais democrático, abrigava tanto o ponto de vista do empresário, como o do quitandeiro, desde que se dispusesse de alguns réis para mandar imprimir suas opiniões. E os leitores não queriam simplesmente esboçar suas queixas ou apreciações sobre determinados assuntos. A intenção era também ser *ouvido* pelos representantes do poder constituído e compartilhar sua forma de encarar questões políticas, sociais e cotidianas com outras pessoas. Durante a greve na praça, a seção despontou como um dos lugares mais apropriados para esse tipo de comunicação com um público mais amplo.

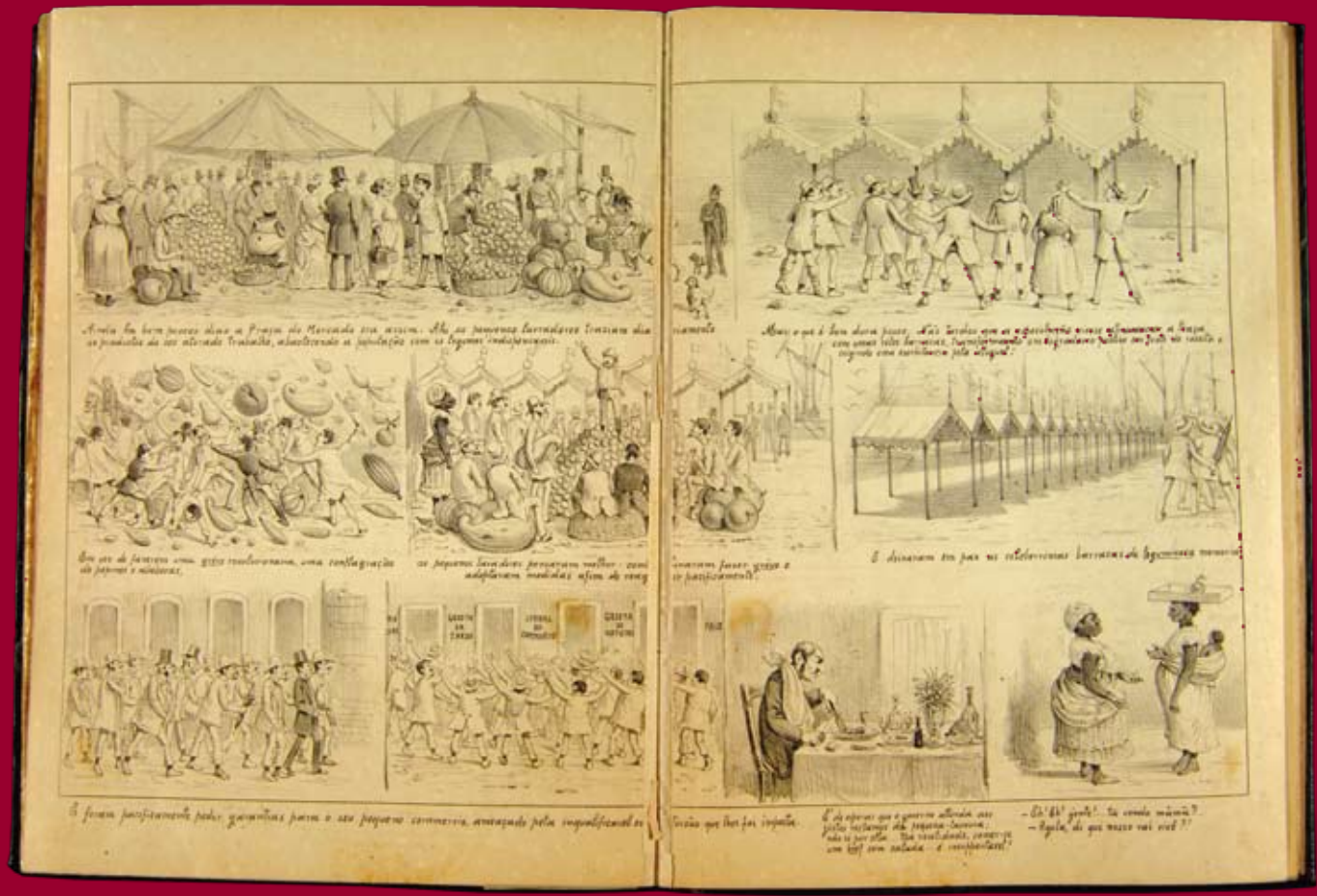
Em 9 de outubro, por exemplo, leitores que se identificavam simplesmente como *Infelizes quitandeiros,* recorreram ao imperador d. Pedro II para denunciar dois escrivães, um filho e um genro de vereadores que tinham interesses

no contrato das barraquinhas. No "a pedidos" do *Jornal do Commercio*, questionavam como poderiam "obter justiça os infelizes que têm de pagar aos protegidos contratantes todo o lucro de sua pequena indústria". Além disso, como ficaria o "povo desta cidade" privado de um logradouro público, "que é dado de presente a quem vai dele utilizar para enriquecer-se, esbulhando do local de seu comercio aos desgraçados que hão de sujeitar-se a esse hediondo monopólio?" [36] Na mesma página, *O Povo* também fazia seu protesto, apontando os interesses de um "*genro de vereador"* e de um *"funcionário da polícia*" no "escandaloso contrato que tanto tem irritado a opinião pública". [37] Revelava ainda que a "abundância policial" que se ostentava contra "pacíficos lavradores e produtores do Recôncavo que vêm à feira" só podia ser "indício da proteção que dá o prestígio daquele sócio que sabe o nome *aos bois*, que dá leis na casa de policia, onde é verdadeiro *triunfo*". [38]

Dois dias antes, um leitor que assinava como *Um que não quer as barracas* já havia feito denúncia semelhante no *Diário de Notícias.* Como fez questão de registrar, o "monopólio" imposto ali na praça tinha como sócio um vereador[39]. Diante de tantas acusações, o vereador Dr. Emílio da Fonseca se apressou em esclarecer, nas "Publicações a pedidos" da *Gazeta de Notícias* e do *Jornal do Commercio,* que fizera os maiores esforços para discutir os inconvenientes do contrato, "o que não pude conseguir, por me haverem negado a palavra". Mas, agora, como ele já havia sido firmado pelo governo, cumpria respeitá-lo e evitar novas demandas, "sempre desastradas para a municipalidade" [40].

Ninguém parecia querer dar "nome aos *bois".* Contudo, folheando os papéis da Câmara, encontramos Augusto Nunes de Souza, vereador que tinha o mesmo sobrenome de um dos empresários do consórcio, Arthur Deodecio Nunes de Souza [41]. Seriam os parentes referidos pelos "Infelizes quitandeiros"? É bem provável que houvesse mesmo algum parentesco entre eles. Num dos ofícios enviados à municipalidade ainda no início de 1885, as acusações foram ainda mais diretas. De acordo com o documento, na "imoralíssima questão das barraquinhas", estava envolvido o vereador, "pai de um dos hoje conhecidos que fazem parte da comandita".[42] Já o *funcionário de polícia* talvez fosse de fato, como indicou um leitor de *O Paiz,* o delegado Carijó, figura tão presente nos jornais naqueles dias, seja nos versinhos de Violino, publicados no *Diário de Notícias*, seja no retrato-homenagem da capa d'*O Mequetrefe*[43].

Poderíamos citar muitos outros exemplos de queixas e esclarecimentos dos empresários, de políticos e policiais, de protestos de leitores e lavradores, já que reclames como estes se multiplicaram pelas páginas das folhas impressas. De qualquer maneira, a leitura em conjunto desses registros permite observar que, provavelmente, muitos desses leitores, sobretudo aqueles identificados como quitandeiros e pequenos lavradores, estiveram



Segundo *O Mequetrefe* (388, 10 out. 1885), jornal abolicionista e republicano, "a especulação" veio "atravancar a Praça com uma reles barracas, transformando um logradouro público em fonte de receita e exigindo uma exorbitância pelo aluguel".

Greve dos legumes
– O que! Vinte mil réis uma omelette? Dez mil réis uma salada?!
– Meu caro Sr., hoje os legumes estão por um despropósito.
– Brincas de rabanetes!
– Elles estão hoje por tal preço que não podia dar-te fome de mais valor.
Consta que as primeiras modistas do Rio de Janeiro vão confeccionar chapeus com legumes.
– Se este lugar é logradouro publico, porque é que nos querem obrigar a pagar 3$000 por dia, para vender hortaliças?
– E' justamente por ser logradouro que a Camara Municipal entendeu dever logral-os.
As quitandeiras estão furiosas. O maior castigo que se pode dar a um vereador, é fechal-o n'um quarto, com meia duzia dellas. Se não for de dez minutos, ella não endoidece.
é porque ficou louco e começou de atirar pela janella.
– Se as patotas dos vereadores, no Matadouro, ocasionarem alguma greve de boiadeiros, eu só quero saber como hei de fazer uma carnada sem carne nem legumes!
Como de um minuto ao outro se reconhece que a nossa Ill.ma Camara Municipal não passa de uma cova de... te, é provavel que, um dia, o povo lhe deite fogo, como satisfação incommodativel com a moralidade e a decoro

Cenas da "Greve dos legumes", por Ângelo Agostini.
***Revista Illustrada*. Rio de Janeiro. Ano 10, v. 410, l7 out. 1885, p. 8.**

O que é ser-se principe!
— Abença?... Home, esse grève! esse grève!... Um!... tá bão. Vossucê precisa f
u escrevê u imperadô, desse cosa qui si chama Ballaquinha qui tá lá na
— Oh!... vai acabar. Já tenho alguns artigos promptos!

A quitandeira-grevista recorre à ajuda de "Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo". *O Mequetrefe*, 388, 10 out. 1885, p. 8.

acompanhando de perto a movimentação dos grevistas pelas ruas da cidade. Só que certamente a principal fonte de informação para boa parte da população carioca era mesmo a imprensa. Como destacara o "cronista semanal" da *Gazeta de Notícias*, jornais e revistas diariamente vinham recheados de "grandes notícias *a la minute*". [44]

Decerto que boa parte dos moradores não podia ler diretamente essas notícias, já que muitos eram analfabetos. Mas nem por isso deixavam de tomar parte da repercussão da greve nos periódicos da corte. A tiragem de uma folha não dava a dimensão real de sua divulgação, uma vez que um mesmo exemplar passava de mãos em mãos. Além disso, era muito comum que notícias, folhetins, fofocas e anúncios fossem lidos em volta alta em ruas, esquinas e rodas de curiosos. Na Rua do Ouvidor, "a pequena grande artéria da vida nacional", onde estava a grande imprensa – jornais como o *Diário de Notícias,* a *Gazeta de Notícias, O Paiz,* a *Gazeta da Tarde* e o *Jornal do Commercio* tinham suas sedes ali – muitos se valiam das edições do dia largadas nos cafés, já amareladas e amassadas de tanto manuseio. As conversas entreouvidas nas portas das redações também espalhavam as informações saídas dali dos periódicos.

Uma leitura mais atenta também deixa claro que praticamente todos da imprensa apoiavam uma postura legalista, uma "revolta pacífica", excluindo qualquer atitude mais violenta. Ainda assim, para além de simplesmente noticiarem as disputas e discussões travadas naqueles dias de outubro, jornais e revistas ilustradas ampliaram sua dimensão e atuação política, influenciando a opinião pública e mesmo determinando o desenrolar do movimento grevista. Durante quase uma semana, diferentes "vozes" – ou "coletâneas de relatos", como diria Robert Darnton[45] – se confrontaram e muitas vezes se aproximaram nas páginas da imprensa carioca, naquele momento, um dos principais fóruns de debates políticos[46].

E por isso mesmo, para evitar ainda mais barulho, o ministro do Império Ambrósio Leitão da Cunha, barão de Mamoré, ordenou que a Câmara suspendesse o contrato e a armação das barracas até que o impasse com os grevistas fosse resolvido. Chegou-se a acreditar que finalmente a Praça das Marinhas voltaria "ao seu antigo estado de coisas e as couves ao seu antigo preço".[47] Mas os ânimos estavam longe de amainar.

Na tarde de 8 de outubro, um grupo de lavradores da Penha não deixava que um só animal carregado ou qualquer carroça com legumes e verduras passasse pela ponte de Cascadura em direção à corte. Muitos tropeiros tiveram de voltar com suas cargas, recebendo daqueles homens algumas quantias para acudir as suas necessidades enquanto persistisse a greve. Durante a madrugada, treze barraquinhas foram inutilizadas na Praça das Marinhas. Na

manhã de 9 de outubro, pequenos agricultores de Irajá, Inhaúma e Jacarepaguá dividiram-se em dois grupos: um, postado em diversos pontos da estrada, impedia a passagem de cargueiros e carroças que se dirigiam para a estação de trem da região; o outro, ali nas proximidades, armado de cacetes, proibia que os carregadores recebessem os carretos de cestos e hortaliças. Nenhum volume foi despachado na estação, que, diariamente, remetia mais de 500 caixas de verduras para a praça. Nos largos do Pedregulho, Benfica e Praia Pequena, cerca de cem homens, portando revólveres, punhais, foices e cacetes, também barravam os carregamentos que desciam de Inhaúma e Irajá. Quinze praças de polícia foram até ali para conter atos mais violentos. O conflito foi inevitável e resultou no ferimento de soldados e grevistas, e ainda na prisão de 17 homens.

Enquanto nas freguesias suburbanas muitos optavam por essas ações mais diretas, e mesmo violentas, no coração da corte, mais de duzentos lavradores preferiram reunir-se numa casa da Rua Ourives para discutir a "questão das barraquinhas". Depois de muito falatório, decidiram aguardar deliberação da Câmara Municipal para tomar uma resolução definitiva. Contudo, garantiram que, se não pudessem voltar para seu lugar na Praça das Marinhas, ocupariam o centro e as ruas ao redor da Praça da Harmonia. Mas tal medida não foi necessária.

Talvez porque não quisesse sofrer mais um desgaste, como aquele de cinco anos antes, durante a Revolta do Vintém, D. Pedro II resolveu intervir nos conflitos armados na praça. Em fins de dezembro de 1879 e início de 1880, a revolta que tomou as ruas do Rio reuniu uma multidão (cerca de 4 mil pessoas chegaram a se concentrar no Largo do Paço) em protesto contra o aumento do preço dos bondes. Embora a lei que definiu esse novo valor tenha sido proposta pelo ministro da Fazenda e, em consequência, as escaramuças estivessem dirigidas ao gabinete ministerial[48], e não propriamente ao imperador, a presença de instigadores republicanos entre os manifestantes conferiu ao movimento uma dimensão mais ampla, de verdadeira hostilidade à monarquia. [49] Cinco anos mais tarde, entre aqueles que apoiavam os pequenos lavradores em greve, estava o jornalista José do Patrocínio, um dos líderes republicanos que, em 1880, havia insuflado as massas em favor da revogação da medida. Portanto, não faltavam motivos para que d. Pedro II ficasse receoso naqueles dias de outubro de 1885. Na *Gazeta da Tarde* de 7 de outubro de 1885, Patrocínio, ao falar das desvantagens das novas barracas, aproveitava para criticar o regime imperial:

> As barraquinhas vêm desse tráfico de privilégios, que tanto tem honrado o segundo império, e que é também providencialmente a larga brecha por onde há de entrar a onda popular para lavar o país da mancha de um governo, que não se respeita. [50]

Diante de tamanha grita na imprensa e nas ruas, em 12 de outubro o imperador ordenou, por intermédio do barão de Mamoré, que os vereadores designassem "um local no litoral em que os referidos comerciantes possam expor à venda os seus produtos sem os vexames a que se sujeitou a concessão irrefletidamente feita para o assentamento das barracas, a qual infelizmente se firma em contrato bilateral, que cumpre respeitar em quanto, por muito acordo das partes contratuais não for ele rescindido". [51]

Parece que a determinação de um lugar próximo ao cais e a apenas quatro ou cinco braças daquele que foi arrendado a Oliveira & C. acalmou os pequenos lavradores, que suspenderam os protestos. Afora a licença anual que já pagavam à Câmara, não precisariam desembolsar qualquer outra quantia; só teriam mesmo que enviar novos requerimentos à Câmara para continuarem com seu negócio na praça. De acordo com o edital publicado no *Jornal do Commercio* de 26 de novembro de 1885, os mercadores, ou seus representantes legais, deviam, num prazo de 15 dias, a contar deste aviso, comparecer na Secretaria Municipal com suas solicitações, para terem seus nomes, gêneros de negócio e localidades a que pertenciam inscritos num livro especial. Em seguida, receberiam uma guia, que seria apresentada ao *visto* do fiscal respectivo, e assim poderiam exercer livremente sua "indústria". Mas não seria permitido "a pessoa alguma de negócio, seja qual fosse o gênero, estacionar sem a devida licença nos lugares concedidos aos pequenos lavradores", e nos demais pontos nas proximidades do mercado. [52]

Quanto às novas barraquinhas de ferro, voltaram a ser armadas na Praça das Marinhas em 24 de outubro, e só aqueles que quisessem mesmo ocupá-las teriam que pagar os 400 réis diários. Os empresários do consórcio, por sua vez, tiveram que esperar até o ano de 1886 e as longas discussões na Câmara para terem os "direitos", que julgavam perdidos com as mudanças no contrato, ressarcidos.

Entre pequenos lavradores, quitandeiras e *pombeiros*

Uma rápida folheada pelas páginas da imprensa não revela muitos detalhes sobre os grevistas de 1885, nem tampouco sobre demais os trabalhadores da Praça das Marinhas. Ainda que vez ou outra seus nomes sejam mencionados,

em geral eles são referidos, genericamente, como pequenos lavradores, mercadores, vendedores de hortaliças e legumes, roceiros ou quitandeiros. Num primeiro olhar, esses designativos parecem meros sinônimos, que se repetem e alternam em notas, editorais e comentários de leitores, sem um critério muito bem definido. No jornal *O Paiz* de 9 de outubro de 1885, por exemplo, são chamados de vendedores de frutas e hortaliças numa espécie de editorial publicado na primeira página, ao passo que no "Noticiário" da mesma edição são identificados como mercadores e lavradores[53]. Decerto que, em muitos casos, se trata mesmo de termos com significados idênticos, como, por exemplo, as expressões "lavradores" e "roceiros". Contudo, um exame mais atento de outros registros impressos, sobretudo quando comparados aos textos da imprensa e às imagens produzidas no período, desvenda algumas nuances e diferenças entre essas categorias. Vejamos de início o caso dos pequenos lavradores.

Consultando a documentação sobre comércio de gêneros alimentícios guardada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, sob a rubrica "Lavoura do município", localizei seis códices com licenças manuscritas enviadas por lavradores à Câmara Municipal, todas no mês de dezembro de 1885. Antes dessa data, os registros eram bem esparsos. A explicação é simples. Até então, a Câmara só exigia dos comerciantes o pagamento de uma licença anual pelo aluguel da vaga em uma barraca ou num chapéu de sol na Praça das Marinhas. Entretanto, com a greve de outubro de 1885, os vereadores mais uma vez se viram diante da necessidade de ordenar e controlar os trabalhadores ali instalados.

Assim, depois de encerrado o movimento grevista, decidiram, em sessão do dia 19 de novembro, convidar os pequenos lavradores para que, no prazo de 15 dias, se inscrevessem, por si ou seus representantes legalmente habilitados, na Secretaria Municipal. Junto a seus requerimentos, deveriam ser anexados: "atestado da autoridade policial sobre identidade da pessoa; declaração da capitania do porto sobre a embarcação destinada ao transporte do gênero; e prova de propriedade, ou de arrendamento do solo cultivado". Se tivessem comissários ou consignatários, era necessário incluir ainda uma procuração; licença do estabelecimento para depósito dos gêneros e certidão de licença municipal para o negócio[54].

Boa parte dos negociantes inscritos no final de 1885 já estava no cais das Marinhas desde pelo menos a década de 1870[55]. Sendo assim, essas licenças apresentam-se como as melhores fontes para conhecer os trabalhadores do pequeno comércio de gêneros alimentícios ocupados naquela área do grande Mercado da Candelária. Os pedidos por escrito incluíam informações sobre os locais de residência e lavoura, o tipo de transporte utilizado para conduzir os produtos, nomes de encarregados e, em alguns poucos casos, informações como nacionalidade, estado civil e idade do comerciante. Seguindo as

recomendações da Câmara, os lavradores ainda apresentavam atestados de inspetores de quarteirão, procurações e documentos comprovando seu ofício e o lugar de residência, como escrituras de compra e venda de propriedade ou recibos de arrendamento de terrenos. Embora os vendedores quase sempre encaminhassem solicitações individuais, havia aqueles que optavam por fazê-las em conjunto. Como os portugueses Victorino Gonçalves Cabral e José Lucas de Almeida, arrendatários de um sítio na Estrada de Brás de Pina, na freguesia de Irajá, que, no dia 21 de dezembro de 1885, pediram à Câmara para serem registrados como lavradores da praça.[56]

Nos seis volumes de manuscritos, identifiquei requerimentos de 315 lavradores, dos quais apenas três não indicavam o endereço de suas roças. Na Tabela 1, podemos acompanhar seus locais de residência e lavoura. Os moradores do município de Niterói constituíam uma maioria, totalizando 187 comerciantes. Neste grupo, destacavam-se as freguesias rurais de São Gonçalo (125) e Cordeiros (53). Logo em seguida, vinham as áreas suburbanas do município neutro do Rio de Janeiro, com 50 residentes em Irajá; 47, em Inhaúma, e 15, na Ilha do Governador. O Engenho Novo contava com apenas dois homens. Já Maricá e Itamby, na comarca de Itaboraí, juntos contabilizavam oito roceiros. E o município de Magé, somente dois.

TABELA 1
Locais de moradia e lavoura dos vendedores
inscritos na Câmara Municipal
1885

Locais	**Vendedores**	**%**
São Gonçalo (Niterói)	125	40%
Cordeiros (Niterói)	53	17%
Irajá	50	16%
Inhaúma	47	15%
Ilha do Governador	18	5,8%
São Lourenço (Niterói)	7	2,2%
Maricá	5	1,6%
São João Batista (Niterói)	2	0, 64%
Itamby (Itaboraí)	2	0,64%
Engenho Novo	2	0, 64%
Magé	1	0, 32%
	312	100%

Fontes: AGCRJ, Códices Lavoura do município, 46-1-7; 46-1-9; 46-1-10; 46-1-11; 46-1-12 e 46-1-13.

Quase todos esses lugares eram áreas antigas de produção de açúcar que, para escapar da crise, voltaram-se para a policultura já em finais do século XVIII. Tanto nas freguesias suburbanas do Rio como nas áreas rurais de Niterói[57] – regiões que mais concentravam os produtores representados no cais das Marinhas – as propriedades foram se especializando no fornecimento de mantimentos de "primeira necessidade" para os mercados da capital carioca. Pouco a pouco, seus velhos engenhos foram partilhados e alugados a agricultores "sem terra" [58]. Para os grandes fazendeiros, era uma forma lucrativa de garantir uma renda anual, sem qualquer gasto de capital ou necessidade de reposição da mão-de-obra escrava. Com isso, ainda criavam um vantajoso vínculo de subordinação monetária com os lavradores.

Mas essa relação não significava uma total dependência dos arrendatários, que podiam decidir o que produzir em suas situações. Instalados em terras alheias, os pequenos lavradores cultivavam hortas e roças de mandioca, café, laranjas, limão, quase sempre atendendo à demanda do mercado do Rio de Janeiro. Em São Gonçalo e Cordeiros, contavam com o trabalho de poucos escravos e experimentavam novos técnicas de cultivo. Só que levavam uma vida simples. Suas casas tinham poucas mobílias: uma mesa, algumas cadeiras, às vezes camas e armários. Ao lado das moradas, construíam casas de farinhas, galinheiros, currais e até mesmo pequenas senzalas.[59]

E se até meados do século XIX os arrendamentos de terra representavam apenas uma renda a mais para os grandes proprietários, com o fim do tráfico transatlântico de escravos e a Lei de Terras, em 1850, tornaram-se uma exigência de sobrevivência. Mesmo assim o processo não foi automático. Como acontecia em outras regiões, a primeira solução para aqueles que resistiam ao parcelamento era o aumento da exploração da força de trabalho cativa. A longo prazo, essa estratégia implicava na perda da rentabilidade dos plantéis, principalmente em São Gonçalo e em Itaipu, onde o percentual de escravos produtivos jamais excedeu 50% do total[60].

Em 1885, entre os roceiros de São Gonçalo e Cordeiros que forneciam e vendiam seus gêneros na Praça das Marinhas, encontramos um grande número de "sem terra". Dos 125 lavradores de São Gonçalo registrados, 103 apresentaram informações mais detalhadas sobre suas roças, anexando a seus requerimentos escrituras, declarações ou recibos de aluguel. Já em Cordeiros, foram 43. Pela Tabela 2, observamos que, na primeira freguesia, 74 (71,85%) eram arrendatários e 29 (28,5%), proprietários. Na segunda região, eram somente 4 proprietários (9, 5%) ao lado de 38 (90, 5%) locatários.

TABELA 2
Arrendatários e proprietários
nas freguesias rurais de Niterói
1885

Freguesias	Arrendatários	Proprietários	Totais
São Gonçalo	74 (71,85%)	29 (28,15%)	103
Cordeiros	38 (90,5%)	4 (9, 5%)	42
	112	33	145

Fontes: AGCRJ, Códices Lavoura do município, 46-1-7; 46-1-9; 46-1-10; 46-1-11; 46-1-12 e 46-1-13.

Em São Gonçalo, 30 propriedades foram mencionadas pelos lavradores que locavam pedaços de terras. Não havia grandes concentrações de arrendatários numa mesma fazenda. Em geral, as propriedades, bem próximas umas das outras, aparecem com um ou dois roceiros alugando situações, sítios ou datas de terras. Mas há casos como o da Fazenda Colubandê, que arrendava parcelas a nove lavradores inscritos. Logo em seguida, aparecem as fazenda de Itaúna e do Porto Novo, esta última de propriedade de João Manoel da Silva, com sete arrendatários cada uma.

Muitas fazendas eram antigas produtoras de cana-de-açúcar que, pouco a pouco, foram partilhadas e alugadas aos "sem terra" da região. Até a década de 1840, a Fazenda do Engenho Pequeno pertencia ao coronel Luiz de Frias Vasconcelos em sociedade com quatro irmãos. No inventário do coronel, falecido em 1843, estão relacionados 68 arrendatários, que deviam uma renda que oscilava entre dois e dez mil réis anuais. Neste grupo estava Ana Eleutéria, que ali mantinha uma pequena casa de pau a pique, dois escravos com mais de 40 anos e plantações, incluindo três mil pés de café, 100 pés de laranja "China", uma "porção" de limeiras e 20 pés de laranjas seletas[61].

Nos anos 1880, a fazenda já estava nas mãos de outros proprietários. Em outubro de 1883, o pequeno lavrador Antonio Alves Bello, inscrito como vendedor na Praça das Marinhas, comprou a quinta parte das terras do engenho que pertencia a dona Ana Rita de Magalhães, como herança de sua filha menor Francisca dos Prazeres Costa[62]. Dois anos depois, os roceiros João Miguel Letério, Francisco Soares Neves, Manoel Alves Pacheco e Delfino Ferreira Peixoto indicavam, em seus pedidos de inscrição à municipalidade do Rio de Janeiro, a Fazenda do Engenho Pequeno como seus locais de moradia e lavoura. Pelo aluguel de sítio e "larguezas" na propriedade, pagavam cerca de 50 mil réis anuais cada um.[63]

Na freguesia de Cordeiros, os lavradores-arrendatários indicaram 13 propriedades, nas quais também se observa pouca concentração de locatários.

Entretanto, duas fazendas se destacam: a Fazenda do Coelho, com 13 registros, e a Fazenda de Ipihyba de Nossa Senhora da Boa Esperança, com oito. Como em São Gonçalo, aqui também se verifica um acelerado processo de parcelamento das terras. Na Fazenda do Coelho, de Rufino José de Almeida, sítios e terrenos estavam alugados por valores que variavam entre 15 e 100 mil réis. De outra parte, os quatro donos de terras na região que encaminharam pedidos à Câmara viviam nos lugares do Pacheco e do Anaya. Os irmãos João Soares do Rego e Luiz Soares do Rego eram sócios de propriedades no Anaya, que compraram a Antonio Fernandes Pinheiro. Próximas à Fazenda de Ipihyba e às terras de dona Felicidade da Glória, mãe dos dois lavradores, as fazendas não tinham um número certo de braças, mas comportavam casas e benfeitorias. João fornecia produtos de sua lavoura para serem vendidos no mercado das Marinhas por seu neto, Vítor Correa Machado. Já seu irmão Luis vendia ele mesmo na corte os gêneros que cultivava em sua data de terras.[64]

Pelas bandas de São Gonçalo, o número de roceiros proprietários era mais expressivo. Nas licenças remetidas à Câmara Municipal, os 29 donos de terra da região citaram 17 locais diferentes, entre os quais o Boassú, com quatro registros; o Mutuá, com três; e o Rocha, também com três. Eram quase sempre situações diminutas, que não chegavam a 50 hectares[65]. Prudêncio José de Almeida possuía terras próprias no Mutuá, com apenas 170 braças (ou cerca de 6, 8 hectares) de testada, compradas por 3 contos de réis em 1883.[66] No lugar das Sete Pontes, Manoel do Couto Pita tinha casa de vivenda e benfeitorias de plantações numa data de terras com somente 60 braças (uns 2,4 hectares) de frente e 300 braças (12 hectares) de fundos.[67] Decerto que foram poucos os que indicaram dimensões exatas, mas o uso de expressões como "pequena data de terras", "sitio" ou "situação com casa velha" permite entrever que se tratava mesmo de pequenas propriedades.

Mas também encontramos, nesse grupo, uns poucos fazendeiros que investiam em escravos e transportes para a condução dos gêneros até o outro lado da Baía. Quem se destacava era a proprietária Maria Gabriela Margarida Bazin Desmarest. Desde 1845, vivia numa fazenda de frente para o mar, no Novo Porto da Ponta de São Gonçalo, com casas de vivenda, diversas plantações, arvoredos e mais benfeitorias. Também possuía seis embarcações que usava para transportar os produtos para a corte. Na Praça das Marinhas, os gêneros de sua lavoura eram vendidos por seus empregados Joaquim da Costa Correa, José Maria Alves e Bernardo Mendes. Dali de suas terras e porto, logo chamado de Porto da Madama, numa referência à alcunha que a fazendeira ganhara[68], diariamente partiam para o mercado do Rio faluas e barcos carregados de frutas e legumes de mais de 70 roceiros de São Gonçalo e Cordeiros[69].

Essas movimentações indicam que Margarida Desmarest tinha lá suas posses. Como ressalta Márcia Motta, a construção de um porto envolvia a

utilização de capital bem superior à capacidade financeira de um pequeno produtor. Era necessário instalar pranchas de madeira que pudessem ser atracadas ao mar, ter uma estrutura de armazenamento da produção e ainda barcos para a condução das mercadorias. Dessa forma, não surpreende que, durante o século XIX, os portos daquelas áreas rurais de Niterói estivessem nas mãos daqueles que podiam arcar com as despesas de instalação antes mesmo do início da comercialização. Além disso, tais indivíduos deviam ter uma certa ascendência na capital carioca, com condições de exigir, da parte do governo, melhorias no desembarque do outro lado da baía.[70]

E foi justamente isso que a proprietária do Novo Porto de São Gonçalo reivindicou no dia 1º de agosto de 1878. Em ofício enviado à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Dona Margarida reclamava do pequeno lugar que o antigo fiscal da Candelária, o Sr. Paulo Felizardo Cabral e Silva, lhe marcara na Praça das Marinhas. Vinha então "respeitosamente rogar a V. V. E. Exas. [os vereadores] se sirvão mandar que o actual fiscal dê ao supra-citado logar mais extensão ou demarque outro de modo a poderem ser convenientemente depositados os productos". Na resposta formulada uns vinte dias depois, o novo fiscal, o Sr. Antonio Roiz de Sá, concordava com a fazendeira, atestando que, de fato, o espaço que lhe fora destinado era "por demais acanhado para a grande quantidade de gêneros que diariamente exporta para este mercado". Assim, para atendê-la, sugeria que se fizesse uma "nova marcação de lugar, diminuindo-se aquelles que trazem ao mercado menos mercadorias, para satisfazer-se a supplicante que é de toda justiça".

Acontece que os outros donos de portos em São Gonçalo, ao saberem que Margarida Desmarest pretendia alargar seu lugar, invadindo desse modo "direitos alheios", encaminharam um abaixo-assinado à Câmara, naquele mesmo mês de agosto, exigindo que tal pretensão não fosse atendida, tendo em vista a "injustiça relativa" que acarretaria. Os vereadores concordaram com estes proprietários. No dia 10 de setembro, o fiscal Antonio de Sá anotou, no verso do próprio abaixo-assinado, que a Câmara havia indeferido o pedido de Dona Margarida e, desse modo, "satisfeito o que requerem os suplicantes"[71].

Assinavam aquela petição Manoel Corrêa Torres, José Teixeira da Silva, Francisco Manoel Pires e Antonio Roiz Sobrinho. O primeiro era proprietário de uma falua, que partia do Porto da Ponte de São Gonçalo todos os dias, carregando os gêneros de pelo menos 12 lavradores inscritos na Câmara Municipal. José Teixeira também possuía, em sociedade com Antonio Pereira da Rosa, uma falua matriculada na Capitania do Porto sob número 290, que saía diariamente do Porto da Bandeira levando para o cais das Marinhas as mercadorias de 18 roceiros das freguesias de Cordeiros e São Gonçalo. Seus três empregados, Manuel Joaquim de Oliveira Caribó, José Maria de Almeida e Joaquim Luiz de Faria, também vendiam produtos no mercado da

capital. Não localizei maiores informações sobre Francisco Manoel e Antonio Sobrinho. Contudo, perscrutando as licenças remetidas à municipalidade em dezembro de 1885, identifiquei outros donos de embarcações e também de portos em São Gonçalo.

Desde 1882, José Pinto da Rocha era dono de oito partes do Porto das Pedras. Além de fornecer e vender produtos da pequena lavoura no mercado das Marinhas por meio de seus empregados João Antonio da Silva e Adriano Portella da Silva, também transportava em seu barco as mercadorias de mais 22 lavradores. Outro que conduzia gêneros para a corte era Deolindo José de Sena, arrendatário de terras e um porto na Fazenda do Porto do Gradim, de propriedade de dona Maria Gertrudez Maria da Conceição Flores, pelos quais pagava um conto e 800 mil réis em 1884. Dono de uma falua registrada na Capitania, contava com 4 encarregados que vendiam os produtos de sua lavoura na cidade do Rio e ainda levava os de outros 26 lavradores.

TABELA 3

Proprietários de embarcações em São Gonçalo
e número de lavradores que levavam produtos em cada uma delas
1885

Embarcação/Proprietários	**Lavradores**	**%**
Falua de Maria Margarida Desmarest	72	42,5%
Falua de Deolindo José de Sena	26	15,5%
Barco de José Pinto da Rocha	22	13%
Falua de José Teixeira da Silva e Antonio Pereira da Rosa	18	11%
Falua de Manoel Corrêa Torres	12	7,2%
Falua de Antonio Rodrigues Costa	7	4,2%
Barco de Joaquim Pereira Lima Guimarães e Luis Carr Ribeiro	5	3%
Lancha de Manoel de Macedo Abreu	2	1,2%
Catraia de João Domingues da Silva	1	0,6%
Falua de Antonio Rodrigues Bastos	1	0,6%
Falua de João Silveira Gomes & Cia.	1	0,6%
Lancha de João Domingos da Silva	1	0,6%
	168	100%

Fontes: AGCRJ, Códices Lavoura do município, 46-1-7; 46-1-9; 46-1-10; 46-1-11; 46-1-12 e 46-1-13.

Como observamos na Tabela 3, o transporte dos gêneros dos 168 lavradores de São Gonçalo e de Cordeiros registrados na Câmara em 1885 estava, basicamente, nas mãos de cinco proprietários de embarcações. À frente, vinha a fazendeira Maria Margarida Desmarest, carregando a produção de mais de 72 pequenos agricultores. Em seguida, estavam Deolindo José de Sena, com 26; José Pinto da Rocha, com 22; José Teixeira da Silva e Antonio Pereira da Rosa, com 18; e Manuel Corrêa Torres, com 12. Também se destacavam Antonio Rodrigues Costa (7) e Joaquim Lima Guimarães e Luis Carr Ribeiro (7). Outros levavam somente os gêneros de sua própria roça ou estavam a serviço de algum negociante.

Pesquisando inventários dessa região rural de Niterói, Márcia Motta constatou que os donos de portos eram também grandes proprietários de terras, sobretudo nas primeiras décadas do século XIX. Nesse quadro, os pequenos produtores, que eram também arrendatários daquelas fazendas e não tinham como comercializar livremente seus gêneros, acabavam submetidos aos negociantes/donos de portos. Dessa forma, criava-se uma forma indireta de dominação sobre as pequenas unidades produtivas ligadas à policultura.[72] Mesmo sem ter como quantificar a participação dos grandes fazendeiros na comercialização e no financiamento da produção, Motta indica como, a partir dos anos 1860, os "sem terra" foram se tornando cada vez mais endividados com os proprietários.[73]

Nas licenças encaminhadas à municipalidade do Rio, verifiquei que, dos 14 proprietários de embarcações indicados pelos roceiros, apenas quatro eram donos de portos e/ou de propriedades. Como vimos, José Pinto da Rocha tinha oito partes no Porto das Pedras, que também era ocupado por José Antonio da Rocha[74]. Mas vivia em terreno arrendado. Joaquim Lima Guimarães tinha um sítio e alugava o Porto do Velho. Esta área de embarque ficava na Fazenda do Porto do Velho, de propriedade de Ignácio Frazão Varela, que também arrendava terrenos a quatro lavradores inscritos em 1885[75]. Já Antonio Rodrigues Costa possuía três sítios e, como anunciado no *Almanak Laemmert*, trabalhava com cargas a frete no Porto das Neves.[76] Só Margarida Desmarest era, ao mesmo tempo, proprietária de fazenda e do Novo Porto de São Gonçalo. E ainda tinha o lavrador José Lúcio de Menezes como locatário de casa e terreno em suas terras, pagando 144 mil réis anuais.

Certamente o novo cenário que se descortinava na década 1880, com um acelerado processo de parcelamento das grandes fazendas, também afetava as áreas de embarque de mercadorias, quase todas alugadas a lavradores proprietários de embarcações. Mas, se nem todos os grandes proprietários permaneciam à frente da comercialização da produção agrícola das freguesias de São Gonçalo e Cordeiros, pelo menos os donos de barcos e faluas que faziam o transporte dos gêneros continuavam diretamente envolvidos no que se passava

no mercado da corte. Em 6 de outubro de 1885, o primeiro dia da greve da Praça das Marinhas, entre os 57 pequenos produtores que enviaram uma petição ao ministro do império, figuravam João Pereira Lima Guimarães, Luis Carr Ribeiro, Manoel Côrrea Torres, José Teixeira da Silva e Maria Margarida Bazin Desmarest (e também seu filho Carlos Francisco Desmarest), todos, como já vimos, donos de embarcações em São Gonçalo.[77]

Além disso, examinando os códices sobre a "lavoura do município", constatei que o neto da Madama Margarida, Paulo José Leroux, estava autorizado, desde junho de 1875, a tratar dos negócios de sua avó, podendo fazer "toda e qualquer transação, inclusive compras, vendas, hipotecas ou qualquer alienação de bens móveis ou imóveis"[78]. Seguindo de perto essas determinações, Paulo José aparecia, em dezembro de 1885, como procurador de quase todos os roceiros que conduziam produtos nas embarcações de Margarida Desmarest. Dispondo dos documentos legais de 70 lavradores, podia inscrevê-los na Câmara Municipal do Rio, como fornecedores que vendiam "os produtos de sua lavoura no mercado público da corte". E foi exatamente o que fez naquele mês de dezembro. Também vamos encontrá-lo defendendo os interesses de sua família de maneira mais incisiva. Em 10 de outubro de 1885, Leroux esteve à frente do movimento grevista das Marinhas, presidindo uma reunião com mais de 200 lavradores numa casa da Rua Ourives[79]. Mas deixemos essa questão para mais adiante.

Por ora, vale ressaltar ainda que, no conjunto de requerimentos analisados, também identifiquei proprietários em outras freguesias de Niterói. Em São Lourenço, mais próximo do centro urbano do município, cinco lavradores fizeram seus registros. Entre eles, dois proprietários de terras: Manoel Domingues Peres, que possuía um terreno com três casas edificadas à Rua do Galvão, no antigo terreno do Maruy; e Antonio de Souza Costa, com quatro datas de terras na Quebra do Fonseca. Neste terreno, ainda arrendava parcelas a outros três roceiros. Já o lavrador Antonio José Miranda tinha uma falua que saía do Porto de São Lourenço com produtos daqueles dois pequenos produtores e ainda outros tantos de sua própria roça. Em outro canto da área central da cidade, na freguesia de São João Batista, um único dono de terras se registrou, o sr. Candido Antunes dos Santos, que ocupava um pequeno pedaço (150 braças, ou cerca de 6 hectares) da Fazenda Santa Rosa, pelo qual pagou 5 contos de réis em 1883.

Atravessando a baía, duas regiões se destacavam como locais de moradia e lavoura dos roceiros registrados em 1885: Irajá e Inhaúma. No grupo de agricultores que vendiam gêneros no cais das Marinhas, 50 viviam na primeira freguesia e outros 47, na segunda. Assim como acontecia com as áreas rurais de Niterói, essas regiões suburbanas, nos arredores da cidade do Rio, também abasteciam o mercado consumidor carioca de gêneros agrícolas desde fins do

século XVIII. Sem abandonar totalmente a produção açucareira, já nessa época os engenhos da região diversificaram seus cultivos, como uma forma de superar a crise que atingiu as exportações do açúcar e suprir a crescente demanda de alimentos na capital[80].

E os grandes proprietários dessas regiões já promoviam, nesse período, o arrendamento de suas terras a pequenos lavradores. À medida que crescia o fornecimento de mantimentos e outros produtos aos mercados da corte, novas fazendas iam sendo retalhadas e os escravos, substituídos por trabalhadores livres. Nas primeiras décadas do século XIX, o Engenho de Dentro, o Engenho da Pedra e o do Capão do Bispo, por exemplo, estavam divididos em parcelas alugadas a pequenos agricultores. Assim como em Niterói, esse recurso surgia como opção para boa parte dos senhores de engenho que, num contexto de crise, conseguiam manter suas propriedades e rendas, sem ter que realizar maiores investimentos de capital. E, por estarem muito próximos dos portos, da capital carioca e de seu crescente mercado consumidor, tornavam-se donos de terras cada vez mais valorizadas na zona rural. Pelas mesmas razões, os arrendatários locais também desfrutavam de posição privilegiada, sobretudo quando comparados a seus concorrentes nas áreas rurais mais distantes do centro urbano.

Em 1858, com a instalação da ferrovia D. Pedro II, cruzando terras em Cascadura, Engenho de Dentro, Piedade, Cupertino e Encantado, as fazendas se tornaram ainda mais valorizadas. Mais tarde, muitos proprietários tomaram a iniciativa de desmembrá-las parcialmente em loteamentos arruados para moradias. Pouco a pouco, às margens das estações ferroviárias e da estrada de Santa Cruz, foram se formando os primeiros bairros residenciais de Inhaúma, ocupados sobretudo por trabalhadores da cidade do Rio[81]. Mas esse processo ficou restrito à região oeste da freguesia. Em outros cantos, os antigos engenhos continuavam desmembrados em pequenas fazendas e sítios. E nem mesmo a inauguração da Estrada do Norte (depois Leopoldina), em 1886, alterou a vida rural dessas áreas.

Em Irajá, ainda predominavam as áreas agrícolas que abasteciam a capital carioca. Velhas fazendas, como a do Vigário Geral, a do Provedor e a de Nazaré, permaneciam em atividade. Sem contar os novos estabelecimentos ligados à agricultura, possivelmente originários das partilhas realizadas em parte dos antigos engenhos e/ou da atribuição de outros nomes aos já existentes, como as fazendas de Boa Esperança, do Thibau e do Frutuoso.

Podemos perceber um pouco desse cenário observando os locais de moradia dos lavradores inscritos na Câmara em 1885. Do conjunto de 97 registros de Irajá e Inhaúma, 47 (48,5%) contém algum tipo de informação sobre as roças, tais como endereço, nome do proprietário e valores do aluguel. O restante apenas incluía atestados de inspetores de quarteirão, confirmando que

eram de fato "lavradores e moradores naquela freguesia". Certamente porque quase todos eram apenas arrendatários das fazendas. Na Tabela 4, vemos que somente seis roceiros de Inhaúma eram donos de terras. Na Estrada da Penha, João do Rego Medeiros possuía uma situação na fazenda de dona Carolina Josepha Pinto. Já Antonio Carvalho Ribeiro tinha duas propriedades (uma delas arrendada) na estrada da Tapera[82]. Como não anexaram escrituras ou documentos mais detalhados, não temos como dimensionar o tamanho das propriedades ou mesmo obter informações sobre benfeitorias e gêneros cultivados.

TABELA 4
Proprietários e arrendatários
nas freguesias de Irajá e Inhaúma
1885

Freguesias	Proprietários	Arrendatários	Totais
Irajá	0 (0%)	26 (100%)	26
Inhaúma	6 (21,5%)	22 (78,5%)	28
	6	48	54

Fontes: AGCRJ, Códices Lavoura do município, 46-1-7; 46-1-9; 46-1-10; 46-1-11; 46-1-12 e 46-1-13.

Entre os arrendatários de Inhaúma, verificamos que o Engenho da Pedra foi citado por seis lavradores. O Campo dos Cardosos, por quatro; e a Estrada da Penha e Manguinhos, por três, cada um. Outros locais, como Pilares, o Campo de Bonsucesso, a Serra do Marreco e o Porto de Inhaúma, foram mencionados por apenas um ou dois locatários. Embora aqui também se observe poucos roceiros concentrados numa mesma propriedade, as fazendas indicadas ficavam bem próximas umas das outras. Nas bordas da Baía da Guanabara, o Engenho da Pedra ocupava, junto com o Engenho de Nossa Senhora da Ajuda, praticamente todo o litoral de Irajá e Inhaúma nas primeiras décadas do século XVIII. Dali, seguindo pelo rio Escorrimão – que cortava suas terras – chegava-se a Manguinhos. Ao sul, estendendo-se até as proximidades da Praia Pequena (hoje no bairro de Benfica), ficava o Engenho Novo. Ainda tinha a estrada da Penha (atual avenida Suburbana), que também atravessava seu terreno. Como ressalta Joaquim Justino dos Santos, o Engenho da Pedra "era o mais favorecido dentre os engenhos da freguesia, pelas diferentes formas de comunicação da época com a cidade".[83]

Na vizinha Irajá, também notamos poucos arrendatários aglutinados numa mesma propriedade. Entre os endereços mais citados, estavam a Penha (4); a estrada de Brás de Pina (3), a estrada do Portela (3) e a fazenda do Sr. Cordovil

(3). E assim como em Inhaúma, em geral essas propriedades, antigas produtoras de cana-de-açúcar, também ficavam uma ao lado da outra. O engenho do Provedor Francisco Cordovil de Siqueira, por exemplo, limitava-se com os rios Irajá e Brás de Pina, englobando as terras onde agora estão localizados os bairros de Cordovil, Parada de Lucas e Vista Alegre.[84]

Conforme vimos, apenas alguns roceiros de Inhaúma inscritos em 1885 eram proprietários de terras nessas áreas suburbanas do município neutro. Entretanto, muitos conduziam os gêneros de suas roças em embarcações próprias. Bem diferente das freguesias rurais de Niterói, em Irajá e Inhaúma o transporte de mercadorias encontrava-se mais pulverizado. Desfrutando de grande facilidade marítima, os agricultores do Recôncavo da Guanabara contavam com pequenos portos espalhados desde a Praia Pequena (mais tarde chamada de Praia de Benfica) até a desemborcadura da Pavuna, destacando-se o famoso porto de Maria Angu e o Porto do Velho em Irajá.[85]

Nos requerimentos enviados à Câmara Municipal, os lavradores dessas freguesias rurais citaram, para cada região, cerca de quinze barcos diferentes saindo todos os dias para o mercado da corte. Não é possível saber exatamente de que pontos do litoral de Inhaúma e Irajá partiam, uma vez que não forneceram essas informações. Ainda assim, examinando esses registros em conjunto, constatei outras situações que se repetiam ali. Por exemplo: havia muitos casos em que o lavrador conduzia, em barco próprio, tanto os gêneros de sua roça, como os de seus vizinhos. Era assim com José Marques, dono do bote 996 e morador no Engenho da Pedra, em Inhaúma. Diariamente ele partia para a Praça das Marinhas levando os produtos de sua lavoura e ainda as verduras e frutas que Joaquim da Rocha e Silva, Joaquim Antonio do Couto e João Alves Romarinz cultivavam em seus sítios arrendados no Engenho da Pedra.[86]

Também era muito comum que dois ou mais roceiros tivessem embarcações "em sociedade". O português Manoel José Gomes e o espanhol Bento Martins, que alugavam uma situação na Fazenda de dona Ana Quintão, em Inhaúma, eram donos do bote 1082, onde carregavam os produtos de suas terras e também os dos lavradores portugueses Antonio Lamas e Vicente Alves da Fonseca, ambos moradores na mesma freguesia. Como abordarei em detalhes mais adiante, boa parte dos pequenos agricultores de Irajá e Inhaúma (e especialmente desta última área) era de imigrantes de Portugal. Demonstrando uma forte solidariedade, eles se uniam para apresentar suas solicitações à Câmara e vender frutas, legumes e verduras na praça, e também se tornavam sócios no transporte marítimo, embarcando seus gêneros e os de outros "companheiros".

Ao comparar os dados sobre Irajá e Inhaúma com aqueles relativos às freguesias rurais de Niterói, constatamos que, de forma muito similar, as duas áreas – com a crise nas exportações do açúcar – especializaram-se no

fornecimento de mantimentos de "primeira necessidade" para os mercados do Rio de Janeiro. Além disso, seus antigos engenhos foram, pouco a pouco, partilhados e alugados a pequenos agricultores. Mas algumas diferenças ficam evidentes num olhar mais atento. Se nas zonas suburbanas do município neutro as terras passaram por um crescente processo de valorização, sobretudo pela proximidade com o centro consumidor e o desenvolvimento do transporte ferroviário, o mesmo não se verificou em São Gonçalo e Cordeiros.

Para acompanhar um pouco desse processo, basta cotejar os valores dos aluguéis cobrados em cada região. Mesmo não dispondo de informações precisas sobre o tamanho dos terrenos arrendados, sabemos que se tratava, nos dois casos, de roças pequenas, descritas como "sítios", "pedaços", "situações" ou "datas". Assim, é possível verificar, por exemplo, que – em dezembro de 1885 – o lavrador Manoel Alves Pacheco pagava 50 mil réis por um ano de arrendamento de "sítio e larguezas" nas terras da Fazenda do Engenho Pequeno, em São Gonçalo. No mesmo período, o português João Albino Machado desembolsava 52 mil réis por quatro meses de aluguel de um sítio na Penha, em Inhaúma[87]. Certamente os valores cobrados dependiam do tamanho e da localização das terras. Ainda assim, observamos que, enquanto nas áreas rurais de Niterói as taxas giravam em torno de 20 a 80 mil réis anuais, na zona suburbana do Rio os roceiros pagavam por volta de 15 mil réis mensais.

Por outro lado, nas duas regiões a escravidão encontrava-se em franca decadência. Em princípios do século XIX, tanto os pequenos proprietários como os chamados "sem terra" das freguesias de São Gonçalo e Cordeiros utilizavam o trabalho escravo nas suas unidades produtivas, o que lhes garantia uma razoável autonomia frente aos grandes fazendeiros. Os cativos, embora já velhos, auxiliavam em tarefas importantes, como o cuidado com cultivos, a organização e a limpeza da horta ou a alimentação de porcos e galinhas. Contudo, com o fim do tráfico negreiro, a compra de escravos passou a exigir uma considerável soma de dinheiro. Aos poucos, a renovação da escravaria foi se tornando impossível. Não obstante, às vésperas da Abolição, alguns ainda mantinham um ou dois cativos, num esforço de preservarem a autonomia anteriormente usufruída.[88]

Em Irajá e Inhaúma, o cenário era um pouco diferente. Como acontecia em Niterói, até mesmo os arrendatários mais pobres tinham um ou dois escravos. Contudo, já nas primeiras décadas do século XIX eles foram sendo substituídos por trabalhadores livres, que logo passaram a predominar ali. De acordo com Joaquim Justino dos Santos, paulatinamente os locatários foram se tornando não escravistas. Ao mesmo tempo, crescia a participação de pessoas livres e libertas nos serviços de transportes, no pequeno comércio e nas atividades mais especializadas nas fazendas.[89]

De maneira geral, há poucas referências à presença de escravos nos registros de 1885. O agricultor Manoel Antonio da Silva era dono de uma fazenda no Boassú, em São Gonçalo, e tinha cinco cativos, todos de "nação africana", solteiros, com mais de 40 anos e do "serviço da roça". Na mesma freguesia, Luiz Martins da Costa Guimarães era proprietário da metade da fazenda do Mutuá, de parte da casa de vivenda, de criados (provavelmente escravos) e senzalas. Também moradora da região, a lavradora Dona Leopoldina Bernarda de Assis possuía casas, benfeitorias de lavoura, terras, móveis e escravos (só não sabemos quantos). Para as áreas suburbanas do município neutro, ninguém mencionou que tinha cativos labutando em suas plantações.

Entre todas as licenças compiladas, somente um lavrador, Rufino José de Almeida, cita seu escravo como encarregado de vender produtos na Praça das Marinhas. Outros 33 agricultores mencionaram 43 empregados e comissários que também trabalhavam para eles no mercado e no transporte de mercadorias, mas não indicaram seu status legal. Nesse grupo, 22 encarregados eram de São Gonçalo (a maior parte executando tarefas para os donos de embarcações, sobretudo como carregadores e remadores) ; seis eram de Cordeiros; seis, de São Lourenço; e quatro, da Ilha do Governador. Outros locais, como Irajá, Maricá e Itaboraí, aparecem com apenas um cada. Nenhum comissário foi registrado em Inhaúma.

Embora não apontem se esses trabalhadores eram de fato escravos, libertos ou homens livres, é bem provável que existissem cativos e forros nesse conjunto. Em suas análises sobre as duas regiões, Motta e Santos lembram que, mesmo constituindo uma pequena minoria nessa época, alguns roceiros ainda mantinham pelo menos um escravo labutando em suas terras. Seriam então esses consignatários escravos dos pequenos lavradores? Com as informações apresentadas até aqui, não tenho como confirmar essa hipótese. Entretanto, é possível afirmar que seis desses empregados eram filhos dos próprios lavradores. Manoel Domingues Peres, dono de um terreno com três casas edificadas à Rua do Galvão, na freguesia de São Lourenço de Niterói, indicou seus dois filhos, Manoel Domingues Peres Junior e Antonio Domingues Peres, como vendedores dos produtos de sua roça no cais das Marinhas. Já Manuel Joaquim Ferreira, que também estacionava seus gêneros no mercado, era filho de João Pereira Ferreira, único lavrador da zona rural carioca que registrou um consignatário.

De outra parte, esses registros permitem verificar como os escravos em Irajá e Inhaúma estavam sendo suplantados por trabalhadores livres, especialmente portugueses, conforme havia assinalado Joaquim Justino dos Santos. Tomando como bases os dados apresentados por Eulália Lobo para os anos de 1870 e 1871, sabemos que, dos 1.200 lavradores registrados na freguesia de Inhaúma, 735 eram livres (677 homens e 58 mulheres) e 465, escravos (407

homens e 58 mulheres). Por sua vez, em Irajá todos os 565 lavradores eram livres (490 do sexo masculino e 75 do feminino).[90]

Nessa época os imigrantes lusitanos já se destacavam nessas freguesias. De acordo com o Censo de 1872, a população geral da cidade do Rio de Janeiro alcançava o total de 274.972 indivíduos, dos quais 226.033 eram livres e 48.939, cativos. Dentre os livres, 73. 310, ou cerca de 1/3 da população, eram estrangeiros. E os portugueses constituíam uma esmagadora maioria nesse grupo, totalizando 55 933 pessoas, o que correspondia a 76, 29% da colônia estrangeira e 24,74% do total da população livre na cidade. [91] Como ressalta Lená Menezes, desde o término do comércio negreiro – e principalmente a partir dos anos 1870 – o processo imigratório estabeleceria dialética profunda com o da Abolição, tanto no campo quanto na cidade. Assim, as últimas décadas do Oitocentos foram marcadas por considerável aumento populacional, decorrente sobretudo dos processos internos de deslocamento e da imigração europeia, orientada no sentido da substituição do trabalho escravo na lavoura e nos ofícios urbanos. Embora os portugueses tenham se concentrando nas freguesias urbanas da cidade – como Santana, Sacramento e Santa Rita – já nessa época observa-se um movimento para as áreas de fronteira agrícola ou pesca, situadas nas zonas rurais do município neutro[92]. Em 1890, por exemplo, cerca de 19% dos 17.448 moradores de Inhaúma eram estrangeiros. Entre eles, contava-se 2.745 imigrantes de Portugal, o que representava 83% da colônia estrangeira que vivia na freguesia[93].

Ao solicitarem suas licenças na Câmara em 1885, os lavradores portugueses das zonas rurais do município do Rio fizeram questão de indicar sua nacionalidade e, em alguns casos, também sua idade e seu estado civil. Bem diferente de outras áreas, onde os pequenos agricultores não mencionaram sua procedência. Dessa forma, dos 97 roceiros de Inhaúma e Irajá matriculados naquele ano, 46 eram portugueses. Destes, 30 moravam na primeira freguesia, onde foram citados 14 endereços diferentes. Oito lavradores indicaram o Campo dos Cardosos e a Estrada da Penha. Outros locais, como a Estrada do Bonsucesso, a Serra do Marreco e Manguinhos, foram apontados por somente um ou dois. De Irajá, vinham outros 16 lusitanos, que também eram vizinhos, em lugares como o terceiro e o quinto quarteirões.

Quem sabe por essa proximidade, e sobretudo pelos fortes laços de solidariedade e identidade, muitos optassem por se inscrever em dupla. Há pelo menos 12 situações desse tipo. Os portugueses Miguel Antonio e Albino Miguel informaram, em seu requerimento, que eram moradores e lavradores no Campo dos Cardosos e possuíam a terça parte do bote 1054, onde carregavam produtos até o mercado das Marinhas. Seus vizinhos Antonio Lamas e Francisco Rodrigues, também procedentes de Portugal, trabalhavam juntos na praça e transportavam os gêneros da roça na embarcação de outro conterrâneo, o

roceiro Manoel José Gomes, em sociedade com o espanhol Bento Martins[94]. Cabe mencionar ainda que nove portugueses informaram sua idade (a média ficava entre 30-40 anos) e oito falaram de seu estado civil (a maior parte era de casados).

Para finalizar a análise dos registros de inscrição dos pequenos lavradores, vale citar outras duas regiões que se destacaram, nem tanto por questões quantitativas, mas principalmente por incrementarem algumas discussões levantadas até aqui. Também na região suburbana do Rio, a Ilha do Governador – bem no meio da Baía da Guanabara – foi apontada como local de residência e lavoura por 18 agricultores. Como nas outras áreas examinadas, a produção canavieira foi sendo substituída por novos cultivos, destacando-se a produção de hortaliças, que abastecia a capital carioca. Em princípios da década de 1870, havia pelo menos 116 lavradores registrados na freguesia, dos quais 59 eram escravos e 57, livres.[95] Mas, bem diferente dos agricultores das freguesias de São Gonçalo e da zona suburbana do Rio, os da Ilha do Governador não forneceram, nas inscrições remetidas à Câmara Municipal, maiores detalhes sobre suas terras e cultivos. Dessa forma, não foi possível realizar um exame tão acurado como o que foi feito para as outras áreas. De qualquer maneira, para efeitos comparativos, importa assinalar que – muito semelhante ao que ocorria em Inhaúma – os lavradores tendiam a criar sociedades para transportar e vender suas mercadorias na corte. E, conforme vimos, alguns também mantinham comissários no mercado da corte.

Do outro lado da Baía, a vila de Maricá, na comarca de Itaboraí, era mais uma a aparecer na lista de moradia dos roceiros. Com a expansão da produção canavieira na província fluminense (especialmente em Campos), as grandes fazendas de Maricá se voltaram para o cultivo de café. Mandioca, milho, feijão, legumes e frutas ocupavam lugar secundário, abastecendo os mercados de Niterói e da capital carioca. Ainda assim, em 1852, 13 engenhos continuavam em funcionamento.[96] Como na Ilha do Governador, os dados sobre os lavradores que trabalhavam – ou tinham representantes – no cais das Marinhas são escassos. Ressalto então que, dos cinco inscritos em 1885, três eram vizinhos e proprietários de pequenas situações. Entre eles, estava Manoel Antonio Dias Galvão, com dois encarregados que conduziam "cargas de criação" até o mercado da capital. Para comprovar que era mesmo dono de uma pequena fazenda, Galvão anexou a seu requerimento uma extensa carta de adjudicação passada em seu favor em agosto de 1880.

Até os anos de 1870, ele morava no termo do Alecrim, ali mesmo em Maricá. Por essa época, outro lavrador da região, Joaquim Pereira da Costa, lhe devia um conto e 800 mil réis, além dos prêmios estipulados por uma letra de terra aceita em 25 de fevereiro de 1876. Como haviam se passado mais de três anos e Costa nem saldava a dívida, nem aparecia para uma conciliação,

Manoel Galvão decidiu cobrar a quantia em juízo. O resultado foi a penhora de todos os seus bens e a transferência de posse para Galvão. A descrição do patrimônio de Joaquim da Costa feita pelos oficiais de justiça permite visualizar um pouco da vida dos pequenos produtores da vila de Maricá na década de 1870.

Bem no alto da Serra do Cambory, a situação contava com uma casa de vivenda grande e velha, coberta de telhas e caiada, com dois quartos e mais dependências. Logo ao lado, uma outra construção abrigava a cozinha. Subindo o terreiro, onde ficava o trem de farinha, havia mais uma casa, também com dois quartos. Grudada a esta, ficava a senzala. Eram quatro os escravos que viviam ali: o preto Marcolino; a crioula Eva; a preta de nação Thomazia, já bem idosa, e o crioulo Bernardo, que estava aleijado. Ainda havia mais três edificações na propriedade, numa das quais residia Fernando Cardoso de Carvalho. Ao redor, contavam-se cafezais (que chegavam a quase 2 mil pés), laranjais, bananeiras, seis jabuticabeiras grandes, sete limoeiros e 12 enxertos novos, que davam fruto. A lista de bens ainda incluía móveis (mesas, cadeiras, bancos, tamboretes, baús, armários); instrumentos de trabalho (pilões, engenho de mandioca, terno de fazer farinha, fornalha, roda de cevar mandioca, prensa de dois furos, machado, foices, cangalhas) e outros objetos, como tábuas, portas e janelas. Tudo somado valia 2: 413$600.

Entre os 312 lavradores inscritos em dezembro de 1885, somente Manoel Antonio Galvão apresentou um documento tão detalhado sobre as terras que cultivava desde meados dos anos 1870. Não sabemos se, depois de quase dez anos, a fazenda mantinha essa mesma disposição. De qualquer maneira, a descrição é próxima daquela feita por Márcia Motta para as freguesias rurais de Niterói, a partir dos inventários de pequenos agricultores. Eram quase sempre propriedades pequenas ou medianas, com plantações diversificadas, com utilização de técnicas para incrementar a produção e um número pequeno de escravos. Como vimos na análise conjunta dos registros das principais regiões mencionados pelos roceiros-vendedores, em meados da década de 1880, com a escravidão em crise, a maior parte dos lavradores que vendia seus produtos na corte alugava diminutos pedaços de terras, contando somente com seu próprio trabalho e, às vezes, com parentes, vizinhos e outros companheiros.

Mas quem desse grupo havia de fato participado do movimento grevista de 1885? Como destaquei logo no início, as folhas de inscrição foram enviadas à Câmara após o fim da greve – em dezembro de 1885. Portanto, não é possível afirmar que foram exatamente esses trabalhadores que organizaram a movimentação daqueles dias de outubro. Não obstante, conforme também assinalei anteriormente, muitos já haviam participado de outros protestos na Praça das Marinhas. Além disso, confrontando os registros enviados à mu-

nicipalidade com as notícias sobre a greve publicadas na imprensa, consegui identificar pelo menos 28 indivíduos que teriam participado do movimento.

Já vimos que vários donos de embarcações de São Gonçalo assinaram a petição remetida ao Ministério do Império em 6 de outubro, primeiro dia do movimento grevista. Nesse grupo, estava a proprietária Margarida Bazin Desmarest, que também foi representada por seu filho Carlos Francisco Desmarest e seu neto Paulo José Leroux.

Este último teve uma atuação ainda mais direta, comandando uma reunião com cerca de duzentos lavradores numa casa na Rua do Ourives. As informações sobre essa assembleia são sucintas. De acordo com o *Diário de Notícias* de 7 de outubro, Leroux mostrava-se bem articulado, falando contra as barraquinhas e anunciando que já havia combinado com a empresa da Praça da Harmonia para que as vendas fossem transferidas para o local, caso o impasse com a Câmara e os empresários não fosse resolvido.[97] Ainda esmiuçando a petição encaminhada ao governo, verifiquei que, entre os 57 lavradores que organizaram este abaixo-assinado, estavam 20 que residiam na freguesia de São Gonçalo. Destes, pelo menos seis eram consignatários dos proprietários de barcos na região. Também havia três roceiros de Cordeiros, um outro de Itaboraí (que era consignatário), um da Ilha do Governador e um de Irajá. Esses dados vêm mais uma vez confirmar que os pequenos proprietários de embarcações, que monopolizavam o transporte de mercadorias das áreas rurais de Niterói para a corte, estavam diretamente envolvidos na greve da praça.

Por outro lado, também encontrei, nos registros da imprensa, uma lista com os nomes de 17 pequenos lavradores detidos nos largos do Pedregulho, Benfica e Praia Pequena (freguesias de Irajá e Inháuma), no dia 11 de outubro de 1885. Levados para a Casa de Detenção, não ficariam nem cinco dias ali. Embora o Arquivo do Estado do Rio de Janeiro guarde diversos volumes com as fichas de entrada de presos na Detenção, justamente o período de outubro de 1885 não consta da documentação conservada. Assim, não foi possível identificar em detalhes esse grupo de grevistas. Porém, cotejando a relação de presos publicada no *Diário de Noticias* com as licenças enviadas à municipalidade em dezembro daquele ano, localizei um único lavrador, o português José Maria Soares, morador em Pilares, em Inhaúma, e também dono, em sociedade com o conterrâneo José Manoel Ribeiro, da terça parte de um bote.[98] Mesmo sem ter maiores informações sobre outros lavradores-grevistas dessas áreas suburbanas do Rio, consegui perceber – a partir do noticiário sobre a greve – que aqueles que optaram por ações mais diretas, e até mesmo violentas, vinham dessas regiões. De outra parte, os roceiros das freguesias rurais de Niterói – entre os quais a maior parte dos pequenos proprietários de terras e/ou embarcações registrados na Câmara – adotaram uma postura mais

"pacífica", preferindo encaminhar abaixo-assinados ou negociar acordos com vereadores e empresários.

***

Um outro grupo de trabalhadores, que praticamente não aparecia na documentação enviada à Câmara Municipal, também se destacou no noticiário sobre o movimento grevista. Entre os inscritos em dezembro de 1885, encontramos apenas sete mulheres registradas, todas pequenas lavradoras das áreas rurais de Niterói. Quase sempre viuvas, que davam continuidade aos negócios de seus falecidos maridos e tinham consignatários vendendo seus gêneros no cais das Marinhas. Contudo, um olhar mais atento para revistas e jornais ilustrados, fotografias e também alguns documentos municipais evidencia a presença de mulheres negras, vendedoras de quitandas, que também atuaram na greve armada no mercado.

No dia 10 de outubro de 1885, o jornal *O Mequetrefe* publicou uma sequência de quadros ilustrados (semelhante a uma história em quadrinhos) retratando os conflitos da Praça das Marinhas (ver pg. 137). No primeiro quadro, vemos como era a praça "há poucos dias" do movimento grevista. Como é dito na legenda, "aí, os pequenos lavradores traziam diariamente os produtos do seu aturado trabalho, abastecendo a população com os legumes indispensáveis" [99].

Observando atentamente as imagens, identificamos os antigos chapéus de sol (que seriam substituídos pelas polêmicas barraquinhas), cestos com legumes e frutas e uma pequena multidão que incluía fregueses (senhoras bem vestidas acompanhadas de seus maridos de fraque e cartola, empregadas domésticas, etc), pequenos lavradores (quase sempre caracterizados com cavanhaques, chapéus e pés descalços) e ainda negras quitandeiras, acocoradas junto de seus cestos e tabuleiros, ostentando turbantes e vestindo saias rendadas. Mas esse burburinho logo foi interrompido pela "especulação" que veio "atravancar a praça com umas relés barracas, transformando um logradouro público em fonte de receita e exigindo uma exorbitância pelo aluguel". Ao invés de fazerem uma *"greve* revolucionária", uma "conflagração de pepinos e abóboras", os pequenos mercadores resolveram adotar "medidas pacíficas": além de deixar em paz as "celebérrimas barracas de *leguminosa* memória", foram "pacificamente pedir garantias para o seu pequeno comércio" ao *Jornal do Commercio,* à *Gazeta de Notícias*, à *Gazeta da Tarde*...

Fechando a *cobertura* da greve, o *Mequetrefe* lembrava galhofeiramente, nos últimos quadros da sequencia ilustrada, aqueles que também haviam sido diretamente afetados pelas "relés barracas". Numa mesa de jantar, um senhor carrancudo come um *beef* sem salada, o que nitidamente lhe parecia

"insuportável". Logo ao lado, duas negras quitandeiras, uma delas equilibrando um tabuleiro à cabeça e com um bebê amarrado às costas, entabulam a seguinte conversa:

> – Eh! Eh! gente!...tá vendo máma?
> – Agola, di qui nosso [*sic*] vai vive?[100]

A presença dessas vendedoras, com os sinais diacríticos característicos das mulheres africanas, como o uso de turbante, pano da Costa e tabuleiro, não é apenas um *mero detalhe*, uma vez que, além de evidenciar a diversidade étnica e de gênero presente ali, também revela um outro olhar sobre aquele espaço social. Se os grandes jornais da corte praticamente não faziam referências a essas mulheres, quando da movimentação grevista, e os registros do *Mequetrefe* pareciam exceções à regra, outros documentos iconográficos demonstram que quitandeiras e pequenos lavradores já marcavam as relações de trabalho na Praça das Marinhas desde pelo menos meados do século XIX.

Por volta de 1875, o fotógrafo Marc Ferrez registrou vendedoras negras no interior do mercado, nos seus arredores e no cais das Marinhas[101]. Tanto a mercadora da Praça do Mercado, como as outras quitandeiras fotografadas apresentam os sinais já evidenciados nos quadros d'*O Mequetrefe:* turbantes e panos da Costa. Contudo, enquanto a primeira, uma negra livre (só pessoas livres podiam alugar bancas ali no interior), está vestida com trajes mais "aprumados" e ainda dispunha de diversos colares, as demais, certamente escravas, usavam saias e panos mais simples e mantinham os pés descalços.

Essas imagens são bem próximas das descrições das africanas minas, que pareciam dominar o mercado de vendas ambulantes no Rio de Janeiro, feitas por viajantes estrangeiros e também constantes de anúncios de fugas de cativas publicados nos jornais da capital, de documentos municipais e de outras ilustrações oitocentistas[102]. Veja-se, por exemplo, os registros da francesa Adèle Toussant-Samson, em sua passagem pela cidade na década de 1850:

> Na frente do palácio [Paço], encontra-se o Mercado, que é realmente um dos locais mais pitorescos da cidade. Ali, grandes negras *Minas*, com a cabeça ornada de uma peça de musselina formando turbante, o rosto todo cheio de incisões, usando uma blusa e uma saia por toda vestimenta, estão acocoradas em esteiras junto de suas frutas e de seus legumes; ao lado delas estão seus negrinhos, inteiramente nus. Aquelas cujos filhos ainda mamam carregam-nos atados às costas por um grande pedaço de pano raiado de todas as cores, com o qual fazem dar duas ou três voltas em torno do corpo, depois de ter previamente posto o filho contra suas costas, os pés e os braços afastados [...][103].

Os naturalistas Luiz e Elizabeth Agassiz, chegados ao Rio em 1865, também foram seduzidos pelo "exotismo" e distinção das quitandeiras minas, que sempre traziam "a cabeça coberta com um alto turbante de musselina e um longo xale de cores brilhantes, ora cruzados sobre os seios ora negligentemente atirados ao ombro". Depois de encontrá-las nas proximidades da Praça do Mercado, Elizabeth registraria que

> [...] esses negros atléticos, de rosto distinto e tipo mais nobre que o dos negros dos Estados Unidos, são os minas, originários da província da Mina na África Ocidental. É uma raça possante, e as mulheres em particular têm formas muito belas e porte quase nobre. Sinto grande prazer em contemplá-las na rua ou no mercado, onde se vêem em grande número, pois as empregam mais como vendedoras de frutas e legumes que como criadas."[104]

É certo que essas imagens e estereótipos eram, em parte, reflexo ou releituras do olhar senhorial, que tinha os minas como *superiores* e, ao mesmo tempo, como potenciais vetores das temidas revoltas escravas.[105] Além disso, também indicavam a existência de uma rede de autores que produziam suas obras partindo de filtros, intenções e formatos variados em torno de uma mesma realidade social, cujos sujeitos lhes ofereciam desafios e opções de registro.[106] Contudo, examinando outros documentos das primeiras décadas do século XIX, como registros de prisão na Casa de Detenção, anúncios de escravos fugidos publicados na imprensa e ofícios municipais, confirmamos que os minas de fato se destacavam entre os quitandeiros africanos que perambulavam pelas ruas ou estacionavam em alguns pontos fixos da cidade[107]. No *Diário de Notícias* de 16 de julho de 1836, um senhor anunciava:

> Fugiu no dia 29 de junho passado uma preta de nação mina, ladina, bem falante, com sinais seguintes: alta, magra, proporcionada, bonita, bem feita, e com bons dentes, levou camisa de algodão americano, vestido de riscadinho escuro, um lenço no pescoço e outro amarrado na cabeça, à maneira costumeira das pretas da Bahia, e um pano de riscado da costa com que se costuma embrulhar; ela anda pela cidade porque foi encontrada na Rua do Ouvidor e no largo do Capim em companhia de uma outra preta mina que vende galinhas no largo do Capim e tem casa no Valongo, onde mora.

De outra parte, os africanos dessa "nação" também se destacavam entre os arrendatários das bancas na Praça do Mercado, muitos dos quais portugueses e brasileiros brancos. Numa pesquisa preliminar feita nos 17 códices sobre o Mercado da Candelária guardados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e nas listas de mercadores da praça publicadas anualmente no *Almanak*

Laemmert entre o período de 1844 e 1889, verifiquei que, durante mais de vinte anos, todo um corredor do mercado estava ocupado por homens e mulheres da Costa da Mina[108]. Há histórias como a do forro Luiz Laville, que arrendava a banca 41, uma pequena quitanda de verduras iniciada por sua mulher, a preta mina Felicidade Maria da Conceição. Vendendo peixe na barraca 77, a preta forra mina Rosa Maria Rocha dava continuidade ao negócio de seu marido e companheiro de "nação", Antonio Francisco Ramos, falecido em 1852. Já a liberta mina Emília Soares do Patrocínio, ao lado de seu marido, o também mina Joaquim Manuel Pereira, era locatária de três barracas para venda de aves e verduras e ainda possuía outros três tabuleiros, com os quais suas escravas mercadejavam ali na praça e pelas ruas da cidade[109].

Em 1885, não encontramos tantos africanos assim no Rio de Janeiro e as quitandas há muito já estavam ocupadas por seus descendentes e também por trabalhadores brancos, especialmente os imigrantes portugueses.[110] Assim, quando a categoria é mencionada nos grandes jornais que noticiavam a movimentação de outubro, não localizamos referências explícitas às especificidades étnicas de tempos passados. Além disso, podemos supor que as quitandeiras que teriam participado da greve eram *consignatárias* dos pequenos lavradores, um costume comum na praça[111], ou então, e isso é sugerido pelo próprio *Mequetrefe*, que se encaminhavam até ali para comprarem os gêneros que venderiam pelas ruas da cidade.

No entanto, como a própria sequência de ilustrações do *Mequetrefe* deixa entrever, a participação dessas vendedoras estava longe de ser apenas esporádica. No quadro em que se retrata a luta "pacífica" armada pelos grevistas, vemos um homem discursando sobre montes de laranjas, enquanto outros mercadores e quitandeiras, em pé ou sentados sobre cestos, frutas e legumes, estão atentos ouvindo. Se nos quadros seguintes não encontramos mulheres caminhando até a Rua do Ouvidor para pedir apoio aos jornais da corte, isso não quer dizer, necessariamente, que elas não participassem da organização dos protestos, ou mesmo influíssem nas resoluções tomadas. Uma outra charge, publicada no jornal ilustrado naquele mesmo 10 de outubro de 1885, fornece mais pistas para essa hipótese.

Ocupando uma página inteira da publicação e intitulada "*O que é ser príncipe!*", apresenta o encontro de uma quitandeira, reproduzida com seu tabuleiro de frutas, e um negro elegante, trajando fraque, cartola e luvas, trazendo à mão bengala e guarda-chuva, e ainda ostentando sobre o nariz um *pince-nez*. Trava-se então o seguinte diálogo:

> – Abença? ...Home, esse greve, esse greve!...Um!...tá bão...Vossucê percisa fazê o escrevê a imperadô, desse cosa q si chama ballaquinha que tá lá na Plaça.
> – Oh!...vai acabar. Já tenho alguns artigos prontos![112]

A figura elegante que se dispõe a ajudar a quitandeira era ninguém menos que Dom Obá II D´África, o famoso "Príncipe do Povo" das ruas do Rio de Janeiro. Este filho de africano forro, batizado como Cândido da Fonseca Galvão, era um baiano da cidade de Lençóis, que participou como oficial do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai e depois veio viver entre a gente da "Pequena África" na capital carioca. Transitando por espaços diversos, era um líder popular, reverenciado e sustentado pela comunidade negra da corte. Considerado "meio amalucado" pela elite, era o primeiro a chegar às audiências públicas que o imperador D. Pedro II concedia aos sábados na Quinta da Boa Vista e tinha voz ativa na imprensa da época[113]. Como é possível observar em diferentes registros, seu "reinado" estava circunscrito a uma parcela da população africana, crioula e miscigenada, composta tipicamente por escravos, libertos e homens livres. Entre esse grupo, destacavam-se as quitandeiras do Largo da Sé e os negros minas, que, "convencidos de sua hierarquia, prestavam-lhe homenagens reais, beijando-lhe a mão, que ele trazia sempre enluvada".[114] Além dessas reverências, os súditos do Príncipe do Povo também lhe ofertavam tributos, com os quais ele se mantinha e aproveitava para divulgar suas ideias na imprensa, seja com matéria paga ou, mais raramente, com folheto avulso.

Não temos como atestar se os desenhistas e redatores do *Mequetrefe* realmente presenciaram um encontro entre Dom Obá e a quitandeira da Praça das Marinhas. Embora isso tenha sido perfeitamente possível, descobrir a *veracidade* desse fato talvez não seja o mais importante aqui. De todo modo, cabe ressaltar que a representação desse encontro, que se valia do tom galhofeiro característico do periódico, demonstra que as negras quitandeiras, quem sabe alguma preta mina, não só estavam presentes na praça e no próprio movimento de outubro de 1885, como sua atuação política provavelmente estava longe de ser episódica. Nos dias que se seguiram à publicação daquelas ilustrações, só muito raramente *O Mequetrefe* voltou ao tema da greve, em pequenas notas ou em registros mais amplos sobre o conturbado mês de outubro[115]. Mas ainda é possível atestar a participação dessas vendedoras analisando outras fontes.

Na *Revista Illustrada* daquele mês de outubro, uma sequência de pequenos quadros, sob o título de "Greve dos legumes" (Fig. 5), criticava, com seu costumeiro olhar zombeteiro, a carestia dos alimentos que assolava a cidade, como consequência do movimento grevista. Os legumes estavam um "despropósito". Fregueses reclamavam que uma omelete valia vinte mil réis. E brincos de rabanetes e chapéus com legumes já estavam virando "jóias" e "presentes" disputados. Para castigar os vereadores, que "lograram" um logradouro público, sugeriam um castigo exemplar: fechá-los num quarto com meia dúzia de furiosas quitandeiras. Se depois de dez minutos não endoidecessem, seria

porque tomaram "o expediente de atirar-se pela janela". Como se pode notar nos dois quadros que retratam a "revolta" das negras vendedoras (Fig. 6), a caracterização dessas mulheres também seguia as imagens vistas anteriormente: turbantes e panos da costa atados à cintura.

Recorrendo às atas das sessões da Câmara Municipal de 1884, quando os vereadores já discutiam os termos do contrato das barraquinhas, localizamos mais indícios sobre a presença dessas mulheres na Praça das Marinhas. De acordo com um dos vereadores presente à sessão de 4 de dezembro, a "grita levantada" por alguns jornais não se guiava pelas queixas dos lavradores, simplesmente porque eram raros os que estacionavam na praça. A maior parte só desembarcava seus gêneros ali para que as quitandeiras os vendessem. Os verdadeiros instigadores da greve de 1885 eram "alguns especuladores bem conhecidos", que exigiam de "grande número de quitandeiras, que estacionam seus tabuleiros ou cestas junto às portas externas da Praça do Mercado, a capitação mensal de trinta a quarenta mil réis". Segundo um dos vereadores, seria essa verdadeira razão da "celeuma levantada contra os concessionários", que não vinha dos lavradores ou das quitandeiras que paravam na praça, já que a contribuição que deviam pagar era muito inferior aos ônus que estavam sujeitos.[116]

Com o desenrolar do movimento grevista, ficou claro que a situação não era bem assim. Os registros analisados até aqui permitem afirmar que os protestos de outubro de 1885 foram levados adiante por pequenos lavradores (que eram também vendedores dos produtos cultivados em suas terras e, muitas vezes, condutores das embarcações) e por quitandeiras, entre as quais algumas que trabalhavam para os próprios roceiros. No meio deles, certamente estavam também outros vendedores ambulantes e também alguns *pombeiros*.

Como constatei na documentação municipal e na imprensa, os pequenos lavradores e as quitandeiras muitas vezes disputavam espaço com os chamados *pombeiros,* "mercadores avulsos" que ofereciam principalmente peixe fresco pelas ruas e mercados da cidade, e atuavam como prepostos de pequenos comerciantes e lavradores[117]. No início do século XIX, eram sobretudo os cativos das "nações" mina, cabinda e congo que se ocupavam do "negócio de *pombear*". Mas, a partir da década de 1850, libertos africanos e crioulos, brasileiros brancos, portugueses e até mesmo chineses também passaram a se dedicar a este ramo do pequeno comércio. E desde pelo menos os anos 1860 já se observam conflitos entre eles e alguns dos roceiros instalados no cais das Marinhas.

Num abaixo-assinado enviado à Câmara em novembro de 1869, lavradores de Inhaúma e Irajá, todos "cidadãos brasileiros e portugueses", reclamavam das licenças que a municipalidade tinha concedido aos *pombeiros* e especuladores, "a maior parte vadios e sem domicílio, que vantagem nenhuma oferecem ao país". Ao ocuparem os grandes chapéus de sol colocados ali na praça, eles

acabavam usurpando-lhes espaço e consumidores.[118] E mesmo empresários e alguns vereadores também reclamavam desses vendedores ambulantes. Em 1881, o comendador Antonio José da Silva, arrendatário das bancas da Praça do Mercado e dos chapéus de sol nas Marinhas, pedia que a Câmara proibisse as "imundas tábuas [para venda de peixe] que ali existem dos pombeiros que nada pagam de aluguel nem de direitos à Ilma. Câmara", e ainda promovem "abusos e imundícies".[119] Quatro anos depois, os empresários do consórcio Oliveira & C. exigiam, depois de terminada a greve, que os vereadores adotassem medidas que garantissem os direitos dos pequenos lavradores ao "referido lugar que lhes foi concedido, de modo a distingui-los perfeitamente dos chamados pombeiros, que promiscuamente procuram localizarem-se no logradouro para aqueles destinado".[120]

Assim, parece que os pombeiros não só disputavam espaço com os pequenos lavradores, como angariavam antipatias com os concessionários da praça, talvez porque gozassem de liberdade para ali "fazer o seu negócio". Quem sabe também os roceiros, em sua maioria portugueses e brasileiros brancos, estivessem envolvidos em disputas étnicas e raciais com os *pombeiros* (muitos dos quais certamente descendentes de africanos), aproveitando assim o conflito de outubro de 1885 para resolver questões antigas? Certamente esta é uma possibilidade, já que, desde a década de 1870, a competição por espaço no mercado de trabalho urbano e também pela sobrevivência na cidade acirrava rivalidades entre africanos e imigrantes europeus. Em maio de 1872, por exemplo, cinquenta "pretos ganhadores", que costumavam carregar carne-seca em canoas até a Praça das Marinhas, brigaram com 12 trabalhadores brancos "ocupados naquele mesmo serviço". Poucos dias antes, os pretos haviam exigido um aumento de vinte réis aos donos da carne-seca. Como não quisessem se sujeitar a essa exigência, os patrões resolveram chamar trabalhadores brancos. Inconformados com a nova situação, os ganhadores voltaram às 12 horas do dia 2 de maio, "armados de cacetes e um deles com uma foice", assaltaram os novos trabalhadores, travando-se "luta renhida", só debelada após a atuação de um capitão e de praças da guarda urbana. Ao noticiar a contenda, o *Diário do Rio de Janeiro* destacara que os pretos carregadores teriam feito "uma parede" [121], "à moda da Costa da Mina", o que acabou provocando a prisão de sete escravos e um negro liberto. [122]

Seja como for, constatamos que, sem dúvida, a greve de outubro de 1885 foi armada por pequenos lavradores das áreas rurais do Rio de Janeiro e de Niterói, e também por quitandeiras, entre as quais muitas que trabalhavam para aqueles mercadores. Para além da experiência em comum na labuta cotidiana no grande mercado da Corte, boa parte estava unida por laços de amizade, vizinhança, familiares ou étnicos. Nem sempre os interesses desses trabalhadores do pequeno comércio estavam tão alinhados. Ainda assim, reinventando

velhas tradições culturais e políticas e reforçando identidades, iam definindo os contornos da classe de pequenos comerciantes ocupados no grande mercado de gêneros alimentícios da capital do Império.

Como nos últimos anos vem mostrando a historiografia sobre os movimentos operários, a diversidade, a divisão e os conflitos internos são características sempre presentes na formação da classe trabalhadora. Unidade e cisão coabitam a classe, e a análise desses dois aspectos deve sempre ser contextualizada e submetida à lógica da mudança histórica. Conforme enfatizam os organizadores do livro *Culturas de classe*, devemos dar conta da diversidade das atitudes sociais de acordo com sua variabilidade no tempo, sem deixar de abordar também os mecanismos inte(g)rativos que dão forma e conteúdo a valores culturais compartilhados. "Afinal, tanto elementos sociais e culturais desagregadores quanto estratégias de resolução ou atenuação dos conflitos em busca de unidade fazem parte das experiências vividas pelas coletividades operárias" [123].

5 - BIBLIOGRAFIA

AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil. 1865-1866.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872". *Novos Estudos Cebrap*, n. 21. são Paulo, julho/1988, pp. 30-56.

AZEVEDO, Arthur. "O bilontra". In: *Teatro de Arthur Azevedo*. Rio de Janeiro, INACEN, 1983, tomo I.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Malandros desconsolados. O diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro.* Relume Dumará, 2005.

BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. O jogo das trocas.* São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CORACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 3 ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988.

CRUZ, Maria Vellasco. *Virando o jogo: Estivadores e Carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese de Doutorado, USP, 1998.

_____ "Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, RJ, 1905-1930", *Afro-Ásia,* Salvador/CEAO, UFBA, 24 (2000).

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*, *ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

FARIAS, Juliana Barreto. "Jornalismo e política: a imprensa na greve de pequenos lavradores e quitandeiras das Praça das Marinhas, Rio de Janeiro/década de 1880". In: *Anais do VI Congresso Nacional de História da Mídia.* Niterói, Maio/2008.

FARIAS, Juliana B. "Ardis da liberdade: trabalho urbano, alforrias e identidades". In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.) *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 2007.

FARIAS, Juliana B., ARAÚJO, C. E., GOMES, F.dos S. & SOARES, C. E. L *Cidades negras: africanos, crioulos e espaço urbano no Brasil escravista.* São Paulo: Alameda, 2006.

FARIAS, Juliana B., GOMES, Flávio e SOARES, Carlos E. Líbano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FORTES, Alexandre. "O direito, a lei e a ordem. Greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da primeira República". In: LARA, Silvia H. & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes Mendonça. *Direitos e justiça no Brasil. Ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRIDMAN, Sergio A. & GORBERG, Samuel. *Mercados no Rio de Janeiro. 1834-1962.* Rio de Janeiro: S. Gorberg, 2003.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda& Editores, 2000.

GOMES, Flávio & SOARES, Carlos E. L. "'Dizem as quitandeiras...' : ocupações e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX". *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, julho/dezembro 2002, pp. 3-16.

GOMES, Flávio. "História, protesto e cultura política no Brasil escravista". In: SOUZA, José Prata de (org.) *Escravidão: ofícios e liberdade.* Rio de Janeiro: Aperj, 1998.

GINZBURG, Carlo, "Raízes de um paradigma indiciário". In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições.* 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LAW, Robin. "Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo 'mina'". *Tempo*, UFF, vol. 10, n. 20. Niterói, jan-jun/2006.

LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alga-Ômega, 1977.

LINHARES, José. "O operário brasileiro no século XIX". *Revista Brasiliense*. São Paulo, n. 49, 1963.

LOBO, E. L. (org.) *O Rio de Janeiro operário*. Rio de Janeiro: Acess, 1992.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital financeiro*. Rio de Janeiro: Ibmec, 1978.

LOPES, Nei. *Novo dicionário banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, 1808-1818. SP: Martins, 1942.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823).* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio.* Rio de Janeiro: Sabiá, 1969.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Experiências comuns: escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca.* Tese apresentada para concurso de professor titular de História do Brasil da UFF, 2005.

MATTOS, M. B. (org). Trabalhadores em greve, polícia em guarda. Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto/Faperj, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MENCARELLI, Fernando Antonio. *Cena aberta*. A absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1999.

MENEZES, Lená Medeiros de. "A presença portuguesa no Rio de Janeiro, segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida". *Revista População e Sociedade*. Porto: Edições Aforamentos, 2007, n.14/15, parte I.

MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro*, 1890-1910). Dissertação de mestrado em História, Unicamp, 2008.

MOTT, Luiz. "Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil". *Revista de História*, vol. 53, nº 105, pp. 81-106.

MOTTA, Márcia M. Menendes. *Pelas "bandas d'além": fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora, 1808-1888*. Dissertação de mestrada apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFF, 1989.

NEVES, Lúcia Maria B. P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia Maria B. da C. (orgs.) *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder.* Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

PANTOJA, Selma. "A dimensão atlântica das quitandeiras". In: FURTADO, Júnia (org.) *Diálogos oceânicos – Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras*: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. 2.ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

PERROT, Michele. *Workers on strike, 1871-1890*. Nova Haven/Londres: Yale University, 1987.

PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azeredo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, v. 3.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da Monarquia: a série "Balas de Estalo" (1883-1884)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Unicamp, 2005.

REIS, João J. "A greve negra de 1857 na Bahia". *Revista USP*, 18, 1993.

_____"De olho no canto: Trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição". *Afro-Ásia*, Salvador, CEAO/UFBA, número 24, 2000.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola do Rio de Janeiro (1780-1860).* São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALIBA, Elias Thomé. "A dimensão cômica da vida privada na República". In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3.

SAMSON, Adèle Toussant. *Uma parisiense no Brasil*. 1849-1862. Rio de Janeiro: Capivara, 2003.

SANTOS, Ana Maria dos. *Vida econômica de Itaboraí no século XIX*. Dissertação de mestrado em História, UFF, 1974.

SANTOS, Joaquim Justino Moura dos Santos. *De freguesias rurais a subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em História Social, USP, 1996.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1984.

SERLA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de ser em modos de ver: ciência e estética de africanos por viajantes europeus* (*Rio de Janeiro,* ca. 1808-1850). Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Unicamp. Campinas, 2006.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo*. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. "A 'nação' da mercancia: condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900". In: FARIAS, J. B., GOMES, Flávio S. &

SOARES, C. E. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, pp. 193-247.

_____."Comércio, nação e gênero: as negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro, 1835-1900". In: FRAGOSO, J., MATTOS, H. M & SILVA, F. C. (orgs.) *Escritos sobre história e educação.* Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001, pp. 401-415.

_____. *Zungu: rumor de muitas vozes.* Rio de Janeiro, Prêmio Arquivo Estadual, 1998.

SOARES, Luiz Carlos, "Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX". Revista Brasileira de História, n. 16, 1988, pp. 107-142.

SOARES, Mariza de Carvalho. Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 2007.

_____. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Juliana Teixeira. *A autoridade municipal na corte imperial: enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889)*. Tese de doutorado apresenta ao Departamento de História da Unicamp, Campinas, 2007.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária* inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988, 3v.

_____. "Algumas considerações sobre classe e falsa consciência". In: *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos.* Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

ZERON, Carlos Alberto. "Pombeiros e tangosmaos, intermediários do tráfico de escravos na África". *Actes du Colloque Passeurs Culturels – Mediadores Culturais*, Lagos (Portugal), 9 a 11 de outubro de 1997. Lisboa: Fundação Callouste Gulbenkian, 1998.

Notas

1. CF. GOMES, Flávio dos Santos. "História, protesto e cultura política no Brasil escravista". In: SOUZA, José Prata de. (org.) *Escravidão: ofícios e liberdade.* Rio de Janeiro: Aperj, 1998, p. 66. LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil.* 2ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 3. MATTOS, Marcelo Badaró. "Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca (1850-1910)". In: MATTOS, M. B. (org). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda. Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto/Faperj, 2004, p.33. POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Para Salvador, ver: REIS, João J. "A greve negra de 1857 na Bahia". *Revista USP*, 18, 1993, pp. 8-21.

2. MATTOS. *Op. cit.*, p.33.

3. Cf. FORTES, Alexandre. "O direito, a lei e a ordem. Greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da primeira República". In: LARA, Silvia H. & MENDONÇA, Joseli

Maria Nunes Mendonça. *Direitos e justiça no Brasil.* Ensaios de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 344.

4. PERROT, Michele. *Workers on strike, 1871-1890*. Nova Haven/Londres: Yale University, 1987, pp. 4-5. Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. Experiências comuns: escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca. Tese apresentada para concurso de professor titular de História do Brasil da UFF, 2005.

5. CORACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 3 ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988, p.60. Em 1638, a Câmara do Rio estabeleceu que os pescadores venderiam suas mercadorias no trecho que compreendia a Praia de Nossa Senhora do Carmo até a porta do Governador, ou seja, entre a atual Praça XV e a Rua da Alfândega. Cf. FRIDMAN, Sergio A. & GORBERG, Samuel. *Mercados no Rio de Janeiro. 1834-1962.* Rio de Janeiro: S. Gorberg, 2003, p. 2.

6. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (doravante AGCRJ), Ofício da Secretaria de Estado de Negócios para o Senado da Câmara de 21/04/1823.

7. Cf. FRIDMAN & GORBERG, *Op. cit.*, p. 12. CORACY, op. cit.

8. *Almanak Laemmert,*1844, p. 239. Cf. Regulamento da Praça do Mercado, apresentado em sessão da Câmara Municipal de 17 de novembro de 1843 e publicado em edital no dia 20 de agosto de 1844, transcrito em: FRIDMAN & GORBERG, op. cit., pp. 14-23.

9. EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*, *ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 84.

10. AGCRJ, Códice 61-2-17: Mercado da Candelária (1870-1879), p.28.

11. AGCRJ, 61-2-11: Mercado da Candelária (1869), p. 10.

12. *Almanak Laemmert*, 1875, pp. 839-840.

13. AGCRJ, Códice 61-2-17: Mercado da Candelária (1870-1879), p.28.

14. AGCRJ, Códice 46-1-6: Lavoura do município – Projetos, medidas de defesa, mercados da pequena lavoura, etc., p. 5-7.

15. SOUZA, Juliana Teixeira. *A autoridade municipal na corte imperial: enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889)*. Tese de doutorado apresenta ao Departamento de História da Unicamp, Campinas, 2007, pp. 190-193.

16. A reconstrução dos acontecimentos apresentada a seguir está em diversos jornais e revistas publicados no período, guardados no acervo de periódicos e periódicos raros da Biblioteca Nacional, como *O Diário de Notícias, O Paiz, Jornal do Commercio, Gazeta de Notícias, O Mequetrefe, Revista Illustrada,* entre outros.

17. AGCRJ, Códice 58-3-39, "Barracas na praça das Marinhas e à margem do caes da doca da praça do Mercado, em substituição aos 'chapeos de sol'", colocados na mesma área", folha 4.

18. O consórcio Oliveira & C. deveria, para construir as barracas e explorar o local, pagar uma joia de 20:000$000, locação de 5:000$000 anualmente, além de outras obrigações, como: asseio do terreno, consertos, arborização – gastos superiores a 50:000$000 no 1º biênio, e no resto do prazo em cerca de 18:000$000 anual. AGCRJ, Códice 58-3-39,

"Barracas na praça das Marinhas e à margem do caes da doca da praça do Mercado, em substituição aos 'chapeos de sol'", colocados na mesma área", folha 2.

19. *Jornal do Commercio*, "A barraca do cais da doca", 6 de outubro de 1885, p. 2.

20. *Jornal do Commercio, Gazeta de Notícias, O Paiz, Diário de Notícias,* "As barracas da Praça das Marinhas e a greve". 6 de outubro de 1885. Uma opinião bem próxima à dos vereadores, que aprovaram o contrato em sessão de 30 de outubro de 1884, por reconhecerem que "as vantagens que resultarão desse melhoramento, não só para a fiscalização, como para a higiene daquele local na dita Praça". AGCRJ, Códice 58-3-39, op. cit., folha 8.

21. Idem, folha 33.

22. *Gazeta de Notícias*, 9 de outubro de 1885, p. 1.

23. MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio.* Rio de Janeiro: Sabiá, 1969, p. 121. Cf. SODRÉ, Nelson W., *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 234-239.

24. "Justo protesto". *Gazeta da Tarde*, 8 de outubro de 1885, p.1.

25. *Diário de Notícias,* 6 de outubro de 1885, "A greve das hortaliças", p. 1. No dia seguinte, novos versinhos foram publicados por Violino (pseudônimo de um dos redatores do jornal): "Não vem mais barco da roça / Parece verso...e é troça... / A *greve* continuou / Na barraca inaugurada; / Muito *peru* amuou / Quanta canoa encalhada! * Não são p'ra graça os barqueiros / Nem na pachorra são santos / Não lhes querem dar os *cantos* / Não dão eles... os *canteiro s!* * Era isso o que se esperava; / Não há'hinada de novo... / Pois eles, à fava...o povo! * Oh Cam'ra que te conservas / Nas encolhas, vê que estado! / Há um mercado p'ras ervas / Sem ervas para o mercado!"

26. *O Paiz*, 9 de outubro de 1885, p.1.

27. *Gazeta de Notícias,* 10 de outubro de 1885, p.1.

28. "A crise dos legumes". *Gazeta de Notícias,* 10 de outubro de 1885, p.1.

29. "Crônica da semana". *Gazeta de Notícias*, 11 de outubro de 1885, p. 1.

30. SALIBA, Elias Thomé. "A dimensão cômica da vida privada na República". In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3, p. 298. Cf. LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823).* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

31. RAMOS, Ana Flávia Cernic. Política e humor nos últimos anos da Monarquia: a série "Balas de Estalo" (1883-1884). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Unicamp, 2005, p. 8.

32. RAMOS, op. cit., p. 8-9; cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras*: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. 2.ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.14.

33. Atente-se, por exemplo, para a charge publicada pela *Revista Ilustrada*, em 10 de outubro de 1885, representando um grupo de negras quitandeiras – que também vendiam seus produtos na Praça – "atacando" os vereadores, tido como os responsáveis pelas novas barracas e o desvantajoso contrato firmado entre os empresários e a Câmara Municipal.

34. SALIBA, *op. cit.*, p. 297.

35. Conforme vem demonstrando estudos recentes, a imprensa tanto constitui memórias de um tempo – ao apresentar visões distintas de um mesmo fato, serve como fundamento para pensar e repensar a História –quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não apenas como um simples ingrediente do acontecimento, no dizer de Robert Darnton e Daniel Roche. NEVES, Lúcia Maria B. P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia Maria B. da C. (orgs.) *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder.* Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 10.

36. *Jornal do Commercio,* 9 de outubro de 1885, p.4. A nota saiu com a seguinte assinatura: "*Infelizes quitandeiros".*

37. "As barraquinhas e o cais da Doca". *Jornal do Commercio,* 9 de outubro de 1885, p.4.

38. Idem.

39. "Monopólio escandaloso". *Diário de Notícias,* 7 de outubro de 1885, p. 3.

40. "Ilma. Câmara Municipal". *Gazeta de Notícias,* 10 de outubro de 1885, p.2.

41. AGCRJ, Códice 58-3-39, op. cit., folha 8.

42. Idem, folha 80.

43. Cf. *O Paiz,* 10 de outubro de 1885, p. 3; *Diário de Notícias,* "A greve das hortaliças", 6 de outubro de 1885, p. 1. Lá pelo meio de seu poema, Violino dizia que: *"Afinal toda a hortaliça/Marchou para o xilindró,/Entre um aipo e uma nabiça/Às ordens do carijó."* Em *O Mequetrefe,* o retrato de Carijó ainda vinha acompanhado das seguintes loas: "Dr. Pedro Augusto de Moura Carijó – Honramos hoje a primeira página do *Mequetrefe* com o retrato deste ilustre cidadão. É inútil repetir aqui quais os serviços prestados à polícia desta corte pelo Dr. Carijó. S.S. tornou-se um benemérito da população fluminense. O atual governo, reconhecendo o quão difícil fora substituir o 3º delegado de polícia, pediu-lhe que se conservasse nesse cargo, apesar da divergência política. Basta este fato para o elogio do digno brasileiro, que recomendamos às considerações dos nossos leitores". *O Mequetrefe*, 10 de novembro de 1885, p.1.

44. "Crônica da semana". *Gazeta de Notícias*, 11 de outubro de 1885, p.1.

45. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 16-18.

46. Para uma análise da cobertura do movimento grevista pela imprensa, ver: FARIAS, Juliana Barreto. "Jornalismo e política: a imprensa na greve de pequenos lavradores e quitandeiras das Praça das Marinhas, Rio de Janeiro/década de 1880". In: *Anais do VI Congresso Nacional de História da Mídia.* Niterói, Maio/2008.

47. "A crise dos legumes". *Gazeta de Notícias*, 11 de outubro de 1885, p. 1.

48. Nessa época, presidia o Conselho de Ministros o visconde de Sinimbu, e era ministro da Fazenda o futuro visconde de Ouro Preto. "Esse gabinete sucedera ao de Caxias, e representava a volta dos liberais ao poder, depois de anos de domínio conservador". CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 175. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

49. CARVALHO, op.cit, pp. 174-177.

50. Idem.

51. AGCRJ, Códice 58-3-39, op. cit., folha 96.

52. *Jornal do Commercio,* 26 de novembro de 1885. O aviso foi expedido pela Secretaria Municipal no dia 23 de novembro, sob a assinatura de J. A. de Magalhães Castro Sobrinho.

53. *O Paiz*, 9 de outubro de 1885, p.1.

54. O aviso foi expedido pela Secretaria Municipal no dia 23 de novembro, sob a assinatura de J. A. de Magalhães Castro Sobrinho, e publicado *Jornal do Commercio,* em 26 de novembro de 1885.

55. AGCRJ, Códice 46-1-5: Lavoura do município: mercadores da pequena lavoura (1833-1872), p. 48-51.

56. AGCRJ, Códice 46-1-9: Lavoura do municipio – pedidos de varios lavradores sobre a venda de produtos de sua terra (21 a 31 de dezembro de 1885), p. 58.

57. Capital da província do Rio de Janeiro desde 1835, a cidade de Niterói tinha seis freguesias: São João Baptista; São Lourenço; São Sebastião de Itaipu; São Gonçalo; Nossa Senhora da Conceição da Vargem (Jurujuba) e Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros. Itaipu, São Gonçalo e Cordeiros ficavam nas áreas rurais e, até fins do século XVIII, estavam entre as principais produtoras de açúcar da capitania. Já as freguesias de São João e São Lourenço tornaram-se, ao longo do século XIX, o centro urbano da cidade de Niterói. Cf. MOTTA, MOTTA, Márcia M. Menendes. *Pelas "bandas d'além": fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora, 1808-1888*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFF, 1989 e *Almanak Laemmert,* 1883, p. 418.

58. A expressão "sem terra" é usada por Márcia Motta para qualificar os lavradores despossuídos nas áreas rurais de Niterói, que arrendavam parcelas em grandes propriedades. MOTTA. *Op. cit.*

59. MOTTA. *Op. cit.*, p. 68.

60. Idem, p. 133-135.

61. Estes casos são analisados em: MOTTA. *Op. cit.*, pp. 74-75.

62. AGCRJ, Códice 46-1-7: Lavoura do município: pedidos de vários lavradores sobre a venda de produtos de sua terra, 1885,p. 164.

63. AGCRJ, Códice 46-1-7, op. cit., pp. 50, 52, 69, 71, 73, 75, 80 e 81. Os quatro lavradores também transportavam seus produtos na falua de propriedade de Antonio Rodrigues Costa, no Porto das Neves.

64. AGCRJ, Códice 46-1-12: Lavoura do município – pedidos de vários lavradores para venderem os produtos de sua terra (1 a 16 de dezembro de 1885), pp. 79-82; 126-129.

65. De acordo com Márcia Motta, nas freguesias de São Gonçalo, Cordeiros e Itaipu, 200 hectares de terra eram suficientes para caracterizar uma propriedade como "fazenda". Como o território tinha extensão pequena e estava bem próximo da corte e da capital

da província, possuir essa extensão de terreno constituía-se numa riqueza relativamente maior do que a mesma dimensão em regiões interioranas. MOTTA. *Op. cit.*, pp. 133-134.

66. AGCRJ, Códice 46-1-12: Lavoura do município – pedidos de vários lavradores para venderem os produtos de sua terra (1 a 16 de dezembro de 1885), p. 60.

67. AGCRJ, Códice 46-1-12: Lavoura do município – pedidos de vários lavradores para venderem os produtos de sua terra (1 a 16 de dezembro de 1885), p. 257.

68. Hoje existe no atual município de São Gonçalo um bairro chamado Porto da Madama. Outros bairros da região também conservam os nomes das antigas fazendas e localidades oitocentistas, como Engenho Pequeno, Boassú, Mutuá, Rocha, Pacheco.

69 . No *Almanak Laemmert* de 1883, anunciava-se que o Porto da Madama recebia "quitandas todos os dias e transporta[va] para a corte". *Almanak Laemmert*, 1883, p. 447.

70. MOTTA. *Op. cit.*, p. 51-52.

71. AGCRJ, Códice 46-1-6: Lavoura do município (projetos, medidas de defesa, mercados da pequena lavoura, etc), pp. 16, 16v, 19, 19 v.

72. MOTTA, op. cit., pp. 52-53.

73. Idem.

74. Cf. BN, *Almanak Laemmert*, 1885, p. 1004.

75. Idem, p. 1005.

76. Não tenho como afirmar, tomando como base as informações do Almanak Laemmert, se Antonio Rodrigues Costa era proprietário ou somente um arrendatário do porto.

77. "As barracas do cais da doca". *Jornal do Commercio*, 6 de outubro de 1885, p. 2.

78. AGCRJ, Códice 46-1-9: Lavoura do município – pedidos de vários lavradores sobre a venda de produtos de sua terra, 21 a 31 de dezembro de 1885, p. 275.

79. "A questão das barraquinhas". *Diário de Notícias*, 11 de outubro de 1885, p.1.

80. SANTOS, Joaquim Justino Moura dos Santos. *De freguesias rurais a subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em História Social, USP, 1996, p.155-157.

81. De acordo com Joaquim Justino Santos, a nova função da freguesia de Inhaúma como "área residencial para as classes trabalhadoras empregadas na cidade, então incorporada à vida de Inhaúma, encontrava-se em seu estágio mais preliminar. Tanto o ritmo como a proporção em que o fato ocorreu na região, entre os anos de 1870 e 1890, se deram em um grau bastante reduzido, em relação ao acelerado processo de ocupação urbana e ao enorme crescimento da população trabalhadora que se verificou nas três décadas seguintes". SANTOS, *op. cit.*, p. 237.

82. AGCRJ, Códice 46-1-9: Lavoura do município – pedidos de vários lavradores sobre a venda de produtos de sua terra (21 a 31 de dezembro de 1885)

83. SANTOS. *Op. cit.*, p. 95.

84. SANTOS. *Op. cit.*, p. 102.

85. GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda& Editores, 2000, pp. 366-367.

86. AGCRJ, Códice 46-1-9, *op. cit.*, pp. 224-25; 243-46; 253-54.

87. Cf. AGCRJ, Códice 46-1-7, *op. cit.*, pp. 73-75; Códice 46-1-9, op. cit., pp. 229-231.

88. MOTTA. *Op. cit.*, pp. 94, 165-167.

89. SANTOS. *Op. cit.*, p. 194.

90. A autora baseia-se nos *Relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império, apresentados à 2ª e 3ª sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1870/1871. In: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital financeiro*. Rio de Janeiro: Ibmec, 1978, pp. 415 e 423.

91. Arquivo Histórico do Itamarati. Diretoria Geral de Estatística – *Censo de 1872*, pp. 58 e seguintes.

92. MENEZES, Lená Medeiros de. "A presença portuguesa no Rio de Janeiro, segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida". *Revista População e Sociedade*. Porto: Edições Aforamentos, 2007, n.14/15, parte I. Sobre a imigração portuguesa no Rio, ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. RIBEIRO, Gladys. *"Cabras" e "pés-de-chumbo":* os rolos do tempo. O antilusitanismo no Rio de Janeiro da República Velha. Niterói, Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFF, 1987.

93. MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro*, 1890-1910). Dissertação de mestrado em História, Unicamp, 2008, p. 52.

94. Cf. AGCRJ, Códice 46-1-7. *Op. cit.*, p. 195; Códice 46-1-11, *op. cit.*, pp. 202-04.

95. LOBO. *Op. cit.*, pp. 255 e 431.

96. Idem, p. 265. Em Campos existiam, na mesma época, 431 engenhos. Havia 58, na corte (regiões suburbanas); 38, em Itaboraí; 32, em Iguassú; e 25, em Niterói. Cf. SANTOS, Ana Maria dos. *Vida econômica de Itaboraí no século XIX*. Dissertação de mestrado em História, UFF, 1974.

97. "A questão das barraquinhas". *Diário de Notícias*, 11 de outubro de 1885, p. 1.

98. "A questão das barraquinhas". Cf. *Diário de Notícias*, 11 de outubro de 1885, p. 1; AGCRJ, Códice 46-1-7, op. cit., p. 197.

99. *O Mequetrefe*, 10 de outubro de 1885, p. 4.

100. *O Mequetrefe*, 10 de outubro de 1885, p. 4.

101. As imagens aparecem em: ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: George Ermakoff Casa Editorial, p. 142 e 143.

102. Sobre as negras minas quitandeiras, ver artigos de Carlos Eugênio L. Soares e Flávio Gomes: SOARES, Carlos E. Líbano. "Comércio, nação e gênero: as negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro, 1835-1900". In: FRAGOSO, J., MATTOS, H. M & SILVA, F. C. (orgs.) *Escritos sobre história e educação.* Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001, pp. 401-415; "A 'nação' da mercancia: Condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900". In: FARIAS, J. B., GOMES, Flávio S. & SOARES, C. E. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, pp. 193-247. GOMES, Flávio & SOARES, Carlos E. L. "'Dizem as quitandeiras'... : ocupações e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX". *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, julho/dezembro 2002, pp. 3-16.

103. SAMSON, Adèle Toussant. *Uma parisiense no Brasil*. 1849-1862. Rio de Janeiro: Capivara, 2003, pp. 76-78. Em 1859, Charles Ribeyrolles, um outro francês, também dizia: "Gostais da África? Ide, pela manhã, ao mercado próximo do porto. Lá está ela, sentada, acocorada, ondulosa e tagarela, com o seu turbante de casimira, ou vestida de trapos, arrastando as rendas ou os andrajos. É uma curiosa e estranha galeria, onde a graça e o grotesco se misturam, Povo de Cã, debaixo de sua tenda". RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 203.

104. AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil. 1865-1866.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975, p. 68.

105. Recorrendo aos estereótipos criados por viajantes, Mary Karasch apresenta uma síntese da imagem que os senhores criaram em torno dos pretos minas: "orgulhosos, indomáveis e corajosos, [que] falavam árabe e eram muçulmanos, alfabetizados, inteligentes e enérgicos, que trabalhavam duro para comprar sua liberdade". Contudo, mesmo com tantas "qualidades positivas", os proprietários temiam-nos como escravos, principalmente após a Revolta dos Malês de 1835, em Salvador. Como muitos migraram da capital baiana para o Rio de Janeiro, os proprietários cariocas temiam o potencial dos minas (em Salvador, mais conhecidos como nagôs) para revoltas, assassinatos de seus senhores e suicídios. KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000, p. 64. Cf. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes.* Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

106. SERLA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de ser em modos de ver: ciência e estética de africanos por viajantes europeus* (*Rio de Janeiro,* ca. 1808-1850). Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Unicamp. Campinas, 2006, p. 289.

107 . Ver artigos de Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio dos Santos Gomes citados na nota 47; Cf. FARIAS, Juliana Barreto. "Ardis da liberdade: trabalho urbano, alforrias e identidades". In: SOARES, Mariza de Carvalho. *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 2007, pp. 225-56.

108. Como também já pude perceber num breve exame dessa documentação, os africanos minas faziam questão de indicar sua "nação" nos pedidos de arrendamentos e em outros ofícios encaminhados à Câmara Municipal, mesmo que não existisse qualquer obrigação neste sentido. Disposição bem diferente dos muitos portugueses e brasileiros também instalados por ali, que só eventualmente pareciam mencionar seus locais de origem na documentação enviada à municipalidade.

109. Cf. AGCRJ, Códices 61-1-7; 61-1-9; 61-1-11; 61-1-12; Mercado da Candelária.

110. Cf. FARIAS, op. cit. Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872". *Novos Estudos Cebrap,* n. 21, julho/1988, pp. 30-56.

111. Essa prática não era nenhuma novidade, tanto para os comerciantes como para a municipalidade. Num ofício encaminhado à Câmara Municipal em 1869, o fiscal do Mercado falava do abuso de muitos indivíduos que, apesar de receberam licenças da municipalidade para comerciarem, ou quitandarem, junto ao lugar onde os roceiros estacionavam na Praça das Marinhas, prevaleciam-se "da faculdade de, por mais de uma transferência na licença, passarem a segundo possuidor a mesma, e isto mediante umas luvas que me consta serem de cerca de 200 mil réis". AGCRJ, Códice 46-1-5: Lavoura do município: mercadores de pequena lavoura (1833-1872), p. 53.

112. BN, *O Mequetrefe*, 10 de outubro de 1885, p.8.

113. Para uma detalhada biografia sobre D. Obá, ver: SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo*. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

114. SILVA, op. cit., p. 124.

115. No dia 20 de outubro, por exemplo, uma sequência de ilustrações apresentava os escândalos que agitaram a corte naquele mês. Além da "questão das barraquinhas", mostrada logo no primeiro quadro, também se comentou a guerra aos capoeiras, as encrencas envolvendo vereadores no Matadouro público e a visita do engenheiro Aarão Reis às obras que estavam sendo executadas em Quixadá, no Ceará. *O Mequetrefe*, 20 de outubro de 1885, p. 4.

116. ACGRJ, Códice 58-3-39, *op. cit.*, folha 50.

117. Derivada do termo quimbundo *mpumbu*, a expressão *pombeiro* designava, no século XVI, negros e mestiços (escravos ou libertos) e também portugueses, emissários de comerciantes europeus, que se estabeleciam nos mercados litorâneos da costa centro-ocidental africana, trazendo cativos e mercadorias de áreas do interior de Angola, Benguela ou Congo. Mais tarde, indicaria ainda os atravessadores e vendedores ambulantes de peixe que atuavam em diferentes pontos da região. Mas a palavra não ficou restrita à sua área de origem, generalizando-se na África portuguesa e ganhando o Brasil, onde o comércio se desenvolvia em condições similares. Ao atravessar o Atlântico, contudo, iria adquirir ainda novos contornos. De "comerciantes do mato" do contexto angolano transformar-se-iam, no Rio de Janeiro do século XIX, em "mercadores avulsos". Cf. ZERON, Carlos Alberto. "Pombeiros e tangosmaos, intermediários do tráfico de escravos na África". *Actes du Colloque Passeurs Culturels – Mediadores Culturais*, Lagos (Portugal), 9 a 11 de outubro de 1997. Lisboa: Fundação Callouste Gulbenkian, 1998; RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola do Rio de Janeiro (1780-1860).* São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 98-107.

118. Entre os que assinaram os protestos, encontramos o inspetor do 10º Regimento de Inhaúma, os inspetores do 3º e do 9º quarteirões da freguesia e ainda seu juiz de paz. AGCRJ, Códice 46-1-5: Lavoura do município: mercadores de pequena lavoura (1833-1872), p.48.

119. AGCRJ, Códice 61-2-25: Mercado da Candelária (1881-1885), p. 28.

120. ACGRJ, Códice 58-3-39, op. cit., folha 124.

121. No Brasil do século XIX, as primeiras formas de paralisação do trabalho ficaram conhecidas como paredes.

122. *Jornal do Commercio,* 3 de maio de 1872, p. 3; *Diário do Rio de Janeiro*, 3 de maio de 1872. Cf. CRUZ, Maria Cecília Velasco. Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. Tese (Doutorado), USP, São Paulo, 1998, p. 268. FARIAS, Juliana Barreto. "Descobrindo mapas dos minas: alforrias, trabalho urbano e identidades". In: FARIAS, J. B., GOMES, Flávio dos S. & SOARES, Carlos Eugênio. *No labirinto das nações:* africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 128.

123. BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (orgs.) *Culturas de classe:* identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp. 12-15.

Irmãos por ofício e cidadania

As irmandades de São Jorge e São José no Rio de Janeiro do século XVIIII

Beatriz Catão Cruz Santos

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e
professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Este estudo reflete sobre a natureza e as condições da cidadania no Rio de Janeiro, no século XVIII, a partir da identificação dos integrantes de duas irmandades de ofício – a Irmandade do Glorioso Mártir São Jorge (cerca de 1740), formada de serralheiros, ferreiros, cuteleiros, espingardeiros e outras profissões afins, e a Irmandade do Bem Aventurado Patriarca de São José (1608), composta de pedreiros, carpinteiros, marceneiros e canteiros – e da análise de suas formas de inserção na sociedade colonial. Forças auxiliares do Estado português e expressão orgânica da vida local, as irmandades revelam modalidades de cidadania que não decorrem dos espaços elitistas de nobilitação social e participação na política imperial, como também evidenciam exclusões por critérios de "pureza de sangue".

Palavras-chave: *História social. Brasil colônia. Rio de Janeiro. Irmandades de ofício. Cidadania.*

Abstract

This article studies the nature and conditions of citizenship in the 18th-century Rio de Janeiro through the identification of members of two craft brotherhoods – the Brotherhood of the Glorious Martyr Saint George (circa 1740), comprising locksmiths, blacksmiths, cutlers, gunsmiths and related professions, and the Brotherhood of the Blessed Patriarch Saint Joseph (1608), gathering bricklayers, carpenters, woodworkers and stone masons – and the analysis of their means of insertion into colonial society. Assistant force of the Portuguese State and organic expression of local life, the brotherhoods reveal citizenship models which do not derive from selective circles of social entitlement and engagement on Imperial politics, as well as evince exclusions made by "blood-purity" criteria.

Key words: *Social History. Colonial Brazil. Rio de Janeiro. Craft brotherhoods. Citizenship.*

Trabalho realizado com recursos do Programa de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional.

Há poucos trabalhos históricos sobre a cidadania no período colonial, e praticamente quase nada sobre os oficiais mecânicos. Este texto pretende justamente refletir sobre a natureza e condições da cidadania desses grupos no Rio de Janeiro do século XVIII. Com esta finalidade, levarei em conta a produção historiográfica que dá ênfase à noção de *império* e efetua uma reflexão sobre o espaço português transatlântico; os trabalhos pioneiros sobre a cidadania e sobre os ofícios na América portuguesa, principalmente aqueles produzidos pela historiografia desde fins dos anos 80 até hoje; e, para efeito de comparação, as investigações sobre as noções de cidadania, naturalidade e vizinhança no Império espanhol[1].

Essa classificação da historiografia implica interseções e serve apenas para arrumar o debate, além de ter em vista a análise de alguns documentos, por meio dos quais se reconstrói a experiência dos artesãos. Dar-se-á destaque também às idéias de "bom governo" e/ou "bom regime", recorrente na documentação das irmandades, Senado da Câmara e outros agentes da Coroa portuguesa. Nos documentos aqui analisados, esta noção parece remeter a um sentido de justiça comum, cuja formulação aponta para a centralidade da noção de "equidade". Segundo Giovanni Levi[2], nas nações católicas do Mediterrâneo, ou seja, naquelas em que não se efetuara uma nítida separação e hierarquização do Estado em relação à Igreja Católica, havia não só uma fragilidade da ordem estatal, mas também um sentido de justiça comum de origem teológico, que dava ampla margem de interpretação aos juízes e informava outras práticas sociais e culturais. Essas características identificadas na Europa mediterrânea podem ser aplicadas à interpretação daqueles agentes e instituições da América portuguesa.

Irei me dedicar às irmandades *de ofício* como formas de socialização que têm como referência a Igreja Católica e a monarquia e em que o domínio de um ofício constituía um critério de ingresso, fossem os irmãos livres, libertos ou escravos. Como a pesquisa está em andamento, analisarei particularmente duas irmandades – São Jorge e São José – identificando seus integrantes e suas formas de inserção na comunidade política do Rio de Janeiro do século XVIII.

A cidadania no Antigo Regime é um conceito complexo, diverso da compreensão atual, identificado à idéia de naturalidade e que se confunde com a noção de vizinhança. Hoje, ao fazermos uso do conceito, temos em mente um conjunto de direitos (e deveres), que inclui a participação política. Naquele período, que grosso modo se estende até a Revolução Francesa, cidadania significava uma naturalidade comum. No mundo português, era atribuída por

nascimento, concessão régia ou direito consuetudinário. Cidadania também se confundia com a noção de vizinhança, no sentido de estar radicado, morar e exercer cargos, principalmente nas câmaras municipais[3]. Esses significados foram apreendidos por Araújo Lima na Constituinte de 1823 ao comentar que

> *a palavra Cidadão não induz igualdade de direitos* (...) Na língua Portuguesa donde derivamos a nossa, bem como na Espanhola, a palavra Cidadão tem uma significação muito particular, ela designava o morador ou o vizinho da Cidade. Sabe-se que pelo Direito Feudal as povoações, segundo que eram Cidades, Vilas ou lugares, tinham assim diferentes direitos, gozavam certos privilégios, liberdades e isenções. Isto era muito importante naquele tempo; e a palavra Cidadão designava como já disse, o morador ou o vizinho da Cidade, o qual por isso gozava diferentes direitos que não se estendiam a todos os Membros da sociedade: e é daí que veio o direito de vizinhança; isto porém acabou, e por tanto deve ser extensa esta denominação a todos os indivíduos (...)[4]

O discurso deve ser interpretado no contexto de um país que adquiria há pouco a independência política e do Parlamento, que se constituía num dos espaços de invenção do cidadão e, simultaneamente, do brasileiro. Considerando as opiniões e direções políticas impressas por Araújo Lima[5], interessa sublinhar que a idéia de cidadão dos tempos idos, leia-se, da sociedade colonial, implicava desigualdade, confundia-se com o morador ou vizinho da cidade e não incluía o conjunto dos habitantes da cidade e seu termo. Ademais, faz lembrar que alguns cidadãos, como fora o caso dos cidadãos de Lisboa, Évora e Porto, foram agraciados com privilégios pelos reis de Portugal por suas demonstrações de lealdade e fidelidade. Em 1642, os cidadãos do Rio de Janeiro receberiam de d. João IV os mesmos privilégios, honras e liberdades conferidas por d. João II à cidade do Porto, que, como observou Fernanda Bicalho, distinguiam a nobreza do povo miúdo[6].

A mudança de significados do termo cidadão no Brasil, entre os séculos XVIII e XIX, tem sido objeto de análises pontuais. Hebe Mattos, no livro *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico,* desenvolve uma perspectiva abrangente sobre o tema da cidadania no Brasil oitocentista e indica como o conceito de raça foi coetâneo e correlato à discussão dos direitos civis e políticos inerentes à cidadania dos novos Estados liberais nas Américas. A partir de uma abordagem comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos da América, procura demonstrar o quanto a questão da manutenção da escravidão na emergência da ordem liberal se torna complexa no Brasil, que tem na passagem do século XVIII para o XX a terceira maior população de escravos da América e a maior população da afrodescendentes livres. Nesse contexto, a autora sinaliza

com acuidade a emergência da categoria "pardo", condição linguística necessária para expressar o crescimento contínuo de uma população livre de ascendência africana, sobre a qual não recaía "o estigma da escravidão, mas sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis que implicava"[7].

No trabalho de Tamar Herzog[8], encontra-se uma tentativa de sistematizar a questão das mudanças da cidadania na Espanha e na América espanhola. Em termos gerais, ela identifica o surgimento de um regime de cidadania comum no mundo hispânico no início da época moderna. A partir da descrição da categoria "nativo" (natural) primeiro de Castela, e depois de Espanha, e da relação entre naturalidade e cidadania local (*vecindad*) sinaliza para as mudanças dessas noções, com ênfase na passagem para a condição de Estado, efetuada no século XIX. Para Herzog, a moderna cidadania nacional na Espanha e na América espanhola advém da cidadania local – eram os "cidadãos dos lugares" –, que por um processo de extensão e empréstimo deixaria marcas até o século XX. O trabalho cobre regiões diversas, tem sido bastante referido pela historiografia portuguesa e já serviu a discussões assemelhadas para o Peru, entre fins do Vice-Reinado e as primeiras décadas da República. [9]

A partir destas referências, pode-se dizer que cidadania na sociedade colonial da América portuguesa significa prioritariamente *a relação entre o indivíduo e a comunidade local***.** E, como decorrência, o pertencimento ou não ao reino português. Neste sentido, vale observar que em Portugal é justamente entre meados do século XVIII e meados do século XIX que se assiste a uma valorização do conceito de cidadão simultâneamente a uma depreciação política do conceito de vizinho, confinado por fim à esfera da vida local e depois à vida privada. Na América portuguesa, não há evidências suficientes para indicar esse contraste. Tenho por objetivo contribuir para uma definição de cidadania, que transcende o exercício de cargos na administração sem deixar de reconhecer o Senado da Câmara como a via principal para o acesso ao estatuto de cidadão, inclusive como espaço de nobilitação, hierarquização dos colonos e participação no governo político do Império.[10] A intenção é extrair das práticas sociais uma definição mais geral e precisa, que leve em conta as categorias de *cidadão*, *nativo* e *vizinho*, e, ao mesmo tempo, reconhecer outros agentes e instituições em jogo.

Para refletir sobre a cidadania, colocarei o foco nas irmandades *de ofício* e suas relações com os ofícios mecânicos e a Câmara, por intermédio do juiz de ofício e da Casa dos Vinte e Quatro.

Neste ponto, vale recordar brevemente que a história das irmandades na América portuguesa remonta à Idade Média, começando no reino e se misturando com a história das corporações de ofício[11]. É necessário recuperar o assunto em busca de uma abordagem que relacione ofícios e irmandades. De maneira geral, os autores que tratam do tema reconhecem que as irmandades

surgiram nos séculos X e XI, associadas ao desenvolvimento das cidades e das atividades artesanais e comerciais. Em Portugal, as primeiras associações seriam as de ofícios, resultantes de profissionais domiciliados e estabelecidos numa mesma rua, tendo suas finalidades caráter mutualista. Nessa perspectiva, as irmandades leigas em Portugal "tiveram a permeá-las e a precedê-las os hospitais e os ofícios, dos quais foram a face religiosa"[12]. Não à toa, em todo o continente europeu a Igreja teria passado de uma posição de hostilidade em relação às corporações para um posterior controle, inclusive pela submissão delas ao direito canônico e às normas do 'bem comum'. [13] Se no reino as corporações de ofício precedem as irmandades propriamente ditas, na sociedade colonial elas aparecem *entrelaçadas* às irmandades.

Desde a interpretação de Charles H. Boxer, de 1969[14], que identificou o desenvolvimento das irmandades particularmente na época da expansão marítima e seu papel na constituição da unidade do Império português, a historiografia muito produziu sobre o assunto. Sem deixar de reconhecer esta bibliografia, proposições lançadas por Caio Boschi e recuperadas posteriormente[15] podem auxiliar na definição das suas funções na sociedade colonial e suas relações com a Igreja e a monarquia portuguesa. As irmandades, em suma, constituíam forças auxiliares do Estado português e, simultaneamente, expressão orgânica e local. Apesar de separar Estado/Igreja, Caio Boschi apreendeu com acuidade o papel contraditório das irmandades, que se organizavam a partir das estruturas administrativas da Monarquia, mas que respondiam aos interesses de diversos grupos sociais – no caso, dos oficiais mecânicos – inscritos nas localidades.

As Irmandades de São Jorge e de São José no Rio de Janeiro

A Irmandade do Glorioso Mártir São Jorge surge por volta de 1740 e sua capela situava-se na Igreja de Nossa Senhora do Parto, um templo aberto aos africanos desde a sua fundação[16]. Como inúmeras dessas associações na sociedade colonial, seu primeiro compromisso viria apenas em 1757, para evitar "entre os irmãos certas desordens" [17]. A Irmandade do Bem Aventurado Patriarcha de São José é de 1608, mas darei prioridade a sua história no século XVIII, quando ainda se localizava de frente para a cadeia, entre as ruas São José e Misericórdia[18].

Segundo o compromisso de São Jorge, de 1757, eram "obrigados a ser irmãos nesta Irmandade todos os Mestres que tiverem loja aberta dos ofícios anexos a mesma Irmandade, ou seja, os de Serralheiro, Ferreiro, Cuteleiro, Espingardeiro, Latoeiro, Funileiro, Caldeireiro, Ferrador, Espadeiro, Dourador e Barbeiro e todos os mais ofícios que na corte costumam pagar para a confraria

deste Glorioso Santo"[19]. Em 1791, novo compromisso é elaborado e, a julgar pelo documento aprovado, sua instituição tem por finalidade "o bom regime da Referida Irmandade". Por intermédio da análise dos dois estatutos e demais documentos anexos ao processo de aprovação, sabe-se que foram incluídos os picheleiros, seleiros e tanoeiros[20]. Como na irmandade lisboeta, eram ofícios do ferro e/ou do fogo mas, à diferença daquela, estava aberta a mulheres, cativos e forros e, em 1791, incorpora outros tipos de ofícios.[21]

A composição social dos membros da irmandade de São Jorge merece análise pormenorizada. Como fica insinuado no capítulo citado, havia um nexo compulsório entre o exercício dos ofícios do ferro e fogo e a Irmandade de São Jorge. Para se tornar um oficial e/ou mestre e manter a posição, fazia-se necessário cumprir uma série de regras: ingressar na irmandade, obter licença para exercer o ofício e efetuar pagamentos (entradas, anuais, taxas de exame)[22]. Apesar das diferenças relativas à congênere lisboeta, o primeiro compromisso vedava o acesso de "Judeu, Mouro, negro ou mulato ou de outra infecta nação", atualizando os critérios de limpeza de sangue. No entanto, durante o processo de aprovação, alguns de seus capítulos foram alvo de polêmica pela administração central e local. No final, por intermédio do Conselho Ultramarino, o rei exigiu a revogação de alguns estatutos propostos pelos irmãos de São Jorge para garantir sua confirmação. Segundo o parecer do conselheiro Alexandre de Mello e Souza e Menezes não caberia à irmandade ter "jurisdição para tirar inquirição e infamar famílias" [23], retirando tão somente da letra da lei o preconceito racial. O fato é que o próprio compromisso admite a existência de irmãos proprietários de escravos e de irmãos forros e cativos, que se integram à irmandade pelo domínio *do ofício*. Por seu *status* diferenciado, estes últimos seriam irmãos de menor condição, o que não lhes eximia nem de pagamento, nem de exame. Em outras palavras, pagavam um valor menor de entrada e recebiam menos privilégios. A regra social da eqüidade determinava: dar a cada um, conforme o seu *status*.[24] O ingresso dos tanoeiros foi uma das razões para a elaboração de um novo compromisso. Neste ponto, vale destacar as justificativas apresentadas pelos irmãos de São Jorge para aceitá-los, as mudanças operadas no regulamento e a reciprocidade implícita entre os primeiros e os novos, que passam a estar "sujeitos a todos os encargos dela [Irmandade], e gozarão de todos os privilégios, e graças e isenções (...)"[25]. Como se evidencia na leitura do conjunto documental, os irmãos de São Jorge incorporavam os tanoeiros e viriam a aceitar outros ofícios, por estarem em falta de irmãos, por sua pobreza e pela despesa com a Capela de São Jorge em construção[26]. Note-se que a necessidade de irmãos e suas contribuições à manutenção e aumento da Irmandade é sublinhada por diversos agentes, a despeito do reconhecimento da presença de escravos na agremiação. Ao compromisso original, em 1791, se acrescentam nove capítulos e são criados

dez específicos dos tanoeiros: "para a economia particular do seu ofício, em utilidade do seu ofício, em utilidade do Público e do mesmo Ofício de comum acordo com os Suplicantes (...) para o seu particular Governo" [27]. Nesta passagem encaminhada para aprovação, opera-se com uma concepção de 'economia' como administração, governo da casa – seja esta a corporação ou a loja[28]. A economia não constituía um domínio autônomo da vida humana. E, a julgar pelo regulamento da corporação dos tanoeiros, o pertencimento à irmandade implica benefício particular, dos oficiais de tanoaria e do público.

No compromisso dos tanoeiros, agremiados na Irmandade de São Jorge a partir de fins do século XVIII, havia um reforço da estrutura corporativa da sociedade e da exclusão social. A primeira questão é perceptível no vínculo compulsório entre os tanoeiros da cidade e a irmandade e nas diversas regras atinentes ao seu ofício, que incluem os procedimentos para exame, manutenção de lojas, eleição de juízes de ofício e a participação em cerimônias religiosas, coisas para nós díspares. Ao longo do compromisso repete-se a expressão, "para se evitar o prejuízo da Irmandade e do Público", ou seja, para o benefício comum. No capítulo referente ao ingresso, em que se especificam os procedimentos para adquirir a carta de exame, fica indicado que não se admitem "homem pardo ou preto sendo cativo", reforçando a exclusão por critérios de limpeza de sangue e por *status* social, que reaparecia no compromisso geral de 1791. [29] No entanto, temos informações sobre a presença daqueles homens na Irmandade de São Jorge, com importantes funções nas lojas do Rio de Janeiro de 1792. Havia 101 oficiais examinados com lojas abertas na cidade, com escravos e forros na condição de juízes: entre os barbeiros e sangradores, a maioria era de escravos, um total de seis em oito (75%), cujos senhores eram identificados; o único funileiro identificado sustenta a loja aberta com o auxílio de "um oficial mulato que tem". Entre os oito marceneiros citados, dois (25 %) eram "mulatos forros" [30].

É interessante fazer referência ao caso de Francisco do Vale Viana[31], testamenteiro de José Soares de Magalhães, que administrava uma loja de latoeiro na rua dos Latoeiros (atual Gonçalves Dias) no Rio de Janeiro. Após o falecimento do último, Francisco é acusado pelo juiz, escrivão do ofício e por outros cinco latoeiros de administrar a loja, que era das maiores no ramo, por cerca de um ano[32]. Nesta, havia oficiais livres e escravos examinados e, após a morte do proprietário, um administrador branco nomeado pelo Senado da Câmara. Fabricava estribos, ferros de engomar, campainhas de mesa, cocos de cobre, candeeiros do reino, panelas de cobre e outras miudezas. Em outras lojas do mesmo ofício no Rio, faziam-se tachos, chocolateiras e palmatórias[33]. O caso vem a nós por intermédio dos autos, em que se destacam a duração, a quantidade de registros e as motivações do processo. Este transcorre entre, pelo menos, 1783 e 1789, sendo transferido aos herdeiros do réu, a mulher e

os filhos, e é suspenso por falta de procuradores dos réus que sustentassem o litígio. O processo revela a ameaça representada por este liberto, que concorre no mercado local, contra os interesses dos juízes e de alguns oficiais de latoeiro. Os argumentos apresentados pela acusação focalizam as regras do ofício – o réu não é nem oficial do ramo, nem examinado e trabalha com licença de ferreiro adquirida fora da cidade contra as posturas do Senado – mas vem a calhar a um testamenteiro liberto. Segundo João Gomes de Campos, um dos procuradores do réu, os autores do processo "caluniosos e movidos de um puro ódio, emulação e vingança, querem confundir a administração com a Regência". No seu argumento, que sublinha as razões do conflito, Francisco regeria a loja, pois representava juridicamente o proprietário falecido, e, se a administrava, seria apenas em termos de a "vigiar e zelar", garantindo que os escravos "não andassem vadios", "trabalhassem com cuidado", para que as obras fossem concluídas. No entanto, não consistia a regência no trabalho e nas obras, que ficavam sob o encargo de um mestre examinado e assalariado. Por intermédio das testemunhas de acusação – todos latoeiros – e do próprio réu, que no registro do escrivão da Câmara se contradiz, Francisco é quem no fim das contas administra a loja.[34] Ele o faz pelo *governo dos escravos* que ali trabalhavam e sustenta a loja até vendê-la a um dos ex-administradores ou seu testa-de-ferro, em 1783, já que não gozava de permissão pública.

A historiografia tem apontado para a adaptação das irmandades à sociedade escravista e, a julgar pelos dados analisados por Carlos Alberto Medeiros Lima sobre os ofícios artesanais do Rio de Janeiro entre fins do XVIII e início do XIX, os trabalhadores cativos concentravam-se em funções complementares e "nichos" da produção artesanal, de qualquer forma centrais à interpretação da economia política dos privilégios. A partir de dados sobre os mestres examinados nas suas corporações de ofícios, entre 1793 e 1816, e de inventários *post-mortem* entre 1789 e 1817, o autor indica, por exemplo, entre ferreiros, caldeireiros e tanoeiros, a presença de cativos, em ordem decrescente[35]. Em princípio todos, nesse período, ofícios de São Jorge.

Para se ter uma dimensão comparativa, é importante recorrer à análise de Wilson Rios sobre os oficiais mecânicos de Salvador e Vila Rica. A partir de uma amostragem sobre os pedidos de exames entre 1749-1802, ele conclui que existiam variações regionais na demanda dos ofícios e que a presença de escravos e forros nos ofícios artesanais de Salvador é minoritária, exceto nos ofícios não artesanais, como entre os ofícios que lidavam com sangue ou imundície, considerados como atividades "menos nobres". No entanto, assinala que qualquer comparação é arriscada dadas as diferenças nos registros (ora por naturalidade, ora por *status*) e no caso de Vila Rica de ainda maior complexidade, pois não há evidências de confrarias exclusivas de ofícios.[36]

Na Irmandade de São José – que reunia pedreiros, carpinteiros, marceneiros e canteiros[37] – como em outras da cidade do Rio de Janeiro, a presença de escravos e forros foi razão de conflitos e exigiu mudanças. Entre 1807-1831, há várias petições à Câmara em que a questão está colocada. Seguem-se quatro casos.

No primeiro, a Irmandade de São José encaminha uma representação ao príncipe regente, solicitando que se proíbam as vendas de obras de marcenaria pelas ruas da cidade, acusando os oficiais proprietários de escravos de efetuarem uma concorrência desleal, prejudicial aos lucros da irmandade e ao seu "crédito", ou seja, à qualidade atribuída as suas obras de marcenaria. A petição sugere que seja encaminhada a solução aplicada em benefício dos sapateiros em 2 de abril de 1813[38]. Gostaria de sublinhar que os suplicantes consideram-se merecedores da "mesma atenção" por parte de "Sua Alteza Real como (....) Clemente Pai dos seus Fiéis Vassalos"[39].

Em 1815, José Joaquim dos Santos, oficial de marceneiro, recorre à Câmara para proceder ao seu exame do ofício. Ora, cabia à irmandade – especificamente, ao juiz de ofício e ao escrivão – cuidar dos exames para ingresso e pertença ao ofício, e à Câmara confirmá-lo mediante a carta de exame ou bilhete. Segundo o marceneiro, o juiz de ofício, João Luis de Melo, negava-se a examiná-lo alegando a necessidade de uma taxa de entrada para a irmandade e o fato de ter o suplicante "acidente de cor". No entanto, ele já pertencia à irmandade...

Cinco anos depois, Francisco Álvares Negreiro, natural de Mariana, onde foi examinado e aprovado como oficial de carpinteiro, solicita que sua carta seja registrada na cidade do Rio para que possa exercer o seu ofício em obras públicas. Por ser "pobre", solicita ainda que seja eximido dos custos. A questão é resolvida rapidamente, entre janeiro e fevereiro de 1820. O juiz de ofício de carpinteiro certifica que Francisco é um "bom e hábil oficial", "conformando-se em todo o merecimento que se deve a este Vassalo que deve ser atendido, bem que a qualidade seja pardo" [40]. Mais uma vez, a Câmara é tribunal de primeira instância, que registra casos ligeiros e conflitos duradouros. Neste caso, o candidato é atendido a despeito de sua condição de pardo, pois, pelo registro do juiz de ofício, sua habilidade é duplamente reconhecida: por um documento do regedor de justiça e por informações colhidas junto ao arquiteto da rainha, Manoel da Costa.

O quarto caso, ocorrido cerca de 1820, pode ter relação com o segundo. Mas, provavelmente, aponta para a recorrência de pedidos de exame por mulatos e pardos ao juiz de ofício de marceneiro. Este solicita à Irmandade de São José que se posicione sobre o assunto[41]. A resposta do secretário da irmandade cita o capítulo 28 do compromisso da instituição[42], em que ficara estabelecido que "todo o irmão em que se achar raça de Mulato, Mouro ou Judeu e todas as vezes que em qualquer tempo, com clareza de saber, será lançado da

Irmandade fora sem remissão alguma, e o mesmo se entenderá com suas Mulheres, tendo qualquer das sobreditas faltas (...)". A regra fora confirmada por uma provisão do Desembargo do Paço de 20 de dezembro de 1730, que pressupunha o reconhecimento do ingresso na irmandade para realizar o exame e abrir uma loja e, segundo consta, era praticado no reino do Brasil. Contudo, o juiz de ofício em exercício no ano de 1820 justifica que a irmandade ditada pelas "circunstâncias do País", ou seja, pelas condições de trabalho locais, passa a admitir mulatos. Estes teriam que pagar a entrada de 19.200 réis para o Santo, "para ficar remido de servir os Cargos da Irmandade e gozar dos ofícios Divinos; conciliando, por este meio, a inabilidade da pessoa reprovada pelo Compromisso e a suficiência do indivíduo para exercer o ofício".

Com a decisão, em princípios do século XIX, [43] adotava-se a solução de um "meio benefício", atribuindo aos mulatos os benefícios e deveres de seu ofício, exceto o acesso aos cargos da irmandade. Nem sempre, "quem tem ofício tem benefício", como já evocava o adágio português, ou ao menos, o benefício integral.

A marca da exclusão por critérios de pureza de sangue fica expressa em várias passagens do mesmo discurso. Por exemplo, ele preconiza àqueles que "aspiram a servir os Cargos da Irmandade para figurarem ombreando com os de superior qualidade, é digna de repulsa sua ousadia; busquem alistar-se na irmandade que lhes é própria". Em termos mais gerais, o juiz formula que a decisão vem contribuindo para "conservar o equilíbrio tão necessário entre as diferentes hierarquias que compõem a ordem social; sem ele se reduziria à desordem e quebraria a Cadeia que prende esta grande Máquina".

A despeito do caráter disperso das informações sobre a Irmandade de São José, tomadas a partir dos casos localizados na documentação da Câmara, evidencia-se a recorrência do critério da cor no mundo dos ofícios. A singularidade do último caso narrado está na clareza cristalina com que o juiz de ofício elabora um parecer – subscrito pelo conjunto da irmandade – em que sugere a conservação da ordem do Antigo Regime, através do emprego das noções de hierarquia e honra. Neste ponto, é interessante demarcar que o juiz de ofício clama à Câmara por um castigo aos mulatos que ousam afrontar a sua honra, de juiz e empregado público.

O juiz dos Ofícios e a Casa dos Vinte e Quatro

A irmandade de São Jorge era uma instituição hierárquica, dirigida por uma mesa composta por um juiz, um escrivão, um tesoureiro, um procurador e doze irmãos eleitos anualmente no domingo anterior ao dia do Santo (23 de Abril)[44]. Como na maioria das irmandades, os cargos de juiz e de escrivão dos

ofícios eram de grande importância. Mas quero pôr em evidência o *juiz dos ofícios* e o momento da eleição, comparando situações ocorridas nas irmandades de São Jorge e São José.

Ao analisar os compromissos de São Jorge (1757, 1791) e documentos anexos, fica evidente a centralidade do juiz de ofício. É o responsável pelo culto do santo, função indissociável dos "negócios árduos", para os quais ele devia convocar a mesa. O juiz (com o auxílio do escrivão) controlava o ingresso e a manutenção dos membros da instituição e ainda intermediava as relações entre a irmandade e a câmara, adquirindo privilégios que o distinguiam numa sociedade hierárquica e escravista. Nessa irmandade *de ofícios* cabia-lhe atestar pureza de sangue ou ausência de mácula dos pretendentes à corporação e avaliar periodicamente os ofícios em exercício. Nas irmandades *de pretos*, cabia-lhe inclusive julgar e punir no lugar dos senhores, tornando-se intermediário entre as autoridades e a massa escrava[45].

A eleição era um momento-chave na vida das irmandades. Na de São Jorge, era momento de escolha do juiz dos ofícios e dos demais membros da mesa, de emergência dos conflitos internos e externos, quando a autonomia dos ofícios e a aliança entre a irmandade e a câmara é posta em questão.

No compromisso de São Jorge (1757) evidencia-se a preocupação dos irmãos em garantir a ordem da eleição e evitar as perturbações. O assunto é tão repetido que, pode-se supor, a desordem já se fazia presente. Nesse sentido, o trabalho do juiz é também o de lidar com o "irmão perturbador", "fazendo um corpo" com o escrivão, tesoureiro, procurador e os doze irmãos da mesa, ou seja, contribuindo para a unidade da corporação. Nas eleições, o juiz era o único com poder de intervir no voto de um mesário. Segundo o compromisso, o votar era livre, conforme a consciência, mas "quando lhe pareça que alguns votam com equivocação, ou menos razão, poderá propor-lhe o que lhe parecer que é justo para os trazer ao que for"[46].

O seu poder está em mover o irmão equivocado, fazendo uso de persuasão. O regulamento sobrepõe os critérios da "justiça", "razão" e "utilidade" encarnados no juiz, representante da corporação, às "teimas e caprichos impertinentes" dos indivíduos que não se dispõem a mudar de posição. A leitura do capítulo que regulamenta as obrigações dos irmãos da mesa aponta para uma minuciosa tentativa do discurso em controlar o coro de vozes no interior da irmandade. O "irmão perturbador" deveria se subordinar para se reintegrar à corporação. Caso não o fizesse, após algumas advertências, seria expulso, registrando-se sua saída para não ser esquecida pelos agremiados. O que está em jogo é não apenas um ideal de hierarquia que preside o funcionamento destas instituições do Antigo Regime, mas uma concepção corporativa de sociedade, na qual o poder tem por finalidade primeira ou única a realização

da justiça[47]. Também está em jogo o papel do juiz e da mesa na condução do autogoverno da irmandade.

A eleição do juiz era um tema espinhoso, que cabia não apenas aos irmãos da mesa, mas que mobilizava a Câmara e outros órgãos. A afirmação é possível, tendo em vista situações desencadeadas pela Irmandade de São Jorge, em 1757, pela de São José, em 1744 no Rio de Janeiro e uma ocorrência semelhante na Bahia, entre 1701 e 1706[48]. Outro fator que permite tal afirmação diz respeito à esperada *partilha* e *articulação* de poderes entre o juiz de ofício e a Câmara na regulamentação da economia dos ofícios. [49] Simplificadamente, cabia ao juiz de ofício garantir a prática dos ofícios examinados e a indicação dos transgressores e à Câmara, o seu julgamento e punição[50].

No compromisso de 1757, os irmãos de São Jorge propunham que a eleição do juiz e escrivão fosse realizada pelos próprios irmãos e confirmada pela Câmara. Além disso, queriam que o juiz e escrivão fossem sempre um representante dos ferreiros e outro dos serralheiros. Depois de muita discussão, a documentação relativa ao requerimento e confirmação do regulamento indica que a Câmara, com o apoio do Conselho Ultramarino, do procurador da Fazenda e do procurador da Coroa, teria conseguido a alteração destas regras. Nos termos do documento de aprovação, subscrito pelos conselheiros, "a eleição de juízes dos ofícios mecânicos toca aos oficiais da Câmara. E se não deve a Confraria intrometer". A mensagem clara e repetida no texto reduz a autoridade da irmandade na cidade do Rio, tornando-se condição para a confirmação do compromisso. Mas deixa evidente *uma tensão* entre a irmandade e a Câmara, pois esta nega a autonomia da primeira nesta matéria. Não temos notícias sobre como os juízes fariam uso de sua posição, todavia vale mencionar que no compromisso posterior, de 1791, reafirma-se a proposta dos irmãos.

A situação que emerge na Irmandade de São José em 1744 é ainda mais eloquente. A razão é similar – a faculdade de eleger os juízes de ofício na mesa –, mas, ainda que por registros indiretos, temos a possibilidade de auscultar o discurso das partes, reconhecendo que o argumento do "bom governo" e/ou "bom regime" é onipresente. Ou seja, ele é evocado pelos irmãos de São José, pelos vereadores, pelo ouvidor geral do Rio de Janeiro e pelos membros do Conselho Ultramarino ao longo do processo. Ainda que os argumentos de cada um dos agentes sejam interessantes, darei prioridade aos dois polos da questão: a irmandade e a câmara.

Os irmãos marceneiros e carpinteiros requerem "a graça de prontamente eleger na mesa os juízes dos ofícios por não haver na dita cidade a mesa dos vinte e quatro, como há nesta Corte sendo somente nesta eleição aprovada [pelo Senado]" [51].

A petição da irmandade inclui a adoção do compromisso dos ofícios da Bandeira de São José de Lisboa, de 1709, pelos pedreiros, carpinteiros e marceneiros da cidade do Rio, e ainda a manutenção do Senado como "Juiz privativo" dos ofícios. Quero sublinhar **a** *possibilidade de negociação* que neste momento se coloca, pois nesses quesitos há uma coincidência de propósitos entre os oficiais da irmandade e as autoridades envolvidas na questão. No requerimento dos irmãos, repete-se uma direção "para o bom governo, aumento e veneração de sua Igreja" e irmandade. Pouco depois, registrava o ouvidor-geral, a irmandade de Lisboa "é uma das que se elege com tal disposição, não só se aumenta continuamente, mas promete eterna duração". A desta cidade "deve militar a mesma jurisdisposição (*sic*)", tomando as práticas jurídico-políticas do reino como modelo para o a sociedade colonial.

De acordo com os procedimentos atualizados pelo Conselho Ultramarino, foram ouvidos os oficiais dos mesteres e os da Câmara. No despacho da câmara, os últimos são contrários à autonomia dos mesteres na escolha dos juízes e o afirmam com virulência. A riqueza dos argumentos, das acusações empregadas pelos vereadores, é grande, se comparada à resposta dos mesteres, mas esta passa pelo filtro dos conselhos, será voz vencida e, ainda que por ironia, o documento sofreu a ação do tempo.

O documento da Câmara argumenta que "desde a fundação desta cidade se pratica por estilo inalterável" os oficiais votarem nos juízes e estes serem confirmados pelo Senado. Mais à frente, indica e enumera as funções dos juízes e escrivães dos ofícios – cuidados das irmandades, das festividades de seus oragos e, no Senado, para as avaliações das obras da cidade o procedimento de inventários, e mais atos judiciais ordenados para a boa administração da justiça da irmandade. O eixo do argumento estava na idéia de *jurisdição* (autogoverno, especialização), mas também na *articulação* entre juizes de ofício e Senado, ameaçada pelos oficiais[52]. Nesse sentido, diferencia os poderes do juiz de fora dos juízes dos ofícios, opondo a "prática", o "costume", a "forma ordinária" à "excessiva liberdade", ao "despotismo" dos ofícios. Esta é apenas uma das ocasiões em que os vereadores identificam a sua jurisdição à da República. Vejamos nos seus próprios termos:

> será cousa estranha e prejudicial à utilidade pública, que os tais oficiais exercessem a Liberdade de fazer esta Casta de Juiz a seu arbítrio independentes da forma judicial, que se pratica nesta ma (sic) terra Com tão longo uso costume sem nenhuma Utilidade do bem comum mais do que a vaidade do Autor deste requerimento fazendo capricho de que as eleições de que se trata tenham diversidade da forma ordinária só afim de haver a Liberdade pretendida contra a Jurisdição deste Senado com despótico procedimento destes ofícios (...) Que não se suprima o artigo

> cujo é costume estabelecido em utilidade da boa administração da Justiça e regime desta Republica.[53]

Vale observar que os vereadores fazem uso da idéia de 'bem comum' – noção frequente no mundo dos ofícios desde a Idade Média, particularmente entre os séculos XI e XIII, quando se identifica um processo de conceitualização de um mundo novo associado a mudanças de ordem econômica e social. Neste período, como analisou Le Goff, há uma tomada de consciência por parte dos mesteres e a noção de 'bem comum' torna-se "a pedra de toque da utilidade e legitimidade de todas as profissões". Para levar a efeito a análise, o historiador articula três pontos: uma modificação da estrutura social, evidente na diversificação ocorrida sobretudo nos meios urbanos; a evolução da confissão, que aponta para a subjetivação da religião; uma mudança de atitude perante o trabalho, que, simplificadamente, passa da noção de penitência para um meio de alcançar a salvação. Para efeito da reflexão nas sociedades do Antigo Regime, é importante registrar que no medievo as atividades realizadas pelos mesteres passariam a ser legitimadas, desde que associadas ao útil e ao necessário à cidade. O leque das profissões lícitas foi ampliado, mantendo-se uma hierarquia entre elas e atrelando-as ao 'bem comum'[54].

Naquele processo, a Igreja Católica e as autoridades locais reconhecem a existência das corporações, submetendo o 'governo econômico' dos ofícios à administração da cidade. Consequentemente, "as corporações ou os ofícios submetidos a regras [de monopólio] transformavam-se em instrumentos públicos e oficiais de fiscalização – da formação da mão-de-obra, da qualidade e do preço dos produtos, do cumprimento das regras ou exigências para o exercício da profissão". Na expressão feliz de Henri Pirenne, elas tornaram-se "fiscais de si mesmas e do bem comum" [55]. O preço do reconhecimento público foi a perda de controle da gestão do mercado, mas elas conservam a sua autonomia interna e ainda fornecem um enquadramento social aos artesãos.

Para que possamos melhor interpretar o conflito entre a Irmandade de São José e a Câmara na cidade do Rio de Janeiro, considerando a recorrência da querela entre os oficiais mecânicos e a Câmara sobre a autonomia dos primeiros na eleição dos juízes, vale recorrer à história dos ofícios em Portugal. Segundo Rios, o defeito mecânico é uma classificação advinda da natureza manual das ocupações, sobre a qual incidia uma remuneração, que era aplicada aos oficiais mecânicos e mercadores. Para o autor, os oficiais mecânicos constituíam não só uma categoria profissional, mas uma identidade social marcada por aquele estigma social negativo, que se contrapunha à honra da nobreza e aos privilégios jurídicos associados a este grupo. Num longo movimento pela história, sua análise demonstra que os oficiais mecânicos têm acesso em determinados momentos a distinções e privilégios que não

resultam da descaracterização do defeito mecânico. Muito pelo contrário, o acesso a eles está relacionado ao caráter atribuído às funções de representação exercidas na cidade.

Nessa direção, Rios recupera a história dos ofícios desde o reinado de d. João II, quando, em resposta a uma solicitação da Câmara de Lisboa nas cortes gerais de 1481-1482 pela obrigatoriedade do exame dos ofícios. A Coroa não o institui, mas determina que todos os ofícios elaborem regimentos próprios e que as câmaras escolham dois juízes para fiscalizar o cumprimento dessas regras. Com o tempo, o juiz de ofício adquiria prestígio social e dignidade profissional, revelados na convocação para pareceres de obras públicas, ocupação de funções fixas relacionadas aos ofícios e participação nas cerimônias públicas. Contudo, estes não significaram acesso à honra de nobreza. Para Rios, o momento de maior inflexão ocorreria na dinastia de Avis, quando o soberano garantiu aos mesteres o privilégio de participarem da Câmara, na deliberação dos assuntos da cidade, o que daria origem à Casa dos Vinte Quatro[56].

A passagem que transcrevi, dos vereadores do Rio de Janeiro contra a autonomia da irmandade na eleição do juiz, sugere uma "reinscrição" do autor do requerimento – o representante dos ofícios de carpinteiro e marceneiro – na ordem estamental. Na *República*, cabiam aos ofícios os papéis associados pelo uso e costume ao bem comum.

Por intermédio das autoridades coloniais, tem-se acesso à voz dos ofícios, que queriam poder eleger seus próprios juízes, e um dos argumentos é a inexistência da chamada Casa dos Vinte e Quatro na cidade do Rio de Janeiro.

A Casa dos Vinte e Quatro tem sido descrita como uma forma de representação dos ofícios baseada no sistema de corporações. Os líderes dos comerciantes e artesãos elegiam anualmente, entre os membros de sua corporação, 12 ou 24 representantes. Entre estes eram escolhidos quatro que se tornariam os procuradores dos mesteres, com direito a participar das sessões de vereança[57]. A instituição é criada em Lisboa no reinado d. João I, em 1422[58]. Posteriormente, em outras cidades do reino, como Santarém, Guimarães, Coimbra, Évora e no Porto. Parece interessante a hipótese em que se reconhece a perspectiva do mestre de Avis, depois d. João I, em "dar cunho político ao velho costume de em certas ocasiões os homens dos mesteres serem chamados a tomar parte nas deliberações". A partir da interpretação da carta régia que lhe deu origem, pode-se dizer que a decisão constituía um benefício pelo engajamento dos mesteres no movimento que levara ao poder a dinastia de Avis. "Como em todas as concessões de privilégios, os que beneficiavam a Casa dos Vinte e Quatro também envolveram relações de gratidão, lealdade e obediência" [59].

Os eleitos para a Casa dos Vinte e Quatro seriam os "homens bons" dos mesteres, seus representantes, com capacidade de intervenção no município[60],

que adquiriram diversos privilégios entre os séculos XV e XVII, sempre sujeitos à revogação [61].

Ainda hoje muito se ignora a respeito do funcionamento dessa instituição, que em Portugal perdurou até 1834. Como se não bastassem as dúvidas sobre seu surgimento e finalidades, é incerto que fossem os juízes dos ofícios os eleitos da casa e aqueles a escolher os procuradores dos mesteres e o juiz do povo[62]. De acordo com a legislação, a presidência da casa seria instituída no século XV, denominando-se juiz ou juiz dos Vinte e Quatro. No século XVII, o termo juiz do povo se impunha na documentação. Para integrar a casa, era necessário ser alfabetizado, examinado, embandeirado e possuir tenda ou loja própria. Segundo Rios, ao longo do tempo as exigências tornaram-se mais seletivas, pressupondo a lealdade em troca dos benefícios da nobreza e, contraditoriamente, o defeito mecânico como cláusula de barreira[63].

Desde o início do século XX, a historiografia debate sobre a sua existência na América portuguesa, fazendo referência sobretudo à experiência dos ofícios na Bahia, entre 1641 e 1713[64]. Durante este período, os oficiais mecânicos tiveram representação direta na Câmara de Salvador em questões relativas ao bem público, ou seja, em assuntos da cidade e da vida dos ofícios. Ela era exercida pelo juiz do povo e por procuradores dos mesteres, que tinham voz e voto, mas que eram cerceados pelos "homens bons", os cidadãos do lugar. No Rio de Janeiro, há notícias de que os oficiais mecânicos "eram ouvidos pelo Senado" em 1624, 1661 e 1736 por meio dos procuradores dos mesteres**,** mas, à diferença de Salvador, inexistia o juiz do Povo. Tiveram participação intermitente, com representação corporativa que ainda merece investigação[65].

Acredito que possamos nos deslocar daquela questão (se existia ou não), quando se considera que a Casa dos Vinte e Quatro operava como um modelo de representação política[66] que fazia efeito em determinados contextos regionais e que ameaçava o equilíbrio dos poderes do Antigo Regime, como era o caso do Rio de Janeiro do século XVIII. A Casa dos Vinte e Quatro, mesmo no reino, a julgar pela sua longa duração e variadas normas que a regulavam, não tornaria possível uma ação e uma intervenção dos ofícios na municipalidade na defesa dos seus interesses, como sonham os historiadores. Aliás, no trabalho de Langhans, ainda hoje o estudo mais sistemático sobre a organização dos mesteres em Portugal, se reconhece que a busca de "uma orgânica e das atividades das representações populares" era uma questão de sua pesquisa. A idéia era "evidenciar o caráter institucional da antiga organização dos mesteres no duplo aspecto jurídico e político", a partir de variadas fontes da história normativa das comunidades, formando, com coletâneas anteriores, uma história das corporações em Portugal[67]. O "Novo Regimento para Governo da Casa dos vinte e quatro fundado nos Alvarás e resoluções dos augustíssimos Monarquas deste reino de Portugal" [68], ou seja, um conjunto de

leis sistemáticas para a organização dos mesteres surgiria na passagem do século XVIII para o XIX, fruto de um projeto que não deve ter saído do papel.

Na cidade do Rio, o modelo é acionado como argumento, até onde sei, pela Irmandade de São José, em 1744, para alcançar a "graça" de escolher os seus juízes e pela Irmandade de São Crispim, em 1817, porque esperava-se o estabelecimento da Casa dos Vinte e Quatro na cidade[69]. Mas, provavelmente, como em Portugal, havia ofícios na cidade que não queriam se subordinar àquele "tribunal" [70].

Não temos acesso à integra da resposta dos ofícios de pedreiros, carpinteiros, marceneiros. Contudo, pode-se dizer que eles "duvidaram" se o rei lhes concederia a "graça" de eleger na mesa os juízes de ofícios e prometeram não contestar a ordem de Sua Majestade. [71]

Considerações finais

A análise dos registros da Câmara da cidade do Rio de Janeiro e de alguns documentos avulsos sobre as irmandades de São Jorge, São José e São Crispim e Crispiniano, entre fins do século XVIII e início do século XIX, permite concluir que aos oficiais mecânicos estava vedado o exercício da cidadania, excetuando-se os períodos indicados na Bahia – em que os representantes dos mesteres atuavam na Câmara sujeitos a restrições – e no Rio de Janeiro. A afirmação considera que o estatuto de cidadão se refere a um conjunto de prerrogativas vinculadas aos cargos da administração local, principalmente da Câmara. O cidadão é o "homem bom", que se distingue dos demais por uma posição superior garantida pela hereditariedade ou alcançada por mecanismos de enobrecimento. Assim, a definição de cidadão, embora não se confunda com a de nobreza, se aproxima dela. [72]. O cidadão tem, entre outros pré-requisitos, a idéia de pureza de sangue e a inexistência de qualquer defeito mecânico. Por esta razão, quando o termo "cidadão" aparece nos códices consultados sobre a vida dos oficiais mecânicos, serve para nomear o proprietário do ofício de escrivão da Câmara ou o seu substituto, em caso de impedimento[73]. Nesse ponto, o que a pesquisa acrescenta sobre o tema cidadania? A partir da leitura dos documentos relativos aos marceneiros, carpinteiros e pedreiros, verifica-se a incidência do termo "vassalo" a conviver com o termo "cidadão". Ele parece ser uma referência a mais de fundo hierárquico, que fundamenta aquela sociedade de Antigo Regime. No século XVIII, vassalo era sinônimo de súdito. Antigamente, nos diz Bluteau, era título e muito honorífico[74]. Segundo Moraes e Silva, "eram os *Vassalos del-Rei*, que dele recebiam terras e contias". "A qualidade de vassalo, que começou a dar-se somente aos Grandes, a filhos, netos e bisnetos de fidalgos de linhagem, se difundiu aos

não fidalgos". No século XIX, "ainda que esta denominação como classe privilegiada parece extinta e convir hoje a todos os naturais dos Reinos e Domínios de Portugal, todavia em razão do serviço a cavalo e do que podem fazer quem os mantém, temos alguns restos do direito de vassalagem (....)" atribuídos "aos que possuem grossas quantias, dispostos a servir a pátria"[75].

As definições apresentadas nos dicionários nem tudo resolvem. No entanto, apontam para a transformação do conceito no período investigado – uma expansão que permite passar do "fidalgo", atributo hereditário, ao "natural", incluindo os que tinham capacidade de se armar cavaleiros ou dispor de seus bens para servir à pátria, que, em geral, designava o lugar de origem dentro dos domínios portugueses.[76] Nas petições de oficiais mecânicos dirigidas à Câmara, em que o título de vassalo é evocado, aqueles buscam minorar o defeito mecânico pelas relações estabelecidas com o rei. Assim, a partir dos casos mencionados, pode-se dizer que os indivíduos de condição social mecânica inserem-se na comunidade política do Rio de Janeiro do Antigo Regime através da participação em irmandades ou corporações de ofícios, de um cargo (juiz ou escrivão destas instituições) que lhes daria acesso ao jogo com a Câmara e/ou os privilégios concedidos pelo rei.

O carpinteiro "cidadão brasileiro" ou o "bom cidadão pedreiro" só fariam sua aparição mais tarde, no ano de 1831[77], quando então o termo vinha a adquirir novos significados, passando grosso modo de uma compreensão hierárquica a um entendimento igualitário do conceito de cidadania. Ainda assim, a graça concedida por Sua Alteza real não havia desaparecido do horizonte de expectativas.

No Rio de Janeiro, entre fins do século XVIII e inícios do XIX, as noções de bem comum e limpeza de sangue, como procurei assinalar ao longo do texto, também permaneciam como critérios sociais relevantes, se bem que o primeiro, por vezes, adquire uma conotação muito alargada para atender ao bom governo dos cidadãos do lugar.

Notas

1. A seguir listo os trabalhos, conforme os grupos indicados: 1) HESPANHA António Manuel. "Porque é que foi 'portuguesa' a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos". in:http://www.hespanha.net/papers/2005, PDF; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima e BICALHO, Maria Fernanda. "Bases da materialidade e da governabilidade no Império: uma leitura do Brasil Colonial". *Penélope*, 23, 2000; 2) BICALHO, Maria Fernanda."O que significava ser cidadão nos tempos coloniais?" in: ABREU, Martha; SOHIET, Rachel (org). *Ensino de História.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003; MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.* Rio de Janeiro: Zahar, 2000; RIOS, Wilson de Oliveira. A lei e o estilo. A inserção dos

ofícios mecânicos na sociedade colonial. 1690-1790**.** Niterói, (Doutorado em História), 2000; MARTINS, Monica de Souza Nunes. *Entre a cruz e o capital:* mestres, aprendizes e corporações de ofícios no Rio de Janeiro (1808-1824). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007; MENESES, José Newton Coelho. "Mesteres do reino, mecânicos do além-mar. A organização do trabalho mecânico em Lisboa e nas Minas Gerais portuguesas dos setecentos" in: PAIVA, Eduardo França. *Brasil-Portugal; sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII).* São Paulo: Annablume, 2006; SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. "Vecino/Ciudadano" in: Sebastián, Javier Fernández (org.) *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era das revoluciones,1750-1850*. tomo I. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales - CEPC, 2009. p. 211-222. SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. "Cidadão/vizinho". *Ler História*. Lisboa, v. 55, p. 35-48, 2008. 3) HERZOG, Tamar. *Defining Nations*: *Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish*. Yale: Yale University, 2003; NÚÑEZ, Francisco. "El concepto de vecino/ciudadano em Peru". *Revista iberoamericana de Filosofia, Política e Humanidades,* 17, 235-253, 2007.

2. LEVI, Giovanni. "Reciprocidad mediterránea". Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna v. 3, n. 7, 2002 http://www.tiemposmodernos.org/viewissue.php?id=7 Consultado em 4 jun. 2007.

3. HESPANHA António Manuel, BICALHO, Maria Fernanda. *Op. cit.*

4. Diário *da Assembléia Geral, Constituinte, e Legislativa*. V.2, n.9, p. 106 (grifos meus)

5. Pedro Araújo Lima (1793- 1870) era membro da aristocracia rural pernambucana. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, tendo logo exercido a magistratura. Foi eleito deputado para as Cortes de Lisboa, para a Constituinte de 1823 e para as três legislaturas subseqüentes. Em 1837, foi nomeado senador pela Regência, ministro do Império e, em seguida (com a renúncia de Feijó), regente uno. Em 1841 recebeu o título de visconde de Olinda e, em 1854, o de marquês de Olinda, já tendo sido antes condecorado com a grã-cruz da Ordem de Cristo e com o oficialato da Ordem do Cruzeiro. Foi também sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sua trajetória política foi evidentemente relevante e marcada por tendências conservadoras. Apoiou o governo de Pedro I, filiou-se aos *caramurus* após a Abdicação, depois foi um dos líderes do *regresso* e, por fim, aderiu ao Partido Conservador. Agradeço estas informações biográficas a Marcelo Basille.

6. BICALHO, Maria Fernanda. *Op.cit*, p.145.

7. MATTOS, Hebe Maria. *Op.cit.*, p.17.

8. HERZOG, Tamar. O*p. cit.*

9. NÚÑEZ, Francisco. O*p.cit.*

10. BICALHO, Maria Fernanda. *Op.cit.*, p.145.

11. GONÇALVES, Lopes. "As corporações e as bandeiras de ofícios". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. v. 206. p.171-91; BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder; irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.p.36-70; BASCHET, Jérome. *A Civilização Feudal*. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

12. BOSCHI, Caio César, *op.cit.*, pp. 51 e 53.

13. LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de idade média*: tempo, trabalho e cultura no Ocidente Lisboa: Estampa, 1980, pp.155-6.

14. BOXER, Charles H. *O império marítimo português*, 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

15. MARTINS, Monica de Souza Nunes, o*p.cit. Entre a cruz e o capital*: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824). Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

16. Em texto anterior forneço dados detalhados sobre a Igreja de Nossa Senhora do Parto, onde a irmandade surgiu. Aquela se situava, como hoje, na rua da Assembléia (centro do Rio de Janeiro). SANTOS, Beatriz Catão Cruz. "The Feast of Corpus Christi: Artisan Crafts and Skilled Trades in Eighteenth-Century Rio de Janeiro". *The Americas: a quarterly review of inter-American Cultural History,* v. 65, pp. 193-216, 2008.

17. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Jorge no Rio de Janeiro (1757). in: AHU, Compromissos. Cod. 1949 CD- 25.

18. Mil seiscentos e oito é a data da ermida. Há indicações sobre a construção da igreja, que abrigaria a irmandade São José, em 1681. (FAZENDA, Vieira. "As bandeiras dos ofícios"; "São José". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 86, v.140, 1919. pp.131-5; GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Lacerda, 2000).Quanto à localização, vale observar que a Rua da Misericórdia é, atualmente, a Rua da Assembléia. Portanto, no passado, as duas irmandades ocupavam a mesma rua.

19. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Jorge no Rio de Janeiro (1757). AHU, Compromissos. Cod. 1949 CD- 25.

20. Compromisso (acrescentamentos dos capítulos) da Irmandade do Glorioso Mártir São Jorge no Rio de Janeiro. (1791) in: AHU, Compromissos. Cod. 1952. CD- 25. Tanoeiro era aquele que fazia ou consertava tonéis, pipas ou barris; picheleiro, o que fazia vasos de estanho, e de lata de flandres e o seleiro, selas para animais.

21. Para informações sobre a Irmandade de Lisboa (SANTOS, Georgina Silva dos. *Ofício e sangue:*tempo, trabalho e cultura no ocidente.Lisboa: Colibri, 2005) e sobre a do Rio de Janeiro (SANTOS, Beatriz Catão Cruz. "The Feast of Corpus Christi: Artisan Crafts and Skilled Trades in Eighteenth-Century Rio de Janeiro").

22. O termo licença é usado no corpo do texto de forma genérica, como permissão. No entanto, na documentação encontram-se carta de exame e licença. A carta é o documento concedido pelo juiz e escrivão do ofício para o mestre exercer a sua profissão na cidade. Ela é dada àquele que pagou as taxas (entrada na irmandade, taxa de exame), foi examinado (pelo juiz ou por um avaliador escolhido), realizou juramento sobre os Evangelhos e obteve confirmação da sua carta de exame no Senado da Câmara. Esta confirmação é também denominada licença. Como o é a licença provisória expedida pelo Senado da Câmara, sem o processo anterior preconizado pelas irmandades.

23. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Jorge no Rio de Janeiro (1757).

24. De acordo com o compromisso (1757), todos os irmãos deveriam pagar de entrada 1926 reis, de anual 640 reis, mas juiz, escrivão, tesoureiro e procurador contribuíam também com uma esmola, que decresce conforme a importância do cargo (2000, 1600 e 1280 reis para os dois últimos). É importante destacar que "os de sangue impuro" que

trabalharem no ofício com loja aberta deverão pagar o mesmo anual de todos os irmãos e o "oficial jornaleiro", que pode ser livre ou cativo, deverá pagar um valor menor a todos os demais, de 480 reis. No primeiro caso, quanto no segundo, mais expressivo, teriam acesso somente à sepultura. Capítulos 4,5,6,7, 10. Idem ibidem. Para a noção de eqüidade: LEVI, Giovanni. *Op.cit.*

25. Compromisso (acrescentamentos dos capítulos) da Irmandade do Glorioso Mártir São Jorge no Rio de Janeiro. (1791).

26. Em 1755, os irmãos já solicitavam recursos à Real Fazenda para a reforma da igreja, que, segundo os mesmos, encontrava-se em estado de decadência. *Requerimento do Juiz e Irmãos da Irmandade de São Jorge do Rio de Janeiro, em que pedem uma ajuda de custo para as obras da sua Igreja. C. 1755* BN -(CA-18755), MS 544G, rolo 77.

27. Compromisso (acrescentamentos dos capítulos) da Irmandade do Glorioso Mártir São Jorge no Rio de Janeiro. (1791).

28. Encontrei vários documentos em que as lojas dos ofícios são referidas como 'casas', ou seja, em que os termos são sinônimos (AGCRJ. Códice 44-1-24. Latoeiros e funileiros, Ofícios e juízes de ofícios de latoeiros e funileiros. 1807-1822 fl. 8-9, 11). Eventualmente, encontra-se a especificação "casa com oficina de latoeiro" ou "casa onde exercita suas funções". Nestes documentos, eram casas de latoeiros, em que o estabelecimento comportava residência e oficina. No entanto, o uso do termo 'casa' deveria ser genérico, haja vista que a dupla finalidade destes estabelecimentos era comum nas sociedades de Antigo Regime (ELIAS, Norbert.*A sociedade de corte.* Rio de Janeiro: Zahar, 2001), inclusive no Rio de Janeiro até inícios do século XIX. Para uma reflexão sobre economia na Época Moderna, vale uma consulta ao trabalho de Barlolomé Clavero (*Antidora antropologia catolica da economia moderna.* Milan: Giuffrè Editore, 1991) que aponta a inexistência da mesma como um domínio autônomo. No lugar de economia, oiconomia. Segundo este historiador do Direito, a sociedade européia do início da Época Moderna, estava marcada por relações *antidorais*, ou seja, uma forma de comunicação, de intercurso social que não mais existe e que adviria sobretudo da teologia (cultura católica), tributária da noção de graça. A partir da análise de uma antropologia religiosa – principalmente teólogos dos séculos XVI e XVII –, define *antidora* como um presente em remuneração a algum benefício. E, concebe a economia, cujo primeiro âmbito é a família, circunscrita à esfera de administração familiar. Para Clavero, família pode incluir grupos amplos, como comunidades religiosas. Quanto ao significado que assinalei no corpo do texto para economia, também vale consultar o verbete 'economica' (BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino* (1711) /CD-ROM. Rio de Janeiro: UERJ, 2000): "Economica, ou Economia. Deriva-se do grego *Oicos, Casa &* do verbo *Nemei, Reger, Governar, etc.* E *econômica* é a que ensina o governo, & regimento particular da casa, família, mulher, criados, & administração da Fazenda".

29. Ver compromisso dos tanoeiros e de São Jorge (caps. 3 e 10). Compromisso (acrescentamentos dos capítulos) da Irmandade do Glorioso Mártir São Jorge no Rio de Janeiro (1791).

30. (BN) Manuscritos 7,4,4 Artes mecânicas: Relação geral de todos os juizes dos diferentes ofícios mecânicos existentes nesta Cidade, ate o principio do presente ano de 1792.

31. (AGCRJ) Cód. 45-4-46 latoeiros. Autos do juiz e escrivão deste ofício contra Francisco do Vale Viana (1783).

32. Segundo Francisco do Vale Viana, a loja era "das maiores do dado ofício e se compõe de vários oficiais de pichileiro e funileiro". *Idem, ibidem*, fl. 10.

33. Os autos mencionam três lojas: aquela sob a regência do réu, Francisco do Vale Viana, a de propriedade do juiz de latoeiro, José Antônio Pereira da Cruz, que também é acusado de produzir e vender obras de outros ofícios, na qual encontravam-se tachos e chocolateiras e a loja de José Barbosa da Fonseca, fabricante de chapéus de sol, acusado de fabricar e vender palmatórias. *Idem, ibidem*.

34. As testemunhas de acusação são todos latoeiros, moradores da rua dos latoeiros, sendo dois ex-oficiais da loja. As testemunhas de defesa compreendem vários ofícios, com status e naturalidades diversas. Estas demoram a dar o seu testemunho. Pelo registro precário, sabe-se que as testemunhas de defesa não testemunharam tão logo se dispuseram e o réu teve que solicitar dilações para assegurá-las.Vários elementos, incluso outros casos corroboram para a idéia de concorrência representada pelos oficiais forros, no caso, Francisco Viana.

35. LIMA, Carlos Alberto. *Pequenos patriarcas*: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Doutorado em História), 1997, p. 38-40; MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Op.cit.*, pp. 68-70.

36. RIOS, Wilson de Oliveira. *Op.cit.*, p.121-2. No Rio de Janeiro de 1820, há um registro sobre o exame de um escravo barbeiro que aponta para uma classificação semelhante indicada por Wilson Rios com relação aos barbeiros na Bahia. A permissão para o exame é dada pela falta de oficiais peritos que padece o país e é justificada pelo ofício, "por que as artes de que se trata, tem mais de mecânicas do que de liberais. (...)". AGCRJ Códice. 6-1-23.

37. CAVALCANTI, Nireu.*O Rio de Janeiro setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004; MARTINS, Monica de Souza Nunes. *Op.cit*. Canteiro era aquele que lavrava a pedra de cantaria, escultor de pedra. Sobre a inclusão na Irmandade de São José. AGCRJ cód.46-2-22. Marceneiros e carpinteiros. 1812-1831, fl. 32.

38. A 2 de abril de 1813, a Câmara proíbe a venda de calçados pelas ruas, uma demanda da Irmandade de São Crispim e Crispiniano encaminhada por intermédio do juiz e escrivão e demais oficiais de sapateiros. A decisão resulta de um conflito entre os oficiais agremiados na Irmandade, a Câmara e os oficiais, que não pertenciam àquela. A vitória da irmandade ocorre após um conflito, que perdura desde, pelo menos, os anos sessenta do século XVIII. Mas, é uma vitória relativa, pois a demanda pela proibição continua após aquela data. De qualquer forma, é importante informar que a irmandade procura proteger a corporação contra a concorrência, representada principalmente pelos pardos e pretos cativos ou seus proprietários não agremiados à irmandade. O Aviso Régio de 1813 foi publicado e, pelos registros, recupera outras decisões favoráveis aos oficiais de sapateiros agremiados na irmandade no século XVIII. E que já haviam servido de modelo para outros ofícios na cidade. AGCRJ, 50-1-11. Sapateiros, Autos (1771-1772); 50-1-12. Sapateiros, documentos sobre ofícios de juízes e escrivães de sapateiros (1813-1827).

39. AGCRJ. Códice 46-2-22. fl 3.

40. *Idem*, *ibidem,* fls. 36-9.

41. Os dois termos – mulato e pardo – aparecem na representação do juiz de ofício à Irmandade. Nos demais documentos, usam-se somente mulatos. *Idem*, *ibidem*, fl 15.

42. Há indicações sobre um Compromisso da Irmandade de 1758. No entanto, encontram-se referências a um anterior a esta data, em função de um processo movido pela irmandade contra um marceneiro não oficial, não examinado que tinha loja com quatro aprendizes, no qual há consultas realizadas sobre o compromisso na década de 40 do século XVIII. AGCRJ, 40-3-91. *Autos de execução, Carpinteiros e marceneiros* (1759). Ver também petição do juiz e irmãos da irmandade do Rio de Janeiro (1744) solicitando a adoção do compromisso da irmandade de São José de Lisboa, de 1709. AHU, Rio de Janeiro, manuscritos avulsos, CD-4.

43. Não sabemos a data exata da decisão. No documento de 1820, registra-se que "Este meio [foi] adotado e observado constantemente há tantos anos passou a costume com privilégio de prescrição". AGCRJ. Códice 46-2-12. fl 17; MARTINS, Monica de Souza Nunes.*Op.cit*., pp.63-71,90.

44. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Jorge no Rio de Janeiro, 1757.

45. SILVEIRA, Renato da. *Escravidão e invenção da liberdade.* São Paulo: Brasiliense, 1988, p.168-9.

46. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Jorge no Rio de Janeiro, 1757. Caps. 8 e 3.

47. HESPANHA António Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. "A representação da sociedade e do poder". *Op.cit.*, p.123.

48. RIOS, Wilson de Oliveira. *Op.cit*., p.142-4.

49. HESPANHA António Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. "A representação da sociedade e do poder", *op.cit.*

50. Ver nota 22, em que explico o procedimento para adquirir a carta de exame, o que envolvia as irmandades e a câmara. E o capítulo Das obrigações pertencentes aos Ofícios da Bandeira do Patriarcha S. Joseph § VIII de Lisboa, 1709 que seriam aplicados no Rio de Janeiro a partir de 1744. AHU, Rio de Janeiro, manuscritos avulsos, CD-4; Compromissos de São Jorge (1757, 1791).

51. AHU, Rio de Janeiro, manuscritos avulsos, CD-4.

52. Para uma definição precisa do paradigma corporativo de sociedade e poder em Portugal: HESPANHA, António Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. "A representação da sociedade e do poder". *Op.cit.*; para as definições dos conceitos de "jurisdição" e "graça" e discussão sobre sua centralidade no interior do paradigma corporativo atualizado pela segunda escolástica consultei: HESPANHA, António Manuel. *Porque é que foi "portuguesa" a expansão portuguesa?* ou *O revisionismo nos trópicos*, p.6-7.

53. AHU, Rio de Janeiro, manuscritos avulsos, CD-4.

54. LE GOFF, Jacques. *Op. cit.,* p.151-67.

55. Apud. RIOS, Wilson de Oliveira. *Op.cit.,* p. 26-7.

56. *Idem. Ibidem*, p. 78

57. FAZENDA, Vieira. *Op.cit.*; LANGHANS, Franz- Paul. *A casa dos vinte e quatro.* Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1948; BERNSTEIN, Harry. O juiz do povo de Lisboa e a Independência do Brasil: 1750-1822, Ensaio sobre o populismo luso-brasileiro in: KEITH, Henry H e EDWARDS, S. F. (org.) *Conflito e continuidade na sociedade brasileira - ensaios.* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970, pp. 226-65; GONÇALVES, Lopes. *Op.Cit*; BOXER, Charles H. *O império marítimo português. 1415-1825.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002; BICALHO, Maria Fernanda. *Op.cit;* RIOS, Wilson de Oliveira. *Op.cit.*

58. A data indicada para a criação da Casa dos Vinte e Quatro varia entre os estudiosos. Tomei como referência os trabalhos de Franz- Paul Langhans e Wilson Rios, que a datam pela carta régia de 1º de abril de 1422. No entanto, há quem mencione 1383 a partir da crônica de Fernão Lopes (GONÇALVES, Lopes. *Op. cit.,* p. 178).

59. RIOS, Wilson de Oliveira. *Op.cit.*, p. 81.

60. GONÇALVES Lopes. *Op. cit.*, p. 179.

61. RIOS, Wilson de Oliveira. *Op.cit.*, pp. 78-81.

62. FAZENDA, Vieira. *Op.cit;* BERNSTEIN, Harry. *Op.cit.*

63. LANGHANS, Franz- Paul. *Op.cit.*; RIOS, Wilson de Oliveira. *Op.cit.*, p.25.

64. BOXER, Charles H. *Portuguese Society in the tropics*. Madison and Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965; FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Oficiais mecânicos na cidade de Salvador*. Salvador, 1974; SCHWARTZ, Stuart "Ceremonies of public authority in a colonial capital. The king's processions and the hierarquies of power in the seventeenth century Salvador" in: *Anais de História de Além-mar*, 5, 2004, p.7-26. Vale consultar a explicação apresentada por Rios para a extinção do cargo de juiz do povo em Salvador, que dá ênfase ao papel ativo dos juízes no mercado de abastecimento local ao longo da existência do cargo. Os mesteres e, em particular, o juiz do povo atuava sobre as formas dos contratos, a qualidade, os preços, a distribuição e os tributos sobre os gêneros. Estava atento ao povo miúdo, o que gerou situações de conflito e acomodação com os vereadores. Na sua análise, a extinção do cargo está associada aos motins de 1711, como se explica comumente na historiografia, mas leva em consideração as relações desenvolvidas desde 1641 entre a Coroa, câmara e os mesteres. E, também, a memória dos vereadores reconstruída em 1756 dos eventos de 1711, em que se associa o juiz do povo aos motins. Ainda assim, reconhece que na câmara os vereadores ficaram divididos com relação à decisão de extinguir o cargo de juiz do povo. (RIOS, Wilson de Oliveira. *Op.cit*, p.128-39).

65. SANTOS, Beatriz Catão Cruz. "The Feast of Corpus Christi: Artisan Crafts and Skilled Trades in Eighteenth-Century Rio de Janeiro",

66. MAGALHÃES, Joaquim Romero. "A forte presença dos mesteres", in MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994, v.3, pp.311-314.

67. LANGHANS, Franz- Paul. *Op.cit.*

68. Apud. *Idem, ibidem.*

69. MARTINS, Monica de Souza Nunes. *Op.cit.*, p.202.

70. GONÇALVES, Lopes. *Op. cit.*p.187; MAGALHÃES, Joaquim Romero."A forte presença dos mesteres"in: *Op. cit.*, p. 313.

71. AHU, Rio de Janeiro, manuscritos avulsos, CD-4. Para definição de "graça" e sua centralidade nas concepções jurídico-políticas. (HESPANHA, António Manuel. Porque é que foi "portuguesa" a expansão portuguesa ? ou O revisionismo nos trópicos. p.7)

72. BICALHO, Maria Fernanda. *Op.cit.*

73. AGCRJ códice 50-1-12, códice 40-3-93. O cidadão como o proprietário do ofício de escrivão da Câmara e o seu substituto aparecem nos anos de 1770, 1804 e 1813. Outro documento, datado provavelmente de 1827 fará referência aos "cidadãos do Império", com significado dissonante, ao meu ver, assinalando mudanças já efetuadas.

74. BLUTEAU, Raphael. *Op. cit.*

75. MORAES E SILVA, Antonio de. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813. Contia é uma certa porção de generosidade dada pelo rei a um ilustre, que se sacrificava pelo rei em vida ou fazenda.

76. *Idem. Ibidem;* BERBEL, Márcia R. "Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulário político". In: JANCSÓ, István. (org.). *Brasil:* formação do Estado e da Nação. São Paulo/Ijuí: Fapesp/Hucitec/Unijuí, 2003.

77. A seguir transcrevo o documento do qual extraí a primeira citação: "diz José Maria da Fruidade, Mestre carpinteiro examinado, morador na Freguesia de Santa Rita desta Cidade, que constando-lhe que esta Mesma Câmara tem criar naquela Freguesia um avaliador do dito Ofício e achando-se o Suplicante nas circunstâncias por ser Cidadão Brasileiro, e Mestre examinado por isso./Para Vossas Senhorias sejam servidos deferir ao Suplicante de cuja Graça." AGCRJ Códice 46-2-22. No segundo, o pedreiro Thomé Matheus descreve sua experiência de mestre em diversas obras públicas realizadas na cidade ao longo de 22 anos e assegura ter jurado a Constituição. Então, solicita a manutenção de sua posição de mestre nas obras doravante administradas pelo Senado alegando sua perícia e sua condição de "bom cidadão e amigo da pátria". AGCRJ. 46-4-4, classes de ofícios.

O pecado mora... na Biblioteca Nacional

Ana Virginia Pinheiro

Bibliotecária. Chefe da Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional e professora da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Resumo

Resultado de uma série de pequenas exposições realizadas entre 2007 e 2008 pela Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, o texto trata das diversas representações iconográficas e textuais dos sete pecados capitais – soberba, avareza, inveja, ira, luxúria, gula e preguiça – encontradas no acervo da instituição: seja em obras clássicas dos séculos XV ao XX, seja em títulos nacionais populares, como a coleção Bibliotheca de Cuspidos, ou clássicos, como *Urupês*, de Monteiro Lobato.

Palavras-chave: *Obras raras. Exposição. Igreja Católica. Pecados capitais.*

Abstract

As a result of a series of short exhibitions presented between 2007 and 2008 by the Rare Collection Division from the National Library of Brazil, the present text covers several iconographic and textual representations of the capital sins – pride, avarice, envy, wrath, lust, gluttony, and sloth – found in the institution's collections: either on classic works from the 15th to the 20th centuries, such as *Urupês*, from Monteiro Lobato, or on popular national titles, such as those included in Bibliotheca de Cuspidos.

Key words: *Rare collection. Exhibition. Catholic Church. Capital sins.*

Entre 2007 e 2008, a Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional mostrou a representação cristã dos pecados capitais, por meio de uma série de pequenas exposições de itens de seu acervo sobre o tema.

Antes de tudo um ato pessoal, o pecado sempre foi objeto do interesse e do cometimento humano. Segundo Santo Agostinho, "o pecado torna os homens cúmplices uns dos outros" e, certamente, não há espaço de mais íntima cumplicidade entre gerações do passado e do presente que a biblioteca.

Mas o que é pecado?

Ensina o Catecismo da Igreja Católica que os pecados considerados mais graves são denominados *capitais*, porque dão origem ou levam a outros pecados que maculam a alma.

Evrágio do Ponto, teólogo e monge grego do século IV, arrolou oito crimes e paixões, em ordem crescente de gravidade definida pelo grau de egocentrismo humano: gula, luxúria, avareza, melancolia, ira, acídia (preguiça espiritual), vaidade e orgulho.

São Gregório Magno (papa entre 590 e 604), dedicando-se ao estudo do pecado, deu início à Doutrina do Pecado Capital e estabeleceu uma lista com sete deles. Como entendeu que vaidade e orgulho, assim como acídia e melancolia, eram a mesma coisa, ele incluiu a inveja. O papa classificou os pecados em ordem decrescente de gravidade, definida pelo grau de ofensa ao amor: orgulho, inveja, ira, melancolia, avareza, gula e luxúria. No século XVII, a Igreja substituiu a melancolia pela preguiça.

Várias listas, com diversas ordenações atribuídas por teólogos, surgiram ao longo do tempo. A lista "definitiva" e consagrada no *Catecismo* católico, estabeleceu como pecados, na sequência de São João Cassiano e São Gregório Magno: soberba, avareza, inveja, ira, luxúria, gula e preguiça.

Cada um desses pecados está muito bem representado no acervo da Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional brasileira.

A *soberba* tem muitos nomes (altivez, arrogância, bazófia, fatuidade, filáucia,futilidade, gabação, jactância, orgulho, prepotência, ufania, vaidade, vanglória) e está expressa nas muitas "brigas" impressas que, simultaneamente, prejudicaram e promoveram a evolução da ciência, e em múltiplas edições inócuas, que concediam ao autor o prazer de ler seu nome em letras tipográficas. A história do livro conta sobre publicações que saíram em resposta a outras, desmentindo, respondendo, provocando, comprovando... Um exemplo de manifestação deste pecado é *Queda que as mulheres têm para os tolos*, obra anônima atribuída a Victor Henaux e traduzida por Machado de Assis (1861), que apresenta a mulher como pessoa fútil, com gosto por adulação:

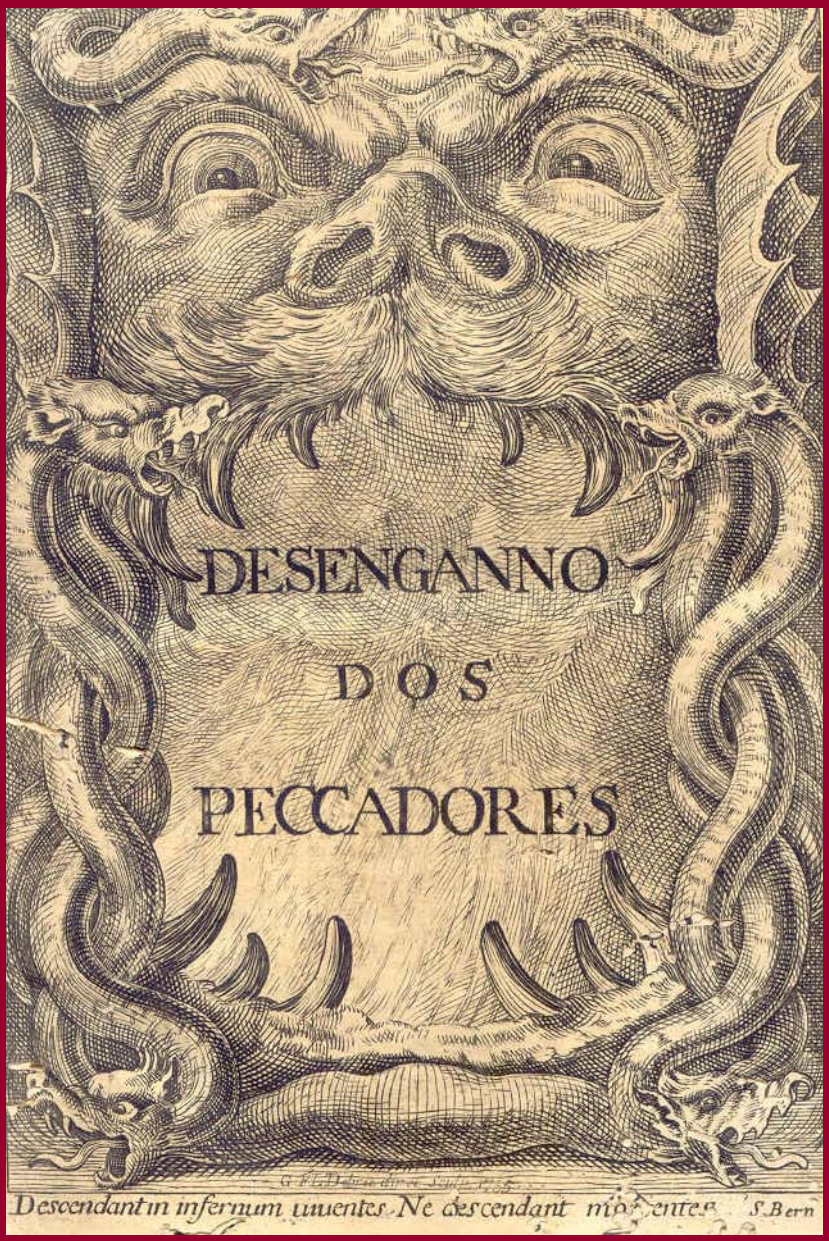
> Mulher alguma resistiu nunca a um tolo. Para fazer-se notar [... o tolo] diz-lhe dez vezes ao ouvido: 'Como é bela', porquanto o instinto lhe revela que é pela adulação que se alcançam as mulheres [...]. Entregam-lhe assim os seus ouvidos, que é o caminho do seu coração. [...] Para conquistar esses entes frageis e ligeiros, é preciso atordoal-os pelo rumor dos vossos louvores, pelo fasto do vosso vestuário, pela publicidade das vossas homenagens.

A *avareza*, "a raiz de todos os males", segundo São Paulo (1Tm 6, 10), está documentada na figura do avarento, que sob muitos de seus nomes (avaro, cainho, canguinho, canhengue, esganado, fominha, forreta, ganancioso, harpagão, manicurto, mão-de-finado, mão-de-vaca, mão-fechada, mão-seca, mesquinho, migalheiro, miserável, morrinha, muquirana, pão-duro, pica-fumo, somítico, sórdido, sorrelfa, sovina, unha-de-fome, usurário, usureiro, zuraco) e representações iconográficas, acabou consagrado por Molière, em seu *O avarento* – um retrato de Harpagão, personificação tão popular que seu nome virou sinônimo dicionarizado do pecador.

A *inveja*, o pecado "inconfessável", se mostra e se esconde nos tratados sobre os vícios e as virtudes, clássicos dos séculos XVII ao XVIII, como a primeira edição, raríssima, da *Conspiração universal* de Pedro Correia (1615); e nas *Emblematas* (livros de emblemas que objetivavam mostrar, sob a forma de ricas ilustrações, o caminho da retidão, destacando os vícios, as virtudes e seus efeitos) de Ianis Boissard (1593), Raphael Custodis (1622), Jean Baudouin (1659) e Otto van Veen (1701).

A *ira*, emoção pecadora que destrói, está na raiva excessiva, que arde no íntimo ou explode, levando à impaciência, à violência, ao ódio descontrolado – valores destacados em obras como *Histoire de barbarie*, de Pierre Dan (1649), com imagens de 22 técnicas de tortura, que ainda chocam 350 anos depois de sua publicação; na edição em vida de *Meim Kampf*, de Adolf Hitler (1942); na obra de um dos maiores humanistas e missionários da história do cristianismo, Bartolomeu de las Casas (1598), que narra a saga de Fernando Soto, explorador espanhol que aportou na América e se comprazia amputando mãos e extraindo narizes, orelhas e globos oculares dos indígenas; ou na biografia do prepotente Roque Brasiliano ou Roque Brasileiro, pirata holandês seiscentista, que viveu no Brasil até partir para a Jamaica, onde manteve promissora vida criminosa, escrita por Alexandre Exquemelin (1688).

A *impureza* ou *luxúria* mantém seu efeito transgressor na Biblioteca, para o bem e para o mal, como uma força latente, aguardando o olhar curioso ou descuidado que perderá, no momento seguinte, a inocência. Inicialmente em imagens diminutas, escondidas sob disfarces iconográficos, a representação da luxúria alcançou grandes proporções, a plena cor ou com imagens "do natural" (fotografias impressas), produzidas na mesma época a que muitos se

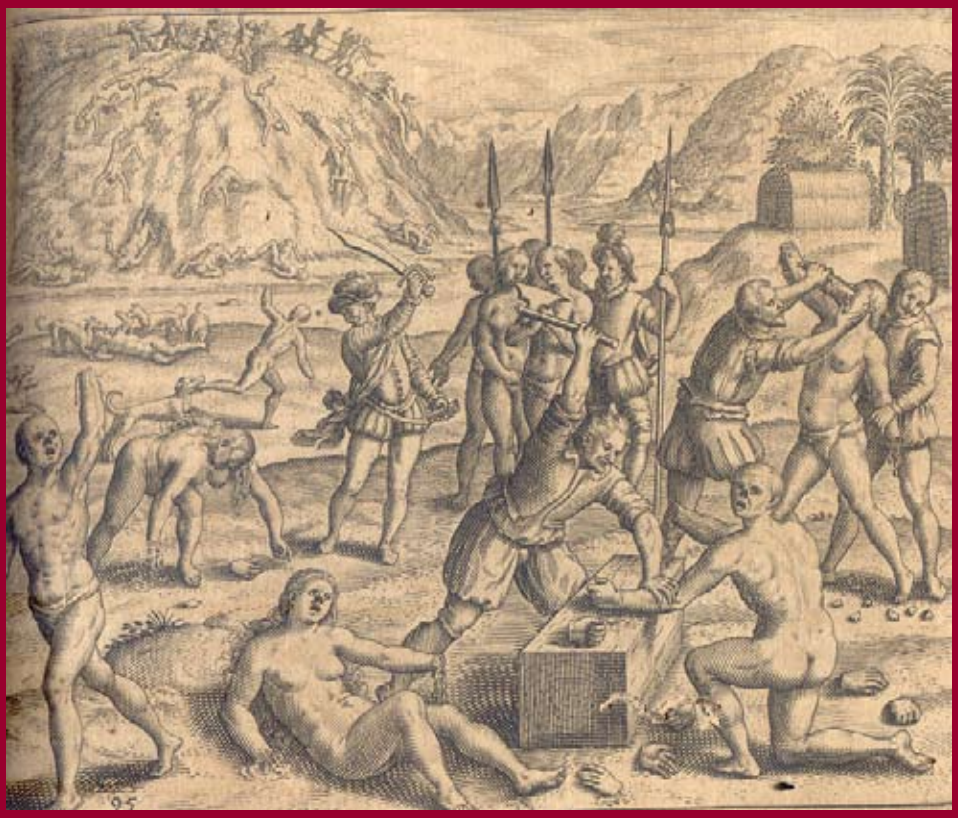


A "boca do Inferno", na obra *Desengano dos peccadores* (1765), de Alexandre Perier, um dos mais curiosos livros devocionais publicados por missionários "do Brasil" (Borba de Moraes). Foi censurada em 1771, por conter "doutrinas erroneas" e "affectos indecentes". Coleção Real Biblioteca.

“O avarento e os ratos” ilustra *Fables*: proverbes..., de Berlot-Chapuit (Paris, 1858), destinado à educação das crianças. Coleção D. Thereza Christina Maria.

LA EMBIDIA CAUSA INFÍNITOS MALES.
Yo ſoy quien fomenta el ſciſma
Que deſtruye los Mortales;
Quien Vida y Honras abiſma,
Madre univerſal de males,
Y enemiga de mi miſma;
Porque del bien ageno,
Hago ponzoña, y vivo del veneno.

A "inveja", segundo o ***Theatro moral de la vida humana,*** de Otto van Veen (1701), famoso livro de emblemas: apresentada na forma de uma mulher repugnante, envolta em trapos, com os seios flácidos e a cabeça aureolada por víboras silvantes; ao seu lado um cão, o guia na noite de sua morte – no caso da inveja, a quotidiana "morte em vida".



Gravura de Théodore de Bry para *Narratio regionum indicarum per hispanos*, de Bartolomeu de las Casas (1598): a ira do conquistador espanhol Fernando Soto (1496-1542) é representada pela imagem do aventureiro criminoso, cuja crueldade com os indígenas beirava o indescritível. Coleção Real Biblioteca

referem, dizendo: "no meu tempo não era assim". Um exemplo desses tempos sem inocência é a série de folhetos *Bibliotheca de Cuspidos*, estimulantes contos com gravuras do natural, publicada anonimamente nos idos de 1910, com títulos como *Consolo de viúva*, *Laurinha e Bibi* e *O caixeiro bonito*, com fotos impressas, em ótima resolução! Outro exemplo é a *Coleção Verde*, da Imprensa Moderna, publicada no Rio de Janeiro nos anos de 1930 – uma coletânea de folhetos, de capas esverdeadas e com fotografias impressas de mulheres nuas que expunham languidamente os seios...

A *gula*, a busca do prazer e o alcance do vício pela comida e pela bebida, é a voracidade do estômago, que transforma o pecador, segundo o *Desengano dos peccadores* de Alexandre Perier (1724, 1765), em "fregueses do Diabo". É pecado... E como ignorar a incrível *Arte de cozinha*, de Domingos Rodrigues (1794), mestre da cozinha de Sua Majestade, que além de ensinar os maravilhosos quitutes portugueses do século XVIII, demonstra como "preparar mesas em todo o tempo do ano, para hospedar Príncipes e Embaixadores"? Há, também, o precioso *Medicina theologica*, de Francisco de Melo Franco (1794), primeiro livro em português sobre medicina psicossomática e uma das mais antigas obras sobre o assunto, censurada e suprimida pelo governo português por disseminar doutrinas "perigosas". Entre outras abordagens relativas ao comer e ao beber, o autor afirma que "a bebedice he huma grande enfermidade, que nunca se cura com remedios moraes, e difficilmente com os fysicos" e discute o tratamento do alcoolismo.

A *preguiça*, também conhecida como "o demônio do meio-dia", é a negação do esforço, é o comodismo, o enfraquecimento da vontade, e aparece evidenciada em *Urupês*, de Monteiro Lobato (1918) – uma coletânea que inclui um conto de mesmo nome, publicado originalmente como carta ao jornal *O Estado de S. Paulo* (1914). Na carta e no livro, Monteiro Lobato celebrizou o caboclo, que comparou ao "sombrio urupê de pau podre" (parasita que prolifera nas árvores ocas, matando-as). Surgia, então, o grande preguiçoso Jeca Tatu: o caboclo capiau, barba rala, pé bichado, camisa aberta, pitando um cigarro, de cócoras, vendo o mundo passar; um matuto ingênuo, de chapéu de palha e com vocação para a preguiça; cidadão exemplar da "Botocúndia", como Lobato denominou, irônico, o Brasil de então. Estimulado pelo movimento sanitarista, Monteiro Lobato tomou conhecimento das condições de vida e saúde do interior do Brasil e mudou sua concepção do caboclo. Numa das reedições dessa obra, redimiu-se no prefácio, intitulado "Explicação desnecessária", pedindo perdão ao personagem que havia criado.

É tudo pecado, todo mundo sabe! Para saber mais, sob a égide da pesquisa dedicada e (que se há de fazer?) de alguma forma de prazer, vale ser leitor na Biblioteca Nacional.

Esta obra foi composta em Adobe Garamond
e impressa em papel Off-set 90 g/m²
na Editora Progressiva.

ISSN 0100-1982